HISTORIA
DO
Exercito
Portuguez
POR
CHRISTOVAM AYRES
VOLUME III

HISTORIA

DO

EXERCITO PORTUGUEZ

HISTORIA

ORGANICA E POLITICA

DO

EXERCITO PORTUGUEZ

POR

CHRISTOVAM AYRES DE MAGALHÃES SEPULVEDA

Major de cavallaria. Lente da Escola do Exercito.
Socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e correspondente da Real Academia de Historia de Madrid
e do Instituto de Coimbra. Grã Cruz de Isabel a Catholica. Commendador das ordens de S. Thiago,
da Corôa Real da Prussia, de Merito Militar e de Numero de Carlos III, de Hespanha. Official de Aviz.
Deputado da Nação

Volume III

INTRODUCÇÃO. — Influencia dos Arabes na Milicia portugueza.
O CONDADO DE PORTUGAL.

LISBOA
IMPRENSA NACIONAL
1902

A Sua Alteza

O Senhor Infante D. Affonso Henriques

Consagra e dedica respeitosamente,

Christovam Ayres.

D'estes Anrique ....
.... experimentado,
Portugal houve em sorte, que no mundo
Entam não era illustre, nem prezado,
E pera mais sinal d'amor profundo,
Quis o Rei castelhano, que casado
Com Theresa sua filha o Conde fosse;
E com ella das terras tomou posse.

Este, depois que contra os descendentes
Da escrava Agar victorias grandes teve,
Ganhando muitas terras adjacentes,
Fazendo o que a seu forte peito deve:
Em premio destes feitos excellentes,
Deu-lhe o supremo Deus, em tempo breve,
Um filho, que illustrasse o nome ufano
Do bellicoso Reino lusitano.

Camões. — LUSIADAS, canto III.

COMQUANTO o vulgo julgue superficialmente o contrario, nada ha mais difficil na moderna organização das sociedades do que ser-se principe.

Essa excepcional situação impõe excepcionaes obrigações e mais pesados deveres.

Os que só se regulam pelas exterioridades, mais ou menos brilhantes, longe estão de avaliar o grau de ponderação, de bom criterio, e de virtude que está representado na forma correcta com que se impõem ao respeito publico aquelles que, na apparencia de uma vida facil, teem comtudo a cercear-lhes, a cada passo, a vontade e os naturaes instinctos, uma grande somma de considerações e de cautelas, tanto maior quanto mais evidente e mais responsavel é a sua situação.

Do consorcio do Senhor D. Luiz I, — cuja memoria o tempo não faz mais do que avultar, pela lembrança de quanto foi bom de coração, e atilado de razão e entendi-

---

A illuminura que adorna esta pagina é copiada do *Livro das Horas* de D. Duarte, que está na Torre do Tombo. Representa um peão piqueiro.

mento, no difficil papel de reinar, — com a Senhora D. Maria Pia — cujas qualidades de espirito tão admiravelmente se casam com o seu porte de rainha por excellencia, — nasceram dois principes que honram os seus progenitores, porque são dignos herdeiros das suas qualidades de coração e caracter.

A um d'esses principes está hoje confiado o destino da nação, que elle, com pulso firme e superior lucidez, conduz entre os escarcéus de uma má politica e as restingas da penuria publica, para as quaes se afigura difficil encontrar um piloto!

Ao outro coube, naturalmente, em sorte um papel mais modesto, e por isso tambem de muito menor responsabilidade. Na sua elevada posição junto do throno, é um cidadão como qualquer outro, com a differença de se exigir d'elle mais do que se pode exigir de qualquer individualidade menos evidente.

A essa justa exigencia, porem, tem o Senhor Infante D. Affonso sabido corresponder tão galhardamente, que hoje o seu nome é por todos considerado e respeitado como o de um homem verdadeiramente util á sua patria.

Tudo que se conhece da influencia exercida por Sua Alteza junto de sua excelsa Mãe ou do seu augusto Irmão, ou dos poderes publicos, redunda em seu favor e em seu credito: — o seu fito é o bem fazer.

Não ha noticia de nenhuma ingerencia sua nos negocios publicos, como tem sido a veleidade, por vezes funesta, de tantos principes; não ha memoria de nenhuma pressão para o gozo de um capricho ou para a execução de uma vontade ruim. A estrada da sua vida está juncada de actos de caridade, de protecção ao fraco, de amparo ao desvalido. Para prova de que é fundamentalmente bom, bastante é dizer que tem amigos, cousa de que raros principes se podem gloriar, pelas condições especiaes em que são nados e criados, numa atmosphera de convenções e no alheamento dos homens e das cousas.

Na vida publica é, principalmente, um soldado, que ama a profissão das armas e tem por ella gosto e paixão. No serviço, desde subalterno, ou como commandante do grupo das baterias a cavallo, as praças mais humildes encontram no principe a lição mais salutar, a do exemplo, quando o vêem occupar-se, com conhecimento e interesse, tanto dos minimos assumptos como dos mais elevados, numa camaradagem activa e sympathica a todos, e que dá

a segurança no commando, criando ao mesmo tempo a confiança e o affecto dos inferiores e subordinados.

A prova da estima que inspira áquelles com quem tem servido obteve-a Sua Alteza por occasião do seu restabelecimento de uma grave doença em 1894. A missa campal em acção de graças na parada do regimento de Campolide não foi apenas a solemnidade de uma corporação, mas a festa da arma de artilharia, e pode dizer-se tambem que de todo o exercito, pois que nella estiveram representadas todas as armas, e em todas ellas o Senhor D. Affonso tem dedicações e sympathias.

Mas na sua vida publica já Sua Alteza conta um bom serviço ao país. Referimo-nos á sua ida á India, onde um desvario funesto, cuja responsabilidade não é esta a occasião de apreciar, levara á rebellião uma vasta e importante provincia, trazendo em perigo todo aquelle Estado.

Mais com a sua presença do que com a sua espada, concorreu Sua Alteza para a pacificação dos animos, trazendo para Portugal a convicção de que a nossa casa reinante e o prestigio do nome português teem naquellas paragens um culto sincero, e de que é um grave erro querer governar hoje colonias á laia dos capitães-mores do seculo XVIII, com o desprezo pelos indigenas e com o desrespeito pela lei, pelos compromissos adquiridos, pelos costumes e pelas tradições sempre respeitadas. O problema da colonização portuguesa e da radicação do nome e dos interesses portugueses no solo ultramarino, vira-o claramente já no seculo XVI o genio de Affonso de Albuquerque, homem extraordinario, de cuja estatura de militar e de politico ninguem em Portugal ainda se approximou sequer! De quanto esse visionario ingente divisava, ha perto de quatro seculos, com lucidez genial, teve a prova o Senhor Infante D. Affonso ao encontrar na India, vivo e palpitante, o affecto pelos portugueses, no meio das ruinas em que o rigor do tempo tem convertido os monumentos do passado, e a que a inepcia dos homens tem reduzido a confiança, a boa fé, o affecto de muitos corações!

A acção do Senhor Infante D. Affonso, segundo Viso-Rei da Casa de Bragança naquella longinqua e gloriosa possessão, foi toda de apaziguamento, de carinho, de confiança inspirada, de affectos conquistados. Foram essas as sementes cujos frutos se colheram mais tarde.

Depois d'isto, o Augusto Principe não tem repousado da sua tarefa do bem. Vêmo-lo em seguida empenhado de

coração numa obra a que o seu nome ficará vinculado por um modo perduravel e eminentemente sympathico. O Instituto para a educação das filhas dos officiaes, orphãs ou destituidas de meios, honra a iniciativa e a previdencia de Sua Alteza, que por essa forma se mostra digno da herança de coração recebida de sua Augusta Mãe, — a quem Pia chamaram no berço, e que á piedade tem votado a sua actividade e intelligencia.

Vendo reflorescer no filho essa sua primacial virtude, a excelsa Senhora não podia encontrar na terra nenhuma tão grande e tão vivificadora consolação.

A muitas iniciativas de caridade e beneficencia se tem ligado o nome de Sua Alteza.

O Senhor Infante D. Affonso usa o nome do fundador da monarchia portuguesa e chefe de uma grande dynastia; este volume é consagrado aos factos militares que abriram esse glorioso periodo da nossa historia e nelle figura já o nome de Affonso Henriques, por uma forma decisiva nos destinos da patria.

Estava, pois, naturalmente indicada a consagração d'este livro. Áquelle que na serie dos principes portugueses guarda hoje o nome do criador da nossa nacionalidade.

INTRODUCÇÃO

INFLUENCIA DOS ARABES

NA

MILICIA PORTUGUEZA

INTRODUCÇÃO

INFLUENCIA DOS ARABES NA MILICIA PORTUGUEZA

CAPITULO I

O que devemos aos arabes

EMBRA a abelha o arabe.

Como a abelha vae aos calices das flores, pelo infinito dos prados, sugar os nectares, de tão diverso sabor e distincto aroma, com que fabrica o mel, assim o genio arabe foi buscar ao caracter peculiar a cada civilisação que conheceu, e ás regiões por onde passou ou onde assentou, a feição, o matiz, a fórma da sua civilisação, que acabou por ser tão original e tão caracteristica; e como o mel, que é manjar e panaceia, delicia e reconforto a um tempo, aquella civilisação alimentou o espirito de muitos povos e nutriu muitas gerações de fortes, sendo ainda hoje um elemento vivo e resistente, no seu caracter fundamental.

Genio arabe.

Relações da Arabia com o Occidente e Oriente.

Já Grecia e Roma se utilisavam dos seus mercadores para obter do Oriente as joias, as especiarias, os tapetes, o oiro em pó, o marfim, os perfumes, os escravos, as pedras preciosas; e Carthago valia-se dos seus soldados para engrossar os seus esquadrões conquistadores.

Antes mesmo de Mohamede[1], as florescentes cidades do Iemem (Arabia Feliz) e mais tarde os reinos de Hira (Caldeia) e de Gassam (Syria damascena), representavam grandes centros do commercio oriental e africano, em relações constantes com o Mediterraneo por um lado e com a India por outro. Durante dois mil annos as cidades do Iemen representaram o papel que depois passaria a ter Veneza no seu maximo explendor; nos reinos de Hira e de Gaçam os arabes estavam em intimo contacto com os persas e com os romanos.

Papel dos arabes.

Observa Humboldt[2] que os arabes se achavam admiravelmente preparados para representar o papel de mediadores e actuar sobre os povos comprehendidos desde o Euphrates até ao Guadalquivir e na parte meridional da Africa média.

«Possuiam uma actividade sem exemplo, que marca uma epocha distincta na historia do mundo; uma tendencia, opposta ao espirito intolerante dos israelitas, que os levava a fundirem-se com os povos vencidos, sem comtudo abjurarem, a despeito d'essa perpetua mudança de regiões, do seu caracter nacional e das tradicionaes recordações da sua patria originaria.»

Ao passo que as raças germanicas «não começa-

[1] Adoptamos n'este trabalho a transcripção do professor e nosso amigo o sr. David Lopes, que nos fez a fineza de uniformisar a orthographia das palavras de origem arabe segundo o que deixou exposto no seu livro *Textos em aljamia portugueza*, pag. 26 e seguintes, 1897, publicação da serie do centenario da India.

[2] Humboldt, *Cosmos*, t. II. v.

ram a polir-se senão depois das suas migrações, os arabes traziam comsigo, não só a sua religião, mas tambem uma lingua aperfeiçoada, e as flores delicadas de uma poesia que se perpetuaria pelos trovadores e pelos minnesinger».

Por intermedio dos phenicios, primeiramente, e depois por conta propria, era o arabe o corretor da civilisação entre os povos europeus e asiaticos; encarregava-se da permuta dos productos de cada região; e, n'essa convivencia com as diversas nações, ia assimilando o que n'ellas havia de interessante e de progressivo, e o transmittia logo.

O espirito guerreiro secunda o espirito mercantil.

O que o espirito mercador havia começado, cedo o completava o genio guerreiro, ao serviço de uma fé ardente e inquebrantavel, a fé porventura a maior que a idéa de Deus ainda encontrou para a realisação de altos destinos. «Nem que viessem para mim trazendo n'uma das mãos o sol e n'outra a lua, me fariam recuar!» Estas palavras do fundador da religião são a synthese da firmeza d'essa nova crença.

Mohamede, e a unidade arabe.

Nos confins da Arabia, um vidente, um revolucionario, um magico da palavra, «commerciante, propheta, orador, poeta, legislador, e debaixo de todas estas fórmas, sempre fiel ao typo arabe», erguia o pendão de uma doutrina, que não era absolutamente nova, porque tinha origem na Biblia, mas que no pandemonio de mythos e idolos em que a Arabia se dividia, representava uma necessidade da unificação de um povo e de uma raça; doutrina cheia de promessas no futuro e de compensações no presente; doutrina baseada nas aspirações mais vivas da natureza: a lucta e o prazer; e animada pela esperança de se fruir alem tumulo, engrandecido e multiplicado, aquillo que a vida indicára como digno de ser gosado e fruido.

Os torneios poeticos entre os bardos das diver-

sas tribus e povos nas feiras de Ocade, haviam preparado a unidade moral e a da linguagem, enaltecendo sentimentos que eram de todos, e compondo-se os poemas n'uma linguagem que era por todos entendida. A palavra inflammada do propheta, prégando a unidade divina, a união e concordia entre os homens da mesma crença, a simplicidade, a mansidão, a caridade como norma da vida, destruia os idolos antigos, obliterava as superstições, as nigromancias e os habitos grosseiros que embruteciam e escravisavam os povos.

Religião. «Deus unico, que não gerou nem foi gerado», era a fórmula concreta que arredava dos espiritos, conturbados pelas ficções do paganismo, as confusas creações do polytheismo idolatra, com o seu cortejo de animaes e plantas sagradas, de astros convertidos em divindades, e dos sacrificios, dos tormentos, das alcavalas do magismo. Abolindo essas differentes fórmas do culto, que differenciavam e dividiam os povos e as raças, a concepção sympathica de um Deus *uno* foi o primeiro grande passo para a unificação da humanidade. O proprio christianismo, cujo conteudo moral era aliás mais consentaneo com uma fórma superior do espirito e com as aspirações da liberdade humana, só conseguiu essa unificação mais tarde, com o progresso das idéas.

Nenhuma religião creou maior numero de adeptos do que o islamismo, que ainda hoje conta com milhões de proselytos em todo o mundo, apesar de todos os propagandistas e missionarios das outras religiões. Na opinião de Max Muller ella prégou a «moral mais elevada» que antes do christianismo se ensinou á humanidade, independentemente de idolos e de altares, e na de Baile produziu «os mais excellentes preceitos que se podem dar ao homem para praticar a virtude e fugir do vicio».

Mohamede (o *Glorificado)* era o homem que toda uma sociedade desnorteada reclamava, e o destinado, pela resultante de mil causas convergentes, a iniciar uma transformação profunda no meio em que dominasse. Representava uma necessidade.

Transformação social.

«Como teria podido esse homem, pergunta um escriptor hespanhol, levar atraz do seu verde estandarte 200:000 arabes, se não tivesse vindo melhorar a patria oriental, derrubar milhares de idolos, destruir os tumulos dos reis que se tinham feito enterrar com os seus leaes servidores, matar o antropomorphismo, salvar a vida do prisioneiro condemnado á morte, dar á mulher direito á vida e aos bens da familia, e iniciar mil e mil liberdades que hoje parecem mingoadas, porque vivemos a vida de uma sociedade mais culta, resuscitada pela philosophia sobre as ruinas da arbitrariedade?»[1]

Mohamede realisava a aspiração que, póde dizer-se, existia de ha muito na consciencia dos povos semitas, os quaes na Caba de Meca, especie de pantheon sagrado da Arabia, haviam reunido 360 deuses diversissimos, como que indicando assim que não passavam de puras fórmas de um mesmo intimo culto. Para levar a effeito a obra da unificação Mohamede desenvolvia esse germen de unidade que ligava os variados cultos da Arabia, comprehendendo que chegára o momento de todos os arabes se poderem reunir na mesma crença[2]. O templo da Caba fundára-o Abrahão; a doutrina da unidade divina era do mesmo veneravel patriarcha biblico; o apostolo d'essa doutrina, transformadora do mundo, sete voltas dera em redor d'esse san-

A Caba de Meca.

[1] R. Contreras, *Recuerdos de la dominacion de los arabes en España*, pag. 55.
[2] Gustave le Bon, *La civilisation des arabes*, liv. I, cap. III, § 3.º

ctuario, como para affirmar a sua absoluta submissão ao legado que recebêra de um tão sublime iniciador da sua fé. O genio semita, ligando a tradição do passado com a aspiração do futuro, encontrava a consagração da sua grande obra, no sentido de progresso da consciencia humana. Na direcção da Caba ficava, em todo o mundo musulmano, o ponto de orientação de todo o templo, a Quibla, para o qual todo o fiel tinha de estar voltado no acto da oração [1].

Pureza do monotheismo musulmano.

Superior ao budhismo na fórma pratica da sua essencia, e superior ao christianismo na subjectividade singela da sua concepção monotheista, de uma grande pureza, foi o mahometanismo a mais absoluta das religiões monotheistas do mundo.

«É d'este monotheismo puro, diz Gustavo Le Bon, que deriva a grandissima simplicidade do islamismo, e é n'essa simplicidade que se deve ir buscar o segredo da sua força. De facil comprehensão, não offerece aos seus adeptos nenhum d'esses mysterios, d'essas contradicções tão communs nos outros cultos, que muitas vezes offendem o bom senso... Foi de certo esta extrema clareza do islamismo, junta ao sentimento da caridade e da justiça de que está impregnada, que em muito contribuiu para a sua diffusão no mundo. Essas qualidades explicam a rasão por que populações, de ha muito christãs, como as egypcias na epocha do dominio de Constantino, adoptaram os dogmas do propheta, mal os conheceram, ao passo que se não cita povo algum mahometano que, vencedor ou vencido, se tenha tornado christão [2].»

Um dos processos pelos quaes se realisou a unificação foi o admittir no mesmo culto os sectarios

[1] *Alcorão.* Sura II, v. 139. Sigo a traducção de Kasimirski.
Idem, liv. II, cap. II, § 2.º

do Velho Testamento. Além do Alcorão, eram livros sagrados o Evangelho, o Pentateuco e os Psalmos; os Enviados de Deus eram, pela sua ordem chronologica: Moysés, David, Jesus e Mohamede.

Crenças e costumes estabelecidos. Sua transigencia.

O Alcorão representa a transigencia com muitas crenças e costumes existentes, e até com ceremonias do culto; a concepção do paraizo musulmano baseou-se nas ficções religiosas dos indios, dos persas, dos judeus; tambem entre povos orientaes estava perfeitamente justificada a immortalisação dos gosos e delicias dos sentidos.

A guerra.

Segundo o Alcorão *(al-coran,* a leitura), «a guerra é a chave do céo e do inferno, uma gota de sangue vertida pela causa de Deus, uma noite velada sobre as armas, valem mais que dois mezes de jejum e de oração». Era a fé convertida em estimulo á lucta e ao esforço pessoal; o Alcorão e o alfange!

Por isso o fundador da religião foi a um tempo um apostolo e um cabo de guerra, e o Alcorão o *Livro da Espada;* e é bem certo que se não fôra a guerra entre Medina e Meca talvez nunca o mahometanismo passasse de uma de tantas seitas que desde tantos seculos se vinham prégando na Syria e em toda a Asia Menor [1].

A expansão da guerra.

Inflammadas pela fé, as hostes musselimicas começaram a conquista do mundo. A Syria e o Egypto renderam-se desde logo ao poder das suas armas. A Syria, onde dominavam os gregos, era um alfobre de tradições classicas e hebraicas; o Egypto era o laço de união, activo, entre o Oriente e a Europa, e a reliquia de uma grande civilisação.

A pouco e pouco as expedições arabes faziam a

[1] Rafael Contreras, *Rec. de la dom. de los arab. en Esp.*, pag. 48.

quista da India, representante e depositaria de um opulento patrimonio scientifico e litterario do passado, e do Magrebe ou o Occidente, nome que elles deram á parte da Africa do Septentrião, até defrontar com a Europa.

Começára a expansão guerreira ainda em tempo do propheta, que conquistou os seus primeiros creditos de cabo de guerra no combate de Bedre, onde com os seus 314 discipulos armados, dos quaes apenas tres a cavallo, derrotou 2:000 adversarios da tribu dos coreixitas[1], aos gritos de *ahadhum! ahadhum!* (oh Deus unico!) Foi no segundo anno da hegira: em Medina ficára estabelecido o centro das operações activas (624 da era de Christo); tinha Mohamede então 54 annos de idade. «O combate de Bedre conseguiu mais a favor do islamismo que as mais eloquentes prédicas; os crentes fortaleceram-se na fé; os que hesitavam pronunciaram-se, os incredulos ficaram abalados[2].»

Começára o propheta por ter apenas o apoio de duas tribus, a dos Aus e a dos Cazraje, que no seculo v tinham arrancado Medina á posse de tribus judaicas, e eram inimigas figadaes das de Meca. Agora innumeros se tornavam os proselytos[3].

Novas expedições. Tomada de Meca.

Seguiram-se 37 expedições contra os mesmos adversarios, todas commandadas pelo propheta, que n'ellas contou nove victorias[4]. O seu exercito foi augmentando, aos estimulos da fé e dos triumphos adquiridos; e dos proprios revezes, que ás vezes sobrevinham ao maior numero de exitos, sabia o seu verbo inspirado tirar novos incitamentos

[1] A mais importante das tribus da Arabia, que se dizia descendente de Ismael.

[2] L. A. Sedillot, *Hist. gen. des arabes,* liv. II, cap. II,

[3] R. Dozy, *Hist. des musul. d'Esp.,* tom. I-II.

[4] *Observat. hist. et crit. sur le mahométisme,* por G. Sale, trad. do inglez. Sec. IIe nos *Liv. sacr. de l'Orient* de G. Pauthier.

para a vindicta! Quatro annos depois da jornada de Bedre, já Mohamede se apresentava com 4:000 homens em frente das muralhas de Meca, e a cidade rendia-se-lhe sem combate.

Convite para a nova fé.

Occupado este principal objectivo militar e politico, cuja posse determinava a prompta sujeição de muitas outras tribus, além dos coreixitas, que eram os mais intransigentes, Mohamede tentava no anno seguinte levar para além dos lindes da Arabia o seu activo proselytismo. Embaixadores e emissarios foram enviados ao rei da Persia, Cosroés Parviz, ao imperador de Roma, Heraclito, ao rei do Iemem, tributario dos persas, aos da Ethiopia, do Gaçam e do Egypto, a todos os principes, emfim, mais ou menos vizinhos, arabes ou não, que assim eram convidados a abraçar a nova fé. Como em Meca, começava pelo convite amavel, disposto porém, como se viu mais tarde, a levar a imposição das armas onde não sortisse effeito o convencimento.

Conquista da Syria e do Egypto.

Dois capitães famosos, que acabavam de se converter ao mahometanismo, deram ao nascente imperio, logo no anno seguinte, a posse de duas importantes provincias: Calede Benabulualide conquistava a Syria, e Amru Benalace parte do Egypto.

No entretanto Meca, sujeita mais pelo temor do que pela crença, tentára um esforço de emancipação; Mohamede, á frente de 14:000 homens, entrava na cidade, destruia os idolos, subjugava de vez os coreixitas, e com elles as outras tribus, mais ou menos afins, que se convertiam á nova fé.

Unificação da Arabia.

O mahometanismo passava a imperar de facto em toda a Arabia, ainda em vida do seu fundador; e quando este, por sua morte, deixou indicado Abú Becre para seu successor no califado, que firmára em tão vastas e solidas bases, já o crescente se alteava nos minaretes de uma grande parte da Asia

e do Egypto. Era o undecimo anno da hegira (632 da era christã)[1]; Mohamede descia ao tumulo com 63 annos de idade.

Morte de Mohamede.

Mas não se encerrava com elle, nas frias pedras do sarcophago, a sua idéa, que já fructificava vigorosa; e o povo arabe, cuja unificação politica se acabava de fazer, ia em breve, animado pelas suas crenças juvenis, e conduzido por habeis chefes, realisar a conquista do mundo.

*

* *

Successores do propheta.

Com o caracter de simples chefes de uma grande democracia nascente, com um espirito eminentemente religioso e politico, os primeiros successores de Mohamede reputaram-se meros depositarios do thesouro da fé e da conquista, legados pelo propheta, comquanto as antigas rivalidades entre os de Medina, os *Defensores* por excellencia da fé pura, e os de Meca, seus rivaes, de onde provieram os Omeiadas, representasse um permanente estado de discordia intima.

Foram Abú Becre, Omar, Otmam e Alí, n'um periodo de vinte e oito annos. Abú Becre, o commandante dos crentes *(Emir al-muminin),* limitouse, nos dois annos do seu califado, a fazer manter a lei e as tradições.

Novas conquistas.

Com Omar começaram as conquistas, na Babylonia que era dos persas, e na Syria, que era romana; Jerusalem e Alepo na Antioquia cederam ás armas mahometanas (637), e o mesmo succedeu a Farmaque, Memphis, Alexandria (641), onde os

[1] A hegira é fixada em 16 de julho de 622 da era de Christo. Foi assim instituido pelo califa Omar, á imitação dos christãos, que contavam a era dos martyres a partir da perseguição de Diocleciano, 284 da nossa era.

soldados de Amru, como os antigos legionarios de Roma, executaram trabalhos de reparação e construcção no canal sumptuoso, obra dos antigos egypcios, que liga o Nilo ao Mar Vermelho, e ergueram edificações novas[1].

Periodo de infiltração.

Foi este o periodo da infiltração das civilisações antigas; o poder arabe defrontava-se com os dois grandes imperios, o persa e o bysantino, que, embora roídos já pelo bacillo da decadencia, eram ainda uma grande força.

Na Mesopotamia e na Persia, em dois mezes, foi extincta a dynastia dos Sassanidas, com a victoria alcançada em Cadécia, no Iraque babylonio; a Nubia e o resto do Egypto eram tambem presa dos arabes. Em dez annos (634 a 644) não se podia fazer mais!

Com Otmam augmentam e consolidam-se as conquistas na Syria, na Persia, na Armenia, na Mesopotamia; Rhodes é destruida; as gazivas musulmanas chegam ao Caucaso e tomam os caminhos da India. Foram onze annos de affirmação por um lado, e por outro de iniciação da obra que Alí, o ultimo dos companheiros do propheta, não conseguíra em cinco annos (655–660) levar muito longe.

Moauia, o primeiro Omeiada, e tambem o primeiro califa com caracter de monarcha, faz durante os vinte annos do seu governo a conquista da Africa septentrional, funda, por intermedio do seu general Ocba bem Nafi, a cidade de Cairúm (670), com o nome de *Ifriquia,* que havia, mais tarde, de estender-se por toda a provincia; passeia numerosas esquadras pelo Mediterraneo, onde toma posse das ilhas e archipelagos que orlam a Europa;

[1] Girault de Prangey, *Essai sur l'archit. des arab. et des maures en Espagne.*

além de Magrebe, que é agora propriamente a região que passaria a chamar-se Mauritania, é a Sicilia um dos pontos em que assenta a sua base de operações contra o continente europeu; o valí do Egypto Haçam bem Naam toma Carthago; Muça bem Noceir faz a conquista de Tanger (Tingis) com o titulo de valí d'essa nova provincia; Constantinopla é investida e assediada durante oito annos; transpõe-se o Oxus e chegam até Samarcanda as algaras da temerosa invasão. Gigantesca obra de menos de um seculo!

Estão de novo em presença a raça arica e a raça semitica, como no tempo dos romanos contra os carthaginezes. Na Asia as conquistas são levadas até á China, e do mar da China ao Atlantico só havia um dominio real e duradouro: o dos Omeiadas [1].

A peninsula iberica.

Chegára a vez á peninsula iberica de soffrer o rigor das armas mussulmanas, mas tambem de receber o influxo fecundo de uma civilisação por tantas maneiras notavel. Dos factos militares nos occuparemos adiante; aqui procuraremos apenas indicar os sulcos profundos que essa civilisação imprimiu em toda a organisação social dos peninsulares, n'um dominio de seculos, sulcos que ainda hoje o tempo não conseguiu apagar.

*

* *

Os arabes na peninsula.

Em qualquer ramo da actividade social que estudemos as nacionalidades que se formaram na idade média, sobre as ruinas do imperio musulmano, na peninsula, encontrâmos logo a irrecusavel prova da influencia exercida pelos arabes nos usos,

[1] G. le Bon, *La civil. des arab.*, liv. II, cap. II, § 4.º

nos costumes, nos gostos, no caracter dos nossos antepassados. Para o demonstrar não é necessario o exaggero a que alguns escriptores têem levado o seu arabismo, ao ponto de encontrar em quasi tudo a imitação do arabe; basta examinar, serenamente, as influencias que mutuamente exerceram, um sobre o outro, o elemento oriental e o elemento europeu, sempre que se acharam em contacto, resalvando porém as suas qualidades fundamentaes de raça e civilisação.

Ao contrario dos visigodos, que nunca se haviam consubstanciado com a raça nativa, nem deixado do seu dominio, a não ser nas leis e na religião, grandes vestigios, no que representa a acção superior do espirito, em manifestação de cultura e de progresso, os arabes amoldavam aos seus gostos e á sua civilisação as populações onde dominavam, e ao mesmo tempo accommodavam-se aos gostos e costumes locaes. N'isto se pareciam com os romanos.

A sua cultura.

Quando entraram na peninsula vinham já impregnados do perfume e nutridos da essencia das grandes civilisações que conheceram na Asia, no Egypto, no Mediterraneo. Em contacto com os greco-romanos na Syria, e tendo ao mesmo tempo bebido na Mesopotamia, na India, no Egypto, na Phenicia, na Judéa, as bellas tradições do mundo oriental e do mundo classico, dotadas de um espirito de assimilação verdadeiramente assombroso e de um genio essencialmente progressivo, nenhum povo estava mais apto do que o arabe para a missão de conquistar e civilisar o mundo, que se ia afundando n'uma decadencia profunda.

Renovação da Europa.

A Europa, que a dissolução do imperio romano e o dominio dos barbaros haviam feito retrogradar no caminho dos seus antigos progressos, passava a dever aos arabes o seu primeiro renascimento.

Com a cultura da mathematica, da chimica, da

astronomia, da medicina, que haviam aprendido no Oriente; da philosophia e da musica, que guardava as tradições gregas; da geographia, que proveitosamente haviam estudado e desenvolvido; da architectura, que denotava inspirações diversas, mas que ao influxo do seu genio assumia fórmas caprichosas e encantadoras, como tambem o mosaico e as pinturas muraes; com a introducção na Europa do estudo das linguas orientaes, como o arabe, o tartaro, o armenio, e da bussola, da polvora e das armas de fogo; com a traducção de innumeros livros classicos e a formação de soberbas bibliothecas, como as de Constantinopla e de Cordova, os arabes eram a personificação da mais alta cultura do seu tempo. Ao mesmo passo novas plantas, novas sementes, novas culturas vinham alentar o envelhecido solo europeu: era o linho, o arroz, o café, o limão, a laranja, o damasco, o algodão, a canna doce; a fauna domestica era acrescida com novas especies curiosas e uteis; nos mercados scintillavam as joias de preço e luziam os mais ricos productos de todo o mundo industrial e artistico: crystaes, tecidos, perfumes, os xaropes, o papel, as drogas odorosas e salutiferas.

Era o resultado, não só do estabelecimento e influencia dos arabes na Europa, mas do movimento das cruzadas, tão fecundo para a civilisação, comquanto falho no ideal que se tinha proposto.

Os povos, que o feudalismo dividíra e procurára encerrar dentro dos ameiados adarves dos castellos, eram attrahidos ás festas publicas nos arraiaes, nas feiras, nos bazares; á religião soturna das catacumbas e dos concilios era dado o espectaculo festivo de uma religião alegre, cheia de luz, de cantos, de guzlas tangidas e adufes rufados! A pertinacia na perseguição, na tortura, na conversão á força de supplicios e ameaças, era substituida pelo prin-

cipio da tolerancia e da caridade. Na sua rudeza primitiva, pelas proprias condições da natureza onde se creára sem peias, o arabe realisára pelo instincto o principio da liberdade, igualdade e fraternidade, que só muito mais tarde seria proclamado pela revolução franceza[1].

Dozy, citando Burckhardt, que assevera não haver na Asia povo mais tolerante que o arabe, observa que essa tolerancia data de longe, porque um povo tão cioso da sua liberdade difficilmente admitte a tyrannia, em materia de fé, e já no seculo IV, Marta, rei do Yemem, costumava dizer: «Reino sobre os corpos e não sobre as opiniões; exijo dos meus subditos obediencia ao meu governo, pois quanto ás suas doutrinas ao Deus creador compete julgal-as[2].»

A polygamia arabe.

É verdade que na polygamia e na escravidão estavam dois grandes germens do mal que de futuro havia de enfraquecer e tornar incompativel com os progressos da consciencia humana o islamismo. É porém necessario considerar qual a condição da mulher antes de Mohamede[3], que procurou tornar policiado e legal, em determinadas condições, o que era um verdadeiro arbitrio escandaloso, até entre christãos, como succedia com os godos na Hespanha. O Alcorão tornou as filhas herdeiras dos paes, e acabou com o barbaro costume d'estes as poderem enterrar vivas; impoz ao marido o respeito e o amparo ás mulheres; regulou o dote e a situação das viuvas perante a lei; restringiu a quatro o numero de esposas; sujeitou o

[1] R. Dozy, *Hist. des mussul. de Esp.*, tom. II.
[2] R. Dozy, idem, tom. I-II.
[3] ...«partout on voyait le triste sacrifice d'un sexe à l'autre, l'esclavage de la femme, la polygamie autorisée, les filles enterrées vives par le père pauvre qui craignait de voir un jour son nom deshonoré...», Sédillot, op. cit., liv. I, cap. II.

divorcio a formalidades; prohibiu casamentos em determinadas condições de parentesco; puniu severamente o adulterio. Ainda hoje, como affirmam os viajantes e os escriptores, a polygamia «não só não é tão commum entre os arabes, como se imagina na Europa, mas é rara», e a não ser em algumas cidades, «as mulheres arabes gosam de uma grande liberdade e sobretudo de um grande poder nas suas casas[1]».

Tudo isto representa um grande progresso em relação ao anterior estado social.

O fatalismo.

Tambem a accusação de ter Mohamede decretado o fatalismo como doutrina religiosa, e ser essa a causa do estacionamento da civilisação arabe, é exagerada, apesar de ter passado em julgado; Elsner pretende que se lhe agradeça o haver estabelecido, embora á sua maneira, a crença da immortalidade da alma; Sedillot observa que em todo o seu livro, ao contrario do fatalismo, elle admitte a «liberdade do homem e a acção omnipotente da sua vontade para o bem e para o mal[2].» A principal rasão da intransigencia doutrinaria do islamismo está na propria essencia da sua fé, na pureza absoluta do seu monotheismo, creação do deserto. Fallando do caracter das religiões semitas, diz Renan que a rasão por que a Arabia foi sempre «le boulevard du monothéisme le plus exalté», é porque o deserto é monotheista: «sublime na sua immensa uniformidade, revelou desde logo ao homem a idéa do infinito, mas não o sentimento d'esta vida incessantemente creadora que uma natureza mais fecunda inspirou ás outras raças. O monotheismo explica todos os caracteres da raça semitica, onde a consciencia é clara, mas pouco extensa, compre-

[1] Adolphe d'Avril, *L'Arabie contemporaine*, p. II-2.
[2] Sédillot, op. cit., liv. II, cap. III.

hendendo maravilhosamente a unidade, mas não conseguindo alcançar a multiplicidade[1].»

A causa fundamental dos progressos do christianismo em paralello com o islamismo, não nol-a explica apenas o criterio religioso, mas o criterio geographico e tambem o ethnico. A civilisação musulmana foi differente na Hespanha como o foi na Berberia, e o christianismo na peninsula iberica foi, é, e continuará a ser differente do christianismo nos paizes do norte. É uma questão que se prende com o que Buckle denomina «aspectos da natureza».

A escravidão.

Quanto á escravidão, que subsistiu, bastante será lembrar que era essa uma das condições da existencia das sociedades n'esse tempo, e que povos christãos, até aos nossos dias, continuaram no uso e no commercio da escravatura. A abolição d'esse trafico odioso foi obra do progresso das idéas, e só se realisou, ainda assim, n'este seculo; note-se, todavia, que no Alcorão se impõem obrigações ao senhor em relação ao escravo, e que se estabelece que a alforria é das coisas mais agradaveis a Deus.

*

* *

Civilisação arabe em Portugal.

Não só durante o seu dominio na peninsula, mas em todo o periodo da Reconquista, e muito depois, a sciencia e a arte dos arabes imperaram entre nós. A sua influencia foi profunda.

N'uma informação enviada ao conde de Raczinski, dizia Alexandre Herculano que «nos primeiros tempos da nossa monarchia eramos obrigados a recorrer aos architectos mouros e mesmo a artistas

[1] E. Renan, *Hist gén. et système comparé des langues semitiques*, liv. I, cap. I, 1863.

d'essa raça para a construcção das igrejas christãs». Os prisioneiros das Navas de Tolosa foram empregados na construcção dos templos christãos. O mesmo succedeu com as fortalezas e com os engenhos de guerra, em toda a peninsula.

Raczinski observa que não é isso de admirar, porquanto n'essa remota epocha os moiros de Hespanha cultivavam com grandissimo exito as artes e as sciencias, o que é attestado pelos monumentos e pela fórma dos minaretes, que prolongaram a sua existencia em Portugal até aos nossos dias [1]. É o que está comprovado pela infinidade de estudos feitos principalmente em Hespanha.

Não foi o territorio portuguez aquelle onde os arabes deixaram mais grandiosos vestigios da sua passagem, havendo mesmo regiões onde não assentaram; mas ao sul do Douro, e muito particularmente no Ribatejo, no Alemtejo e no Algarve, ainda hoje podemos reconhecer a influencia poderosa que teve entre nós aquelle povo, na fórma das casas, com os seus pateos, mirantes, varandas caracteristicas, grades de tijolo, chaminés redondas; nos restos de antigas construcções; no systema da abobadilha; nos representantes de antigas industrias, como o fabrico dos tecidos em Arrayollos; nos azulejos em relevos; nas diversas fórmas e nomes da ceramica, como a de Extremoz [2]; na variedade dos doces; nas palavras ainda em uso; na designação de muitas ruas, logares e objectos [3]; em certos costumes e tradições; e até no typo dos habitantes.

[1] Raczinski, *Les arts en Portugal*, pag. 331.

[2] Só em nomes de vasos temos, por exemplo, albarrada, alcadefe, alcatruz, almofia, almotolia, bacia, barranha, batega, botija, jarra, garrafa, alguidar, etc.

[3] Só no Alemtejo, temos os seguintes nomes de rios e ribeiras: Odejebe, Xarrama, Almanzor, Odecexe, Odiana, Odivellas, Oriola, Odiaxere, Odoloca; de povoações: Bensafrim, Benalifé, Bencafede, Machede, Manizola. Entre outros nomes de povoações do Alemtejo

Referindo-se ás tradições mouriscas de que está embebido o meio em que foi nado e educado, diz um escriptor portuguez, n'um seu recente livro, que foi «nascido no campo, no meio dos encantos da natureza, n'uma terra pittoresca, onde tudo, até o proprio nome d'ella[1], as designações das localidades, dos instrumentos agrarios e dos objectos de uso commum, são ainda vocabulos da lingua dos habitantes de ha oito seculos; costumado a ouvir fallar a toda hora no *Castello dos mouros,* no *Lago dos mouros,* na *nora* mourisca, no telhado á mourisca, em Al-farim, em Al-cerbe, em Az-zoya, em Al-queidão, ligando esses testemunhos da realidade e da historia aos encantos da lenda e da phantasia[2].»

Foi a architectura uma das bellas manifestações do genio arabe na peninsula; Cordova, Sevilha, Granada, Toledo, lá estão para o attestar. Em Portugal, se não existem monumentos de igual grandeza, muito ha ainda que nos faça admirar a actividade e a originalidade esthetica d'aquelle povo: — Cintra *(Xintara),* guardando na cinta dentada das muralhas que ornam o altivo cabeço, restos sagrados de uma mesquita; no valle os banhos do antigo alcaçar, e, sentinellas do passado, arrogantes no espaço, as gigantescas chaminés mouriscas; Lisboa *(Ulixbona),* conservando ainda nos pannos da muralha da antiga Medina a porta que Martim

Architectura.

temos: Alcanede, Alcalva, Alvito, Divor, Alconchel, Motam, Alcaçovas, Cuba (de Alcube), Alcacer, Alpedriche, Almodovar, Albufeira, Bencatel, Benamorique; são innumeras as palavras em todos os generos, que entre nós mostram ainda a grande influencia do povo arabe nos diversos ramos da activididade. Veremos como essa influencia foi particularmente notavel na milicia. Sobre a origem arabe d'essas palavras vejam-se os trabalhos de frei João de Sousa e frei José de Santo Antonio Moura, Pihan, Dozy e Engelmann, Eguilaz y Ianguas, Littré, etc.

[1] Azeitão. Azeitúm em arabe, *olivedo.*

[2] Oliveira Parreira, *Os luso-arabes,* vol. I.

Moniz tornou veneranda; em Evora as janellas que ainda se vêem rasgadas nos adarves romanos do castello; S. Thiago do Cacem, com as duas cercas primitivas e a cisterna; Silves (*Xilb*), com as suas muralhas de taipa, e povoada de lendas e de ruinas suggestivas; em Lamego a porta primitiva da mesquita sobre que se fundou Santa Maria de Almacave, etc.

Seria em extremo curioso o estudo que se fizesse sobre o que ainda hoje se conserva com evidente marca d'aquella civilisação.

Artistas orientaes e gregos.

Nas suas edificações mais notaveis na peninsula, os arabes começaram de recorrer aos artistas gregos e orientaes, até se assenhorearem dos segredos das artes, e serem depois, na Reconquista, os edificadores das melhores obras christãs.

Foi assim que na edificação do maravilhoso alcaçar de Cordova, a Meca do Occidente, typo da primeira maneira da arte architectonica arabe na peninsula, Abdarramão mandou vir os mais habeis architectos de Bagdade, de Constantinopla e de outros pontos, que trabalharam sob a direcção de Abdallah Beniunas[1]. Era uma obra cosmopolita; porque, do mesmo modo que os artistas, de diversas partes do mundo vieram os materiaes: de Almeria o marmore branco, de Tunis o marmore verde e côr de rosa; de Constantinopla ou da Syria, como outros referem, veiu, trazida pelo grego Ahmada, a monumental fonte onde se collocaram as doze figuras de animaes em oiro, fundidas na real manufactura de Cordova[2].

Como toda a civilisação arabe, principalmente n'essa epocha, os seus monumentos representavam um consorcio harmonico de inspirações, estylos e

[1] Girault de Prangey. Ob, cit., pag. 55.
[2] Idem.

materiaes de outros povos e civilisações, do mesmo modo que a sua lingua conserva, na infinita variedade dos seus dialectos, uma absoluta homogeneidade[1]. Nos conhecimentos adquiridos sobre as diversas partes da construcção e decoração dos edificios; na riqueza dos materiaes; na adopção de certas fórmas de arcos, de cupolas, tectos doirados, columnas, pilastras e ornamentações, mais tarde modificados e aperfeiçoados, imprimindo-selhe um cunho original, seguiam as inspirações e processos persas, gregos, romanos e bysantinos; os mesmos motivos eram desenvolvidos em symphonias de marmore, de agatha, de porphiro, de oiro, crystal, pedras preciosas, cedro aromatico, estuques esculpidos, mosaicos polychromos *(feci feçá)*, em Bagdade, Cairo, Damasco, Cairúm, Palermo, Ravena, Amalfi, Veneza, Constantinopla, Cordova, Granada, Palma de Maiorca, Cintra; e n'esta concorrencia de aptidões e de talentos os artistas arabes tornaram-se rivaes dos artistas bysantinos da Europa e da Asia[2], representantes da fusão da arte classica com a do oriente. Crearam uma arte original[3].

Opinião errada.

Um escriptor superficial no assumpto, e que evidentemente não aprofundou os estudos sobre a arte

[1] Burckhardt, cit. por G. le Bon. Ob. cit., pag. 273.

[2] G. le Bon. Idem, pag. 49.

[3] «A verdadeira originalidade, diz Gustavo le Bon, revela-se na rapidez com que sabe transformar os materiaes que tem á mão para os adaptar ás suas necessidades, crear assim uma arte nova, onde os elementos antigos se transformam em novas combinações. O caracteristico d'essa arte é a imaginação, o brilho, a scintillação, a exuberancia no ornato, a phantasia nos minimos pormenores. «Uma raça de poetas e escriptores, — e qual é o poeta que não é ao mesmo tempo um artista, — que se tornasse bastante rica para realisar todos os seus sonhos, devia conceber aquelles palacios phantasticos que parecem rendas de marmore incrustadas de oiro e pedras preciosas. Nenhum povo possuira taes maravilhas, nenhum as possuirá mais. Corresponde a uma idade de juventude e de illusão que se desfez para sempre.» *Civ. des arab.*

aràbe, Daniel Ramée, diz, na sua *Historia da Architectura*[1], entre outras as seguintes barbaridades: «A sombra das artes da Grecia projectada por meio dos romanos na peninsula iberica não deixou vestigios, porque foi apagada pela acção dos mahometanos. A grandeza, a elegancia e a graça architectonicas faltaram aos edificios hespanhoes durante a idade media. Vê-se ali reinar o arbitrario, o extravagante mesmo, acompanhados de uma sobrecarga prodigiosa de ornamentação, que raras vezes é de um gosto elevado. Sente-se em toda a parte e sempre a influencia mahometana, que naturalmente perpetuou o espirito selvagem do deserto nas bellas e ridentes regiões do sul e do leste da Hespanha». Como se vê, este historiador de arte suppõe que os arabes de Cordova com os Abdarramães, e os de Granada com os emires almohadas, eram *selvagens do deserto*, e o que é mais, attribue-lhes a superstição e o phanatismo que reina em Hespanha! É o inconveniente de tratar da arte de um povo sem lhe conhecer a historia; do mesmo modo que é impossivel tratar da sua historia sem lhe conhecer a arte!

Opinião de Prangey.

Temos, porém, para contraste, o parecer de outro escriptor que mais particularmente estudou o assumpto:

«Por estas asserções tão positivas de um auctor tão estimado como Bem Saíd, diz Girault de Prangey[2], parece que a Andaluzia era ainda, nos seculos XII e XIII, o paiz por excellencia, como no tempo do esplendor de Cordova no tempo dos Abderramães. A tradição vem, pois, como o exame dos monumentos da Hespanha mussulmana, dar testemunho de um desenvolvimento extraordinario

[1] Daniel Ramé, *Hist. générale de l'architecture.*
[2] Girault de Prangey. Ob. cit., pag. 117.

das artes, das sciencias e das lettras na Andaluzia, mesmo depois da quéda do califado de Cordova.»

Prangey refere-se tambem aos azulejos «peças de faiança de côres brilhantes, que uma arte nova dispõe symetricamente em desenhos maravilhosos», e n'este particular não é Portugal das regiões menos ricas da peninsula; basta citar os soberbos azulejos arabes, com relevos geometricos, da Sé velha de Coimbra, antiga mesquita, os do alcazar e do palacio da Pena em Cintra, os de Alcochete e os que se encontram em abundancia em Evora. «Os azulejos, diz Raczinski, constituem em parte a physionomia de Portugal», e mesmo que o seu nome não provenha do arabe *(azulaj* ou *azulec)* como alguns pretendem[1], entre outros o nosso visconde de Jorumenha, a verdade é que os mais antigos que entre nós se encontram têem analogia com os de Alhambra[2], e os azulejos relevados do seculo XVI denotam evidente influencia arabe[3].

Azulejos.

A arte arabe tem um caracter inconfundivel, e o seu estudo, como o da litteratura, legislação, arte da guerra, e outras manifestações do seu genio, são absolutamente indispensaveis para a comprehensão exacta do seu papel na historia. Expressão das idéas e dos sentimentos de um povo, bastam só por si os productos artisticos para nos fazerem comprehender a fórma e o caracter de um determinado estado social. «A mesquita, a um tempo escola, templo, estalagem e hospital, revela-nos a fusão completa da vida civil e religiosa entre os discipulos do propheta; um palacio arabe, como o

Caracter da architectura arabe.

[1] *Catal. de algun. voces castel. puramente arabigas, ó derivadas de la lengua griéga, y de los idiomas orientales, pero introducidas en España por los arabes.* Mem. da acad. de la hist. de Madrid, tom. IV.
[2] Raczinski. Ob. cit., 24e lettre.
[3] Gabriel Pereira, *Est. eborenses*

de Alhambra, com o seu exterior sem decoração, o seu interior brilhante, mas fragil, dizem-nos da existencia de um povo engenhoso e superficial, que ama a vida exterior, só pensa na hora presente e abandona a Deus o futuro.»

Distingue-se em tres periodos bem caracteristicos a architectura arabe: o periodo dos Abdarramães, de directa influencia bysantina, cuja séde foi Cordova e Toledo antes do seculo x; o periodo arabe-mourisco, de transição, depois da quéda do califado de Cordova, mais elegante de fórmas, e tendo por séde principal Sevilha; e o terceiro, inteiramente mourisco, caprichoso nos pormenores ornamentaes (como a escripta nesqui, cursiva, de fórmas angulares, substituindo os caracteres cuficos), periodo que tem por emporio Granada, e Alhambra por joia de inestimavel preço.

Influencia em Portugal.

D'estes periodos havia de certo de ter feito sentir entre nós a sua influencia o primeiro, e em parte o segundo, em cidades tão importantes como eram Silves, Lisboa, Alcacer, Evora, Condeixa a Velha, e outros centros populosos; o terceiro, porém, floresce já quando o dominio portuguez põe fóra da influencia da Andaluzia musulmana o novo reino christão. Não nos pertence esse estudo, que se prende com interessantes questões da origem e epocha de florescimento na peninsula das arcarias arabes em fórma ogival e de ferradura, dos minaretes de fórma quadrangular, da columna, tão caracteristica, nas suas proporções e fórma, e outros pontos curiosos. Um facto apenas deixaremos apontado, e é que quanto mais periclitante e restricto se torna o dominio arabe na peninsula, mais o genio d'esse povo recorre ás suas tradições e origens. A situação da Andaluzia, e as antigas relações com o Oriente e o Egypto, facilitaram essa reflorescencia oriental.

Os arabes e os mouros tinham creado escola, e o que Herculano affirma com relação aos architectos arabes em Portugal encontra-se confirmado em toda a peninsula. É assim que desejando o rei de Castella, D. Pedro o *Cruel*, reconstituir em Sevilha os alcaçares, arabes, mandou vir de toda a parte operarios mudéjares[1]. Era já no meiado do seculo XIV.

Artistas peninsulares.

Fôra Toledo uma creadora de bons artistas arabes, e segundo uma inscripção do mencionado alcaçar de Sevilha, o rei mouro Nazur mandou vir d'aquella cidade o architecto e mestre principal na construcção dos palacios, e de Toledo eram tambem os outros artistas[2]. Diz o escriptor arabe Bemsaíde: «foi da Andaluzia, então reunida ao imperio de Magrebe, que os emires almohadas, Iuçufe e Iacube Almançor, mandaram ir architectos para todas as edificações que se levantaram em Marrocos, em Rabate, em Fez, em Mançoria; e é um facto muito conhecido que em epocha alguma a capital do Magrebe foi tão florescente como sob o dominio dos descendentes de Abdalmúmem. Por outro lado é igualmente notorio que hoje (1257) esse esplendor, essa prosperidade de Marrocos, parece ter-se transportado para Tunis, cujo actual sultão constroe monumentos, edifica palacios, planta jardins e vinhas á maneira dos andaluzes. Todos esses architectos são naturaes d'este paiz, como tambem os pedreiros, os carpinteiros, os fabricantes de mosaicos, os pintores e os jardineiros. As plantas dos edificios são delineadas pelos andaluzes, ou copiadas dos monumentos do seu paiz[3].»

São conhecidas as intimas relações dos nossos

O Algarve.

[1] Cean Bermudez, *Noticias*, tom. I, pag. 66.
[2] Idem, pag. 238.
[3] Cit. por G. de Prangey.

Algarves com a Andaluzia, n'esses tempos; e é lisonjeiro para a peninsula ter sido definitivamente com os arabes a civilisadora da Africa do norte, desde Ceuta a Tunis.

Construcções militares.

Veremos n'outro capitulo como o mesmo facto se dá em construcções militares, fabrico de engenhos de guerra, e tambem no reflexo da organisação militar da peninsula no norte da Africa.

Mesmo depois da reconquista, como durante ella, os christãos continuaram a edificar á maneira mourisca. É tambem o que militarmente succedia nas formações, modos de combater, armas e outros instrumentos, que continuaram a ser mouriscos, ou á laia mourisca, entre os christãos.

A tomada de Toledo por Affonso VI, para Castella e Leão, a acção persistente dos Berenguer na fundação do reino de Aragão e Catalunha, a integração do reino portuguez até Affonso III, a rendição de Granada pelos reis catholicos, realisaram na peninsula a mesma obra de approximação e fusão dos dois elementos antagonistas, do mesmo modo que ella se produzia na Secilia, pela conquista dos normandos. D'ahi a origem do estylo architectonico denominado mudéjar, que não é mais do que o consorcio auspicio da arte mussulmana com a arte christã [1].

Isto nos mostra, mais uma vez, que não é possivel fazer-se a historia isolada de qualquer ramo da actividade de um povo, sem lhe conhecer-mos as relações com outras fórmas d'essa actividade. A arte da guerra, n'um determinado meio social, é o producto e o reflexo do que n'esse meio se produziu em materia de artes, litteratura, industrias, leis, e até de religião. Em nenhum povo está isso melhor

[1] Portada de uma casa de Toledo. *Arte de D. Manuel de Assas*, no Museu Espan. de Antig., tom. III.

demonstrado que no povo arabe, que deveu tudo á sua actividade guerreira, animada pela fé religiosa, e engrandecida e embellezada pelas variadas e brilhantes manifestações do espirito.

Nos outros ramos das bellas artes não foram os arabes tão notaveis como na architectura; em todo o caso deixaram vestigios luminosos no tocante á pintura, á escultura, á musica e ás artes industriaes.

Esculptura.

A pintura e a esculptura tiveram o caracter de simples tributarias da architectura, sem individualidade e desenvolvimento proprios; comtudo, mesmo antes da arte se ir emancipando, como os costumes, das severas prescripções religiosas que prohibiam a representação de seres creados, a pintura e a esculptura procuravam na phantasia e no capricho remediar a deficiencia que lhes provinha de não puderem ir buscar modelos á natureza; combinavam os themas mais irriquietos e graciosos sobre o motivo constante das figuras geometricas, da linha e do polygono, que em variações geniaes se desenvolvem nos mais formosos arabescos, nos mais complicados esfusiamentos de traços, de fitas, de curvas, de laços, de circulos, de triangulos, de elypses, de espiraes,—como uma symphonia que fixasse em relevos de pedra, ou em lavores de estuques polychromos, o caminho aereo das suas escalas chromaticas; mas esculpindo-se de facto, em caracteres angulosos e firmes, inscripções e disticos, destinados a entoar, através dos seculos, graças e louvores á divindade! Formosa idealisação da arte!

Alguns chronistas arabes referem-se a estatuas existentes nos palacios de Hespanha e do Egypto, mas não ficaram vestigios d'essas producções artisticas, não se podendo por isso avaliar o grau de perfeição que haviam attingido.

Pintura.

O mesmo succede com relação á pintura, pois não se encontram provas reaes da existencia dos quadros muraes representando scenas de caça e figuras de mulheres, a que alguns escriptores se referem, com informações sobre escolas de pinturas; Macrizí, fazendo a biographia dos pintores musulmanos, refere-se a estofos pintados a primor pelos arabes do Cairo; na peninsula raros specimens, alguns de authenticidade duvidosa, como as pinturas do tecto da sala de justiça em Alhambra, e algumas illustrações em manuscriptos antigos, não fornecem elementos para uma apreciação segura.

Musica.

A musica não se elevou a altas concepções entre os musulmanos; mas a paixão dominante dos arabes da peninsula como em toda a parte foi a musica e a dança. Como ainda hoje entre os beduinos, era para os arabes do deserto uma consolação e um deleite. Começando por serem cultivadas e exercidas por classes inferiores, sobretudo pelas mulheres, a musica passou não só a interessar superiormente a gente culta, mas a constituir-se em materia de estudo para gente grave e erudita que «se esforçaram por dar a esta arte uma theoria racional»; como n'outros ramos da arte, fôra a Persia a mestra e inspiradora[1].

O persa Alfarabi, primeiro commentador da *Poetica* de Aristoles, deixou estudos sobre a musica, entre elles o codice do Escurial, *Elementos de musica,* que foi examinado por Casiri, e Munk é de opinião que elle fez adiantar muito entre os arabes a theoria da musica[2]. São innumeros os tratados de musica que possue o archivo do Escurial, e no tempo dos Omeiadas a musica mereceu culto en-

[1] *Hist. Gen. de la musique,* por F. J. Fetis, tom. II e *Almanak da Dyn. Mahomet. em Hesp.*, trad. de Gayangos.
[2] Menendez Pelayo, *Hist. de las idéas estét. en Esp.,* tom. I-III.

thusiastico em Cordova, Toledo e Granada. — De origem ou de adopção arabe temos o *adufe,* o *mafil,* a *aravia,* o *orrabil,* os *atabales,* a *rabeca,* etc.

«Não ha cacida (poesia narrativa), conto ou ballada, sem musicos e tocadores, tomando parte nos prazeres de familia e nos negocios de Estado. Assim, pois, de todos os povos da idade media, foi o arabe aquelle que mais se occupou da arte e o que maior numero de instrumentos exercitou, porque todos os que se transmittiram da Grecia ao imperio de Bysancio, e os que usavam as antiquissimas tribus da Persia, foram conhecidos na peninsula durante o dominio barbaro e romano, e desde os tempos da invasão houve orchestras harmonicas que se compunham de sete ou oito instrumentos. Eram estes: o *mizmar,* especie de flauta sem chaves; o *zolami,* como o oboé; o *zemer,* trompa de metal ligeiramente aberta n'um extremo; o *bok,* cano de metal que se alongava por meio de tubos; o *berbat* e o *rebal,* guitarra e violino, e o *canom,* tympano ou psalterio[1]. Foi commum o uso da harpa ou cithara entre as mulheres, e uma especie de guitarra redonda que soava como a bandurra. O tambor e os pitos serviam apenas para marcar o passo ás tropas. Os cantores principiavam com uma especie de cantochão, que servia para a leitura do Alcorão, e d'este genero passavam ás cadencias mais doces, com as quaes recitavam as suas poesias.

«Havia orchestas nas justas e torneios, nos columpios, cavallinhos de pau (kewedj), e nas danças de mulheres que acompanhavam com uns pausitos, entoando córos. Tal era a affeição á musica que,

[1] Alguns d'estes instrumentos indica-os Felio com a fórma *Lanon, rebab, zarrir;* Gayangos n'uma nota ao cap. III, tom. I, liv. I, cita *rabáb, dámin, zalémi, mismar, bok,* e outros.

quando Ziryal veiu de Irac para Hespanha, precedido da sua immensa reputação, Abdelramão II saíu de Cordova para receber o artista, o encheu de presentes, o sentou diariamente á sua mesa e lhe arbitrou uma avultada pensão. Todos os musicos arabes desde então acommodavam as suas composições ás regras d'este celebre maestro[1].»

Danças mouriscas em Portugal.

Em Portugal imperou por muitos seculos o uso e gosto dos cantos e danças á maneira dos arabes; as tradicionaes danças mouriscas, com o seu rei mouro e alfaquí, encontramol-as, em grande affeição, desde os primeiros tempos da monarchia.

Herculano, no seu conto *Arrhas por foro de Hespanha,* apresenta-nos danças judengas, folias mouriscas e trebelhos ou jogos», a esperar no Porto el-rei D. Fernando I quando fugiu de Lisboa com D. Leonor Telles. «Adiante d'el-rei, as danças dos mouros e judeus volteavam rapidas, ao som da viola ou alaude arabe.»

São as mesmas danças a que se referem os embaixadores de Frederico III da Allemanha que em Lisboa vieram (1451) buscar-lhe a noiva, a infanta D. Leonor, filha de el-rei D. Duarte e irmã de Affonso V; as mesmas do tempo de D. João II, a que se refere Garcia de Rezende:

> Vimos grandes judiarias,
> judeus, guinolas e touras,
> tambem mouras, mourarias,
> seus bailes, galantarias
> de muitas formosas mouras.

D. Manuel tinha ao seu serviço «musicos mouriscos que cantavam e tangiam com alaudes e pandeiros».

Na côrte de D. João III, tendo a rainha D. Catharina os seus bailadores e tangedores de Mouris-

[1] R. Contreras. Ob. cit.

ca, em 1551 mandava-lhes dar 2$000 réis pelo corregimento da casa em que se agasalhavam junto do paço real de Almeirim; d'esses artistas ficaram os nomes de Francisco Teixeira, Rodrigo Teixeira e Antonio Fernandes, que assignaram o recibo, e que eram portanto os legitimos representantes da tradicção musulmana no tocante á arte da dança, como do seculo XVII nos ficou, entre outros, o de Francisco Ferreira, mestre de dança moirisca[1]. E assim até aos nossos tempos[2].

Artes industriaes.

Nas artes industriaes o cunho deixado pelo genio arabe na sua estação na peninsula denuncia desde logo um povo de um fino gosto artistico, de uma esthetica levantada e pura, de um encanto raro no seu viver domestico e social. Não ha objecto de uso, por mais vulgar que seja,— uma bilha de barro, uma faca, uma taça,— que não tenha uma fórma graciosa e um typo inconfundivel. Seria longa a lista dos objectos que enriquecem os museus do mundo, provenientes da industria peninsular: medalhas, moedas, joias cravejadas de pedras preciosas ou encrustadas de metaes finos, mosaicos aperfeiçoados dos romanos e dos orientaes[3]; armas tauxiadas de oiro ou prata, damasquinadas, objectos de crystal, de marfim, de vidro; a louça esmaltada, os tecidos tintos em côres vivas e formosas, os tapetes e estofos de uma grande riqueza de tons e de desenhos, productos que têem excellentes representantes ainda hoje em toda a peninsula, mesmo em Portugal, etc.

[1] Freire de Oliveira, *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, vol. v.

[2] É curioso, sobre este assumpto, o capitulo consagrado ás danças portuguezas pelo nosso amigo dr. Sousa Viterbo no seu livro *Artes e artistas em Portugal*, 1892.

[3] *Mosaicos, aliceres, azulejos arabes y moudejares*, por D. Rodrigo Amador de los Rios y Villalt.— *Mus. Esp. de Ant.*, tomo IV.

Differentes officios.

Eram os mouros e os judeus os que especialmente exerciam as industrias mais caseiras e triviaes, do mesmo modo que eram, por excellencia, os cultores das letras e das sciencias; em *mourarias,* como a que em Lisboa legou o nome a um bairro, ou pelos campos, exerciam os misteres de alfagemes, serigueiros, chapineiros, pantufeiros, tecelões, oleiros, entalhadores, lavrantes de oiro e prata, douradores, malagueiros, gibeteiros, agricultores. De tudo havia na cidade de Evora no seculo XIV, como informa o nosso amigo sr. Gabriel Pereira, pelos estudos feitos em documentos historicos d'aquella cidade, principalmente do livro de Acenheiro, do archivo da Misericordia.

«Na turba enxameam judeus e mouros; estes na maioria cultivadores de hortas, ferregeaes e vinhas; alguns sapateiros, ferreiros, oleiros; os judeus negociantes, mercadores, curandeiros e astrologos, rabis; bastantes em officios, filtreiros, tecelões, esmaltadores, alfaiates, gibeteiros, especieiros. Mouros e judeus occupavam bairros especiaes, geralmente, e tinham suas communas organisadas, com seus alcaides ou arrabis, mesquita ou esnoga (synagoga), com seus talhos e albergarias. Um documento municipal mostra-nos que ainda em tempo de D. João I, na mesquita da mouraria, o *almuadden* fazia a invocação exterior... Pela sua indole de raça o hebraico conservava-se isolado do povo; quando o mourisco, ferreiro, sapateiro, curtidor, oleiro, hortelão ou vinhateiro, vivia perfeitamente misturado com as camadas populares».

Falcoeiros.

São muito interessantes estas informações para a comprovação da nossa these; na resenha d'aquelles officios falta o do falcoeiro, ou dos que «fazer aves tinham cuidado». Era natural que os houvesse em Evora como os havia em outras terras, por exemplo, em Santarem, como informa Fernão Lopes:

«Elle (el-rei D. Fernando) trazia quarenta e cinco falcoeiros de besta, afora de pé, e moços de caça, e dizia que não havia de folgar até que povoasse em Santarem uma rua em que houvesse cem falcoeiros. Quando mandava fóra da terra por aves, não lhe traziam menos de cincoenta, entre açores e falcões nevris e girefaltas, todos primás. Com elle andavam mouros que apresavam garças e outras aves, e estes nadavam os pegos e paúes se os falcões caíam n'elles»[1].

Sciencias e lettras.

Nas sciencias e lettras foi realmente grande o movimento produzido em o mundo arabe, que passou a ser o depositario da sciencia greco-romana e o seu propagador. Bemsaide dá-nos noticias de muitos escriptores que deixaram renome na Peninsula[2].

Academia de Cordova.

Em Hespanha era a academia de Cordova, no tempo dos Omeiadas, um foco de luz, e ali se ensinava, segundo as tradições greco-orientaes, a theologia, o direito, a philosophia, a rhetorica e a philologia. Não se contentavam, porém, os sabios peninsulares com a elaboração propria; iam buscar a toda a parte onde floresciam a sciencia e as letras arabes, a renovação e a affirmação dos conhecimentos adquiridos. Almakarí dá noticia de 304 eruditos da peninsula que foram em viagem de instrucção aos principaes centros da sabedoria arabe: Alexandria, Cairo, Damieta, Bagdade, Damasco, Alepo, Jerusalem, Hama, Mossul, Meca, Medina, Báçora, Cufa, Sana, Samarcanda, Balac, Ispahan, etc. D'esses 304 sabios, 194 eram jurisconsultos, tradicionalistas, 54 leitores e commentadores do Alcorão, prégadores, muftis, 30 eram philosophos, sofis, ascetas, santos; 53 poetas,

Viagem de eruditos.

[1] Fernão Lopes, *Chronica de el-rei D. Fernando.*

[2] P. Gayangos, *Hist. of the Mohammedan dyn. in Spain* by. Al-Makkari, tomo II, liv. II.

grammaticos, litteratos; 12 medicos, naturalistas, mathematicos, etc. Comprehende-se a importancia enorme que isto teria para o progresso scientifico e litterario em toda a Peninsula [1], porquanto esses homens eram naturaes ou habitantes das cidades de Cordova, Valencia, Xatiba, Tortosa, Denia, Almeria, Jaen, Beja, Toledo, Xerez, Maiorca, etc. [2]

O direito.

O direito nasceu logo nos primeiros vôos da doutrina do Alcorão, que era, além de um codigo religioso, um codigo civil, um codigo penal e um codigo militar. Os que combatiam longe do propheta pela sua fé e pelos seus principios, tiveram de se constituir em interpretes da nova lei, e d'ahi a origem dos *imames* ou doutores. Formou-se assim a escola; fixou-se a doutrina; foi a *sonna* a segunda fonte da theologia e jurisprudencia musulmana, como mais tarde seriam as leis conhecidas pelo nome de *concordancia* e *analogia* [3]. Foi Isa bem Dinar um dos maiores, senão o maior jurisconsulto natural da peninsula. No territorio hoje portuguez indica Almacarí o jurisconsulto e poeta celebre Abulualide Albagí e Mohamede bem Baxir, naturaes de Beja [4]. Casiri dá noticia, entre outros, de Bemalaki Melique Benanes, doutor em direito canonico; de Ahmede bem Saíde, jurisconsulto; de Abdallá bem Mohamede e Solimão bem Mohamede bem Batal, ambos professores de direito e poetas, e todos naturaes de Beja.

Como ramo do direito, mas intimamente ligado com a arithmetica e a algebra, estava «a mais elevada das sciencias, e a segunda na nobreza», como dizia o propheta: a de repartir as heranças,

[1] Al-Makkari, *Analectes sur l'histoire et la litt. des arab. en Esp.*, intr. v.
[2] D. Julian Ribera Tarrago, *Orig. del justicia de Aragon*, pag. 36,
[3] L. A. Sedillot, *Histoire des arabes*, liv. VI,
[4] Al-Makkari, *Analectes*, intr. v.

faraid, que demandava conhecimentos sobre a medição das terras, repartição dos impostos, etc.»[1]. Os que ficaram de posse de todos os seus segredos eram os sabios, os *ulemas,* verdadeiros jurisconsultos, e theologos a um tempo; a theologia e a jurisprudencia eram sciencias consorciadas.

A grammatica.

A sciencia da grammatica foi tambem das que desde logo se desenvolveu, pela propria necessidade da interpretação dos textos sagrados; foram os persas, foi principalmente Ez-Zejadji quem começou de iniciar o povo arabe n'essa sciencia que lhes abriu os horizontes para outras, não menos illustres, como a philosophia e a historia. Persas foram os mais antigos grammaticos e theologos; nomes dos mais celebres lexicographos e grammaticos, scolasticos e rhetoricos, figuram na importante bibliographia arabe.

A theologia.

Com o estudo da theologia desenvolvem-se as diversas fórmas da litteratura; foi a linguagem do Alcorão a que se fixou e se adoptou, ao ponto de ainda hoje ser comprehendida por todos, do Indico ao Mediterraneo. Ainda mais: dava-se com a linguagem um phenomeno identico ao que se deu com as crenças e cultos, phenomeno «absolutamente unico em philologia», isto é, existindo na epocha da conquista musulmana apenas duas linguas semiticas, o arámeo e o arabe, este absorve todos os dialectos da Arámea e fica sendo o unico representante do semitismo[2].

A poesia.

Fôra a poesia o laço espiritual dos povos da Arabia, mesmo antes de Mohamede. N'esses povos, diz Herder, a analogia de situação e de sentimento inspirava a todos os mesmos pontos de honra; a espada, a hospitalidade, a eloquencia

[1] R. Contreras. *Op. cit.*, pag. 20.
[2] E. Renan, *Hist. gen. et syst. des langues semitiques.*, liv. v, cap. I.

eram a sua glória; a espada representava a garantia unica dos seus direitos; a hospitalidade era para elles o codigo da humanidade, e a eloquencia, á falta de escripta que a todos chegasse, servia para pôr termo ás dissensões que se não resolviam por meio das armas. N'estas condições, a poesia realizou uma das grandes aspirações da raça arabe: a unidade da linguagem, como laço concreto da unidade dos espiritos, do mesmo modo que o ideal da unidade divina realizada pela raça semitica foi «a pedra fundamental da unidade e progresso humano[1]».

As assembléas de Ocade, e a unificação do povo arabe

Nas feiras ou assembléas de Ocade, em Macjna e em Dulmejaz, n'uma especie dos jogos olympicos da Grecia, se reuniam os poetas das diversas tribus, com as suas armas de guerra, deante do embiocado auditorio, recitavam poemas eloquentes sobre as lendas guerreiras, as tradições do povo arabe, os heroes, os sentimentos nobres, a hospitalidade, a bravura, a honra, os encantos da natureza, as aspirações á conquista e á gloria. Como ao fogo se fundem os metaes, ao calor d'aquella inspiração se fundiam os sentimentos e se unificavam os corações; mantinham a ligação do passado com o presente e indicavam o caminho do futuro; a voz dos bardos era ouvida com desvanecimento e respeito; n'ella se agitavam as paixões e se vivificavam as esperanças. Os vencedores no torneio recebiam no fim de um anno, durante o qual tinham de dar provas de bravura e de bondade, os seus diplomas de honra, os seus poemas escriptos em letras de oiro, sobre telas preciosas, que eram suspensas nas paredes da Caba. Se eram dois ou mais os que obtinham a palma, ficavam ligados para sempre n'uma

[1] E. Renan, *Hist. gen. et syst. comp. des langues semitiques,* liv. I, cap. I.

especie de alliança de triumpho. Foi a origem dos *moallacas,* poemas dourados, que faziam parte do thesouro real, entre cujos auctores mais celebres sobresahiu Antara, na transição do seculo VI para o VII, o brilhante periodo anti-islamico. Todos estes germens de idealidade, de generosidade, de heroismo, dourados pela poesia, haviam de florescer mais tarde na Europa, no periodo cavalheiresco, e tão bello, da Meia Idade.

A prohibição das assembléas de Ocade por Mohamede, naturalmente por motivos de ordem publica, atrazou nos primeiros tempos do islamismo o desenvolvimento da poesia e da litteratura, tendose perdido muitas composições que só se conservavam de memoria; a preoccupação principal era a guerra[1]. Com a paz, porém, começou a poesia a reflorir; em cada região onde os arabes assentaram os seus arraiaes surgiram poetas de grande nomeada, que, como nos primeiros tempos, e sobre tudo porque á veia lyrica costumavam de juntar a veia satyrica, representavam a *élite* e tinham logar nos regios paços. Principalmente os que se dedicavam á carreira das armas, encontravam no seu estro poetico um grande prestigio com que se impunham aos seus companheiros da guerra.

A poesia na peninsula.

Em toda a peninsula se distinguiram poetas arabes, que eram tambem soldados. Os emires, mormente os omeiades, foram homens cultos, doutos muitos d'elles, verdadeiros chefes pela sua superioridade de gerarchia e cultura. Cita-se um chefe guerreiro, Ocailida, que nas suas violentas algaradas escrevia versos nas muralhas dos castellos conquistados:

«Meu é o cavallo impaciente, que na sua carreira alcança quanto quer; minha é a espada que

[1] G. Sale. *Obs. hist. et crit. sur le mahometanisme,* traducção do inglez.

despede relampagos ondeantes; minha a dura lança, cuja ponta parece que foi aguçada pela morte; com estes dons adquiro riquezas, e outhorgo á liberalidade das minhas mãos pleno poder para gastar».

Intensa cultura litteraria.

Antes dos almiravidas a cultura chegára a um alto grau; de 44 volumes era, segundo Almacari, só o catalogo da bibliotheca de Cordova no tempo de Alaquem; essa bibliotheca foi destruida pelos almoravidas, especimen da obra de destruição que os christãos haviam de levar a cabo, como o arcebispo Ximenes em Granada; Sevilha, Cordova, Granada, eram grandes centros litterarios e scientificos, do mesmo modo que, fóra da peninsula, Bagdade, Jerusalem, Ispahan, Damasco, Alexandria, Bruza, Stambul, Medina e tantas outras cidades; havia na peninsula 70 bibliothecas publicas que, com as universidades e laboratorios scientificos, representavam fontes perennes de illustração e progresso; em Almeria, capital de um pequeno estado, existia no tempo de Alotacem uma escola de poetas e litteratos, de grande fama; a côrte de Almançor foi muito reputada pelo brilho e excellencia dos seus homens de lettras, sabios, e musicos; mesmo depois da expulsão dos mouros, os poemas e versos arabes continuaram a ser ouvidos entre christãos, traduzidos, paraphraseados, mesclados e deturpados; e continuou a influencia da poesia arabe nos poetas christãos da peninsula ainda na Renascença e nos trovadores da Provença, porque não só a peninsula, mas a Europa, deve aos arabes a arte da rima [1]. Hugo Manrique imitou Abulbeca, de Ronda; Perez Hita imitou os

[1] «Il parait démontré aujourd'hui que la rime a été empruntée par les européens aux arabes. Les dissertations de Viardot et de divers auteurs me semblent avoir fixé l'opinion sur ce point enoncé d'ailleurs depuis longtemps et notamment par l'évêque Huet». Le Bon. *op. cit.*, liv. v.

romances arabes e compoz versos com metrificação arabe, para as mouriscas; as *muvaschahá* de origem arabe, com metrificação nova [1], foram imitadas por Calderon, Roja e outros escriptores [2]. «E tão profunda tinha sido a influencia da lingua e da raça arabe, com a qual o povo peninsular se consubstanciara, que, no seculo IX, que foi o tempo dos melhores triumphos para o catholocismo, disse o bispo de Cordova, D. Alvaro, que os mais doutos dos seus correlegionarios estudavam as obras dos philosophos e legisladores mahometanos, para dar correcção e elegancia aos seus escriptos; e quando se esqueceu o latim e os proprios christãos desprezaram a lingua christã, foram os Canones da Igreja traduzidos em arabe» [3].

Influencia do clima.

O sol vivificador, que enchia de flores os jardins, de cachos as videiras, de fructos os pomares; as noites de luar tépidas e bellas, o temperado do clima, a fertilidade do solo, a frescura das aguas, a fauna abundante, a riqueza dos jazigos metaliferos, tudo fazia da peninsula um paraizo ideal, como que a terra da promissão, para os que acabavam de transpor em luta armada os climas mais inhospitos. A terra da Peninsula «só tinha um defeito: o de fazer esquecer a patria» [4]; os rios pareciam «caudaes de vinho, e as casas taças para os receber» [5]. Como é que a poesia deixaria de florescer n'estas condições? Almacari, fallando da poesia entre os andaluzes, refere factos que provam a natural propensão entre elles para o verso, que as

[1] Vide o que a respeito d'esta nova metrificação e forma de versos de origem peninsular transcreve Almacari das informações de Bem Galib, e a nota respectiva de P. Gayangos, *Hist. of the moham. dyn. in Spain.*, tomo II, liv. II, cap. I.
[2] R. Contreras, *Recuerdo de la dom. de los arab. en Esp.*, pag. 138.
[3] Idem, pag. 84.
[4] Palavras de Açaracci.
[5] Versos de Bemalabana, citado por Almacari.

mulheres, e até as creanças, cultivavam e improvisavam [1].

Poetas nas terras de Portugal.

Seria longo enumerar aqui todos os poetas que, nos diversos generos, se distinguiram por toda essa Peninsula [2]; só Almacari, como vimos, se refere a 53 que floresceram no tempo dos Omeiadas. Basta, porém, citar alguns que foram filhos do torrão hoje portuguez, por exemplo: Benammar, natural de Estombar, afamado poeta e politico da côrte de Molamide, rival do Zaidum de Cordova; alem de poeta, philosopho e sabio muito notavel, aos seus talentos deveu ser nomeado gran-vizir de Cordova [3]. Benabdum, poeta do *Balsameiro* ou *Collar da rosa,* nascido e fallecido em Evora, e elevado a cargos altos pelos seus merecimentos e vasta erudição, notavel principalmente pela sua elegia á quéda dos Aftasidas; Bem Badrúm de Silves, que compoz o *Calice de flores* ou *Concha de perolas;* Alállam, de Faro, mestre do eborense Benabdum; Bem Mocama, de Lisboa; Abul Valid e Abu Abdallá Mohamede, de Beja; Bem Salame, de Silves, como de Silves eram tambem as poetisas Mareamí e a Xelbia, ou a *Silvense,* e tantos outros, pois Silves foi um centro luminoso das artes e das lettras musulmanas, etc., etc.

Nos trabalhos de Casiri sobre os codices arabes do Escurial, nos de Codera, nas referencias de Almacari, de Hooguliet, de Dozy, innumeros dados se encontram para este estudo [4].

O conto e a novella.

Entre outros ramos da litteratura arabe avulta o conto, a novella de imaginação, narrativa de amores, de proezas, de aventuras, na maior parte em

[1] Pascual Gayangos, *op. cit.*, tomo I, liv. II, cap. III.
[2] B. Contreras. *Recuerdos de la dom. de los arab. en Esp.*
[3] Contreras. *Op. cit.*, pag. 127.
[4] Entre nós ha os trabalhos dos srs. David Lopes, Gabriel Pereira, Oliveira Parreira, que se occupam do assumpto.

verso. As *Mil e uma noites,* repositorio da phantasia de umas poucas de gerações, constituem um modelo no genero; as *Sessões* de Harirí e os trabalhos de Hamadani, tornaram-se celebres; na peninsula avulta o nome de Mohamede Bem Tufaíl, de Cadiz, cujo notavel romance philosophico foi traduzido pelo orientalista Pocock.

«Em Hespanha, a imaginação dos poetas exercia-se em *novellas* e romances; os sectarios de Mohamede foram sempre grandes contistas; reuniam-se á noite, sob as suas tendas, para ouvir alguma narrativa maravilhosa, á qual se misturava, como em Granada, o canto e a musica; o romancero, composto de peças traduzidas ou imitadas do arabe, traça com exactidão as festas do tempo, o jogo dos anneis, as corridas de toiros, os combates dos christãos com os mouros, os altos feitos e as danças dos cavalleiros, e essa galanteria delicada e requintada que tornou os mouros hespanhoes famosos em toda a Europa[1]».

A fabula.

Celebres foram tambem as fabulas arabes, e o lendario Locmam, o Esopo da Arabia, foi apresentado por Mohamede como o typo da sabedoria; e como Esopo ou Calidasa, é elle o mythico representante de tradições communs em toda a humanidade.

Os proverbios de origem arabe constituem hoje um opulento thesouro na tradição peninsular: uma grande parte dos que representam o fundo inexgotavel da sabedoria de Sancho Pança, é de origem musulmana[2].

A historia.

Foi a historia um dos ramos mais fecundos da litteratura arabe, e n'elle sobresairam homens do valor de Atabarí, que escreveu no seculo x uma historia universal; Maçudí, do mesmo seculo, que

[1] Sedillot, *Hist. des arabes.*
[2] G. le Bon, *La civ. des arabes,* liv. v, cap. II-3.

mostrou uma extraordinaria erudição, não só sobre a historia dos arabes, mas no que respeita aos conhecimentos classicos e orientaes, na sua *Historia do tempo, Os prados de oiro,* etc.; Abulfarage no seculo XIII, Bem Caldum, Abulfeda e Nosirí no seculo XIV. Haji Califa, que morreu em 1658, indica na sua *Bibliotheca oriental* 18:500 obras e 1:200 historiadores[1]. Entre simples narradores ou chronistas, na maior parte, como não podia deixar de succeder n'aquella epocha, são dignos de menção o espirito critico e a alta concepção que tem da historia Bem Caldum «africano de nascença, peninsular de espirito»[2]. No prefacio dos seus *Prologomenos* (1374 a 1378) diz o seguinte:

Bem Caldum.

«Encaremos a historia na sua fórma exterior: serve para relatar os acontecimentos que marcaram o curso dos seculos e das dynastias, e que tiveram por testemunhas as gerações passadas. Foi por causa d'ella que se cultivou o estylo ornado e se empregaram as expressões figuradas; ella fez o encanto das assembléas litterarias, onde os interessados accorrem a flux; é ella que nos ensina a conhecer as revoluções porque passaram todos os seres creados. Offerece-nos um campo onde se vêem os imperios acabar a sua carreira; mostra-nos como todos os diversos povos encheram a terra até lhes ser annunciada a hora da partida e lhes ter chegado o momento da abandonar a existencia.

«Vejamos agora os caracteres externos da sciencia historica: são o exame e verificação dos factos, a investigação attenta das causas que os produziram, o conhecimento profundo da maneira por que os acontecimentos se deram e de que se tomou conhecimento. A historia, portanto, fórma um ramo

[1] G. le Bon. *Op. cit.*
[2] David Lopes, *Textos em aljamia portuguesa,* no seu muito interessante *Prefacio.*

importante da philosophia e merece ser contado no numero das sciencias».

Não se dirá que é um escriptor moderno?

Historiadores da peninsula.

Na peninsula, Benalfarade escreveu no começo do seculo XI, em Cordova, uma historia dos sabios hespanhoes; Humardi de Mayorca, em 1060, aprofundava este assumpto; Abu Bohu Mohammede, filho de uma mulher goda *(Benalcutia)*, e o professor de historia em Sevilha, Azubaidi, foram historiadores; em historia e geographia se distinguiram Bem Haiane, Benalabar, Benalcatibe, Bem Saide; mas entre todos estes sobresae Bem Bassame, natural de Santarem, que floresceu no seculo XII, deixando tres volumes de um diccionario bibliographico de muito valor para a historia da peninsula; e em territorio hoje portuguez ha a notar Bem Sahibacalá, natural de Beja, do seculo XII tambem, auctor de uma historia dos Almohadas, e Bem Mozaim, de Silves [1].

Litteratura.

Como nos rendilhados arabescos e graciosissimas fórmas da sua architectura, e na elegancia e cunho artistico que requeria em todo o objecto das suas artes e industrias, assim tambem na fórma da sua litteratura era o arabe muito exigente. A eloquencia era um dom altamente apreciado entre os arabes, desde os primitivos tempos: a eloquencia, como vimos já, e o conhecimento perfeito da lingua, a dextreza no manejo das armas e do cavallo, e a hospitalidade eram considerados os dons por excellencia [2]. Das primeiras arengas, de uma eloquencia espontanea e nativa, se passou para a oração em fórma; a eloquencia sagrada veio a ter como rival a eloquencia tribunicia. D'ahi a rhetorica e

[1] Dozy, *Hist. des mus.* e *Recherches;* e David Lopes, *Textos em aljamia portuguesa,* prefacio.
[2] G. Sale, *Obs. hist. et crit. sur le mahometanisme.*

os tratados de estylistica, dos quaes só na bibliotheca do Escurial se encontravam trezentos.

A philosophia

Depositarios da sciencia greco-romana, os arabes não podiam deixar de ser os representantes das idéas philosophicas do seu tempo. A propria fé religiosa os levou a isso, principalmente quando começaram de apparecer protestantes contra a orthodoxia absoluta do Alcorão, por vezes reputado contrario ao progresso. A noção de Deus era um thema vasto e seductor que fatalmente havia de conduzir ás controversias de todos os tempos. Houve mesmo entre os arabes, constituindo escola á parte, os philosophos puros, que abstrahiam a religião da philosophia.

Comquanto faltasse ao arabe, como a todos os semitas, que tinham a vontade divina como a suprema rasão das coisas, a curiosidade da investigação das grandes causas e effeitos, e, como observa Renan, aquella raça não tivesse na sua philosophia e na sua sciencia a extensão e a variedade, e portanto o espirito analytico; comquanto se possa acceitar a opinião do mesmo escriptor de que a philosophia arabe era a philosophia grega[1] «escripta em arabe», e uma «reacção do espirito indo-europeu contra o islamismo», a verdade é que o arabe continuou a manter vivo, durante a idade media, o fogo sagrado dos estudos philosophicos.

Diversas escolas.

Em muitas escolas e seitas philosophicas se dividiram; mas o racionalismo de Aristoteles e os diversos ramos em que se differençava a sua doutrina tiveram a primazia.

O grande philosopho grego fôra profundamente estudado e traduzido, desde Honain e Iahia, um chefe de escola, que teve grande influencia pelo seu exemplo. Al Farabi pôz n'um livro de Aristo-

[1] E. Renan, *Hist. gen. des langues semitiques*, liv. I, cap. I.

toteles a seguinte nota: «li-o duzentas vezes». Platão e Pythagoras lhes eram tambem muito familiares, bem assim todo o movimento scientifico e o das idéas classicas; «foram elles o élo que ligou a escholastica á philosophia antiga»[1], elles e os judeus.

A longa controversia entre os realistas e os nominalistas teve entre elles os seus representantes; «as doutrinas de Alberto o *Grande* podiam ser reivindicadas pelos arabes, cuja influencia se fez sentir até sobre os mysticos da idade media, como S. Boaventura»[2]. Houve entre elles, e em toda a Hespanha, precursores dos mais ousados e revolucionarios philosophicos dos tempos modernos.

Ia travada a disputa entre os partidarios da *essencia* e os dos *attributos* de Deus. Por outro lado havia os partidarios da fé absoluta, sem a menor intervenção da rasão (os *sufis*); os que acceitavam a rasão, mas tendo por base a religião (os *motacalimes*); e finalmente os que reputavam a rasão superior á fé (os *motazitas*). Cada uma d'estas escolas teve proselytos illustres.

Os grandes philosophos.

Entre os philosophos de maior nomeada basta citar Avicena (Bem Sina) que, com o persa Alfarabi, systematisou o estudo da philosophia; Avempace (Bem Beja) natural de Beja[3], racionalista e evolucionista, um dos mais importantes philosophos arabes da peninsula; e Averroes, o maior de todos, (Bem Roxede), partidario do aristotelismo na sua essencia, e a cujos commentarios sobre Aristoteles «se reduzem os ideaes litterarios dos hespanhoes de raça e cultura semitica»[4].

[1] Sedillot. *Op. cit.*, liv. VI, cap. III.
[2] Idem.
[3] Alguns dizem que de Saragoça, outros de Cordova. Gayangos apurou que «o texto de duas copias por elle consultadas dizem distinctamente *filho de Beja* no Andaluz».
[4] Menendez Pelayo, *Hist. de las idéas estet. en Esp.*, tom. I. É interessante o estudo feito por este escriptor sobre as «idéas estheticas entre os arabes e judeus hespanhoes».

Philosophos peninsulares.

Entre os philosophos peninsulares estão, alem dos já citados Avempace e Averroes, Bem Tufáil, de Cadiz (seu discipulo)[1] e o medico Avenzoar (Bem Zor), de Sevilha, e Bem Hazme Azahiri, de Cordova, «um dos mais nobres caracteres produzidos pela dominação arabe em Hespanha», e auctor de numerosos volumes de philosophia, legislação e sciencias; uma familia, a dos Avenzoar, da qual Averroes era intimo, «reunia todo o movimento scientifico da Hespanha musulmana no seculo XII»[2].

Estes philosophos, perseguidos e renegados pelos que na peninsula passaram a combater por todas as fórmas a philosophia, como contraria á orthodoxia religiosa, são mais philosophos europeus do que propriamente arabes; «acoçados pelo fanatismo, diz Renan, Avempace, Abubacer, Avenzoar, Averroes, viram o seu nome e as suas obras entrar na corrente da vida europeia, isto é, da verdadeira vida da humanidade»[3].

Movimento philosophico.

Até ao seculo X vieram da Asia á peninsula traductores dos livros classicos, e desde então passou a haver um grande numero de individuos, arabes e christãos, que professavam a philosophia. Abriram-se escolas onde alem da philosophia se ensinava o Talmud e os Evangelhos, a medicina, as sciencias naturaes. As *mazanas,* ou universidades, representavam o lustre e a gloria de muitas cidades; Toledo, sobretudo, antes da invasão dos almohades, era o refugio e o imporio dos philosophos e dos sabios. Foi o fundador da dynastia dos Omeia-

[1] Falando da originalissima novella philosophica de Tufáil, que tem o titulo *Hay bem Jokdam,* diz Menendez Pelayo que «não ha obra mais originál e mais profunda em toda a litteratura arabica; é mais do que isso: poucas concepções do engenho humano têem um valor tão synthetico e profundo; é, por assim dizer, uma phantasia psychologica, um *discurso sobre o methodo* desenvolvido em fórma poetica». *Ob. cit.*

[2] E. Renan, *Averroes et l'averroïsme,* part. I, cap. I.

[3] E. Renan, *idem.*

das quem deu maior impulso ás traducções das obras antigas, contra a opinião radical dos orthodoxos, produzindo assim «uma verdadeira revolução philosophica no mahometanismo[1]».

Sciencias.

Resta-nos ver o que aos arabes devem as sciencias, principalmente na peninsula. Não ha ramo nenhum d'ellas em que não caiba a primazia aos arabes, na fecunda elaboração da Idade Media, tão calumniada. Foi Bagdade o primeiro grande imporio.

Mathematica.

No seculo IX as sciencias mathematicas tiveram notavel incremento pelo conhecimento dos trabalhos da sabedoria grega e indiana. Foram traduzidos Euclides, Archimedes, Ptolomeu e outros auctores gregos. Com uma individualidade propria, cedo os arabes trouxeram acquisições novas e deram poderoso impulso a esse grande ramo dos conhecimentos, que haviam adquirido principalmente por intermedio dos sabios da escola de Alexandria, e iniciado pelo *Almagesto* de Ptolomeu. Por meio de observações directas, a astronomia começa logo de progredir a passos gigantescos; multiplicam-se os observatorios; nomes illustres de astronomos arabes se inscrevem no kalendario dos benemeritos da sciencia. A *Taboa verificada,* producto das observações feitas nos observatorios de Bagdade e Damasco, dão a determinação precisa da obliquidade da ecliptica; fixou-se a duração do anno pela observação dos equinoxios; ensaiou-se mesmo medir um arco do meridiano terrestre, etc. A escola de Bagdade era uma verdadeira escola scientifica, nos seus rigorosos processos; o periodo do califa Almamum, o Mecenas e o Augusto dos arabes, é um periodo fecundo; os seus successores proseguem activamente, mas passo a passo, no caminho dos

Astronomia.

[1] Vid. o cap. *Movimiento filosófico de los arabes,* em R. Contreras. *Op. cit.*

progressos iniciados; e mesmo quando o grande imperio se retalha, nucleos de actividade scientifica continuam, ou se formam de novo, em diversos pontos do globo. Caíam as dynastias e ficava de pé o principio da solidariedade scientifica; os principes Buidas continuavam a obra de Almamum e seus descendentes. É assim que nos seculos IX e X appareceram homens de alto valor: Albatequi, o Ptolomeu dos arabes; os Amadjur, pae e filho, auctores de notaveis taboas astronomicas; os tres filhos de Muçabem Xaquer, que determinaram os equinoxios com a maxima precisão e as ephemerides dos logares dos planetas; Abú Isaac, um mathematico profundo; al-Sagani, que na sciencia da mechanica se tornou eximio; e Abulefa, o precursor de Ticho Brahé, e inventor de formulas importantes, chegando-se com elle, na opinião de Sedillot, «ao limite extremo a que se podiam levar os conhecimentos astronomicos».

No seculo XI, como consequencia de guerras e invasões, Bagdade tem de ceder o sceptro da soberania intellectual, o qual passa para o Cairo na Africa, e Cordova, Sevilha, Granada, e por fim Toledo, na peninsula iberica. Comtudo, quanto á astronomia, a escola de Bagdade leva a sua actividade até meiados do seculo XV.

Na escola do Cairo, com o seu celebre observatorio no alto de Mokatam, e a bibliotheca onde se contavam 6:000 obras de astronomia e mathematica, sobresae Beniones que «fixou a obliquidade da ecliptica, a excentricidade da terra na sua orbita e as desigualdades maiores dos astros».

Na peninsula.

Na peninsula iberica foi grande a attenção dada ao estudo da astronomia, e na pleiade brilhante dos cultores d'esta sciencia, que tinham n'esse tempo um prestigio muito grande, sobresaem Azrachel (seculo XI), auctor das *Taboas toledanas,* que

teve observações muito notaveis para determinar o apogeu do sol e o movimento de precessão dos equinoxios; Jabre Benoflá, de Sevilha, auctor de um tratado traduzido em latim; e Averroes que, alem de medico e philosopho, era astronomo. O museu archeologico nacional de Madrid possue um precioso astrolabio toledano [1].

Em Hespanha, como em outros pontos onde dominaram ou influenciaram, deram os arabes a conhecer, antes de ninguem, «o diametro da terra, a duração do anno solar, o pendulo, a photometria dos astros, a refracção atmospherica, a altura da materia gazosa que respirâmos, taboas de calculos aperfeiçoadas, o raio, a regularidade dos ventos, e muito mais; o que tudo traduziram nos seus livros com denodada applicação, fundando o primeiro observatorio de que ha noticia na Idade Media. Sedillot é de opinião que na descoberta do movimento da elliptica dos planetas e da theoria da mobilidade da terra, os arabes antecederam Kepler e Cupernico.

Descobertas astronomicas.

Gustavo Le Bon resume assim as descobertas astronomicas dos arabes: introducção, desde o seculo x, das tangentes nos calculos astronomicos; construcção das taboas de movimento dos astros; determinação rigorosa da obliquidade da ecliptica e da sua diminuição progressiva; calculo exacto da precessão dos equinoxios; primeira determinação exacta da duração do anno; e, finalmente, o conhecimento das irregularidades da maior latitude da lua e a descoberta da terceira desigualdade lunar designada hoje com o nome de variação, que se julgava ter sido apenas determinada pela primeira vez em 1601 por Tycho Brahé [2].

[1] *Astrolabios arabes*, por D. Eduardo Saavedra, *Mus. Esp. de Ant.*, tomo vi.
[2] G. Le Bon. *Op. cit.* pag. 501.

Arte de adivinhar.

Ao conhecimento da astronomia estava ligada n'esse tempo uma arte muito estimada, e a que recorriam todos, desde o soberano até ao mais humilde vassallo: a arte de ler no futuro, parte charlatã da sciencia, mas que tinha, pelo menos na crendice do tempo, fóros de sabedoria, e que na Europa chegou até Kepler. Mesmo depois da reconquista ficaram os arabes com essa especialidade. É assim que encontrâmos no nosso Fernão Lopes a informação de que, andando o rei de Castella D. Pedro em guerra com D. Henrique, quizera estar ao facto do que lhe esperava, e como «fazia muito por saber de seus astrologos a certidão das cousas que lhe haviam de vir, e não sómente pelos letrados de sua terra, mas ainda a Granada, mandava perguntar a Abenahalim, mouro, grande sabedor e philosopho, que lhe escrevesse a certidão das cousas que lhe podiam aquecer». Respondeu-lhe o mouro que seria cercado pelo inimigo n'um logar que tinha uma torre chamada Estrella; suppoz o rei ser Carmona, que tinha realmente uma torre d'esse nome e tratou de bem se fortificar n'ella. Mas o inimigo não foi lá ter; e pôz cerco a Montel. Indagado o caso, Montel tambem tinha uma torre com o mesmo nome. A culpa não fôra do mouro, que adivinhára certo [1].

Astrologia.

Longos seculos continuou consorciada a astrologia com a arte de prever o futuro. É assim que, segundo o nosso Fernão Lopes, o pae de Nuno Alvares Pereira, que «era astrologo e sabedor, e quando lhe alguns filhos nasciam trabalhava-se de ver a sua nascença, e por sua sciencia entendeu que havia de haver um filho, o qual seria sempre vencedor em todos os feitos de armas em que se acertasse, e que nunca havia de ser vencido». Ou fosse

[1] Fernão Lopes, *Chronica d'el-rei D. Fernando*, cap. XLVI.

o proprio pae quem fizesse a observação, ou «um grande letrado e muito profundo astrologo, que chamavam mestre Thomaz», que em sua casa andava, o facto é que ao nascimento de Nuno Alvares se ligou a idéa de uma devinação astronomica [1].

Evidentemente, com a sciencia astronomica haviam de progredir as mathematicas puras, como instrumento indispensavel ao methodo de observação e experiencia com que os arabes, desde o seculo IX, anteciparam os modernos processos scientificos desconhecidos aos outros povos da Idade Media, methodo que consistia em «caminhar do conhecido para o desconhecido, tomando conta exacta dos phenomenos para em seguida remontar ás causas, acceitando apenas o que era demonstrado pela experiencia».

Sciencias naturaes.

Nos ramos das sciencias naturaes, o estudo dos metaes, de que era tão abundante e rica a peninsula iberica, mereceu particular attenção aos arabes; foi grande a exploração das minas de cobre, de ferro, de mercurio, de oiro; a tempera do aço chegou á maxima perfeição, como em Toledo, onde o fabrico das armas brancas é ainda hoje modelar. As plantas, muitas das quaes foram por elles introduzidas na Europa, e enriqueceram os jardins e os herbarios, mais sumptuosos, a pharmacopeia e a culinaria da epocha, e a introducção tambem do assucar, do rhuibarbo, das folhas de sene, da camphora, de muitos xaropes, electuarios e conservas da Asia e da Africa, representam um capitulo vasto da actividade arabe; foi isso um grande subsidio da medicina, e deu origem a jardins botanicos, como o de Abderramão em Cordova.

[1] Fernão Lopes, *Chronica d'el-rei D. João I*, cap. XXXIV.

«Os arabes, diz Sedillot, deram-nos a conhecer a noz moscada e o cravo da India. Correia da Serra, auctoridade muito completa, notou que, cultivando muitas arvores de fructos dióicos, elles tinham tido idéas muito claras ácerca da fecundação sexual. Na sua excellente apreciação da obra de Abú-Zacharia, demonstrou com clareza a vasta instrucção dos arabes em economia rural. Embora n'isso se mixturasse a superstição, tinham processos que merecem a attenção dos agricultores; a Hespanha deve-lhes as *noras,* rodas em rosario a que são adaptados os alcatruzes. Levaram a agricultura ao mais alto grau de perfeição, e occuparam-se tambem de geologia; a obra de Lyell faz-lhes o este respeito a justiça que merecem. O sr. de Sacy publicou muitas partes interessantes da obra de Cazwini, com rasão appellidado o Plinio dos Orientaes; devemos mencionar tambem o nome de Aldemiri, o Buffon dos arabes, cuja historia dos animaes é justamente celebre. Póde-se portanto affirmar que todos os ramos das sciencias naturaes eram conscienciosamente estudados [1].»

Sciencias physicas.

Nas sciencias physicas, apesar das principaes obras se terem perdido, as que ficaram dão idéa do desenvolvimento por elles adquirido; Humboldt considera os arabes como verdadeiros fundadores d'essas sciencias.

Na physica, a obra do Alhazen, na qual Kepler baseou os seus estudos, é reputada a origem dos nossos conhecimentos em optica. As suas luzes sobre mechanica são comprovadas por muitos instrumentos que chegaram até nós, ou cujas descripções se encontram nos tratados da epocha. Na chimica, cujas suas melhores obras se perderam tambem, ficaram ainda assim as de Rhasis e de Ge-

[1] L. A. Sedillot. *Hist. des arabes,* liv. IV, cap. II.

ber, sendo a d'este um verdadeiro repositorio que dá idéa do grau de adiantamento a que os arabes haviam conduzido esta sciencia. Desenvolvendo muito os conhecimentos summarios que haviam recebido dos gregos, descobriram o alcool, o acido nitrico, o acido sulfurico, e outros corpos; conheceram a distillação, as propriedades do gaz, da potassa, do nitrato de prata, do sal ammoniaco, do sublimado corrosivo, etc.; tiveram importantes laboratorios; na arte da guerra os preparados explosivos alcaçaram grande e poderosa applicação. E não só na arte da guerra, mas em todos os ramos da industria, as sciencias naturaes, embora em embrião, prestaram serviços, como na industria mineira, na da tinturaria, na do fabrico do papel, aprendida dos chinezes, mas com a substituição da seda pelo algodão, etc.

Navegação.

Um dos conhecimentos em que os arabes foram eximios, e em que se valeram tambem dos seus aperfeiçoamentos e applicações scientificas, como a da bussola, foi o da navegação; n'este particular, são os antecessores e os emulos dos portuguezes. Foi pela navegação e pela conquista que se tornaram os verdadeiros mestres de uma sciencia antes d'elles desconhecida na Europa, onde Ptolomeu era ainda o oraculo: a geographia. Foi um arabe peninsular, Edrici, quem deu a conhecer os novos horisontes abertos a esta sciencia. Innumeros foram os livros de geographia e os mappas publicados pelos arabes; muitos são os nomes dos viajantes e geographos que se tornaram celebres e deram a conhecer as diversas partes do mundo, desde Nadar de Bassora, no seculo VIII, até Abulfeda, e Ben Batuta.

Aos conhecimentos anteriormente accumulados pelos arabes, e até a informações directas d'estes se póde dizer que deveram em parte os portugue-

zes a sua iniciativa nos descobrimentos. Sabe-se que o nosso infante D. Henrique recebeu de viajantes e geographos arabes em Ceuta, quando por nós foi tomada aquella praça, informações que o levaram a encetar as suas explorações no Atlantico, como reconhecimentos indispensaveis para a grande campanha epica através dos mares.

*

* *

Vestigios profundos da influencia arabe entre nós.

Foi um povo n'estas condições de cultura o nosso educador durante sete seculos, e foi tão grande a influencia por elle exercida nos usos, nos costumes, na maneira de ser, de pensar, de proceder dos povos peninsulares, nas regiões onde dominaram, que não ha ramo algum da nossa actividade onde se não encontrem profundos vestigios d'essa influencia.

Póde-se applicar a toda a peninsula, com pequena differença de nomes, no que respeita, por exemplo, ás artes e officios, o que um distincto arabista hespanhol diz n'um bello estudo sobre as influencias arabes em Aragão:

Em Aragão.

«En las industrias e officios, la huella aún se percibe en los nombres arabes de *tahoneros, guadamacileros, alfareros, albarderos, albañiles, alarifes, albéitares*, *algeceros,* etc., con una multitud de vocabulos e denominaciones que denotan de quién se recebian por entonces estas enseñanzas: *aldabas, andamios, azoteas, zaguanes, alcobas, algibes, algorfas,* etc., etc., un sin numero que llenarian varias cuartillas; en materia de tintoreria muchos colores: *azul, añil, amarillo, escarlata, carmesi,* etc.; en tecidos ó prendas de vestir una larguísima processiou: *zaragüelles, almohadas, alfombras*, *alamares,* etc.»

E o que se deu na peninsula iberica, dá-se, nos *patois* de Auvergne e do Limousin, e póde-se dizer em todos os paizes banhados pelo Mediterraneo: Em França.

«Il était tout naturel que les arabes, maîtres de la Méditerranée depuis le huitième siècle, diz Sedillot, donnassent à la France et à l'Italie la plupart des termes de marine: *amiral*, *escadre, flotte, frégate, corvette, caravelle, felonque*, *chaloupe, aloop, barque, chiourme*, *darse, calfat, estacade,* et, en première ligne la *boussole,* improprement attribuée aux chinois; que dans la formation des armées permanents on adoptat *les titres* donnés aux officiers des armées musulmanes, *le cri de guerre des arabes,* l'emploi de la *poudre à canon*, des *bombes,* des *granades,* des obus ; que dans l'administration, les termes de *syndic, aides, gabelle, taille, tarif, duane, bazar,* etc., fussent empruntés aux gouvernements de Bagdad et de Cordoue. Les rois de France de la troisième race les imitaient en tout; c'est ainsi que la plupart des termes de *grandes chasses* sont arabes: *chasse, meute, laisse, curée, hallali, cor de chasse, fanfarre,* etc.; que le mot *tournoi,* que les lexicographes modernes font venir de *torneamentium,* est bien l'arabe *tournou,* espectacle militaire; mais c'est principalement à la nomenclature scientifique que nous devons nous attacher. Nôtre astronomie est peuplée d'expressions arabes: *azimut, zenith, nadir,* les pièces de *l'astrolabe, alidade, alancabuth;* les noms d'étoiles: *Aldébaran, Rigel, Althair, Wéga, Acarnar, Aghol,* etc.; chimie: *alchimie, alcool, alcali, alambic,* etc.; pour l'histoire naturelle et la médecine: *bol, elixir, sirops, juleps, sorbet, mirolans,* etc., et ce *haschich* d'où nous est venu le terme *assassins*».

Nem em todas estas palavras se póde dar por apurada a sua procedencia arabe; é fóra de du-

vida, porém, que a grande maioria d'ellas tem essa filiação.

Fusão das duas raças.

Apesar da differença de religião e de raça, por tal forma se aproximaram os povos, conquistadores e conquistados, que em muitos pontos se fundiram. O mosarabe e o mudéjar são os typos caracteristicos d'essa fusão, que não se deu apenas nas classes populares, mas nas mais preponderantes da sociedade, chegando a confundir-se até nos trajos, nos nomes e appellidos, que sendo mouros figuraram entre muitas familias christãs, e vice-versa [1]. Principes arabes esposavam mulheres christãs, sendo muitos os exemplos d'esses consorcios em Castella, Aragão e Navarra, como tambem de principes christãos com musulmanas, o que foi ainda mais frequente, havendo portanto grande parcella de sangue musulmano nas veias dos monarchas e principal nobreza peninsular [2].

Em Portugal basta citar o casamento de D. Luiz de Lencastre, primeiro commendador-mór da ordem de Aviz, oitavo filho do infante D. Jorge, duque de Coimbra, filho amado de D. João II, com D. Magdalena de Granada, filha de D. João de Granada, governador da Galiza, irmão de Mahunad Abandalim (Boabdil), ultimo rei de Granada, e filho do rei de Granada Muley Abul Caiem. D. Magdalena de Granada se chamou por isso a quarta filha de D. Luiz de Lencastre, casada com D. João de Silveira, filho herdeiro do conde de Sortelha, que não chegou a succeder a seu pae por ter morrido na batalha de Alcacer Quibir, mas que deixou descendencia, onde se entroncam muitas familias das mais illustradas de Portugal; e igualmente de nobre sangue mourisco descendem todos os que tive-

[1] L. A. Sedillot, *Hist. des arabes*, liv. VI, cap. II.
[2] Herculano, *Hist. de Port.*, D. J. Ribera Tarrago, *Orig. del justicia de Aragon*, pag. 10.

ram por progenitores os outros filhos da princeza granadina, esposada pelo commendador-mór de Aviz[1]. Não só a lingua arabe foi familiar a esses monarchas, tal como a D. Pedro I de Aragão, que em arabe assignava os documentos, e se suppoz que só sabia escrever n'essa lingua, mas tambem a cultura arabe deu realce ás suas côrtes onde eram musulmanos, por vezes, os ministros, os medicos, os thesoureiros, os professores. Em toda a epocha da reconquista, tão estreitas e intimas eram as relações dos principes christãos com os musulmanos, que mutuamente se associavam, muitas vezes contra inimigos da sua propria religião, enviando-lhes tropas e auxilio de toda a natureza. Ha aventureiros

Intimidade entre os mouros e christãos.

[1] D. Luiz de Lencastre, commendador mór da ordem de Aviz, «casou no anno de 1540 com D. Magdalena de Granada, dama da rainha D. Catharina, que a estimava muito, a quem os reis casaram com o commendador mór, fazendo-lhe muitas mercês, segurando-lhe as suas arrhas. Era filha do infante D. João de Granada, governador de Galiza, e de D. Brites de Sandoval sua primeira mulher. Era o infante D. João de Granada irmão de Mahunad Bandalin, chamado o *Chico*, ultimo rei de Granada, filho de Muley Abul-Hayen, rei de Granada; porém D. João, da segunda mulher (que tendo sido christã, El-Rei seu marido a fez tornar moura) chamada Zoraya, de quem tambem foi filho D. Fernando, infante de Granada, que com seu irmão antes se chamava Cad, e seu irmão Nacre, tomaram os nomes, o primeiro de El-Rei D. Fernando o *Catholico*, e o segundo do principe D. João seu filho; e a rainha Zoraya sua mãe reconciliando-se á Santa Fé, se chamou D. Isabel de Solir; e eram descendentes legitimos do primeiro rei de Granada por linha feminina e por varonia de Arraez de Malaga Farrachem, valeroso, e mui estimado, em quem muito antes tinha entrado o sangue real dos reis de Granada; porque Muley Abul-Hayen, pae dos ditos infantes, que morreu no tempo de El-Rei D. Henrique IV, foi filho de El-Rei Aben Ismael, que succedeu no reino no fim do reinado de El-Rei D. João II de Castella».

Do casamento de D. Luiz de Lencastre, com D. Magdalena de Granada, nasceram os seguintes filhos:

D. Luiz de Lencastre, segundo commendador-mór de Aviz, que herdou a casa de seu pae.

D. João de Lencastre, commendador de Coruche.

D. Brites de Lencastre, duqueza de Bragança, por ter casado com o duque D. Theodoro I, de quem foi segunda mulher.

D. Maria de Lencastre, casada com D. João Gonçalves, segundo conde de Calheta.

D. Anna de Lencastre, commendadeira de Santos.—*Hist. Gen. da Casa Real,* tom. XI, liv. XI, pag. 197 e 203.

de alta nomeada, como Rodrigo de Vivar, cognominado o Cid, figura que passa a representar a encarnação do ideal da revindicta christã e neogoda, mas que fôra, durante muito tempo, um bravo campeador ao serviço dos musulmanos de Aragão contra os estados christãos dos Pyrinéus. Os arraiaes christãos enchem-se de desertores musulmanos e vice-versa; mouras criam os filhos dos christãos; na rua as duas religiões confundem os seus trajos, ritos, danças, jogos, costumes; em frente do minarete de uma mesquita, de onde a voz do *almoédano* chama os crentes á oração, ergue-se a torre da igreja onde o repique do sino convoca á missa; os christãos guardam o domingo, o sabbado os musulmanos; as fórmas exteriores do culto, amplamente permittidas, não se affrontam, antes se respeitam mutuamente; os diversos mesteres liberaes são exercidos por todos, consoante as suas aptidões, sem exclusão nem vexames para ninguem; os bairros são communs, commum o viver quotidiano, em todas as suas manifestações.

Consequencias. D'esta convivencia, que prolonga o estado das relações durante o dominio mourisco, provém a imitação, a adopção de inumeros usos, habitos, funcções publicas, e diversos meios de regular e harmonisar a economia social; e com essas fórmas e funcções se adoptam os nomes arabes que lhes correspondem, e os quaes persistem através os tempos, mesmo muitas vezes quando as respectivas funcções desappareciam ou se modificavam. É assim que enchem o vocabulario da peninsula nomes de vestuario, de indumentaria, de medidas e pesos, de officios, de industrias, de cargos publicos, de milicia, etc., etc[1].

[1] Citaremos alguns nomes, dos quaes alguns correspondem a funcções ou objectos já em desuso, outros que representam objectos e funcções modificadas ou differentes, e outros que desappareceram

Depois de concluida a obra da reconquista ainda por muito tempo permaneceram em equilibrio as boas relações entre mouros e christãos; os reis tomaram, por solemnes capitulações, debaixo da sua tutela os mouros, estabelecendo-se penalidades grandes aos que os desrespeitassem e molestassem; eram aquelles collocados em igualdade de condições com os christãos. Nas leis das *Sete Partidas* que vigoravam em toda a peninsula, mesmo dividida em varios reinos christãos, estava estipulado o seguinte: «E como quier que los Moros non tengan buena Ley, pero mientra uiuieren entre los Christianos dellos, non les deuen tomar, nin robar lo suyo, por fuerça; e qualquier que contra esto fiziere, mandamos que lo peche doblado, todo lo que assi les tomare[1]».

A arte de mudejar.

O consorcio do espirito christão com o arabe encontra-se até nas obras mais caracteristicas da arte *mudejar;* é assim que, por exemplo, no Triptico Relicario procedente do Mosteiro de Pedra de Aragão, e que estava na academia de historia de Madrid; nos nimbos e nas tunicas dos anjos se lêem inscripções em arabe, e arabes são tambem alguns disticos e legendas dos frontaes pintados nas miniaturas que illustram o celebre codice das *Can-*

do vocabulario em uso com o desapparecimento do que significaram. Assim temos:

No vestuario e roupas: *Albornoz, gabão, alamar, almofada, alfombra, alcatifa.*

Nos pesos e medidas: *Alqueire, adarme, arroba, salamim, fanga*

Nos cargos: *Alcaide, mustaçaf, aguasil, alfaqueque, adail, arraes.*

Nas moedas: *Morabetino.*

Nos officios: *Albardeiros, algibebes, alfageme, alvestar, atafoneiros, arraes, alfaiate, alfeireiro.*

Nas plantas e fructos: *Alfavaes, alfarroba, alfazema, alfena, alforva, algodão, alface, albricoque, alperce, alcachofra, alcaçuz, alcali, alcaparra, alarnaque.*

[1] Partida VII, lei I, tit. 25.

tigas do Rei Sabio, do seculo XIII[1]. O *Libro del Juego de las tablas,* escripto em Sevilha em 1321, e que se acha no Escurial, é um preciosissimo repositorio de pinturas representando os trajos, a architectura, as armas, os utensilios d'aquelle seculo, e n'elle figuram christãos e arabes, em intimo convivio, e encontram-se pormenores da civilisação e costumes de uns e outros, em encantadoras illuminuras[2].

Vemos já como artistas mudejares foram de preferencia encarregados da construcção dos templos christãos. Continuava o espirito de tolerancia, de que os arabes haviam dado um tão grande exemplo. Parecia até que permanecia o mesmo estado de cousas, tendo apenas mudado a religião dominante do estado.

«Um rei christão, observa um escriptor do vizinho reino, cujos dependentes, no que toca á milicia, são os alcaides, os almotacés, os adaís, os almogavares, um rei christão com auctoridades amoviveis, como as *justiças,* zalmedinas, mostafases, almoxarifes, etc., em que se differença de um sultão, a não ser na religião e no nome? E no nome nem sempre, porque algumas vezes ao rei de Castella lhe chamaram *Emir alcatoliquim,* á similhança dos reis almoravidas[3]».

Modificações provindas da intransigencia religiosa.

A pouco e pouco, porém, as cousas foram-se modificando; veiu a intransigencia religiosa, o despotismo do vencedor, o capricho do mais forte; de igual ao christão no trato social, passou o mouro a ser inferior, e acabou por ser excluido. Foram-lhe prohibidas as manifestações do culto externo; a

[1] *Codice de las cantigos del Ruy sabio,* art. de D. José Amador de Sevrin. *Mns. esp. de antig.,* tomo III.
[2] *Los libros del ajedrez, de los dados y de las tablas,* art. de D. Florencio Janer. *Mus. esp. de Anteg.,* tomo III.
[3] D. Julian Ribero Tarrago, *Orig. del justicia de Aragon,* VI.

sua fé foi violentada, primeiramente pela intervenção dos sacerdotes christãos que íam ás mesquitas increpar os que prégavam as doutrinas do Alcorão, perturbar as suas cerimonias religiosas, estabelecer a inquietação e a desordem, e por fim destruindo-lhes os templos, e christianisando-os á viva força. Da tolerante harmonia entre as duas fés, passou-se á imposição ao mouro, para que se descobrisse e ajoelhasse na passagem das procissões christãs, assistisse ás cerimonias do culto catholico e guardasse o domingo. Nas feiras, nos mercados, nos divertimentos publicos, onde todos d'antes bailavam, cantavam, folgavam juntos, ordenou-se a mais absoluta differença e separação entre as duas religiões, que não raças, pois essas estavam bem mescladas; pois, se já o mosarabe não era godo ou romano, o mudejar tão pouco era arabe. Extremaram-se os trajos, prohibiu-se o estado servil dos christãos na casa do mouro, mesmo ás amas de leite; castigaram-se as mesclas carnaes, e acabou-se por os pôr á margem, em bairros separados, as *mourarias*, nos arrabaldes dos povoados, como animaes em pateos distantes das habitações christãs. Aqui mesmo porém os não deixaram em paz; ali foi ter com elles a mesma intransigencia religiosa, a perseguição systematica, o odio fomentado em nome de uma crença que aliás assenta na base da igualdade e da justiça.

Tentativa de reacção.

Houve por vezes tentativas de reacção; elles eram porém os mais fracos; já estavam muito dizimados e divididos; a voz dos seus caudilhos erguia-se em vão, supplice e humilde, a impetrar misericordia e generosidade. Acabaram por ceder de todo o terreno á intransigencia perseguidora e cruel, e uns deixaram-se christianisar para evitar os tormentos, outros passaram para a Africa, onde prolongaram a civilisação andaluza, cujos vestigios ainda hoje lá se encontram.

Influencia na milicia.

Um tão extraordinario povo, por tal fórma radicado ao solo da peninsula que foi necessario, durante seculos, a acção do ferro e do fogo para os arrancar de lá, deixando comtudo esse solo tão profundamente removido, transformado, fecundado pela sua acção, um povo de tão singulares qualidades não podia deixar de ter uma influencia decisiva no instrumento com que foram quasi sempre combatidos, e por vezes auxiliados: a milicia christã.

É esse o objecto do capitulo que se segue, onde estudâmos a organisação militar dos arabes e a poderosa influencia que ella teve na organisação militar medieva na peninsula, muito particularmente em Portugal.

CAPITULO II

Organisação militar

> «Comtudo, pelo que se escreve nas Historias e com bom juizo se póde entender dellas, eu creo que da Milicia dos Mouros (contra quem outo seculos campearão as armas de Espanha) recebemos a mayor parte dos institutos milirares... Esta doutrina, sobre barbara, provcitosa, se estendeu mais especialmente o uso da cauallaria, em que os Africanos mostrão mayor destreza; e a nós passou cõ seus termos, armas e nomes, inteiramente».
>
> D. Francisco Manuel. — *Epanaphoras de Varia Historia.*

ONSTITUIA a guerra para o musulmano uma necessidade, um dever, uma religião.

O musulmano e a guerra.

Era a guerra o instrumento mais poderoso da sua fé; pela guerra dilatára o seu dominio pelo mundo inteiro, e com elle um novo credo religioso dimanado, como a fé christã, dos preceitos fundamentaes da Biblia.

Foi inspirando o espirito de proselytismo, diz Sedillot, que Mohamede se propoz desenvolver o genio militar dos arabes «persuadindo-os de que

Deus lhes dava o mundo em partilha»[1]; redobrava-lhes as forças; uma exaltação religiosa se apoderava de todas as almas; com estas simples palavras «na vossa frente está o paraiso, atraz o inferno», os chefes arrastavam os seus soldados ao meio de uma furiosa refrega; e esse delirio supersticioso, essa vehemencia de sentimento e de acção destruia os maiores obstaculos[1].

Preceitos religiosos sobre a guerra.

Segundo o Propheta, tres cousas garantiam ao musulmano o paraiso; um bom golpe de espada, um bom acolhimento feito ao hospede, e a oração nas horas prescriptas; e todos os divertimentos deviam ser considerados como frivolos «menos o exercicio do arco, o manejo do cavallo e os prazeres em familia».[1]

Nos versiculos do Alcorão e nos preceitos do *Sonna*, recolhidos das boccas do propheta e dos seus companheiros, se encontram os mais salutares incentivos para o sacrificio da vida, em holocausto ao dever e á fé[2]. Aquellas palavras «na vossa frente está o paraiso, atrás o inferno», queriam dizer que era sempre para a frente o caminho da bemaventurança e da gloria; recuar era caír na deshonra; morrer combatendo era o supremo triumpho!

O destino tinha as suas leis irrevogaveis e fataes; não havia maneira de lhe fugir; jogar a vida não era mais do que proporcionar ao destino um meio d'elle se realisar; e a vida era uma cousa que se valorisava quando com ella se podiam comprar as delicias do alem-tumulo.

Já na terra, para os que combatiam, estava assegurado um largo quinhão dos espolios da guerra

[1] L. A. Sedillot, *Hist. des arabes,* liv. III, cap. II.
[2] Na chronica arabe de Zinadim, sobre a conquista da India pelos portuguezes, traduzida pelo sr. David Lopes, está todo um capitulo dedicado aos versiculos e tradições referentes ás excellencias da guerra santa. *Hist. dos portug. no Malabar.* P. I. 1898.

(quatro quintas partes). Todo o musulmano era um soldado ao serviço da fé e da patria[1]; o manejo das armas um acto de religião que não era bem cumprido senão dedicando-se a elle absolutamente; estando em armas, ninguem poderia recusar-se a bater-se, nem mesmo em duello, se pelo chefe lhe era ordenado; um dos crimes mais odiosos era a deserção, outro a recusa da contribuição para as despezas da guerra; dispensados de combater eram apenas as creanças, os loucos ou doidos furiosos, todos os mais tinham de accorrer, até á distancia de 30 leguas, ao ponto ameaçado ou atacado pelos infieis, abandonando todas as suas occupações particulares e sem necessidade de ordem especial; todos, livres ou escravos, homens ou mulheres, sãos ou doentes, estropiados ou fortes, todos eram obrigados a concorrer, quanto possivel, em commum ou individualmente, até ao ultimo extremo, a repellir o inimigo; culpada era a mulher que não preferisse a morte ao sacrificio da sua honra[2].

A mulher guerreira.

Esta comprehensão do sacrificio dada á mulher arabe enche a historia de exemplos brilhantes. Vemol-a combater nas batalhas, como em Campo de Ourique e em Silves, ao lado dos paes, dos filhos, dos maridos, com um heroismo notavel. São ellas até as encarregadas de trespassar com os seus dardos, dando-lhes morte prompta, os que tentassem fugir. Assim o fez um troço de amazonas na batalha de Bosra (633); e na batalha de Iermuque foram as mulheres que lograram congregar e levar tres vezes ao ataque, até decisiva victoria, os arabes, que tres vezes haviam sido repellidos. Em Ourique (1139), diz Herculano, fundado na

[1] São innumeras as passagens do *Alcorão* a este respeito. Vejam-se tambem os manuscriptos cit. por Reynaud. *De l'art mil. chez les arab. au moyen age*. Paris, 1848, pag. 16.
[2] A. Herc., *Hist. de Port.*, tit. I, liv. II.

chronica dos godos, «as mulheres almoravides, vestindo as armas, vieram pelejar ao lado dos seus maridos e irmãos em defeza da terra que as tribus de Lamtuna olhavam como nova patria, depois da conquista do Andaluz[1]». Guardavam através dos tempos as suas virtudes primitivas, e ainda hoje, como vem narrado no livro de Adolphe d'Avril, *L'Arabie contemporaine*, essas qualidades persistem no mais alto grau[2].

Preceitos militares do Alcorão.

Segundo o Alcorão «os fieis que se deixassem ficar em casa (na guerra contra os infieis) sem que absoluta necessidade a isso os obrigasse, seriam tratados differentemente d'aquelles que combatiam na senda de Deus com sacrificio dos seus bens e das suas pessoas. Para estes estava guardado um logar mais elevado».

É um appello a todas as forças de um povo e de uma raça; é um recrutameneo geral, impellido pela fé. Não bastava a ambição dos espolios da guerra, era mister alguma cousa que fallasse á imaginação, que acendrasse os sentimentos da resistencia contra o inimigo. Foi essa força interior que levou o musulmano á conquista do mundo.

O Alcorão está cheio de incentivos para a guerra e de preceitos militares:

«A guerra é como que a chave do céu e do inferno. O que morre n'uma batalha obtem o perdão dos seus peccados, e no dia do juizo as suas feridas apparecem vivas como o carmim, perfumadas como o almiscar, e os membros que tiver perdido serão substituidos por azas de anjos e cherubins. Uma gotta de sangue vertida pela causa de Deus, uma noite passada sobre as armas vale mais que dois mezes de jejuns e orações. A guerra

[1] A. Herculano, *Hist. de Port.*, tit. I, liv. II.
[2] *L'Arabie contemporaine, avec la descrip. du pèlerinage de la Mecque*, par Adolphe d'Avril. Paris, 1868.

aos infieis tinha de ser feita até todos elles pagarem tributo e ficarem subjugados. Morrer combatendo na senda de Deus é ganhar a sua indulcia e misericordia, que valem mais que todas as riquezas.»

Estas palavras constituiam o grande estimulo para a lucta, onde o menor perigo era a morte! «Oh Propheta! estimulae os crentes ao combate; vinte homens firmes de entre elles derrubarão duzentos; cem porão em fuga dois mil!»

Ao mesmo tempo, quantos preceitos para a boa ordem no combate, para a vigilancia contra as surprezas do inimigo, para se evitar a deserção e o abandono do posto de combate: «sempre que façaes cumprir ás tropas o preceito da oração, procurae que uma parte d'ellas pegue nas armas e reze; quando estes tenham concluido as orações, que se retirem para a retaguarda, e que outra parte do exercito os substitua. Tomae todas as precauções de segurança, e que se esteja sempre sobre as armas, porque os infieis quereriam que abandonasseis as armas e as bagagens para caír sobre vós de improviso. O' crentes! sêde cautelosos na guerra, e avançae, quer por fracções quer em massa! Quando encontrardes o exercito inimigo marchando em ordem, não fujaes! O' crentes, quando tiverdes na vossa frente uma tropa armada, sêde inabalaveis, e repeti sem cessar o nome do Senhor: assim sereis abençoados».

Virtudes militares.

Para fazer do musulmano um soldado soffredor, moderado nos seus habitos e instinctos, o Propheta prescreveu a sobriedade na comida, a abstinencia no vinho, a prohibição dos jogos de azar e da ociosidade, o uso da oração, a pratica do bem, o estudo e meditação dos livros sagrados; sobre esta base de disciplina social, não se converteram em perigos, antes se tornaram forças impulsivas,

poderosas, os estimulos á guerra e á destruição do inimigo!

Os filhos eram educados na idéa de serem o valor e a destreza as condições essenciaes n'um povo, que devia á lucta de cada dia os seus progressos.

Bem Máam, filho de Zaida (790) tinha maior predilecção pelo seu sobrinho Iacide, do que pelos seus tres filhos, Caçás, Zaida e Abdallah. Como sua mulher se lamentasse muito d'essa desigualdade, Bem Máam respondeu uma manhã:

— Pois bem, vaes ter já uma prova das rasões em que baseio a minha preferencia.

E voltando-se para o pagem:

—Vae chamar os meus filhos.

D'ahi a pouco entravam os tres filhos, vestidos de perfumadas *zangaias* e sapatos de *sindia,* porque em danças e prazeres haviam passado a noite. Cumprimentaram e sentaram-se.

— Agora, pagem, vae chamar meu sobrinho.

Não tardou que Iacide se apresentasse trazendo vestida a sua armadura; entrou, deixando á porta da sala a sua lança.

— Para que vens n'este apparato? lhe perguntou o tio.

— Emir, respondeu Iacide, como um mensageiro me fosse chamar da vossa parte, cuidei que de alguma cousa importante se tratava.

Tão frisante contraste entre a viril galhardia do sobrinho e a molle e perfumada inutilidade dos filhos, calou no espirito da mãe [1].

Preceitos humanitarios.

Ao par da paixão pela guerra cultivava-se no espirito de todo o musulmano a generosidade e a magnanimidade para o vencido, para o fraco, para o inerme, poupando as mulheres, as creanças, os

[1] R. Contreras, *Rez. de la dom. de los arabes en Esp.*, pag. 94.

velhos, os sacerdotes, de qualquer religião que elles fossem; estabelecia-se, como nas relações com o adversario, a lealdade nos contratos e o respeito á palavra dada. Não só o Alcorão, que era um codigo a um tempo religioso, civil, criminal, militar, mas os commentadores á sua doutrina tinham tido necessidade de explicar e accentuar o ideal de tolerancia e justiça que as palavras inspiradas do Propheta haviam proclamado. Essa necessidade tornava-se tanto maior, quanto eram de origens diversas, de sentimentos violentos e de instinctos primitivos as tribus, os povos que vinham, de todos os lados, engrossar os exercitos muslimicos.

Leis da guerra.

Ao investir Iezide no commando do exercito que ia conquistar a Syria, dizia Abu Becre, immediato successor de Mohamede, na sua allocução ás tropas:

«Não abuseis da victoria; não mancheis as vossas espadas no sangue dos vencidos, nem no das creanças, mulheres ou velhos. Quando vos achardes em territorio inimigo, não corteis as suas arvores, nem destruaes as suas palmeiras ou os seus fructos; não saqueies os seus campos nem as suas casas. Tomae dos seus bens e do seu gado aquillo de que tenhaes falta; mas não destruaes cousa alguma sem necessidade. Occupae as cidades e fortalezas e derribae as que possam servir de refugio ao inimigo. Tratae com compaixão os que se rendam e se humilhem, e Deus vos tratará com misericordia. Opprimi os rebeldes e os soberbos, e os que faltam aos tratados. Nos vossos convenios com o inimigo, não haja dolo ou ambiguidade. Sêde fieis e leaes com todo o mundo, mantendo sempre a vossa fé e as vossas promessas. Não perturbeis o repouso dos monges e dos solitarios, nem destruaes as suas moradas; mas feri de morte o inimigo que vos resistir.»

Tinham, pois, os arabes, por norma e ideal, muitos dos principios que o direito internacional só conseguiu fixar em adiantados quarteis d'este seculo. São elles a explicação melhor da tolerancia com que a politica dos arabes tornou facilmente acceitavel o seu dominio, e assimilavel a sua civilisação. É o mozarabe peninsular o producto d'esse systema de administração, baseado o principio da justiça. Abusos houve-os, como em todos os povos e em todos os credos; nenhum principio religioso foi mais longe que o christianismo no ideal da caridade, e nenhum povo como o christão abusou mais da força e empregou maior crueza na conquista de outros povos e na christianisação a ferro e a fogo.

A litteratura e a guerra.

Na litteratura eram os assumptos da guerra os predilectos; poeta e guerreiro eram qualidades que frequentes vezes se ligavam; a poesia que unificára os povos arabes, n'uma grande communhão espiritual, continuou sendo o estimulo e o premio d'esses conquistadores do mundo.

Ocailida, que já citámos, escrevia nas muralhas das fortalezas os seus versos, inflammados de ardor guerreiro; o seu cavallo impaciente, que tudo vencia na sua carreira vertiginosa, a sua espada que despedia ondulantes relampagos, a sua dura lança que parecia aguçada pela morte, eram os dons com que adquiria riquezas, para as poder prodigalisar á vontade [1].

Até na poesia lyrica as imagens eram buscadas nas alfaias guerreiras:

«Do coração do arco, escrevia Abú-Alaquim, parte a flecha, que é sua filha; o arco geme, tal como chora a mãe ao separar-se do filho [2].»

[1] Contreras, Op. cit. pag. 131.
[2] Contreras, Op. cit., pag. 98.

Ainda hoje um escriptor, que observou os arabes no seu proprio paiz de origem, diz que «a religião, a guerra, a caça, o amor e os cavallos, são entre elles assumptos inexgotaveis das conversações ao ar livre, e representam verdadeiras escolas onde se formam os guerreiros e onde se desenvolve a sua intelligencia, colhendo uma multidão de factos, de preceitos, de proverbios e de sentenças, a que frequentes vezes encontrarão applicação no decurso de uma vida cheia de perigos[1]». Persistentes qualidades de raça!

*

* *

Inicios guerreiros.

Desde o combate de Bedre (624), logo nos inicios da sua propaganda militante, Mohamede dera aos seus proselytos uma organisação militar; elle proprio era um guerreiro de raça, e comprehendêra que o instincto da guerra era qualidade fundamental nos arabes.

De trezentos e quatorze homens, dos quaes apenas tres de cavallo, com que se aventurara n'esse combate, passava no fim de seis annos (630) a apresentar em frente de Meca dez mil homens, e no assedio de Tabuque, n'esse mesmo anno, vinte mil. Com a rendição d'esta ultima cidade submettia a Arabia inteira.

Primeiras luctas.

Tudo nos leva a acreditar que essas primeiras luctas dos arabes entre si, para a unificação da raça e para um commum objectivo religioso e politico, não passassem de sangrentos prelios, pelos mais simples e primitivos processos de guerra: luctas corpo a corpo, mesnadas de homens a pé, a esmo, mal armados de sabres, dardos, piques, lanças,

[1] Le general Daumas, *Les chevaux du Sahara,* pag. 37.

clavas; troços de cavallos e camellos, entrechocando-se, em ordem unida, ou envolvendo-se em escaramuças, em *phantasias,* em que o natural animo guerreiro, o enthusiasmo pela victoria, a absoluta indifferença pela morte, a frugalidade, a resistencia tenaz e soffredora, davam aos arabes, como ainda hoje, os creditos de serem dos melhores soldados do mundo. Essas qualidades pessoaes, todavia, que podiam supprir a falta de conhecimentos tacticos e de instrumentos polyorceticos, emquanto as luctas foram entre tribus ou povos destituidos tambem dos conhecimentos da arte militar, não lhes bastaram quando tiveram de defrontar-se com povos que haviam herdado essa arte da Persia e das duas civilisações classicas da Europa. Foi o que succedeu na Syria, nos primeiros descalabros soffridos (633), e que os levaram a aperfeiçoar-se na sciencia de combater. N'isto se pareciam com os romanos, pois de cada desastre tiravam uma lição proficua, no sentido da melhoria das suas instituições.

Rapidos progressos militares.

No investimento de Damasco, n'esse mesmo anno de 633, e na batalha dada ao exercito de Heraclio, tres vezes mais numeroso, que vinha em auxilio da cidade, os arabes mostraram-se, não só mais temerarios, mais aguerridos e com uma grande superioridade no chefe que os commandava, mas já conhecedores da tactica dos adversarios, e munidos de poderosos engenhos de guerra.

Generaes illustres, convertidos expontaneamente ao islamismo, vinham pôr-se á frente das ardidas hostes, que desfraldavam ao vento das batalhas o estandarte verde do Propheta. Os arabes, em contacto com os rómanos e bysantinos, e familiares da sabedoria oriental pelo conducto dos persas e dos egypcios, soffriam na sciencia da guerra as mesmas influencias que deram, como vimos, um

cunho tão original á sua litteratura, á sua arte, a todos os ramos, emfim, da sua actividade intellectual.

Nas successivas conquistas, — depois de sujeita toda a Arabia —, da Syria, da Palestina, da Mesopotomia, do Egypto, da Armenia, e mais tarde de Constantinopla, como ameaça á Europa central, da Persia, como base de operações para o extremo oriente, e da Africa, até ao Magrebe, como ponto de apoio para um salto sobre a peninsula iberica, n'uma serie de assedios, de gazivas, de algaradas, de batalhas campaes, de cidades e fortalezas tomadas pelo ardil ou pelo esforço das armas, que enorme somma de actividade e de sabedoria militar, adquirida e applicada!

Enorme actividade guerreira.

Era o povo arabe, guerreiro por excellencia, o que vinha substituir o povo romano nas suas maravilhosas enterpresas militares, na vassallagem do mundo!

Eram já eximios na arte de atacar e derruir imperios, quando, invadindo a Africa, no alvorecer do seculo VIII, conseguiram plantar as suas tendas de guerra sobre as praias do Mediterraneo, fronteiras ás apetecidas ribas da Hespanha, de onde as auras traziam os echos das surdas dissenções entre os visigodos.

Progressos crescentes.

Essas dissenções franqueavam as portas da peninsula ás naturaes ambições dos arabes, attrahidos pela noticia das suas riquezas mineiras e da fertilidade do seu solo.

A investida venturosa de Tárique, um berbere, com um exercito composto, na maior parte, de gente da sua raça, que sob o dominio arabe seguia os seus processos de guerra; em seguida, com a chegada dos reforços com que Musa vinha colher as palmas das victorias tão brilhantemente iniciadas, a invasão do territorio peninsular, por tres linhas,

Invasão da Peninsula.

e com objectivos habilmente escolhidos, provam conhecimentos estrategicos, que se auxiliaram das condições a que a politica dos visigodos havia reduzido as populações, umas indifferentes, outras favoraveis ao novo dominio, e põem em evidencia uma organisação militar solida.

No periodo da Reconquista.

Na lucta cruenta com os christãos, durante o bellicoso periodo da Reconquista, o arabe continua a mostrar as mesmas qualidades de bravura e os mesmos conhecimentos da guerra. Não póde ser n'este particular suspeito o parecer de um homem illustre, que entre o seculo XIII e XIV floresceu pelas armas e pelas letras, e que os conheceu de perto, porque com elles batalhou. D. Juan Manuel, filho de São Fernando e de D. Beatriz, de Saboya, diz d'elles no *Livro dos Estados*:

«Et en verdad os digo, señor infante, que tan buenos homes de armas son, et tanto saben de guerra, et tan bien lo facen, que si non porque deben hacer et han á Dios contra si, et porque no andan armados et encabalgados en guisa que pueden sofrir feridas como caballeros, que yo diria que en el mundo non ha tan buenos homes de armas, nin tan sabidores de guerra, nin tan aparejados para tantas conquistas...»

Mas como era essa organisação?

Seria difficil, senão impossivel, determinar bem os diversos estadios, porque a arte da guerra foi entre elles passando desde a invasão; mas bastanos estudar, nos seus traços geraes, a organisação militar daquelle povo ou povos, que durante sete seculos exerceram dominio no territorio que é hoje portuguez, deixando por tal fórma impressa a sua influencia na organisação militar do nosso paiz, que a sua doutrina, como bem observa D. Francisco Manuel, a nós passou «com seus termos, armas e nomes».

* * *

Os cuidados que a arte militar mereceu aos arabes e o grau de adiantamento a que entre elles chegou, attestam-no os numerosos tratados de guerra que ainda existem ou dos quaes nos ficou noticia, depois da barbara destruição de tantas bibliothecas d'esse povo, essencialmente culto e devotado ás letras.

Bibliographia militar dos arabes. Tratados de arte militar.

Casiri dá-nos na sua *Bibliotheca arabico-hispano escurialensis* noticia dos seguintes tratados militares contidos no codice 1647 do Escurial, e de cujos titulos arabes, que publica em notas [1], devemos a traducção á amabilidade do nosso amigo e distincto arabista o sr. David Lopes:

Presente (feito) *ás almas, e conforto dos habitantes do Andaluz* [2], por Aly Bemabderramão Bemazil, natural de Granada.

Os tratados militares do Escurial.

[1] Casiri indica estes tratados pela seguinte fórma:
Animorum Munus et Tessera Hispana, auctore Ali Ben Abdalraman Ben Hazil, Granadenci, qui librum Abilhagigeo Ismaeli Ben Nassero, Regi Granato anno egiro 763 dedicavit.
Tractatus *De Belli prestancia et virtute,* auctore Ben Jonasso, cordubensi.
Opus *De Animi* in probis constantia, qua Hispani cœteras inter nationes procellunt, olim editum a Ben Mondero Valentino.
Opus *De Belli Regimine,* auctore Bem Hazemo Hispano.
Tractatus *De Arte Equestri,* quem in lucem edidit Aldhamiathi, patri cordubensis.
Liber *De Animi fortitudini,* auctore Homaideo, Hispano.
Liber *De certamine hac de instruenda acie.*
Liber *De Equitis Regimine.*
Liber *De Equis et Armis.*
Liber *De Presidiorum Limitaneorum Prefecto.* — *Biblioth. Arab. Hisp. Escurial.* Vol. II, pag. 29.
Por informações de Casiri, estas mesmas obras vem mencionadas na *Bibliotheca Militar Espanola,* de D. Vicente Garcia de la Huerta

[2] D. Serafin Estebanez Calderon, na sua *Historia de la infanteria española,* cujos uns trechos apenas foram publicados na *Revista*

Livro ácerca da *Excellencia da guerra santa,* por Benionas, de Cordova.

Livro ácerca *Do Ribat* [1] *e a sua excellencia pará a guerra, especialmente na peninsula de Andaluz,* por Benalmóndir [2], de Valencia.

Livro do *Governo da Guerra,* por Bem Házem, de Andaluz.

Livro ácerca *Da cavallaria,* por Adametí Alcortobi.

Livro *Da Bravura,* por Homeidí, de Andaluz.

Livro sobre *Formações de tropas para a guerra santa* [3].

Livro *Do Adestramento do campeão cavalleiro.*

Livro *Da Cavallaria e das armas.*

Livro sobre as *Attribuições dos valis das fronteiras.*

O tratado de Bemazil.

Como se vê, são na maior parte obras de escriptores militares da peninsula, e sendo o primeiro, como informa Casiri, do seculo VIII, provam a antiga e persistente attenção dada ás cousas da guerra.

Estebanez Calderon, que do primeiro d'estes codices se aproveitou para as informações que nos lega sobre a organisação militar dos arabes, diz que essa obra se divide em dois tratados, de vinte capitulos cada um, o primeiro dos quaes trata da guerra santa, dos rábatas, algaras e outras incur-

militar, de Madrid, traduziu: *Regalo de las almas y clamide de los habitantes del Andaluz.* Este mesmo escriptor informa o seguinte:

«Não temos noticia de que se encontre em Hespanha outro exemplar d'esta obra curiosa e importante; mas lord Munster teve informação d'ella e a cita no *Catalogo dos livros* que lithographou para derramar pelos paizes do Oriente em busca de todos os livros militares que podesse encontrar com o fim de escrever a historia militar dos arabes, das suas armas e modo de combater». *Revista militar,* de Madrid. 1850. — O catalogo referido possuia a bibliotheca da nossa academia real das sciencias».

[1] Vide adiante a significação de *ribat.*

[2] Houve outro Benalmondir, de Silves.

[3] Este livro e os seguintes são anonymos no texto de Casiri.

sões nas terras do inimigo; e o segundo se occupa de cavallos e armas. Os vinte capitulos do primeiro tratado tem os seguintes titulos:

I. — *Do quanto a Deus é agradavel a guerra santa, quanto elle se compraz com os guerreiros e glorifica os que morrem combatendo.*
II. — *Das expedições em paiz inimigo; das excellencias d'ellas e de quanto eram frequentes nas terras de Andaluz.*
III. — *Dos estatutos da guerra santa e dictames dos sabios a respeito d'ella.*
IV. — *Do que deve o guerreiro fazer para ir á guerra santa.*
V. — *Dos que acompanham e auxiliam o guerreiro e dos aprestos que este tem de fazer.*
VI. — *Do que o principe ou emir necessita de fazer em caminho da expedição.*
VII. — *Da obediencia que deve prestar o soldado ao imperio do seu Imam, ao emir do seu exercito e ao Kaid do seu corpo.*
VIII. — *Da jurisdicção dos valis ou adiantados das fronteiras, e descripção das cavalgadas no verão.*
IX. — *De varios avisos e instrucções dadas aos emires dos exercitos.*
X. — *Da instigação ou predica para a guerra santa.*
XI. — *Do que se póde fazer no acto da expedição e do que não é licito fazer n'ella.*
XII. — *Do que se deve executar antes de se entrar em combate.*
XIII. — *Da peleja, do modo de entrar n'ella, e de varios ditos notaveis ácerca da retirada e da derrota.*
XIV. — *Da constancia contra o inimigo e da firmeza no combate.*
XV. — *Das escaramuças.*
XVI. — *Da bizarria e galhardia mostrada na guerra.*
XVII. — *Da descripção da peleja, sua boa direcção, e ardis n'ella empregados.*
XVIII. — *Da cavallaria e do esquadrão.*

XIX. — *Commemoração dos mais famosos ginetes.*
XX. — *Das cousas cuja observancia liberta do perigo e chama a victoria para o lado de quem as pratica* [1].

Basta a indicação d'estes titulos para se ver quaes os assumptos a que se votava mais particular attenção. Está ali um verdadeiro tratado de guerra.

Outro tratado importante.

Outro codice do Escurial é tambem indicado por Casiri, com o n.º 970, mas que não tem titulo; encontramos, porém, uma noticia circumstanciada d'elle no trabalho de Estebanez Calderon, que decerto o leu e o estudou.

O desconhecimento do titulo e do auctor provém da falta das primeiras folhas do codice; pelo texto se vê, porém, que se trata muito especialmente da arte da cavallaria, das armas que então se usavam, e da maneira de as manejar; é propriamente um tratado de equitação e de esgrima a cavallo.

O assumpto dos dois principaes capitulos é a arte de domar os cavallos; o terceiro trata da arte de cavalgar com firmeza e garbo, e de ajaezar o cavallo, contendo informações curiosas sobre diversas especies de freios, sellas, estribos e outros jaezes, e sobre os andamentos e movimentos dos cavallos. O capitulo quarto occupa-se da esgrima de lança, a uma e a duas mãos, assumpto que ainda se desenvolve n'outro capitulo.

Noticia de E. Calderon.

«Os capitulos seguintes, diz E. Calderon, tratam de varias maneiras de pôr a lança em riste, as quaes o auctor enumera e distingue em classes di-

[1] Estebanez Calderon. Fragmento da *Historia de la infanteria española*. Na *Revista Militar*, de Madrid, tom. VIII.
D. José Almirante informa no seu *Diccionorio Militar*, pag. 1037, que esse capitulo foi publicado em folheto em 1851, com o titulo *De la milicia de los arabes en España*.

versas: o enriste *coraçanita*[1] *antigo, com mudança de redea;* o enriste *tagarino* ou *fronteiriço;* o *calaita;* o *rumi*[2].

«Se um artigo trata do ataque o outro occupa-se da defeza. Reduz-se a apresentar varias maneiras de se defender com a lança a cavallo, conforme o modo de empunhar e sobraçar a haste. O auctor continua explicando as diversas fórmas de pôr a lança em riste e as diversas guardas, cujos nomes deixâmos indicados, e cujas differenças se cifram, principalmente, no modo de ter a lança n'uma mão, sujeitando as redeas com a outra, trocando-as, conforme a necessidade o requeresse ou o aconselhasse a destreza, movimentos todos que, se muito difficeis eram de entender, mesmo com as explicações oraes de um dextro instructor, quasi impossiveis se tornam de conhecer com a corrupção do texto.»

«O manejo da lança, explicado com muitos pormenores, e indicando o grande numero de sortes que se podem fazer com ella, dá assumpto para dois capitulos, que têem por titulos: *Da aprendizagem da lança* e *Modo de saír contra o inimigo.*

«O choque de frente, o assalto *tagarino* ou fronteiriço, e os preceitos que se devem seguir para accommetter o inimigo, dão assumpto para tres capitulos diversos. O primeiro ensina a maneira de resistir áquelle assalto ou ataque; o segundo mostra os diversos modos de pegar na lança para executar o assalto que descreve; e no terceiro entretem-se o auctor em referir varios assaltos e enristes, por processos difficeis e raros, cuja diversidade e contraste consistem na posição que se dá á lança, na maior ou menor distancia em que é se-

[1] De Coração.
[2] Christão.

gura, no ferro, no conto, finalmente na dextresa com que a deviam correr ou recolher. Existem, finalmente, do ultimo capitulo dois paragraphos que tratam das varias especies de lanças conhecidas e das suas propriedades mais notaveis. Continúa depois o auctor consagrando ao manejo da espada outro capitulo, decerto o mais obscuro de todos, porque raras palavras ha n'elle que se encontrem nos diccionarios arabes. As differentes especies de espadas que menciona, com os nomes de *iamam*[1], *calaíta, indica, serendil*[2], *selmanita, damasquina, egypcia,* e *franca* ou europêa, concordam na maior parte com as denominações que Hozail aponta no seu *Tratado militar.* Isto prova que essas especies de espadas eram conhecidas tanto na Hespanha como no Oriente. Alem d'isso, é muito para notar que entre estas espadas haja uma com o nome de *al beida* (ou *branca),* de onde parece, sem duvida, ter vindo o chamar-se entre nós *arma branca* a todas as de aço. Este tratado termina com dois capitulos que tratam das flechas, arcos e béstas, e do modo de manejar essas armas.»

O valor do lanceiro entre os arabes.

Esta simples indicação do conteúdo da obra nos suggere um mundo de idéas, e explica a rasão da principal força dos arabes, e seu caracteristico na guerra: — o cavalleiro, armado de lança e espada. Que minuciosa attenção na educação, no adestramento, no ajaezamento do cavallo, a arma por excellencia do arabe! Que riqueza de generos de lanças, variadas na fórma, adoptadas dos povos com que se teve lucta! e que pericia no manejo d'essa arma, tão temerosa e tão efficaz, tanto nas batalhas em regra, alcançando de longe e de perto o inimigo, como nas cavalgadas de surpreza!

[1] Do Iamen?
[2] De Ceylão?

Nos exercicios militares, do mesmo modo que nas academias ou escolas, o manejo da lança era ensinado com todo o rigor, por meio de vozes, como as seguintes que constam do manuscripto estudado por Perez de Castro: — «enrolar bandeirola; desatar cordão; passar da posição á retaguarda para a vertical; da vertical, para o hombro; do hombro, para o arção; molinete na frente; molinete dos lados; estocada em frente; estocada aos lados; estocada e parar».

Os jogos de dextresa com a lança consistiam em collocar no chão, ou presas a uma estaca, moedas, folhas, anneis, pedaços de panno, e levantal-os, na carreira, com a ponta da lança [1]. Tiraram d'ahi origem o jogo da argola e outros, que se continuaram entre nós nos passatempos medievos.

Ainda hoje é a lança uma arma terrivel nas mãos do arabe, que conserva o segredo da sua esgrima perigosa e difficil; na Europa tem a lança um poder extraordinario nas mãos dos ulhanos, por exemplo, e ha ainda hoje quem, apesar do admiravel incremento das armas de fogo, preconise o seu emprego na cavallaria. O general Brack dizia que não havia golpe de maior effeito do que uma parada de roda, com a lança; fere, desnorteia, desequilibra, derruba.

O arabe, lanceiro, fez a conquista do mundo!

De outros tratados temos noticia pelo notavel escriptor francez Reinaud, no seu estudo *De l'art militaire chez les arabes au moyen âge* (1848).

O tratado de Bem Babequo.

O mais antigo de entre elles vem citado no *Quitab alfirist* (catalogo de livros), escripto na segunda metade do seculo x; é o seguinte: *A arte da guerra e maneira de tomar as fortalezas e as cidades, de armar emboscadas, de mandar á descoberta, de col-*

[1] Perez de Castro, *Estudios Militares*, pag. 63.

locar atalayas, de expedir destacamentos e de dispor corpos de tropa, segundo um tratado que foi composto (no seculo III) por Ardexir Bem Babeque.

O de Barám Gúr.

Alem d'estes, o *Quitab* indica um tratado de atirar ao arco, composto no seculo V pelo rei Barám Gúr, e uma exposição das antigas instituições militares da Persia, com o titulo: *Arte militar e regulamentos da cavallaria, com a maneira por que os reis da Persia defendiam as quatro fronteiras do seu imperio.*

O de Bemadi.

Estes tratados eram ou a traducção, ou o reflexo, dos livros persas do tempo dos Sassanidas; indica o mesmo referido catalogo, porém, outros de origem e elaboração propriamente arabe, taes como: *Leis da guerra e maneira de ordenar um exercito,* por Abdaljábar Bemadi; um tratado em dois tomos do tempo do califa Almamum, por Calibe; um outro sobre o fogo, a naphta e o emprego que d'ella se fazia na guerra; e um outro, finalmente, onde se trata do ariete, das maganellas, e dos estratagemas e ardis da guerra.

Reinaud teve occasião de examinar mais os seguintes codices:

Dois codices de Leyden.

Na bibliotheca de Leyden, dois exemplares de uma mesma obra, um com o n.º 96, outro com o n.º 499, tendo este a abril-o as seguintes palavras: *Tratado dos ardis de guerra, da tomada das fortalezas, da defeza dos desfiladeiros, segundo os preceitos estabelecidos por Alexandre, o Bicorne, filho de Philippe da Grecia.* No verso da primeira folha do codice n.º 92, diz-se: *Tratado dos ardis e das guerras, dos instrumentos militares, do assedio das fortalezas, da maneira de ferir com a espada e de lançar dardos, bem assim de fabricar o barude*[1]. Apesar d'esta ampliação do titulo, porém, confirma Reinaud

[1] Polvora, ou substancias incendiarias.

que de tal *barude* ou polvora se não trata em nenhum dos dois codices. No fim do ultimo codice vem a seguinte indicação, que leva a fixar no seculo XIII da nossa era a feitura do referido tratado de guerra: «A obra original foi acabada no começo do rejebe do anno 622 (julho de 1225 de J. C.). Eis o que vi escripto no exemplar de onde fiz esta copia e de onde a tirei».

Noticia de Dozy.

D'este curioso codice obteve noticia mais circumstanciada, mandada de Leyden pelo arabista Dozy, o já citado escriptor hespanhol D. Serafin Estebanez Calderon, que falleceu em 1867, deixando inedita a sua *Historia de la infanteria espanola,* da qual apenas se publicaram, ha meio seculo, uns trechos na *Revista militar* de Madrid, e que me consta estar em manuscripto na bibliotheca do mallogrado estadista Canovas del Castillo [1]. Nos trechos publicados está a parte que se refere aos arabes.

Segundo as informações de Dozy, que era então professor em Leyden, uma das referidas copias, a menos incompleta, tem apenas vinte e nove capitulos, dos quarenta de que a obra se compunha; mas existem os desenhos de machinas de guerra, que illustram o texto. Para se avaliar do interesse e importancia d'este codice bastante é citar os titulos dos capitulos:

I. — *Das espadas e armas, e das suas diversas especies.*
II. — *Das rodellas, suas diversas especies, com a maneira de se servir d'ellas.*
III. — *Dos arcos, e methodo de os manejar.*
IV. — *Do disparo de flechas contra fortalezas.*

[1] Quando estive em Madrid em 1893, procurei conhecer o manuscripto; mas Canovas del Castillo não estava, infelizmente, n'essa occasião na capital.

V. — *De como se disparam de noite estas armas.*
VI. — *Das diversas especies de naphta e outras misturas incendiarias.*
VII. — *Das fogueiras que se accendem em volta dos exercitos.*
VIII. — *De certos ardis que se dispõem com roupagens, e se levantam á maneira de estrados.*
IX. — *Das expedições nocturnas.*
X. — *Da maneira de demolir as cidades.*
XI. — *Das minas e trincheiras.*
XII. — *Do modo de subjugar as cidades.*
XIII. — *Da primeira noite que se passa na formatura ou debaixo de armas.*
XIV. — *De quanto convem que se conheça a distincção entre os dois generos de armas.*
XV.
XVI. — *Da constancia e da firmeza.*
XVII. — *Dos numeros do esquadrão no estandarte.*
XVIII. — *Dos atabales e insignias de guerra.*
XIX. — *Das derrotas, e do refugio que se ha de buscar em Deus.*
XX. — *Do modo de combater entre os turcos.*
XXI. — *Idem entre os judeus.*
XXII. — *Idem dos gregos do baixo imperio.*
XXIII. — *Idem dos abyssinios e nubios.*
XXIV. — *Idem dos arabes.*
XXV. — *Das causas que motivam a tomada das cidades.*
XXVI. — *De como se hão de guardar as muralhas.*
XXVII. — *Dos apparelhos uteis para entrar nas cidades e do render das atalaias.*
XXVIII. — *Do modo de occultar a situação de uma cidade.*
XXIX. — *Do modo de se precaver contra as minas e as escaladas.*
XXX. — *De certas figuras talismanicas, mortiferas para o inimigo.*
XXXI. — *Do modo de as executar de prompto.*
XXXII. — *Do modo de as executar a cavallo.*
XXXIII. — *Do modo de lançar fogo nos fossos.*
XXXIV. — *Do modo de dirigir para a frente* (enristar) *os piques.*

XXXV. — *De certas rodas que giram por si mesmas e são de quatorze especies.*
XXXVI.
XXXVII. — *Da construcção de apparelhos ou machinas igneas.*
XXXVIII. — *Do fabrico de espelhos ustorios ou incendiarios.*
XXXIX. — *Da construcção de certos botes* (cujo uso não é facil de se comprehender pela corrupção do titulo d'este capitulo).

Para se fazer acreditar na grande antiguidade d'esta obra, que tem aliás todo o caracter e feitio arabe, diz-se no prologo que foi encontrado «nos subterraneos do palacio de Alexandria».

Na bibliotheca nacional de Paris viu Reinaud outros codices, de data mais recente, onde já apparece o uso do salitre; do principal d'elles se serviu para o seu estudo, feito de collaboração com Favé, sobre o fogo grecisco, fogos de guerra e origens da polvora [1].

Tratado de Maçane.

Tem esse codice por titulo: *Tratado da arte militar e machinas de guerra*, e diz no começo que foi composto pelo illustre ostade (mestre) Maçam, a quem chamaram tambem Nedimadina (estrella da religião), e Arramão (o lanceiro); é o resumo das lições de seu pae, de seus avós e de outros mestres da arte. Suppõe-se que este trabalho foi escripto entre 1285 e 1295 da nossa era, tendo o auctor fallecido no anno 1295 (695 da hegira). No prefacio leem-se as seguintes palavras: «Este livro contém tudo que é necessario aos mestres, aos homens de guerra, aos bravos, e aos homens dos artificios, tudo quanto é preciso para as cousas da guerra, e tambem para o manejo da lança, da

[1] Reinaud et Favé. *Du feu gregeois, des feux de guerre, et de la origine de la poudre à canon*, Paris, 1845.

clava e da flecha, confecção dos mixtos, construcção das manganellas, e lançamento do fogo, etc., combates no mar, e outras cousas peregrinas. Queira Deus que tudo isto seja em proveito dos musulmanos».

O codice, que é bem escripto, e acompanhado de desenhos coloridos, que Reinaud e Favé aproveitaram para illustrar o seu trabalho, parece ter sido destinado officialmente ao uso dos especialistas[1].

Outro tratado da bibliotheca de Paris.

Outro tratado da mesma bibliotheca, obra de um profissional que declara não querer fazer monopolio dos seus conhecimentos e segredos, tem por titulo: *Compendio destinado ás pessoas que cultivam os differentes ramos da arte militar, e que se exercitam no manejo da lança, bem como nas manobras de que esse exercicio é susceptivel*». Tanto o auctor d'este tratado como o do anterior citam como auctoridade na materia os escriptores Mohamede, filho de Alxedami, e Ibraim, filho de Sallame, citando o ultimo ainda outro escriptor, o ostade Naceradim Benatterabelluci, cognominado Arramão (o lanceiro), que deve ser o já acima mencionado. Aquelle tratado está juntamente com outro, no mesmo codice, mas sem titulo nem indicação da data em que foi escripto, parecendo, todavia, posterior a 1300, por n'elle se mencionar um modo de combater a cavallo intitulado «evolução de Gazam», que, na opinião de Reinaud, deve ser o Cam Mogol da Persia desse nome, fallecido em 1304.

[1] «Ce volume est exécuté evec beaucoup de soin et est accompagné de figures coloriées; c'est de la que nous avons tiré plusieurs des dessins qu'on trouvera à la suite de cet ouvrage. On voit probablement ici un de ces exemplaires que le gouvernement faisait exécuter pour l'usage de ses artificiers; si un grand nombre de termes techniques sont privés de points diatriques, c'était probablement afin d'en rendre l'intelligence presque impossible à toute autre personne que les agents officiels». Reinaud et Favé. *Du Feu Gregeois*, etc. Paris, 1845.

Um outro codice d'essa mesma bibliotheca é constituido por extractos do livro de Maçam, já citado, mas traz conjuntamente um outro tratado com o titulo: *O que se propõe de mais levantado na theoria e na pratica dos exercicios militares*, entendendo Reinaud que os exercicios ali contidos, em numero de sessenta e dois, e que se encontram em muitos tratados da epocha, são vozes de commando para diversas manobras. É seu auctor Mohamede, filho de Lagin Alocami, cognominado Atteraboluci, como o pae de Naceradim, acima indicado, naturalmente por ser tambem de Terabulus, Tripoli, na Syria, e conhecido tambem por Arramão (o lanceiro).

Um codice de S. Petersburgo.

Reinaud cita ainda um manuscripto que pertenceu outrora ao conde de Rzevuski[1] e que está no museu asiatico de S. Petersburgo, e n'outra sua obra dá a versão d'elle[2]. Intitula-se *Compendio dos diversos ramos da arte*. Deve tambem ser dos fins do seculo XIV, ou principios do seculo XV, porque se refere ao tratado de Maçam, e á evolução de Gazam.

Comquanto o ache menos desenvolvido do que o tratado de Maçam, em certos pontos, Reinaud entende que, no seu conjuncto, «é de todos os livros d'esse genero, por elle conhecido, o que abraça maior numero de questões, e está redigido com mais methodo, começando pela acquisição do cavallo e sua educação, e acabando pelos mais complicados exercicios».

O mesmo illustre arabista e escriptor propende para que este tratado seja o mesmo que vem citado no *Diccionario bibliographico* de Hagi Califa, com o titulo *Arte da guerra de Mohamede* ou *Arte*

[1] Reinaud. *De l'art militaire chez les arabes au moyen âge*. Paris, 1848.
[2] Reinaud et Favé. *Du feu gregeois et des feux de guerre*, etc.

da guerra para uso dos mahometanos, por Xemcadim Mohamede, filho de Abú Becre, e neto de Caim Aljuzié, que nasceu em 1292 e falleceu em Damasco em 1350, da nossa era[1].

Este codice foi tambem vertido pelo professor Fleischer, e está publicado no *Tratado da polvora, corpos explosivos e a pyrotechnia,* dos drs. Upman e Von Meyer.

Ainda outro tratado.

Ximenes de Sandoval diz ter visto citada uma outra obra, escripta no Egypto: *Tratado de guerra contra os infieis*[2].

Por essa simples resenha se vê a grande importancia que a litteratura militar attingiu entre os arabes, e, portanto, a instrucção e educação da sua milicia.

*

* *

Arabes e berberes.

Mas eram propriamente arabes os que dominaram na peninsula iberica e nos transmittiram tão indeleveis caracteristicos da sua organisação?

Assim o podemos considerar, a despeito de serem na sua grande maioria berberes (mouros), os primeiros invasores, e haver differenciações a estabelecer entre esses e os que mais tarde, syrios, almoravidas, almuhadas e tantos outros, vieram combater e expulsar do nosso solo os seus emulos na religião, e ás vezes irmãos na raça.

Berberes e arabes unificaram a sua arte da guerra, e as differenças a estabelecer entre os processos de combater nas diversas invasões musulmanas não são tão fundamentaes que interesse ao nosso estudo o estabelecel-as. Basta que fixemos os traços physionomicos essenciaes e geraes.

[1] Reinaud. *De l'art militaire chez les arabes.*
[2] D. C. Ximenes. *Guerras de Africa en la antiguidad,* cap. VI.

Do mesmo modo que á raça semita se nega as altas faculdades de espirito que á raça indo-europêa deram a supremacia em todas as manifestações da arte e da litteratura, assim se lhe nega tambem a qualidade de organisadores militares e politicos, devendo o islamismo o seu poderio e grandeza a elementos que não eram semitas: — na Asia ás duas raças de *élite*, os persas e os turcos uralofinezes ou turanianos, e na Africa e Europa aos berberes, turano-arianos[1]. É verdade que os berberes conservaram, através dos tempos, os seus caracteristicos distinctos, sobretudo ethymologicos e linguisticos, mesmo depois da dominação bysantina, que não logrou fundil-os, e da musulmana que a absorveu completamente, depois de uma resistencia tenaz. N'esta lucta ficou, entre outros, memoravel, o nome do caudilho berberisco Roceila, que, na sua resistencia, muitas vezes appellou para as tropas bysantinas, e chegou mesmo, pela morte de Ocba, o

A theoria de Berbere.

[1] São d'essa opinião Henri Fournel, e Louis Rinn: «Un historien moderne, Henri Fournel, a, un des premiers, bien mis en relief cette action purement négative des semites musulmans sur les Berbères, action qui, pour lui, résume dans *l'échec des arabes comme conquérants de l'Afrique*. Et, en effet, il démontre bien comment les semites musulmans se sont fondus en Afrique, et comment ils ont été absorbés ou débordés par les aborigènes, qui n'ont retenue d'eux qu'une vague étiquette, sans grande valeur, car de tous temps les Berbères se sont distingués et se distinguent encore soit par des schismes ou hérésies nationales, soit par une tiédeur de croyance et une indifférence tant soit peu sceptique.

«En résumé, les divers conquérants de l'Afrique septentrional ont disparu, sans avoir réussi à modifier sensiblement l'ethnographie ou la langue des Berbères. Les débris phéniciens, grecs, romains, vandales ou arabes restés dans le pays, se sont fondus complétement dans cette puissante race berbère dont la vitalité et l'énergie les ont absorbés, comme jadis la vieille race des Gall absorba tous ses conquérants (Romains, Gotths, Burgondes, Belges, Kimri ou Germains), et imposa son génie aux vainqueurs eux-mêmes. Et de même que la tribu belge des Frank a donné son nom et ses lois à notre patrie sans que pour cela nous ayons cessé d'être toujours et quand même des Gall ou Gaulois, de même, au sud de la Méditerranée, le Sémite a pu imposer longtemps son coran, sa souveraineté et jusqu'a son nom *d'Arabe*; mais la masse est restée et restera berbère». Luis Rinn, *Les orig. berbères,* cap. XIV.

temeroso general arabe, a constituir um grande estado berbere.

A influencia dos berberes no territorio hoje portuguez tinha de ser grande, desde o momento que nucleos importantes de população eram de origem berbere e d'esta raça eram tambem os mais fortes contingentes dos exercitos invasores arabes na peninsula. Tárique era berbere de Nefta, de origem persa, e já Tarife, seu antecessor, era berbere tambem.

Influencias mutuas.

Sem entrarmos na discussão sobre se ao caracter indo-europeu dos berberes deveram ou não os arabes as qualidades militares e politicas que revelaram no seu dominio na Europa[1], temos de acceitar, como facto incontroverso, que na influencia mutua das duas raças se havia de ter modificado a sua arte da guerra, e que tambem em muitos dos fundamentos d'estas se teriam adoptado os preceitos da arte grega e romana perpetuados pelos bysantinos, com os quaes arabes e berberes estiveram no norte da Africa em renhida lucta.

Nas invasões e luctas guerreiras dos africanos na peninsula encontrámos muitos dos caracteristicos das guerras que os berberes sustentaram no norte da Africa contra os bysantinos, e que vem descriptas nos historiadores d'aquelle periodo da decadencia da civilisação classica.

Um trabalho moderno de Charles Diehl que temos presente, recompilando esses escriptores, e baseando-se n'um tratado de tactica da epocha[2], dá-nos o quadro das modificações profundas que os bysantinos foram obrigados a introduzir nas suas formações de guerra, armamento, e modos de combater, em presença da tactica tão estranha

[1] Charles Diehl, *L'Afrique bysantine*, liv. I, cap. III, 1896.
[2] *Tratado de Tactica*, ed., Kochly et Rustou.

e tão singular dos berberes; foi o mesmo facto que se deu depois com os christãos na peninsula, diante da tactica dos arabes.

Armamento dos berberes.

O mesmo escriptor dá-nos noticia do que era o armamento dos berberes n'essa epocha, o que não deixa de nos interessar, apesar das modificações introduzidas desde então até á conquista da Iberia.

«O armamento dos berberes era inferior ao dos bysantinos, o que explica o serem considerados pelos generaes imperiaes como adversarios sem defeza. Pés e braços nus, cabeça e corpo envolvidos n'um grande albornoz de pano; cavalleiros e peões não tinham outra arma defensiva alem de um pequeno escudo de couro; para o ataque serviam-se de uma curta e larga espada, e cada qual trazia dois longos e solidos dardos; este ligeiro armamento, porém, dava-lhes uma mobilidade extrema, e n'essa vantagem se fiavam para cansar, envolver, romper a pesada infanteria inimiga; segundo o costume de todo o nomada, levavam comsigo, nas excursões, as mulheres, as creanças, o gado da tribu; mas não era isso um obstaculo á marcha, porque os animaes tinham um papel na batalha, e as mulheres, levantando entrincheiramentos, cuidando dos cavallos, limpando as armas, deixavam os guerreiros mais frescos para a lucta, e, além d'isso, mais de uma vez tomavam furiosamente parte no combate.»

Fórma de combater.

Como se vê, é o que se repete mais tarde na peninsula, e entre nós em Ourique, em Silves, e outros combates, quanto ao papel das mulheres nos combates.

«Gostavam das guerras de escaramuças e de emboscadas, occupando passagens difficeis na montanha, occultando-se ao abrigo dos bosques ou do leito deseccado dos rios; compraziam-se em surprehender o inimigo na marcha, fazer remoinhar em volta das suas fileiras, meio rotas, o galope

furioso dos seus esquadrões; combinavam fugas habeis que arrastavam o adversario n'uma perseguição imprudente, e o conduziam, exhausto e sem ordem, á cilada cuidadosamente armada; açulavam-no com cem ataques parciaes, furtando-se sempre, sem nunca arriscar um combate regular, sem querer, sobretudo, acceitar uma grande batalha em fórma, na planicie; mantinham-se nos seus postos, occupando as cristas dos montes, abrigando-se atrás de abatizes de arvores, espiando a marcha do inimigo para aproveitar o menor erro, investir o seu acampamento mal fortificado, e surprehendel-o no momento da sesta; simulavam a retirada, muitas vezes a derrota, para embair o adversario e attrahil-o, na perseguição, ás regiões desertas, onde a fome, a sêde, o calor lhe quebrantassem a coragem; e mesmo, para melhor os estenuar, iam fazendo estragos pelo caminho. Se se chega a alcançar estes quasi inacessiveis cavalleiros e a forçal-os a uma acção decisiva, a sua maneira de combater desorienta todas as previsões. Com os seus camellos dispostos em muitas linhas de profundidade, formam no meio da planicie um vasto intrincheiramento circular, atrás d'esta primeira defeza collocam o resto das suas tropas, e os bois, cabras, carneiros, fortemente presos uns aos outros; no interior d'este parapeito vivo, cordas tensas, forcados, estacas cravadas na terra, abrolhos semeados no chão, reforçam os meios de resistencia. N'esta especie de cidadella, as mulheres, as creanças, os velhos ficam a guardar o acampamento; os peões, incapazes de sustentar o choque da cavallaria, abrigam-se á beira do acampamento entre as pernas dos camellos, e repellem com as suas flechas os assaltos do adversario; a cavallaria toma posição nos cabeços vizinhos, prestes a carregar de flanco, ou de revés os esquadrões inimigos em des-

ordem; os indigenas esperam, com rasão, que a presença e os bramidos dos camellos espantem os cavallos bysantinos e quebrem sem difficuldade o impulso do primeiro ataque. Para melhor decidir os gregos a tomar a offensiva, alguns cavalleiros de eleição vem desfilar em frente das fileiras inimigas; destacamentos da cavallaria berbere chegam mesmo a tomar a offensiva e, soltando clamores ferozes, precipitam-se no combate; mas quando a sua derrota, ou a sua fuga simulada, tem conduzido á beira do campo os esquadrões gregos, então a tactica dos indigenas revela-se em pleno exito: á vista dos camellos furiosos, os cavallos esquivam-se ou se empinam, e os peões, saindo do seu abrigo, lançam-se sobre os cataphractas desmontados ou dispersos, emquanto que os berberes, descendo das alturas, vem com as suas cargas completar a derrota[1].»

Áparte o episodio dos camellos, e alguns pormenores secundarios, encontrâmos aqui esboçada a physionomia dos combates entre os arabes e christãos na peninsula. Vejamos, porém, outros specimens curiosos: uma surpreza de cavallaria, por exemplo:

Surpreza da cavallaria.

«Á approximação do exercito inimigo, os mouros ganham o alto das collinas, e ficam alarpadados atrás de uma cortina da floresta, onde lavram grandes incendios. A vanguarda grega, encarregada de explorar o terreno e reconhecer as posições do inimigo, trava lucta na planicie; então alguns cavalleiros indigenas descem das alturas, e, soltando grandes gritos, lançam os seus cavallos ao galope sobre as linhas do adversario; e, a pouco e pouco, massas de cavallaria, mais profundas, desembocam todavia no terreno, sem parecer que

[1] *Tratado de Tactica*, ed., Kochly et Rustow.

buscam o combate. Em vista d'isto, as tropas bysantinas param, prestes a reunirem-se ao corpo principal; mas então, por toda a parte, os esquadrões berberes precipitam-se sobre a planicie fazendo remoinhar em volta das linhas inimigas os seus ligeiros cavallos numidas, esforçando-se por envolver o destacamento inimigo e cortar-lhe a retirada.

«Trava-se uma refrega terrivel, onde só se combate á espada; e sob a massa, sempre crescente, dos seus adversarios os cavalleiros inimigos destroçados vão-se reunindo, como podem, n'uma altura vizinha, e preparam-se para vender caro a vida, quando por felicidade o grosso da cavallaria apparece para desembaraçar a sua vanguarda. Falho o plano, os berberes não esperam por mais, fogem e vão tomar os altos das collinas».

Esboço de uma batalha.

Vejamos ainda o escorço de uma grande batalha:

«Em presença das linhas inimigas os berberes construiram um enorme acampamento circular, formando com os seus camellos e os seus rebanhos um parapeito defendido pela infanteria; uma parte da cavallaria conserva-se em reserva sobre as collinas; o resto inicia a acção, cobrindo de settas as linhas inimigas, e, como é de uso, o combate trava-se á distancia entre as duas cavallarias. Immediatamente, n'uma carga furiosa, os berberes lançam-se sobre os esquadrões gregos repellidos em desordem, fazem frente á retaguarda, e concentram-se ao galope atrás da sua infanteria, arrastando n'uma perseguição louca o inimigo que lhe vae no encalço, até mesmo á orla do acampamento; mas ali se reconstituem, recomeçam a carga, e dá-se na planicie uma vasta refrega de cavallaria. Em derrota os mouros são repellidos até aos seus entrincheiramentos, e a batalha parece perdida, quando das alturas, de onde observava a lucta, a reserva se lança n'um impeto furioso sobre o flanco

das tropas inimigas, as quaes, surprehendidas, desvairadas, fogem em desordem, abandonando os seus chefes em pleno combate. Todavia, graças aos esforços dos officiaes gregos, a batalha restabelece-se, e se torna mais ardente em frente do campo berbere. Intrincheirados na sua cidadella viva, os indigenas oppõem uma defeza desesperada; as mulheres, as creanças, os velhos, todos tomam parte na lucta; os assaltantes são repellidos á pedrada, esmagados debaixo de contos enormes; attira-se-lhes para cima com barras de chumbo e archotes inflammados, emquanto a cavallaria mourisca se prodigalisa em sortidas, e desenvolve, á voz dos seus chefes, uma coragem a que os seus adversarios são os primeiros a prestar homenagem; até que afinal são repellidos, e a grandes golpes de espada os bysantinos abrem passagem através das sebes vivas[1]».

Na Peninsula.

Quasi todos traços physionomicos que caracterisam estes typos de combate se reproduzem fielmente, como veremos, nas guerras dos que entre nós continuaram a ser chamados «mouros», contra os christãos. O elemento arabe, comquanto se fundisse pela religião com o berbere, não logrou tirar a este os seus principaes caracteristicos e peculiar feição. Na guerra o berbere continuou a combater á sua maneira; como succedia com as diversas tribus de origem asiatica ou africana que compunham os exercitos, a tactica arabe aproveitou, dentro dos seus lineamentos geraes, as qualidades guerreiras d'esses povos, principalmente do berbere ou mouro, ao qual a experiencia da guerra com os bysantinos e com os arabes havia dotado com largos conhecimentos militares.

[1] Charles Diehl, segundo a descripção de Corippus, na *Johannis Mun. Germ. Hist.*

*
* *

Organisação militar dos arabes.

Sem entrarmos, porém, n'esses pormenores que demandariam demorados estudos, para os quaes nem sempre haveria elementos seguros, e que mesmo saíriam dos limites e do caracter d'este trabalho, vejamos, nos seus traços geraes, qual a organisação militar que os arabes apresentam no seu dominio na peninsula, e a influencia d'essa organisação na nossa maneira de ser militar nos primeiros seculos da monarchia.

Na invasão.

A invasão sarracena foi sangrenta nos raros recontros armados; depois da batalha de Guadalete, ou propriamente de Barbate, muitos dos castellos e povoações fortificadas foram entregues, sob o imperio do medo ou da traição, sendo principalmente a população judia que auxiliou os mouros na conquista.

Equilibrio entre as duas raças.

Ella tirava assim a desforra dos antigos vexames e aggravos de que atrás demos já noticia, e ao mesmo tempo obtinham vantajosas capitulações, estabelecidas por tratados. O accordo ou equilibrio entre os invasores e as populações, que passavam a estar sob um novo dominio, fez-se facilmente, e só se rompeu nas luctas civis entre as tribus de diversa origem que entre si disputavam o predominio, e com as quaes padeceram por igual os musulmanos e os christãos, por abusos dos *emires* e *valis*, e pela violação dos pactos estabelecidos.

Regimen das terras.

As terras continuaram em grande parte a serem cultivadas pelos antigos buccelarios, colonos, libertos, servos, depois de divididas pelos conquistadores, primeiro por tribus, depois em fracções individuaes, e em parte foram conservadas aos seus antigos possuidores. Essas terras eram as que no

dominio vesigotico haviam pertencido aos nobres, ao clero, ou aos mosteiros. D'entre esses proprietarios muitos se tinham refugiado nas Asturias, em Navarra e na Catalunha; e tambem, mais tarde, se dividiram as propriedades dos judeus que, abandonando as suas terras, foram, arrastados pela seducção do falso propheta Zonarias, até á Palestina.

Dos seus productos tinham os cultivadores de entregar ao dono quatro quintas partes; nas terras propriamente do Estado, que depois passaram tambem, em commendas, á posse de particulares, davam apenas a terça parte.

Mosarabes.

D'essa grande população de agricultores, como tambem dos que se dedicavam ás artes domesticas, se formou o nucleo da população mosarabe, que mais tarde se alastrou, e quasi se confundiu com a população propriamente arabe, adoptando até os seus usos, costumes, vestuario e a propria religião.

Obrigação da guerra.

Para o arabe a guerra era uma obrigação geral; todo o musulmano tinha de ser soldado; impunha-lhe esse dever o seu codigo religioso, emanado da divindade, e que convertera a guerra no verdadeiro instrumento da conquista, para o engrandecimento e enthronisação de uma raça.

O musulmano, entendendo ser a guerra uma necessidade da condição humana, reconhecia como legitimas duas especies d'ella: a guerra santa *(jihad)* contra christãos, e a guerra entre nações ou governos, para fazerem respeitar a sua auctoridade e direitos[1]. Todos os preceitos religiosos e doutrinas dos tratados, como já tivemos occasião de ver, impunham a guerra como um dever primordial entre os musulmanos. «A conversão do principio religioso em signa militar, diz um escriptor hespanhol, foi o que imprimiu uma physiono-

[1] Ibn Kaldum. *Prologomènes*, trad. de Slane, tomo II.

mia nova e original ao systema do legislador da Arabia, a cuja influencia deveram os sarracenos os seus rapidos triumphos e o mahometanismo a sua assombrosa propagação. A guerra santa aos fieis é o serviço mais agradavel aos olhos de Deus; os que morrem pelejando pela fé são verdadeiros martyres, e abrem-se-lhes as portas do paraizo. Se o legislador de Meca tivesse apenas em vista tornar um povo valente, guerreiro e conquistador, teria acertado, porque ao fanatismo que inspirou deveu as suas rapidas conquistas e a obstinada e porfiada resistencia que os conquistadores de Hespanha oppozeram ao valor e perseverança dos christãos[1]».

Os mosarabes, alem da capitação a que eram obrigados, pelo cultivo das terras, e do imposto que pagavam pelos misteres que exerciam, tinham tambem por dever ir á guerra e defender o territorio.

Forma de recrutamento.

Tal era a fórma do recrutamento, na qual não havia isenções nem dispensas senão para os invalidos, porquanto até as mulheres e as creanças se empregavam na guerra, e muitas vezes na propria arena do combate. E essa obrigação civica não se tornava pesada, visto que o arabe, em extremo tolerante, não só não abusava da victoria, devastando as povoações inermes e opprimindo os vencidos, segundo os preceitos rigorosos do Alcorão, mas não tivera necessidade de assegurar o seu dominio, «reduzindo-os á escravidão, despojando-os das suas propriedades, como haviam feito os barbaros, nem privando-os sequer das suas leis civis, do seu governo interno, do seu culto ou instituições sociaes[2]».

[1] *Elem. de Hist. de Esp.*, por Sanchez y Casado, pag. 172.
[2] D. Francisco de Cardenas. *Ensayo sobre la historia de la propriedade*, tomo I, liv. II, cap. III.

O territorio era dividido em *tahas*, sujeitas cada uma a um chefe[1]. As antigas classes guardaram os seus direitos: nobres e plebeus, curiaes e privados, patronos e clientes, homens livres e servos, accommodando-se esses direitos ás condições do novo regimen, chegando os nobres mesmo a manter muitas das suas prerogativas. Os que abraçavam a religião nova ficavam equiparados aos musulmanos, em sangue e bens, ficando isentos dos tributos; o que fez com que muitos christãos e judeus adoptassem a nova fé, e os redditos do estado diminuissem sensivelmente[2]. Como prova das liberdades e garantias que os mosarabes disfructavam, com o seu culto, com as suas leis, e com os seus condes e juizes para a applicação d'ellas, citam-se os santos martyres de Saragoça, Voto e Felix, «que viviam rodeados de clientes e de servos, no meio da opulencia, exercendo a nobre profissão das armas e entregando-se ao recreio da caça, só permittido aos cavalleiros, segundo os usos da idade media[3]». Frequente era ver nos altos cargos da milicia proceres christãos.

Divisão do territorio.

Com estes elementos, assim recrutados em todas as classes e communhões, se formava o exercito, que se congregava na occasião. Como tropas permanentes havia apenas as que eram destinadas á guarda e segurança do califa; estava-lhes tambem confiada a policia em tempo de paz, e estacionavam nas cidades e povoações mais importantes.

Os que especialmente se destinavam, mesmo na paz, aos serviços da guerra chamavam-se na peninsula *gazis*, que, segundo Gayangos, o mesmo era que mouros de guerra, derivando-se a palavra de

Os gazis.

[1] Na Andaluzia conserva-se ainda o nome: *Taha de Marchena, taha de Pitres*. Almirante. *Dicc. Militar*, voc. *Taha*.
[2] Dozy. *Hist. des Muss. d'Esp.*, tomo I.
[3] Idem.

gaza, que significava entrar no territorio inimigo em tom de guerra, de onde proveiu *algazú*, correria, e a palavra portugueza *gazua,* algara ou rapida incursão militar.

O grosso do exercito.

Quando dos diversos pontos do imperio musulmano vieram tribus nomadas assentar arraiaes na peninsula, estabeleceram-se nos campos, acolhendo-se os mosarabes nas cidades e grandes povoados; o grosso do exercito passou então a estar disseminado pelos campos, de onde era convocado nos rebates da guerra.

Vencimentos e espolios.

Em campanha, ou na perspectiva da guerra, as tropas tinham vencimento, e além d'isso pertenciam a cada soldado quatro quintas partes dos despojos obtidos, tirado o quinto restante para o califa ou emir, o qual tinha de lhe dar a applicação indicada no Alcorão; a differença estava em que, do monte geral, os cavalleiros tinham direito ao dobro do que pertencia aos peões.

A repartição fazia-se segundo os meritos e categorias de cada um; o mesmo succedia com as terras, que de direito pertenciam aos que as conquistavam, sendo entre elles repartidas; qualquer podia, comtudo, ceder a sua parte a favor dos naturaes [1].

Tributos.

Sobre os paizes tributarios fazia-se pesar, alem de outros, o tributo do *dhiffa,* destinado á alimentação das tropas, de onde, de certo, deriva a nossa antiga *adiafa.*

Viveres.

Nas operações eram ás vezes fornecidos os viveres ás tropas, pela munificencia do califa; geralmente, porém, eram ellas proprias que os adquiriam com o dinheiro que levavam [2].

Á sua repartição se procedia no proprio local do

[1] Est. Calderon. *Ob. cit.*, segundo Bamazil.

[2] D. Mariano Perez de Castro. *Estudios Militares. Orig. y prog. del arte de la guerra en Esp.*, pag. 38. 1872.

saque ou da batalha; o peculio consistia em tudo aquillo de que se podia lançar mão, e em tudo que o inimigo dava para obter a paz ou o resgate dos prisioneiros. As terras não contavam ao principio, naturalmente pela pequena importancia que tinham para raças nomadas, antes de assentarem em territorios fixos; quando se fixaram estabeleceram leis novas, principios novos, correspondentes a esse seu novo estado social. D'ahi a divisão dos territorios conquistados, pelas tribus, n'uma forma de propriedade indivisa, communidade, passando-se mais tarde á propriedade individual.

Repartição das terras.

Nos primeiros tempos da conquista as terras confiscadas ás ordens religiosas e aos nobres, que tinham preferido o exilio a sujeitarem-se ao dominador, foram repartidas entre os conquistadores, deixando n'ellas os servos, que conheciam a agricultura, e que ficaram obrigados a dar aos proprietarios quatro quintas partes dos seus productos; nos dominios do Estado só eram, como vimos, obrigados a dar a terça parte. Estes quinhões entravam ao principio no erario publico, mas depois foram com elles constituidas commendas que se deram aos arabes e syrios vindos de Africa em auxilio e reforço. Os christãos que se sujeitaram ao dominio arabe — os mosarabes — continuaram na posse integral das suas terras, com a obrigação de pagar a capitação ao Estado; tinham além d'isso os proprietarios em geral de pagar o *farach*, especial contribuição territorial[1]. E todos, senhores e servos, eram obrigados ao serviço da guerra.

Quadros de tropas.

Os quadros das tropas, assim constituidas, eram formados pelas pessoas de maior distincção, tanto entre os propriamente musulmanos, como entre os que se punham ao serviço d'estes, acabando por

[1] Sanchez y Casado. *Elem. de Hist. de Esp.*, pag. 174.

ser commum a causa, e communs os interesses que defendiam. Para a nobilitação dos homens, contaram-se sempre entre as qualidades principaes o valor e o exercicio das armas.

Commandos. Os medinenses.

Havia, porém, uma antiga nobreza, á qual desde sempre foram conferidos os commandos, a dos medinenses, conhecidos pelos *defensores,* por terem constituido o primeiro nucleo de resistencia em volta do Propheta[1].

Quando perseguidos pelas outras tribus que, nas suas continuas rivalidades, conseguiram successivamente a supremacia, refugiaram-se em Africa, onde se tornaram numerosos, encorporando-se no exercito de Muça[2]. D'essa nobre raça provieram os omáiadas.

Escolha pelo merito.

Mas como o valor e a sciencia militar, provados nas batalhas, determinavam sempre a selecção para os commandos, eram estes escolhidos mesmo entre os povos dominados; assim succedeu com Tarique, por exemplo, que era berbere, e commandou a segunda e decisiva expedição á Hespanha, trazendo ás suas ordens muitos cabos de guerra da sua raça; e, igualmente, proceres de antigas origens godas e romanas obtiveram na peninsula altos cargos e commandos. Havia familias arabes nas quaes era tradicional o officio de commandar as tropas, como na peninsula a familia dos Beni-Nasre, de Arjona[3].

Postos militares.

Os diversos postos, muitos d'elles correspondentes tambem a funcções administrativas e cargos sociaes, eram os seguintes:

Califa.

O *califa* era a suprema auctoridade que ao principio dominou em todo o povo musulmano, como vigario ou logar-tenente do Propheta, cargo que

[1] Dozy. *Hist. des Mussus. d'Esp.*, tomo I.
[2] Idem.
[3] Gayangos. *Almakari. Hist. of the Mohammedan Dynasties in Spain,* tomo I, liv. 8, cap. 5.

por algum tempo foi exercido pelos seus discipulos e parentes; até que houve *emires* que, tornando-se independentes do poder central, adoptaram o titulo de *califa*, como os emires de Cordova, quando se independentisaram do califado de Damasco.

Os califas nomeavam os seus *emires*. Por occasião da invasão dos mouros na peninsula os emires da Africa do Norte eram nomeados pelo califa; os da peninsula passaram a receber a nomeação dos emires de Africa[1]. O grande califa era, por direito hereditario, o commandante de todos os exercitos muslimicos, o generalissimo por excellencia; depois, quando os houve muitos, os califas eram os chefes supremos das tropas da região onde imperavam.

Emir. *Emir* queria propriamente dizer chefe ou senhor; administrativamente era uma especie de viso-rei, titulo que se dava a principes, ou pessoas de grande distincção; como tal lhe pertencia o governo e o mando das tropas da sua circumscripção, auxiliado por um ou mais officiaes da nomeação do Califa[2]. O primeiro emir que ficou governando a peninsula foi Abdelásis, filho de Muça, que estabeleceu em Sevilha a séde do seu governo (714). No sentido de chefe superior, *emir-almusselemim* entre os almoravides e *emir almumenim* em Cordova e em Bagdade, se chamava ao emir, como principe ou chefe dos crentes dentro do seu emirado; d'ahi o *Miramolim* das nossas chronicas, que de modo algum representa um nome, mas uma dignidade. Era como *Cesar* entre os romanos, titulo generico do Imperador, com quanto, como Cesar, por excellencia, seja conhecido o vencedor nas Gallias e em Munda.

Ou por usurpação, portanto, ou por delegação,

[1] Dozy. *Hist. des Musul. en Esp.*, tomo I.
[2] Perez de Castro. *Ob. cit.*, pag. 59.

na qualidade de *naibe* (logar-tenente ou viso-rei), o emir não só era o superintendente nas coisas da guerra, mas tinha tambem funcções administrativas, como succedeu na peninsula no tempo dos Omáiadas.

Emir dos emires *(emir alómra)* passaram os persas a chamar á auctoridade suprema, quando se apoderaram do poder dos Califas[1].

Seus deveres.

No tratado militar escurialense de Bemazil vem enumerados os multiplos deveres do emir, tanto na paz como na guerra. Superintendia na organisação e difinição das tropas a seu cargo, devendo fazer alarde d'ellas e passar-lhes revista todas as sextas feiras, ou pelo menos duas vezes ao mez; n'essa occasião se daria baixa aos doentes, aos pusilanimes ou cobardes, aos cavallos fracos ou inutilisados, e se renovaria o armamento, etc[2]. Em campanha, altas qualidades tinha de possuir para ser credor d'esse nome: devia ser um modelo para os seus subordinados, pelo seu valor e virtudes, impondo-se-lhes e sendo por elles amado como um pae, instruindo-os nas praticas religiosas e militares, ensinando-lhes a serem moderados, pondo toda a vigilancia em as tropas estarem ao abrigo das suprezas, estabelecendo atalaias e guardas, escolhendo os melhores logares para estacionar, provendo-os de petrechos e abastecimentos, etc.

Quando o emir ordenava, pela voz do pregoeiro, a cada qual o seu logar, na vanguarda, nas alas ou na çaga, não havia obtemperações a fazer-lhe, sob pena de rigoroso castigo.

Quem ouvisse gritar ás armas devia acudir armado, não ao local de onde o grito partira, mas

[1] Ibn Kaldum. *Prologomènes*. Parte 2.ª
[2] Idem.

áquelle onde estava o *Emir,* a fim de receber as suas ordens; a não ser que o inimigo estivesse no ponto de onde o grito saíra. A cada *táifa,* ou unidade em que se dividia o exercito, uma voz especial indicava o ponto onde se havia de reunir em volta da respectiva signa, servindo tambem de orientação aos extraviados e dispersos durante a batalha; era um uso tradicional desde o tempo do Propheta.—«O' filhos de Aberramão!» era o grito para congregar os que o acompanharam na sua expedição contra Medina.

Outra obrigação do *Emir,* diz Bemazil, consistia em reconhecer cautelosamente o estado das montadas e azemulas do exercito, para se desfazerem das que, pelo seu mau estado ou doença, mais serviriam de empecilho do que de meio de transporte ou tracção. Devia collocar na retaguarda das forças em marcha um troço de homens que, nas entradas e rebates em terras de inimigo, tivessem por missão reunir os retardatarios, mandando-os unir á frente, e tambem tomar conta nos feridos, com os quaes recommendaria o maior cuidado [1].

Enfermos.

Essencialmente compassivo o povo arabe, esse cuidado com enfermos era imposto como um dos particulares deveres do Emir, que, nas marchas, longe do inimigo, devia regular o passo das tropas pela necessidade da marcha ou da conducção dos doentes e estropeados; era a tradição do Propheta, que consumava dizer: «Se algum de vós se debilita ou se a sua montada succumbe, deve o resto da gente acommodar o passo ao d'aquelle que cair, e o Emir procurará cuidadosamente que os demais lhe não ganhem a dianteira». Isto não quer dizer que não estivesse recommendada a maxima rapidez

[1] Est. Calderon. *Frag. de la Hist. de Infant. española. La Rev. Militar,* tomo VIII, pag. 173.

nas marchas, quando necessario fosse, como succedeu com a marcha de Said bem Ali Hinde que foi de Medina a Meca em tres dias, merecendo os elogios de Omar [1].

«Grande attenção, diz Bemazil, devia ter o Emir em cuidar do governo e regimen dos soldados, quer fossem os voluntarios, que em arabe se chamavam *almortavaes,* quer os soldados estipendiados, que se chamavam *almastarzequès;* para os manter, portanto, em boa ordenança, devia o emir impor, a cada companhia ou unidade, certos administradores ou inspectores, chamados *naquibes* ou *arifes,* que, exercendo attenta vigilancia no estado das tropas, lhe dessem conta das necessidades d'ellas, communicando-lhes as ordens do emir, e reunindo as forças quando necessario fosse. «Com isto se ganha muita rapidez nas operações militares, e se mantem a vigilancia no soldado [2]».

Emir-almanzil.

Apparecem mais tarde com o titulo de *emires* entidades que, decerto, para uma boa divisão do trabalho, e melhor funcionamento dos serviços, têem cargos especiaes, independentemente do commando; ha assim o *emir almanzil,* especie de *metator* dos romanos, ou do nosso futuro *aposentador-mór,* encarregado de indicar a cada *cabila* ou corpo o logar onde havia de estacionar; o *emir-al-lebiah,* ao qual incumbia ordenar, dispor as tropas, segundo o que estabeleciam as instrucções para a formação; o *emir raíde* ou dos forrageadores, ou *raíde* simplesmente [3].

Emir al-lebiah.

Emir raíde.

Vizir.

Entre os Omáiadas da Peninsula, *vizir,* se chamou primeiramente á auctoridade immediata ao emir; dividiu-se mais tarde o vizirato em muitos funccio-

[1] Ibn Kaldum. *Prologomènes.* Parte 2.ª

[2] Est. Calderon. *Frag. de la Hist. de Infant. española. La Rev. Militar,* tomo VIII, pag. 173.

[3] Idem, 174.

narios ou ministros, para os diversos serviços, taes como a contabilidade, a correspondencia, a vigilancia das povoações das fronteiras, tendo cada um d'elles o titulo de *vizir;* esta organisação manteve-se até o fim da dynastia.

Para este fim os vizires tinham uma sala de audiencia, com coxins sobre estrados, onde se reclinavam, para d'ahi expedir as ordens emanadas do Califa, com o qual se correspondiam por intermedio de um dos seus collegas que tinha o titulo de *hajebe* (especie de camarista). Vizires passaram a chamar-se os *reis de táifas (moluque attanaífe),* chefes de grandes partidos populares, governadores de provincias ou cidades, que substituiram a dynastia dos Omáiadas, até serem desthronados pelos Almorávidas[1].

Hajebe.

Os Almohadas imitaram n'este ponto, como n'outros, os seus antecessores Omáiadas; o *hajebe* occupava entre elles um grau superior aos outros ministros.

Vali se chamava o governador de provincia, que como tal tinha o mando das tropas, com a categoria immediata á do *Emir,* sob o ponto de vista administrativo. Eram os *Valis* collocados principalmente nas terras da fronteira, onde o seu papel era muito importante, pela grande vigilancia e cuidado que exigia. Bemazil requer n'elles os mais distinctos predicados: deviam ser varões fortes, de costumes austeros, de valor provado, que quando não tivessem adquirido renome na guerra, fossem tidos como homens de bom senso e de grande seriedade; «deviam ser pacientes e soffredores nas marchas e fadigas, entendidos nas astucias da guerra, conhecedores da arte de esquadronar, habeis em negociar

Vali.

[1] Est. Calderon. *Frag. de la Hist. de Infant. española. La Rev. Militar,* tomo XIII, pag. 682.

e estabelecer pactos, e sabedores em materia de tributos, quintos, presas e outras exacções militares [1]».

Suas qualidades.

Segundo o auctor arabe, citado por Perez de Castro, o emir devia reunir as seguintes virtudes militares: «discernimento, alta intelligencia, paciencia, grandeza de alma na adversidade, e uma aptidão superior para a estrategia e para a emboscada, pois disse o Propheta que a guerra era uma serie de emboscadas [2]».

Sues deveres.

Pertencia-lhe attender aos abastecimentos e aprestos para a campanha, ás cavalgaduras, bagagens, fortificações, e soldo dos adaís e exploradores; recrutar para o exercito os naturaes da terra, e em especial a gente da fronteira, dando-lhes exercicios para adestar os peões no manejo da espada, lança e arco, e os cavalleiros em todos os difficeis exercicios da gineta. Com gente escolhida e provada na guerra, em destacamentos que se rendiam de seis em seis mezes, e que serviam de nucleo á gente armada, defendiam os pontos mais fracos e mais expostos da fronteira [3].

Serviço nas fronteiras.

Como era natural n'uma epocha em que toda a lucta se cifrava no manter ou no alargar os dominios, arrebatando-os ao inimigo da sua raça e religião, facto que se deu em todo o periodo da Reconquista, o serviço nas fronteiras era o mais importante e o mais considerado nas coisas da guerra. Os fronteiros eram os unicos que não necessitavam da ordem do Califa ou do Iman para entrar em operações; determinavam-se pela situação e attitude do inimigo. De modo que o fim principal d'essas tropas era, não só prevenir e repellir as incursões do inimigo, mas realisar expedições e surpresas nas

[1] Est. Calderon. *Frag. de la Hist. de Infant. española. La Rev. Militar,* tomo VIII, pag. 283.
[2] Perez de Castro, *Ob. cit.*, pag. 59, nota.
[3] Est. Calderon. *Ob. cit.,* pag. 284.

terras d'elle, tomando-lhe campos e povoados, ou pelo menos devastando-os; essa era a missão principal do *Vali,* que assim dilatava o imperio do Islam e proporcionava pingues recompensas ás suas tropas com os despojos do inimigo[1].

Chefe de Taifa.

Immediato ao *Vali*, em categoria, era o chefe da *Táifa,* composta de uns 800 homens, força que se dividia em duas unidades de 400, denominadas *seraia;* em grau immediatamente inferior estavam os capitães de uma unidade de 100 homens, e finalmente os que commandavam uma esquadra, que de 7 homens se compoz no tempo do Propheta, de 10 no de Ámer, sendo reduzida a 4 por Moavia; assim o affirma pelo menos o manuscripto arabe de que trata Perez de Castro[2].

Adail.

Dava-se o nome de *adail* (do arabe *dalil*, guia[3]) a todo o individuo encarregado de commandar ou conduzir superiormente as tropas; significava propriamente *chefe*, guia, e era, portanto, um homem considerado pelas suas qualidades de honra e valor, pelos seus conhecimentos e posição social, pertencendo-lhe exercer, sobretudo quando estabelecido nas fronteiras, uma vigilancia constante sobre as tropas a seu cargo. Este nome permaneceu na milicia peninsular entre os christãos, sendo em Portugal um posto de responsabilidade e honra, como teremos occasião de expor.

Tivemos *adaís* portuguezes, desde os fundamentos da monarchia, como se póde ver, por exemplo, no foral de Santarem[4] de 1179, até tempos recentes. Nas nossas colonias assim se chamavam os commandantes de gente a cavallo. A João Froes

[1] Perez Castro. *Ob. cit.*, pag. 59.
[2] Idem, pag. 288.
[3] *Dalil* guia, pl. *dalila*. Gayangos. *Almacari,* liv. IV, cap. III, nota.
[4] «*Adalides de santaren non dent quintam de quiniones eorum corporum*» — *Portugaliae Monumenta — Leges.*, pag. 408.

de Britto, cavalleiro fidalgo, foi em 1749 perdoada certa pena, attendendo a que nas guerras com os moiros, em Mazagão, alcançara os postos de «cavalleiro acobertado, capitão de uma das guardas de cavallaria, primeiro Almocadem, Adail, cabo mayor de cavallaria d'aquella praça[1]».

Nas luctas com os mouros, primeiramente na peninsula, e depois na Africa e na Asia, tivemos de adoptar muitas das formas e titulos da milicia arabe.

Adail-mór. Adail-mór era se póde dizer o proprio rei, como Affonso IV no Salado e D. João I em Aljubarrota. No regimento dado por El-Rei D. Diniz aos diversos cargos da milicia estão indicados os deveres dos *adais, almocadens*, *alfaqueques*, *atalayas*, e outros, de imitação mourisca; o adail ia geralmente na dianteira da hoste.

Os mouros, diz Mendoza, chamavam *adaís* aos guias ou cabeças da gente do campo, que entravam a correr terras de inimigos, e á gente d'elles *almogavares*; antigamente foi muito qualificado o cargo de *Adail;* era escolhido pelos seus almogavares; saudavam-n'o pelo seu nome, levantando-o ao alto, de pé, sobre o escudo. «Pelos rastros deviam os *Adaís* conhecer a passagem das feras e dos homens, com presteza, não se detendo em conjecturas, resolvendo por signaes, futeis no parecer de quem os observa, mas no d'elles tão certeiros, que ao vel-os encontrar o que buscam parece maravilha[2]».

No codigo das *Sete Partidas*, que foi tambem lei portugueza, vem os deveres dos adaís, que de simples *guias* de tropas, que ao principio significavam, ou caudilhos da peoada ou da gente de ca-

[1] Requerimento de João Froes de Brito, Torre do Tombo, maço 108, n.º 18.

[2] Mendoza. *G. de Granada,* cit. por D. J. Almirante. *Dicc. Militar.*

vallo, passaram a indicar o chefe de uma qualquer partida de gente, ou mais particularmente um official com algum dos cargos que hoje pertencem aos officiaes do estado maior. Adail-mor n'este particular corresponderia ao posterior mestre de campo general. Veremos adiante a importancia d'aquelles cargos na milicia dos primeiros seculos da nossa monarchia.

Almocadem. Chamava-se *Almocadem*[1], de *mocaddem,* guia da vanguarda, o que ia na frente; n'um sentido mais particular era o que commandava, dirigia, guiava os almogavares, tropas ligeiras encarregadas de explorar e abrir caminhos para a marcha das tropas, e de realisar incursões no pais inimigo[2]. D'ellas nos occuparemos no seu logar. Parece que mesmo entre os arabes se generalisou o nome a diversas categorias[3].

Era propriamente o caudilho das peoadas, segundo se infere da lei das *Sete Partidas*[4], sendo evidente que os christãos adoptassem o titulo dos arabes.

Fernão Lopes cita os nomes de dois *almocadens* na sua narrativa das guerras de D. João I: Affonso Garcia e Affonso Alvares[5]. Generalisando-se o titulo até para os que conduziam ou governavam barcos, ficou subsistindo, e ainda hoje subsiste na nossa India, entre os portuguezes, o nome de *mocadão*[6].

[1] Gayangos. *Almacari,* tomo I, cap. VIII, e Conde, vol. I, pag. 501.

[2] «Cheiks do Sahará e de Barca, walis d'Andalús, Kayides e almocadens do exercito dos crentes... sois cobardes e desleaes.» A. Herculano. *Eurico,* XV.

[3] Fr. Pedro de Alcalá. *Vocabulista arabigo,* cit. no *Dicc. de scien. milit,* tomo I.

[4] «Almocadem llamam agora a los que antiguamente solian llamar cabdiellos de las peonadas». *Sete Partidas,* leis 5 e 6, tit. XXII da 2.ª

[5] F. Lopes. *Chr. d'El-Rei D. João I,* cap. CIII.

[6] «O cargo de Mocadão mor dos marinheiros Canarins, prouido pellos Vizorreys, tem de ordenado 539 x.es seruindo bem, E fielmente;

Desappareceu o *almocadem* na milicia do reino, e mais tarde o de *adail*, na nossa Africa. Diogo Correia era o nome de um *almocadem* de Ceuta em 1539 [1]; de muitos outros resam os documentos.

Desde os tempos do Propheta, segundo informa Bemazil, existiam os postes de *naquibes, arifes* [2] e *arraes,* como intermediarios entre as tropas e o commandante superior, cujas ordens iam dos *emires* aos *alcaides,* dos alcaides aos *naquibes,* d'estes aos *arifes,* dos arifes aos *nadires,* e d'estes ás suas tropas.

Está nisto indicada a escala hierarchica.

Alcaide.

Alcaide, pelo que se deduz da passagem de Bemazil, começou por ser uma dignidade superior militar, caudilho de uma unidade grande do exercito ou governador das armas de uma cidade da provincia.

No tempo dos omáiadas em Hespanha tinha qualquer d'essas duas funcções: ora de jurisdicção territorial, com attribuições administrativas e juridicas, ora do commando de um exercito, sendo esse importante posto dado apenas a umas dez ou quinze pessoas, ao todo; mais tarde, com o fraccionamento em muitos reinos, multiplicaram-se os alcaides, que em alguns pontos chegaram a reunir, como em Toledo, Sevilha, Valencia, etc., a chefatura militar, politica e judicial, sendo como que verdadeiros reis [3].

Alcaide alquibir.

Simonet falla mesmo no *alcaide alquibir,* como

E não o fazendo assy lhe importará mais de mil cada anno. O cargo de Roboam, que he Mocadão mor dos Arabios, tem de ordenado 16. 320 rs. por anno, que é soldo, mantimento de hũ homem do mar». *Lista de todas as capitanias, cargos que ha na India, E sua estimação, e rendimento pouco mais ou menos.* — Ms. publicado pelo sr. Martinho da Fonseca. 1901.

[1] Conde da Ericeira. *Portugal Restaurado*, parte II, liv. IV.

[2] *Arraez* queria dizer genericamente chefe, correspondente a *cabo,* cabeça. — Almirante. *Op. cit.*, voc. *Arraez.*

[3] Ribera Tarагó. *Orig. del Justicia,* pag. 79.

sendo entre os arabes o «generalissimo dos exercitos[1]». Na accepção de commando passou em Portugal, como nos reinos de Hespanha, a ser chamado alcaide o governador de um castello; descendo a funcção a pouco e pouco em categoria, ao ponto de significar apenas guarda; n'este caso estava o alcaide do carcere publico, ou o *alcaide dos donzeis* que dirigia, educava, capitaneava, guardava os donzeis, ou pagens, filhos da gente nobre, que nos paços reaes eram creados e instruidos no sentido da guerra[2]. Outros cargos houve entre nós, como veremos em occasião opportuna, em que a palavra alcaide foi adoptada para significar o individuo encarregado de uma determinada direcção ou superintendencia. Mais particularmente, porém, passou a significar o commandante de uma praça, o governador de uma cidade, villa fortificada, ou provincia. N'este ultimo sentido ainda hoje existe no vizinho reino.

Xorta.

Chamava-se na peninsula *xorta* á guarda de segurança e policia, policia judiciaria propriamente, de uma cidade; d'ahi o nòme de *saheb axorta* officio creado pelos Abácidas, e que tomou grande importancia entre os Omáiadas de Hespanha, e tambem o de *saheb almedina*[3] como se chamou na Andaluzia ao chefe d'essa guarda, e depois ao governador da cidade[4]; d'ahi o nosso *zavalmedina* ou *zalmedina*,

Zalmedina.

[1] Simonet. *Leyend. arab.*, pag. 5º, cit. de Almirante. *Dicc. milit.* voc. *Alcaide.*

[2] ... «sendo já alguns feridos e mortos, entre os quaes morreu o alcaide dos donzeis». — F. Lopes. *Chr. d'El-Rei D. João I*, cap. CXIV.

[3] Zahbalmedina ou Zahbaleil.

[4] Em cada capital e corte de omáiadas hespanhoes, no tempo do califado, havia um alto dignitario do imperio que os chronistas nos apresentam com o aparato e pompa de um rei, rodeado de altas personagens, dando audiencia ás portas do palacio do Califa, juiz e alto inspector da policia, a um tempo. No principio o *Zalmedina* christão foi mais parecido com o dos mouros; logo adquiriu jurisdicção civil, reunida á jurisdicção criminal primitiva, por ter voltado á auctoridade real o cargo de intervir nos pleitos particulares, d'an-

empregado pelos christãos no mesmo sentido [1] e significando um alto cargo, a um tempo politico e juridico, encontrando-se traduzido nos documentos do baixo latim por *vice dominus civitatis e curia*. Não só em Portugal, mas nos outros reinos christãos da peninsula continúa existindo este cargo [2].

Saheb axorta.

O *saheb axorta* estava debaixo da direcção immediata do chefe do exercito «senhor da espada»; entre os Abácidas julgava os crimes e applicava-lhes a devida pena; era cargo de uma alta consideração, e só se investia n'elle grandes chefes militares, homens de confiança absoluta do sultão; a sua auctoridade, porém, não se estendia ás classes mais elevadas.

Informa Bem Caldum que no imperio dos Omáiadas hespanhoes este cargo adquiriu uma alta importancia e constituiu duas administrações distinctas: a grande *xorta* e a pequena *xorta*; a primeira tinha auctoridade sobre todas as classes e pessoas, a segunda só a tinha sobre o povo. O cefe da primeira estacionava á entrada do palacio imperial, rodeado de satelites que permaneciam sentados e só se levantavam para cumprir as ordens que d'elle recebiam [3].

tes entregues á amigavel composição entre os visinhos. Ribera Taragó. *Orig. del Justicia*. — Santa Rosa de Viterbo, pag. 62 e 65, diz que *Zavalmedina* era o pretor da cidade, a quem pertencia, por commissão do Principe ou Rico homem, todo o governo politico. *Elucidario*, voc. *Zavalmedina*.

[1] *Elucid.* de Viterbo. — *Zavalmedina*.

[2] *Curia cive malmedinatus judex, vulgo alcalle*, — encontra-se nos documentos da epocha.

[3] «No imperio dos omáiadas hespanhoes, este cargo adquiriu uma alta importancia, e formou duas administrações distinctas: a grande *xorta* e a pequena *xorta*. A auctoridade da primeira estendia-se igualmente sobre os grandes e pequenos: o que a exercia tinha o poder de castigar mesmo os funccionarios publicos que oppriamiam o povo, como tambem os paes e pessoas que os protegiam. A pequena *xorta* só tinha auctoridade sobre a populaça. O chefe da grande *xorta* tinha a sua séde á porta do palacio imperial, com muitos satelites ao lado, assentados, e que não deixavam os seus

Quanto aos outros postos, ouçamos o que Estevanez Calderon, reproduziu de Bemazil:

«O emir compunha as suas tropas de modo tal que, formando um todo completo e compacto, se dividisse em partes que podessem dirigir-se e manejar-se facilmente. Cada oito soldados eram incumbidos a um cabo chamado *nadir*, condecorado com uma insignia chamada *icda;* por cabo ou chefe de cada cinco d'estes *nadires* punham um *arife*, que levava por distinctivo uma bandeira ou *bande*. Cada cinco *arifes* obedeciam ás ordens de um *naquibe*, que levava por distinctivo uma signa chamada *liva*. Cinco d'estes obedeciam a um *alcaide* que, em signal da sua dignidade, levava um guião ou *alame*, e finalmente cada cinco alcaides recebiam as ordens de um *emir*, cujo signal de distincção era um pendão ou estandarte, *raca*, se a grandeza do exercito o permittia. Conforme a maior ou menor importancia das expedições assim eram diversos os cargos para ella designados [1]».

Nadir.

Arife.

Naquibe.

D'outra passagem do mesmo tratadista arabe se deduz que o emir exigia do *naquibe* e do *arife* a maior vigilancia na boa ordem e disciplina da respectiva unidade, convocando-a quando fosse necessario e transmittindo-lhe as ordens superiores; «assim se ganhava muita rapidez nas operações militares e se exercia inspecção no soldado, que por essa fórma se não descuidava em ter sempre em bom estado os seus apetrechos e munições[2]». Esta cadeia hierarchica fôra já estabelecida no tempo do Propheta pelas necessidades creadas pelo

Hierarchia.

postos senão para executar as suas ordens. Como as funcções d'este cargo deviam ser exercidas por um dos grandes do imperio, passaram para as attribuições do vizir ou do hagebe (camarista mor). — Ibn Kaldum. *Prologomènes*, parte 2.ª

[1] Est. Calderon. *De la milicia de los arabes*. — *Rev. Mil.* de Madrid, tomo VIII.

[2] Idem.

augmento consideravel dos exercitos, aos quaes elle tinha de transmittir as suas ordens. Essas ordens, como vimos, dava-as aos *emires*, estes as transmittiam aos *alcaides*, estes aos *naquibes*, estes aos *arifes*, estes aos *nadires*, e estes finalmente aos soldados[1].

Alferes.

A palavra *alferes*, que na Reconquista passou a indicar entre christãos um alto posto no exercito, sendo o alferes-mór a primeira dignidade depois do rei, entre os arabes queria apenas dizer cavalleiro. Em Castella e Aragão *alferez* se chamou ao que levava o pendão da unidade, e só mais tarde, em Aragão, se passou a chamar-lhe *senyaler* de origem castelhana, como se vê em diversos foraes[2].

Alfaqueque.

Alvazil.

Funcções ou cargos, até certo ponto militares, que, existindo entre os arabes, passaram a ser nossos, até com os mesmos nomes, são tambem as de *alfaqueque*, encarregado de resgatar os captivos, escravos, ou prisioneiros de guerra[3], e *alvazil*, especie de juiz fiscal da côrte entre os musulmanos de Hespanha[4], como depois entre os christãos[5]; os alvazis tinham começado por ser entre os arabes da Asia verdadeiros potentados, vizires ou ministros, que chegavam a absorver o poder dos monarchas[6].

Todos estes cargos passaram a ser adoptados pelos reinos christãos. Ribera Tarragó, referindo-se ao destino que elles ahi tiveram através dos tempos, escreve:

«O alferes morreu hontem, o alcaide agonisa e

[1] E. Calderon. *De la milicia de los arabes.* — *Rev. Mil.* de Madrid, tomo VIII.
[2] Ribéra Tarragó. *Orig. del Justicia*, pag. 67.
[3] Partida 2.ª, tit. 30, e Codigo Alfons., liv. V, tit. 49.
[4] Lafuente. *Hist. de Esp.*, tomo IV, pag. 120.
[5] *Coram aluazilibus uel judicibus. Port. Mon.* Leges., pag. 192.
[6] Ribéra Tarragó. *Orig. del Justicia*, pag. 67.

se perderá amanhã[1]; o alcalde, e o aguazil permanecem ainda com signaes de uma longa vida; porém, todos elles, como cantos rolados que a torrente dos seculos vae arrastando, permanecem no leito dos rios; uns nas margens, limados pelo atricto, outros no fundo, acrescidos pelo contacto; e hoje o observador superficial mal se apercebe da relação de identidade que existe entre o abandonado seixo da margem e os elevados penhascos da cumiada, de onde as commoções da tempestade o empurraram para o valle».

E accrescenta n'outra passagem:

«A coincidencia dos termos *aguazil* e *almogávar* ainda se podia duvidar se obedecia á casualidade ou ao capricho da sorte; mas que appareçam na organisação do reino (de Aragão) o alcaide, o alferes, o adail, o almogávar, o almoxarife, o zalmedina, o mustaçafe, o alvazil e o almotalefe, e em Castella, sujeitos a igual genero de influencia, alem de todos estes, o zabazoque e o almocadem, com os mesmos nomes e identicas attribuições, prova é tão cabal do contrario que deve ser acceite por todos que tenham uso de rasão[2]».

De todo o serviço militar o mais nobre era o da fronteira, onde a presença do inimigo, os constantes sobresaltos ou as repetidas incursões no seu territorio o tornavam um encargo pesado. Quasi que era necessario renunciar a toda outra occupação, e assim se converteu n'uma especie de apostolado militar, dando origem aos morabitas. A religião da fé dava as mãos á religião das armas.

Ha mesmo quem faça derivar d'ahi a origem

[1] Em Portugal deu-se o contrario; existe ainda o alferes, desappareceu o alcaide.
[2] Ribera Tarragó. *Orig. del Justicia*, pag. 189 e 359.

das ordens militares christãs, que tiveram tambem de preferencia a guarda da fronteira. Eram os *rabitas* uma especie de conventos-quarteis estabelecidos na fronteira ou nas costas para combater os infieis, e ali ganhavam a vida futura homens votados á religião e ás armas, contra as algaras dos almogávares e campeadores christãos[1]. A nossa Arrabida traz d'ahi a origem, como Rebat, em Marrocos, de um *rabita* que ali se fundou contra os attaques dos christãos. D'ahi o nome de *almorávida,* isto é, o que habita a rábita, em francez *marabout.* Lafuente, informa que o Califa de Cordova, Hixeme III, em 1026, «fomentou muito a instituição das *rabitas,* nucleo sagrado dos musulmanos, dedicados voluntariamente ao serviço das armas e a defender constantemente a fronteira contra os almogávares christãos, origem, segundo muitos crêem, das ordens militares christãs[2]».

Rábata, significava entre os musulmanos propriamente a vida sobresaltada das fronteiras, vida cheia de perigos, vivida sobre as armas, e consagrada exclusivamente á defeza do país.

Baseado na opinião de Máleque, que reputa ser o mais auctorisado commentarista arabe, diz Estebanez Calderon que as seguintes cousas eram indispensaveis para entrar em *rábata*: — vocação decidida, provisões, armas, cavallos e apetrechos, e postos fortificados[3]. «Um dia de *rábata,* diz o *Alcorão,* vale mais no caminho de Deus do que todo o mundo e quanto n'elle existe».

As tropas e chefes destinados á defeza das fronteiras eram dos mais aptos e escolhidos, concedendo-

[1] Almirante. *Dic. Mil.*, voc. *Tactica.*
[2] Lafuente. *Hist. de Esp.*, tomo IV, pag. 120.
[3] Est. Calderon. *De la milicia de los arabes.*

se-lhes regalias especiaes. Na permanente lucta entre os povos vizinhos e contrarios, as fronteiras oscillavam constantemente, no periodo violento da Reconquista. De modo que, «se o christão dava rebate sobre um determinado logar, ali era a fronteira durante 70 annos; se repetiam o rebate, passava a ser fronteira durante 120 annos; se os rebates excediam esse numero ficava, sendo fronteira para sempre, até ao dia de juizo»; tal era a opinião de Sofiane; e Zafar, baseado na opinião de Abulcáceme e outros tradicionistas arabes, diz que deve entender-se por fronteira o que «para traz só tem gente de paz e musulmanos».

Quando tratámos dos *valís,* vimos quaes os requisitos exigidos nos que eram encarregados da defeza das fronteiras. Alem do que ficou dito, cumpria-lhes attender a tudo que respeitava a abastecimentos e aprestos, cavallos e bagagens para a guerra, cuidar dos pontos fortificados, do estipendio aos adaís e exploradores, reforçar com gente nova as fileiras, adestrar o soldado no manejo das armas e nos exercicios a cavallo, etc. A justiça alli tinha de ser mais austera e mais escrupulosa; as tropas dispunham de alojamentos proprios, e, de espaço a espaço, havia na fronteira adaís, ou chefes de confiança, todos mussulmanos, que se serviam de infieis, isto é, de pessoas de differente religião, taes como christãos e judeus, para o mister de espiões; d'este deshonroso officio eram escrupulosamente excluidos os musulmanos. Taes são as informações de Bemazil[1].

No Andaluz.

E era na peninsula iberica, no Andaluz, que esse serviço do *rábata* assumia maior importancia, naturalmente na epocha da Reconquista, porque se vivia em perenne guerra, e segundo uma tradição

[1] Est. Calderon. *De la milicia de los arabes,* pag. 283 a 285.

antiga «o melhor rábata sobre a face da terra era no Andaluz, onde o inimigo estava ao nascente, ao poente, ao norte e ao sul; por isso, alli, um dia de peleja e de rábata era mais enaltecido e mais meritorio do que dois annos em qualquer outra fronteira [1]».

*
* *

O cavallo.

O cavallo foi sempre para o arabe um objecto de maior cuidado e estimação; prescrevendo que o paraiso estava reservado a quem bem tratasse o cavallo, o Propheta preparou o advento e a propagação do melhor cavallo de guerra do mundo, fóros que ainda hoje conserva.

Para crear o cavallo, Deus disse ao vento: — «Vou fazer sair do teu ventre um ser vivo; condensa-te!» D'ahi, o chamarem os arabes ao cavallo uma «ave sem azas».

Na sua maneira peculiar de combater, as condições essenciaes do cavallo eram a ligeireza e a velocidade.

O Alcorão qualifica o cavallo «o bem por excellencia», o que levou os commentadores das *Suras* a concluir que um arabe «ama o cavallo como uma parte do seu proprio coração e sacrifica, para o manter, até o alimento dos seus filhos».

Ao cuidado e carinho pelo cavallo, juntava-se uma educação muito especial, constituindo-o, se póde dizer, na principal arma de guerra.

O peão.

Comquanto os arabes tivessem em grande estimação a cavallaria, numerosa e forte era nos seus exercitos a infanteria, havendo mesmo epochas em que lhes mereceu uma grande consideração.

[1] Est. Calderon. *De la milicia de los arabes.*

Era o *almogávar* o soldado de infanteria por excellencia, e continuou a sel-o entre os christãos da Reconquista.

Foi a partir de Ámer, na sua expedição ao Egypto, que a cavallaria tomou uma organisação a valer, á imitação dos gregos, em cujos livros, mandados traduzir expressamente, se colhiam, para serem convenientemente adoptados, os melhores preceitos da milicia.

Tropas.

A não ser na fronteira, onde se vivia com as armas na mão, finda a guerra, as tropas recolhiam aos seus trabalhos ruraes ou officios livres, ficando apenas em exercicio o nucleo de soldados pagos que representavam o effectivo na paz, alem da guarda do corpo do Califa, que houve tempo foi de 600 homens. Para sustentaculo dos califas e dos principaes chefes tambem se organisaram tropas com escravos armados, como no tempo dos Fatimitas e Aiubitas, e com mercenarios contra tados no estrangeiro, como succedeu na epoca dos Omáiadas e Abácidas, tendo estes sido a segurança e salvação d'aquellas auctoridades, pelo que tiveram o nome pomposo de *sustentaculos dos Califas*. Almotácem-Bem-Raxide constituia a sua guarda com mancebos apenas na puberdade, tirados das populações subjugadas; e taes foram os privilegios que lhes concedeu que perturbações graves se produziram.

Isto informa um escriptor militar hespanhol que diz basear-se n'um manuscripto arabe, inédito, o qual promettia publicar traduzido: não sabemos se chegou a cumprir a promessa[1].

Soldo.

Segundo esse codice arabe foi Ámer Benalcretabe quem primeiro arrolou os nomes dos seus soldados, pagando-lhes um soldo. Aos chefes das

[1] Coronel Perez de Castro. *Estudios Militares*, etc., Madrid, 1872.

grandes unidades e governadores de praça pagava-lhes 7:000 *dirhemes,* tendo-os o califa Otmane elevado a 10:000.

Quando as necessidades do thesouro obrigaram ou a diminuir os soldos, ou a deixar de os pagar uns mezes, como no tempo dos Abácidas, deram-se motins e revoltas; assim succedeu a Almotácem, por ter cortado ao exercito tres mezes de vencimento no anno, e a Amine por o ter licenceado. Os soldos eram recebidos diariamente ou aos mezes, na presença dos califas e dos emires. Dava-se ás tropas uma gratificação especial quando iam em expedição a terras inimigas, ou por occasião do advento de um novo califa; *jelus* se chamava essa gratificação.

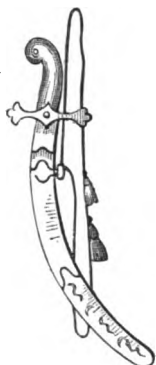



Fig. 1 — Alfange

Aride.

Aride era o titulo do empregado de fazenda encarregado de verificar o numero de individuos que compunham o exercito, porque succedia muitas vezes que os emires apresentavam relações contendo um numero superior ao effectivo real [1].

*

* *

Armamento.

O armamento principal consistia, para as armas offensivas, na espada ou sabre, na maça, na lança, no punhal recurvo ou *gomia,* na *almarada,* na *azagaia*, e no *tarasebte,* armas de arremesso; no arco e flecha, com o respectivo carcaz, e nos instrumentos polyorceticos, nos quaes tinham grande applicação as substancias incendiarias.

[1] Perez de Castro. *Estudios Militares,* pag. 57 e 58.

Durante o dominio dos musulmanos na peninsula armamento d'estes padeceu varias modificações, dando-se mesmo o facto de muitas armas e processos de guerra dos christãos terem sido adoptados pelos arabes, ao passo que d'estes adoptavamos tambem muitos, no sentido do aligeiramento e das manobras mais rapidas.

Em Guadalete.

Descrevendo a batalha de Guadalete, dá Almacarí noticia das armas que então usavam os invasores:

«Chegou o rei Rodrigo, trazido sobre um throno, e tendo por sobre a cabeça um docel de variadas côres que o resguardava do sol; vinha rodeado de guerreiros, cingidos em aço brilhante, com pendões ao vento, e grande profusão de bandeiras e estandartes. Os homens de Tarique estavam apparelhados de modo differente: tinham os peitos cobertos de arnezes de malha, traziam turbantes brancos na cabeça, os arcos pendentes nas costas, as espadas suspensas dos cinturões e longas lanças, seguras na mão com firmeza [1]».

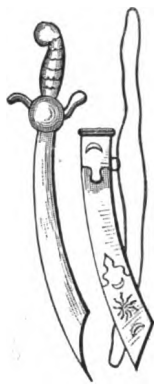



Fig. 2 — Cimitarra

De diversas fontes colhemos noticias mais completas sobre o armamento dos arabes.

Alfange.

Entre as espadas tinha o nome de *alfange* (fig. 1) uma espada de folha larga, curta, curva e de um só gume, e o de *cimitarra* (fig. 2)[2] a que tinha a folha tambem larga, que mais alargava na ponta, e era curva tambem; o *yatagan*, de que temos um

[1] Gayangos. *Almacari*, tomo I, liv. IV.

[2] Cesó el moro y muy gallardo
Miró á todas las caras,
Y con soberbio desnuedo
Empuñó la *cimitarra*.

Romancero General.

exemplar curioso na estampa I, são armas ainda em uso entre os orientaes.

Espadas.

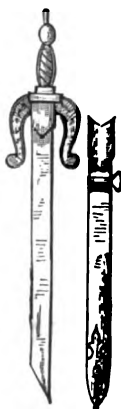
As espadas eram tambem rectas, e usadas com bainha (fig. 3) ou sem ella, suspensas de um cinturão, *bend,* ou de um cordão de seda que passava sobre o hombro em fórma de bandoleira.

Vimos já que os nomes das espadas vinham da sua proveniencia, como a espada *iamaní* (do Iamen), *indica* (da India), *damasquina* (de Damasco), egypcia, franca ou européa; tiravam-o tambem da sua fórma, e da sua nitidez, provindo d'esta ultima rasão a chamada espada *branca,* de onde talvez a nossa denominação de *arma branca.*

Fig. 3 — Espada com bainha

Que a espada indiana era muito estimada, deduz-se do que no seu poema, consagrado a Texufin, filho do califa Ali-bem-Iúçufe, diz o poeta peninsular do seculo XII, Abu Becre Acirafe: «Pega n'uma espada indiana de lamina delgada; é mais cortante, e melhor penetra nas couraças».

Esgrima.

Vimos tambem como os tratados de guerra mostram o cuidado especial que se votava á esgrima da lança, a pé e a cavallo.

Ao punho da espada chamavam *arriás,* de onde o nosso antigo *arrial* ou arriel, com a mesma significação[1].

A habilidade no jogo do alfange ia ao extremo de, com a ponta d'elle, cortarem o atilho de um sacco, cheio de areia, sem ferirem o sacco[2].

Lanças.

A lança tinha o ferro com fórmas diversissimas, e era mais leve que a dos christãos, em consequen-

[1] Almirante. *Dic. Milit.,* voc. *Arrial* e *Arriaz.*
[2] Perez de Castro. *Estudios Milit.,* pag. 65.

Estampa I

Inscripção do lado opposto da lamina

١٢١٨

Iatagan moderno, 1218 da Hegira — (Da collecção do Dr. Teixeira de Aragão)

cia do caracter ligeiro da sua cavallaria. Esta usava no ferro da lança uma bandeirola (fig. 4) ou um pequeno penacho de crinas de varias cores. Dos botes e guardas especiaes de que se serviam na esgrima da lança, vimos já referidos alguns no tratado militar escurialense de que atrás demos noticia.

A lança era tambem arremessada para incendiar (fig. 5), tendo presa no ferro uma capsula de nafta (fig. 6).

Gomia.

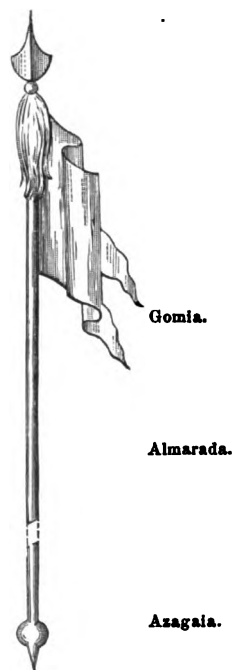
Almarada.

Azagaia.

Fig 4—Lança com bandeirola

A *gomía,* ou adaga mourisca, tinha a folha um tanto curva, larga, com dois gumes e o punho sem guardas (fig. 7).

Almarada se chamava a um pequeno punhal agudo, de secção triangular e com córte, ao qual alguns, diz Santa Rosa de Viterbo, chamavam «faca de fouce», por ser torta para dentro [1].

A *azagaia* era o nome mouro de uma pequena lança (fig. 8) (pilo, dardo, venábulo, azcuna, lhe chamaram em diversas epochas e entre os diversos povos que estiveram entre nós). Era arremeçada á mão e com tal effeito que *La Cronica de Alf. XI* falla de um mouro Alicazar que deu no adversario com uma *azagaia* «et diόle por los pechos et pasόle un lorigon e un gambaj que traia, e saliole el fierro a las espaldas». A fórma dos seus ferros tambem variava. De todas as armas de haste era a mais comprida e leve, tendo algumas quatro metros de comprido [2].

[1] Viterbo. *Elucidario,* voc. *Agomia.*

[2] D. Mariano Rubió y Bellvé. *Dicc. de ciencias militares,* tomo I, voc. *Azagaya.*

Gosguz.

Segundo Florian de Campo, *gorguz* chamavam os mouros á azagaya, o que é confirmado pela asserção de outros escriptores[1].

Tarasebte.

Tarasebte era o nome de uma outra lança, tambem de arremessar.

Arco.

O arco de mão para despedir flechas, *quebade* (fig. 9), era feito de tres peças ligadas com tendões de animaes e n'uma só curva. Usava-se tambem para isso o bambú, a madeira e uma gomma especial elastica, formada de resina extrahida por meio de incisões feitas na arvore chamada *neba*, e misturada com vinagre de Syria, raspa de veado, o que tudo constituia uma massa que, envolta em tendões de animaes, ficava com uma consistencia superior á da madeira. As cordas d'este arco eram de seda, algodão, tiras de pelle ou tripa.

Segundo o testemunho de Almacarí, «primitivamente o ligeiro arco usado pelos arabes e que elles chamavam *cauçalarab*, diferia da bésta dos christãos[2]». A bésta, porém, foi por elles adoptada.

Fig. 5
Lança para incendiar

O arabe, alem de excellente cavalleiro, era um arqueiro de primeira ordem e como tal recrutado até nos exercitos christãos[3].

Settas.

A flecha ou setta, *ceáme* ou *nivél* (fig. 10), era primeiramente de canna, bambú, ou madeira, e depois

[1] Florian de Campo. *Cronica*, liv. IV.—Mendoza. *G. de Granada*, pag. 82.

[2] «The light bow formerly used by the arabs, and wich they called *kausu-l'-arab*, was different from the cros-bow of the Christians.» P. Gayangos. *Hist. of the Mah. Dyn.*, tomo I, liv. IV, pag. 5.

[3] Em toda a Peninsula christã, tanto nos reinos de Aragão e Castella, como no de Portugal, os mouros se empregaram não só como cavalleiros, em que eram dextros, mas como arqueiros peões, eximios na certeza do tiro, ou armados de lança, espada e rodela. Vid. Estebanez Calderon. *De los sold. almogavares*. *La Revista Militar*, tomo IV.

de ferro, e havia-as de diversas especies; a persa, de madeira, chamada *nexabe,* a *sem barbas,* a dos *dentes de serpente;* a que ia presa a um cordel para a rehaverem; a que levava presa no ferro um escripto com uma ordem, aviso, ou um objecto qualquer, como signal; a incendiaria que podia ser ou simples, levando apenas presa ao ferro a nafta em tubos ou capsulas de coiro ou feltro, ou a chamada *jerída,* muito maior, lançada por meio da bésta, e que, alem do fogo grecisco, levava preso no ferro um cartucho de couro, ou de cana, como nos foguetes, ao qual, antes de partir, se lançava fogo por meio de uma mecha, e que a meio caminho, incendiando-se, dava impulso ao projectil, supprindo a força que lhe ia faltando do impulso inicial [1].

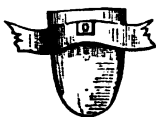



Fig. 6
Capsula de nafta

O tiro da setta.

A verdadeira flecha era uma arma muito leve e bem direita, que se disparava com estrema facilidade e acertava a grandes distancias, ao contrario do quadrello da bésta, de carregamento lento e de pequeno alcance, comquanto muito penetrante e solido. O tiro do arco era curvo, em parabola, para cair sobre o inimigo, evitando o escudo, ou obliquo, para ir ferir o peito ou o ventre dos cavallos. E por tal fórma se repetia que os chronistas o comparavam a nuvens de moscas, ao graniso, á chuva que obumbrava o céu antes de cair sobre a terra, «frechadas de arcos torquies que eram tam espesas que tolhiam o sol [2]».

Fig. 7
Gomia

Arqueiros.

Havia arqueiros não só a pé, mas a cavallo, como, por exemplo, o corpo que na batalha de Elvira

[1] Almirante. *Dicc. Milit.*, voc. *Aljava.*
[2] *Port. Monumenta. — Escrip.*, pag. 186

oppoz Bensaíde a outro da cavallaria christã [1]; e de besteiros arabes se serviram como auxiliares D. Jayme de Aragão, na conquista de Valencia, e D. Pedro III de Castella [2], e nós, em muitos lances.

Aljava.

As flechas iam dentro de uma *aljava* (fig. 11), bolsa de madeira ou coiro, com os respectivos *cachuchos* ou cânulos onde se mettia a flecha.

Carcaz.

Ha quem attribua origem arabe ou persa á palavra *carcaz*, que era tambem onde se levavam as flechas [3].

Estabeleciam-se premios aos que melhor atirassem ao arco.

Ornamentos.

Nas armas, principalmente nas espadas, punhaes, escudos e capacetes, punham ás vezes um grande esmero de ornamentação, com incrustações de ouro e prata, engastes em pedras preciosas, etc., havendo na peninsula fabricas de armas tão perfeitas no trabalho como as de Damasco, de onde vem a palavra *damasquinadas*. Taes eram as fabricas de Toledo, Murcia, Cordova e Saragoça.

Bésta.

Tambem usaram a *bésta*, mais *leve* que a dos christãos, (fig. 12).

Das armas proprias para ataque e defeza de fortalezas, fallaremos quando tratarmos da fortificação entre os arabes.

Armas defensivas.

As armas defensivas eram o morrião, o *magfar*, a loriga, o arnez, a *zardia*, a *algalota*, a *darca* ou escudo, o *botute*, etc.

Fig. 8
Azagaia

Casco.

O capacete ou *morrião* tinha diversas fórmas, (fig. 13, 14, 15 e 16 e estampa II), havendo-os de metal, ricamente encrustados ou cravejados de pedraria, como o de Boabdil, por exem-

[1] Gayangos. *Almccavi*, tomo II, liv. VIII, cap. V.
[2] Ribera y Tarragó. *El Orig. da Justicia*, pag. 9.
[3] Rubió y Bellvé. *Dic. de cien. mil.*, voc. *Cracax*.

Estampa II

Capacete arabe — (Da collecção de Sua Majestade El-Rei)

plo, que a Hespanha ainda hoje conserva; geralmente, porém, tinha a fórma semi-espherica ou conica, tendo por cimeira uma ponta aguda. Era dourado o casco do rei de Granada na batalha do Salado [1].

Havia-os de coiro de bufalo ou de boi, e de ferro, sendo em volta d'elles que se enrolava o turbante; alguns tinham, para resguardar a nuca, o pescoço, e os hombros, uma rede de malha pendente.

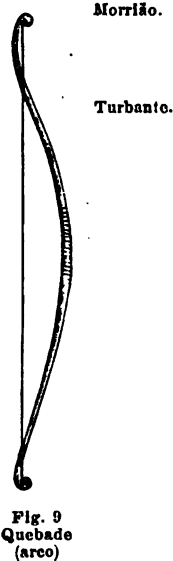
Morrião.

O *morrião,* segundo opiniões auctorisadas, é de orgem oriental ou africana, e foi muito usado pelos arabes [2].

Turbante.

O turbante não era do uso de todos os musulmanos, e, na peninsula houve tribus que o traziam como distinctivo de honraria, e outras não; assim, conta Bensaíde, que o turbante era usado n'umas provincias e n'outras não, e segundo a posição social dos individuos; mesmo na Andaluzia, onde faziam differença da Asia em certos pontos, e em Valencia e Murcia, andavam de cabeça descoberta, mesmo as pessoas de consideração, e tanto os soldados como os officiaes, emquanto que em Cordova e Sevilha todos usavam turbante. Segundo Dozy as tropas não traziam turbantes em Hespanha [3].

Fig. 9
Quebade
(arco)

N'aquellas provincias era uzo o cabello curto e barretes de lã, até nos proprios ulemas e cadis, andando todos de aljuba ou *tailasan;* as pessoas gra-

[1] Llegó coutra el Salado
El rrey moro de Granada,
Su bacinete dorado,
En la mano su espada.

Poema de Alfonso Onceno.

[2] Almirante. *Dicc. Mil.,* voc. *Morrion.*
[3] Dozy. *Dict. des vét. des arab.*

das enfiavam o capuz na cabeça. O *xaxe* ou tela do turbante era de simples tecido de linho ou algodão, ou de tecidos de ouro e prata.

O turbante era raramente usado pelos arabes no exercito, na Peninsula, segundo se póde deduzir da seguinte passagem arabe citada por Dozy: «Em seguida, tendo tenção de fazer guerra aos infieis, Hixame lhe ordenou que elle, e todo o exercito, usasse o turbante. Assim o fez, e o exercito saíu de cidade levando turbantes; era um espectaculo infame, por ser contrario ao uzo[1]».

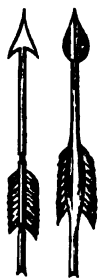



Fig. 10 Ceáme ou nivel (setta)

Como arma defensiva da cabeça havia ainda o *magfar* (fig. 17), de onde derivou o nosso *almofar*, especie de coifa de malha que cingia a cabeça toda, deixando apenas descoberto o rosto. Sobre o magfar se collocava o casco, e comquanto fosse ás vezes uma peça independente encarregada de guardar a cabeça e os hombros, fazia, em geral, parte da *Zardia*.

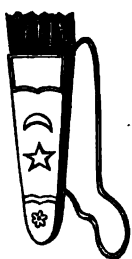



Fig. 11 — Aljava

Zardia.

Zardia (fig. 18) se chamava uma especie de camisa de tecido de malha de ferro, até aos joelhos, com mangas até ao punho[2].

Almafre.

Tem todo o aspecto de ser de origem arabe o *almafre* dos nossos antigos, destinado a proteger a cabeça, o que na nossa opinião é o mesmo que *almofar*, e até modificação d'esta mesma palavra. Santa Rosa de Viterbo chama-lhe erradamente morrião, elmo, capacete de aço ou de ferro, o que não póde deduzir da propria citação da chro-

[1] Nowairi. *Hist. de Esp.* cit. de Dozy. *Dic. des noms des vet. des arabes*, pag. 306.
[2] Perez de Castro. *Ob. cit.*, pag. 68.

nica de D. Pedro I que apresenta, e onde se diz, «loriga com seu almafre [1]».

Jornua.

Jornua se chamava a cota de malha brunida [2]; d'ahi proveiu, já modificada no sentido, a nossa *jornea*.

Fig. 12 — Bésta

Alpatraz.

Era de origem arabe tambem o *alpartaz*, especie de collete de malha até á cintura que se usava por baixo do arnez; foi adoptado pelos christãos [3]. Para não molestar o corpo vestiam a loriga ou couraça sobre o *belmez* [4] almofadado, chamado tambem *Rambaz* ou *Rambah*, de onde proveiu o nosso *Gambax* ou *Gambaz*, que era uma especie de *perpunto*.

Cazaghend.

No Oriente *Cazaghend* se chamava ao gambaz, dando na Europa origem ao *gazigan* que significava identica peça de vestuario guerreiro; era tambem usado sobre a cota de malha ou *zardia*, que ali tinha o nome de *ielba* [5].

Cotas de malha.

O poeta arabe do seculo XII, natural de Hespanha, Abu Becre Açarafi, atrás referido, deixou-nos o nome de

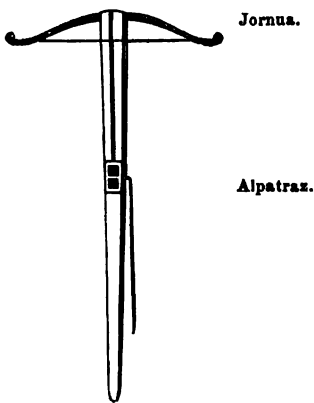



Fig. 13 — Capacete

[1] «El Rei accrescentou ás moradias de 65 libras, que os vassallos tinham d'antes, mais dez, que eram quinze dobras Mouriscas, e que por esta quantia havia de ter o vassallo um bom cavallo de accommetter, e loriga com seu almafre». *Ch. d'El-Rei D. Pedro I*, cap. XIII.

[2] Conde de Clonard. *Hist. de la inf. esp.*, tomo I, pag. 433.

[3] Almirante. *Dic. Mil.*, voc. *Alpartaz.* — Alfredo Rubió e Belvé. *Dic. de las cien. mil.*

[4] Ou *Velmez.* — «Velmeces, vestidos para sufrir las guarnizones.» *Poema del Cid.*

[5] «Arrivé au poste occupé par El-Malek-ed-Daher, je le trouva sur une colline près de la mer, avec la garde avancée. Il dormait revêtu de sa cotte de mailles *(yelba)*, couvert de sa casaque ouatée *(cazaghend)* et tout préparé pour le combat». — Beha-ed-Din, cit. por Delpech. *Ob. cit.*, tomo II. 2.ª P., cap. II.

um famoso fabricante de malhas de ferro de Iamen, Tobba: «Cinge uma d'essas duplas cotas de malha que Tobba, o habil fabricante, legou aos vindouros[1]».

Á imitação dos orientaes attribuem alguns a adopção na Europa das armaduras inteiriças[2], pois emquanto entre nós se usava apenas as defezas de tecidos de malha, os arabes serviam-se da couraça de ferro, brunida e muitas vezes tauxiadas de ouro, prata ou madreperola. Não é bem assim. As luctas com os arabes, tanto no Oriente, como em Hespanha, levaram os christãos a aligeirar as suas pesadas armaduras, e até a comprar aos arabes os seus tecidos de malha[3].

Fig. 14 — Morrião

A couraça era geralmente defeza do busto humano (fig. 19 e 20), sendo os braços guardadas por mangas de malha de ferro da *musca* (fig. 21), especie de camisa que na parte que cobria o corpo era apenas de panno.

Fig. 15 — Capacete

Botuto.

Á defeza do pescoço se chamava *botüte* (fig. 22).

Guante.

O *guante,* luva de malha para defender a mão, é igualmente nome arabe[4].

Tambem a cota de armas, que só no seculo XIV

[1] Ibn Kaldum, *Prologom,* parte II.
[2] No *Panorama,* tomo I, em artigo que alguns attribuem a Herculano, vem esta asserção.
[3] «On commença par préferer aux lourds hauberts d'Europe les fins tissus de mailles que fabriquaient les Orientaux. Les chrétiens en dépouillèrent d'abord leurs adversaires sur le champs de bataille pour s'en revêtir... Mais une ressource aussi aléatoire que le pillage des champs de bataille ne pouvait pas suffire à l'équipement d'une armée. Pour le compléter, les chrétiens ouvrirent des relations commerciales avec les fabriques d'armures musulmanes et devinrent leurs meilleurs clients». H. Delpech. *La tactique au* XIII[e] *siéc.,* tomo II, pag. 179.
[4] Dozy. *Dict. des noms des vetm. des arab.,* pag. 364.

foi adoptada entre nós, por imitação, era já de uso entre os arabes; chamava-se *algalota,* (fig. 23) e n'ella bordavam ou pintavam os nobres emblemas e distinctivos de qualquer especie.

Algalota.

Darca ou *darga,* de onde veiu a nossa *adarga,* era o escudo, que tinha muitas fórmas (fig. 24, 25 e 26), feito de nervos de boi, pelle de bufalo, cannas de bambú, madeira, concha de tartaruga, ferro, consoante as epochas.

Darca.

Fig. 16 — Morrião

Tinha em geral a fórma de coração, ou a fórma oval; e para a infanteria ligeira era ás vezes a unica arma defensiva: «et non traen armadura ninguna (los moros)» diz o infante D. Juan Manuel[1]. D. Francisco Danvila y Collado, citando um manuscripto portuguez do seculo XI, diz que alli viu dois mouros vencidos por Santhiago que trazem no braço escudos em fórma de amendoa como os visigodos, e o mesmo escriptor opina que as adargas procedem de Africa e vieram á peninsula com as tribus berbericas que faziam parte dos exercitos invasores de Tarique e Muça[2].

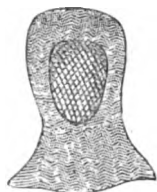



Fig. 17 — Magfar

Tomava o nome de *bacarí,* a adarga quando coberta de couro de boi; da mesma origem do nosso *vacarí,* que significava a mesma cousa, como se vê, por exemplo, nos foraes de D. Manuel[3].

Fig. 18 — Zardia

[1] Infante D. Juan Manoel. *Lib. de los Est.*

[2] D. Francisco Danvila e Collado. *Trajes y armas de los espan.*, pag. 137.

[3] «Vacaris, que são couros de bois e vacas.» — *Foral de S. Fins. de Paiva,* de 1513. «E outro tanto de carga de couros vacaris». Doc. das Salzedas, cit. no *Elucidario* de Viterbo.

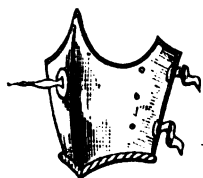
Figuras de soldados.

A interessante obra *Museu Militar* do escriptor hespanhol sr. Barado, traz duas figuras de soldados arabes, reproduzidas do *Apocalypse* de Gerona. A primeira representa um soldado a pé; o seu traje é uma *jobba* ou aljuba branca com mangas justas, e cingida na cinta por uma faixa, sapatos de couro, um casco de ferro batido, sem cimeira nem viseira, um escudo rombo, espada direita de duas mãos (fig. 27). A segunda representa um soldado de cavallaria, sem estribos, armado de lança e naturalmente de alfanje ou sabre, que deve pender-lhe do lado esquerdo; sobre a aljuba um peito de ferro, sem mangas, calção, sapatos de couro, casco seguro com uma barbella e cingido pelo *xaxe*, que tem uma das pontas pendentes sobre as costas.

Fig .19 — Couraça

Fig. 20 — Couraça

Jaezes.

Nos jaezes do cavallo punham tambem todo o esmero e cuidado, tendo a sella (fig. 28), o acicate ou espora (fig. 29), o estribo (fig. 30), a cabeçada (fig. 31), fórmas especiaes que se perpetuaram na peninsula.

São curiosos os modelos dos estribos e do acicate arabes do museu do dr. Teixeira de Aragão, que mandámos expressamente desenhar (fig. 32 e 33).

Fig. 21 — Musca

Instrumentos de musica.

Dos instrumentos musicaes empregados na guerra pelos mouros falla o seguinte trecho da descripção da batalha do Salado, do *Nobiliario* attribuido ao conde D. Pedro:

«Os mouros refrescauam-se cada vez mays e mais dos que estauam folgados. E os gritos deles e das trombas e anafis e daltan-

Fig. 22 — Botute

caras e atanaques e gaitas asi reteniam que parecia que as montanhas se arreygauam a todas partes[1]».

Usavam tambem chirimias (fig. 34 e 35), tambores e atabales (fig. 36 e 37):

> Moros estauan tanniendo
> Atabales marroquiles,
> De la otra rrespondiendo
> Tronpas com annafiles[2].

Fig. 23 — Algalota

Como era natural, porém, tambem os arabes pelo seu lado imitaram dos christãos alguns instrumentos musicos, e não só estes, mas vestimentas[3], armas e arreios de cavallo[4].

*

* *

Armas de fogo.

Quanto a armas de fogo e á polvora, parece ser ponto incontroverso que os arabes as conheceram antes dos christãos e que estes as adoptaram d'aquelles, vindo depois a aperfeiçoal-as rapidamente.

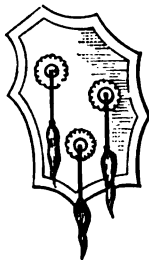



Fig. 24 — Darga

Depositarios, transmissores dos progressos do velho Oriente, da China receberam os arabes directamente, ou indirectamente pelos mongóes, o

[1] *Portugalia Monumenta.—Escript.— Liv. de Linhagem*, pag. 187.

[2] *Poema de Affonso Onceno.*

[3] «En Espagne, les arabes, surtout pendant la dernière epoche de leur impire, tirèrent un très grand parti du costume des chevaliers chrétiens. Ibn Said atteste expressément que les *kabas* des arabes d'Espagne ressemblaient à ceux des chrétiens, et l'historien Ibn-al Khatib dit, en parlant de Mahommed-ibn-Sad-ibn Mohammed-ibn Ahmed-ibn Mardanisch, qui mourut dans la seconde moitié du sixième siècle de l'hégire: «Il adopta la mode des chrétiens, pour les habits, les armes, y les brides et les selles de chevaux». — Dozy. *Dict. des noms du vetements chez les arabes.— Préface.*

[4] Dozy entende que as palavras *capote, sayo* e outras, foram pelos arabes adoptadas dos christãos de Hespanha. *Dict. des noms des vetem. des arab.*

conhecimento do salitre, o *barude,* ao qual chamavam no Egypto *neve da China,* e *sal da China* na Persia[1]; d'ahi proveiu a composição das substancias incendiarias de diversas composições, que passaram a empregar-se na guerra, sem comtudo lhe aproveitarem a força impulsiva.

Entre os arabes, dizem Reinaud e Favé, o fogo, considerado como meio de ferir directamente o inimigo, tornara-se o agente principal do ataque, e serviam-se d'elle talvez de um cento de maneiras diversas[2].

Fig. 25 — Darga

Fogo grecisco.

Foi o que teve nas chronicas o nome generico de fogo *grecisco,* que tanto figurou desde o seculo VII nas guerras da Reconquista e nas Cruzadas, mas que se differençava muito dos preparados chimicos usados anterior e posteriormente.

Nafta.

Uma substancia inflammavel muito em voga foi a *nafta,* producto mineral abundante na Asia, que era arremessado por meio de flechas, maças, marmitas, etc. (fig. 38, 39 e 40).

Settas de fogo.

As settas para arremessar fogo tambem tinham o seu carcaz proprio (fig. 41). São interessantes n'este particular as figuras, tiradas de um manuscripto arabe, que illustram o livro de Reinaud e Favé.

O fogo grecisco e os arabes.

Dado o grau de desenvolvimento a que entre os arabes haviam chegado os conhecimentos sobre a chimica e a botanica, para o que basta conhecer o diccionario de Benalbeitar (de onde proveiu o nosso *alveitar),* natural de Malaga, facil é comprehender o partido que d'esses conhecimentos elles tirariam na guerra.

Fig. 26 — Darga

[1] Benalbeitar — cit. por Reinaud et Favé. *Du feu gregeois,* cap. I.
[2] Reinaud et Favé. *Du feu gregeois,* pag. 51.

Diz-se porém, não sabemos com que fundamento, que a substancia incendiaria conhecida na Idade Media com o nome de *fogo grecisco,* vieram os arabes a possuil-a, por traição, no seculo XI; porquanto os gregos do baixo imperio guardavam esse segredo como segredo de estado, possuindo-o desde o anno de 668, trazido do Oriente e empregando-o Bysancio em 670 contra os arabes, e em 678 contra os pisanos, com grande vantagem.

Os arabes empregaram-o com certeza nas guerras contra os christãos desde a primeira crusada, em Assur (1099) e S. João d'Acre (1101) e Damieta (1218), mas não nos parece que tivessem necessidade de aprender com os gregos, porque informa Bem Caldum que tendo-se no anno 64 da hegira (689-684 da era christã) Abdallah Benazabur feito proclamar Califa e tendo-se entrincheirado em Meca, Iezide, filho de Moavia, enviou contra elle Hoçaim bem Nomeir Acecuni, que sitiou Meca e incendiou o sagrado templo com nafta [2].

Fig. 27 — Soldado de infanteria (do Apocalypse de Gerona)

O que se pode dar como mais certo é que os arabes tivessem conhecimento da nafta, já conhecida na Persia, nas suas relações com este paiz, e que fossem aperfeiçoando os diversos processos de a empregar.

[1] Ibn Caldum. *Prologomènes,* II, pag. 257.

Origem das substancias incendiarias.

Bem anteriormente ao seculo XII os vemos servindo-se de substancias incendiarias, compostas principalmente de salitre, enxofre, nafta, petroleo, carvão, etc., que arremessavam em lanças, flechas, massas, tubos, marmitas ou potes, com a mão ou com as béstas de muralha, ou mesmo com manganeis e outras machinas; e alem d'isso o facto d'elles chamarem *flor da China, flecha da China* a algum dos projecteis mostra a origem de onde haviam tomado esses inventos [1].

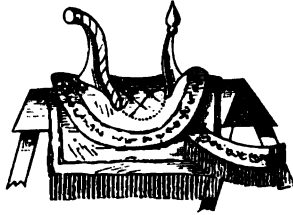



Fig. 28 — Sella

É mais natural, portanto, que no proprio Oriente, e das mesmas origens de onde haviam recebido os primeiros preparados, lhes viessem tambem aquelles de que se dizia possuirem o monopolio os bysantinos; e se os arabes não usavam o que propriamente era conhecido pelo nome de *fogo grecisco,* tinham pelo seu lado uma grande variedade de substancias incendiarias que empregavam.

Opinião de Reinaud et Favé.

É o que se deduz do interessante livro de Reinaud et Favé:

«O que os escriptores francezes chamaram *fogo grecisco* não era, pelo menos entre os arabes do seculo XIII, uma receita unica; pelo contrario, os arabes faziam uso de um grande numero de composições differentes. O salitre, que não sabiam preparar senão por um modo imperfeito, entrava como elemento na maior parte das suas composições. Faziam mixturas de salitre, enxofre e carvão, n'um grande numero de proporções. Tudo concorre para

Fig. 29 — Acicate

[1] Reinaud et Favé. *Du feu gregeois,* etc., cap. I.

fazer crer que conheciam, pelo menos como accidente, o phenomeno da explosão. Em verdade não o sabiam utilisar e ignoravam a força projectiva, que constitue o verdadeiro caracter da nossa polvora; comtudo obtinham d'essas misturas não só a combustão viva, e difficil de se extinguir, mas tambem a propriedade de produzir, ardendo, uma força motriz, e tinham um nome particular para designar o foguete.

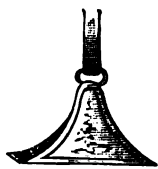



Fig. 30 — Estribo

«Os arabes haviam estendido o emprego das suas composições incendiarias a todas as suas armas e a todas as suas machinas de guerra. Arrojavam-as directamente com a mão, no estado de secções de *quesmanata,* de panellas, de bolas de vidro, atavam-as á extremidade dos paus com que feriam os adversarios, lançavam-as por meio de tubos que, como a *massa de guerra de espagir* e a *lança de guerra,* dirigiam a chamma contra o inimigo; ligavam-as ás settas, ás lanças, e as projectavam finalmente a grnades distancias com béstas de torre ou com machinas de fundir. O fogo, considerado como meio de ferir o inimigo, tornara-se para elles o agente principal de ataque, e serviam-se d'elle de cem maneiras talvez[1]».

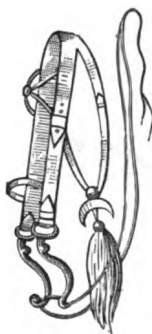



Fig. 31 — Cabeçada

N'este mesmo livro, cuja auctoridade é incontestavel, vem consagrado todo um capitulo aos grandes effeitos obtidos pelos arabes com as suas substancias incendiarias nas luctas das cruzadas e outros encontros memoraveis com os europeus; as

[1] Reinaud et Favé. *Du feu gregeois,* etc., cap. I.

informações são tiradas dos mais auctorisados escriptores arabes e christãos.

No livro *Grant Conquista de Ultramar,* attribuida ao rei Sabio de Castella e tambem a seu filho D. Sancho, vem a informação de que no cerco de Jerusalem os arabes pegaram em longos tubos de latão, n'elles metteram um azeite que na sua linguagem chamavam *oleo petroleo,* de que se fazia o oleo chamado grecisco, e o lançaram sobre um engenho com que os christãos atacavam.

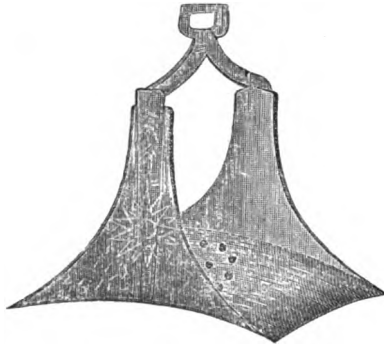



Fig. 32 — Estribo e acicate arabes (sec. XII)
(Collecções do dr. Teixeira de Aragão)

Na lucta corpo a corpo.

Tambem na lucta corpo a corpo usavam a *nafta,* presa ás lanças e aos dardos, e, segundo o auctor arabe citado por Perez de Castro, havia estratagemas de guerra onde a nafta tinha um papel importante.

«Collocava-se uma fileira de manequins de turbantes e com os attributos militares, tendo na mão a lança de nafta. Atrás d'esta linha de manequins formava a cavallaria e atrás d'esta a infanteria, havendo o cuidado de deixar entre cada dez manequins um espaço por onde passasse a cavallaria aos pelotões. A um signal do chefe a cavallaria saía por esses intervallos, em attitude de ataque ás linhas do inimigo, e antes de chegar a ellas retirava em debandada; vendo isto os inimigos arre-

mettiam com os fugitivos. Estes abriam para a direita e esquerda dos manequins, e na sua arremettida o inimigo atirava por terra aquelles soldados fingidos, que ao cair se incendiavam por lhes tocarem varias mechas que estavam em diversos pontos, produzindo estragos sem conto que se aggravavam com a arremettida de infanteria que estava á retaguarda[1]».

Fig. 33 — Estribo arabe (Collecção do dr. Teixeira de Aragão)

Differença entre o fogo dos arabes e o romano.

Os fogos usados pelos sarracenos, nos primeiros tempos, nas cruzadas, e portanto tambem na Hespanha, não se pareciam com o fogo grecisco dos bysanthinos, e romanos. «Não é para admirar, diz Ludovic Lalanne, que os chronistas tenham tantas vezes empregado erradamente o nome de fogo grecisco. Na epocha das cruzadas, os arabes, cujo gosto pela chimica foi sempre muito pronunciado,

Fig. 34 — Chirimia

Fig. 35 — Chirimia

eram infinitamente mais habeis do que os christãos na arte dos assedios, e estes vendo as suas

[1] Perez de Castro. Ob. cit., pag. 65.

machinas consumidas por projecteis incendiarios, compostos de substancias que como a nafta, deviam ser-lhes desconhecidas, applicavam a esses projeteis uma denominação que se tornara synonyma de todo o fogo violento e extraordinario[1]».

Fig. 36
Atambor

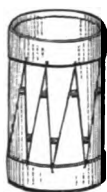
Emprego do fogo grecisco.

O mesmo auctor quer que os sarracenos passassem a conhecer no seculo XIII o fogo grecisco propriamente dito, encontrando os caracteristicos d'elle no que empregaram no cerco de Damieta (1218), conjecturando que tivessem obtido o segredo de algum grego fugitivo ou do desthronado imperador Alexis III, refugiado em 1210 na côrte do sultão de Iconium, onde teve o commando de um exercito. E não só o adoptavam, mas em breve praso aperfeiçoavam o seu emprego, augmentando-lhe o alcance e rectificando, quanto possivel, a irregularidade do tiro, por meio de béstas de muralha e engenhos proprios[2].

Fig. 37 — Atabale

Na setima crusada, a de S. Luiz, o emprego

Fig. 38 — Arabes cançando substancias incendiarias (Manuscr. da Bibl. Nacional de Paris)

d'este fogo pelos musulmanos, de variadas fórmas, é confirmada por innumeras passagens de Joinville: era o *raio do céu*, era o *dragão que pa-*

[1] Ludovic Lalanne. *Recherches sur le feu gregeois*. Paris, 2.ª ed., pag. 49.
[2] Idem, pag. 54.

recia voar no ar irradiando claridade, eram *estrellas caíndo abundantes do céu*[1].

É o mesmo fogo descripto pelo auctor arabe Abulfeda, o *barude* que «rasteja como *escorpiões;* estes allumiam-se, inflammam-se e rebentam onde caem; estendem-se como se fossem uma nuvem; rugem como se fossem o trovão; inflammam-se como um incendio, e reduzem tudo a cinzas[2]».

Fig. 39 — Flechas de fogo

Reconhecidas as propriedades do salitre, proveniente da China, a pouco e pouco se foram inventando preparados com este sal, ou sem elle, e applicaram-se tambem outros, como o alcatrão e a nafta, producto mineralogico que se misturava com outras substancias resinosas, oleaginosas ou combustiveis, como a resina, o pez, o colóphano, o enxofre, dando excellentes productos com os quaes se incommodava e destruia o inimigo, inutilisando-lhe tambem as suas obras defensivas. Só mais tarde adoptaram os arabes o *fogo grecisco.*

Fig. 40 Massa de fogo

Fig. 41 Carcaz de settas de nafta

Possuiram os arabes de Hespanha a verdadeira polvora, evidentemente vinda tambem do Oriente. Apparece em pleno uso no seculo XIV, e, segundo

[1] «La queue du feu, qui partoit du feu grégois estoit bien aussi grant comme un grant glaive; il fesoit tele noise au venir que il sembloit que ce feust la foudre du ciel; il sembloit un dragon qui volast par l'air tant getoit grant clarté que l'on veoit parmi l'ost, comme se il feust pour la grant foison de feu qui getoit la grant clarté.» — Joinville.

[2] Casiri. *Bibl. arab. esp.,* tomo II, pag. 6.

o manuscripto arabe de S. Petersburgo a que atraz nos referimos, era constituida por 10 dracmas de salitre, 2 de carvão e 1 $^1/_4$ de enxofre *(alcrebite)*[1].

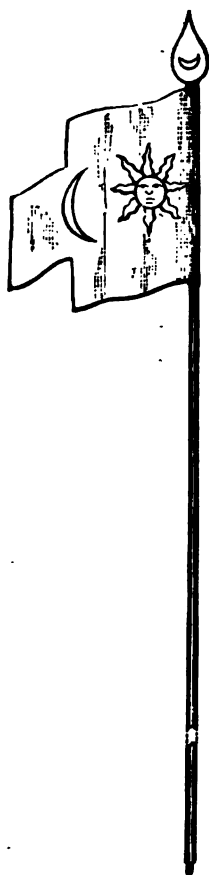



Fig. 42 — Bandeira

Não nos parece que possa ter o menor fundamento a informação, que o auctor da *Historia da Dynastia dos Saditas em Marrocos* attribue a um sabio *imane*, da polvora datar do anno 768 da hegira, que corresponde de 7 de setembro de 1366 a 27 de agosto de 1367, sendo a descoberta devida a um medico alchimista.

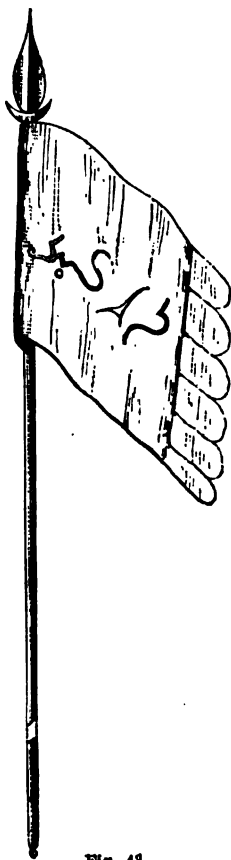
Opinião arabe.

«Em segundo logar o principe disse que acabava de ser inventada (a polvora) e que não fôra conhecida na epocha em que reinavam aquellas dynastias. Ora, eis o que eu li com respeito á data d'essa invenção n'um commentario que fez ao seu poema didactico sobre os costumes de Fez o mestre dos nossos mestres, o imane, o erudito, Abú Zeide Abderrahmão Benabdelcader Alfacì: — A invenção da polvora, no dizer de um auctor que fez um tratado sobre a guerra santa, dataria do anno 768 (7 de setembro 1366 a 27 de agosto de 1367); essa descoberta seria devida a um medico que se occupava de alchimia e que, tendo visto uma mistura, que compozera, fazer explosão

[1] Ms. de S. Petersburgo, traducção de Fleischer no *Traité sur la poudre, les corps explosifs et la pirotechnie*, de Upman e Von Meyer, cit. por Arantegui, tom. I, pag. 81.

teria renovado a experiencia, satisfeito com o resultado, e preparado então a polvora actual; só Deus sabe se isso é exacto. Deus no seu imperio faz tudo quanto lhe agrada[1]».

Esta polvora que muitos auctores filiam com o fogo grecisco, começa de ser empregada em um rudimentar tubo cylindrico de ferro seguro a uma coronha de madeira, que, carregada até á terça parte, arrojava á distancia uma bala ou *bóndoque*, por Reinaud e Favé comparada a uma avelã e por Fleischer a uma noz, nas respectivas traducções do já referido codice arabe de S. Petersburgo. *Medfa* era o seu nome.

Foi o inicio da arma de fogo portatil, e ao mesmo tempo o inicio de artilheria, por que esse tubo era tambem applicado a um bloco de madeira. Ha quem supponha que *medfa* era primitivamente o nome dado ao engenho neurobalistico destinado a arrojar pedras ou mixtos incendiarios, passando a significar a arma de fogo portatil depois da descoberta da polvora, e até mesmo a culebrina e o mosquete[2].

Medfa.

Inicio da arma de fogo.

Fig. 43
Bandeira

[1] *Hist. de la dynastie en Maroc* (1511-1670).

[2] «Medfa is the name for a cannon. *Mócola* is nearly the same ting with the Medfa; it is also translated by *culevrine,* and means in the *Life of Timur*, tom. I, pag. 324, according to Freytag in more recent times, a musket... The above passages led Quatremère to infer that the signification both of the Medfa and of the *Mekkilah* was gradually changed. At first they were forms of the balista and

Trons.

Foi essa arma a primeira a manifestar-se; e com quanto não possam ser acceites como boccas de fogo, conforme pretendem alguns escriptores, os engenhos que *despediam* trons ou *faziam* trons no sitio de Madrid em 1084, no de Saragoça por Affonso o Batalhador em 1118 [1], no de Gibraltar em 1306 da parte dos christãos, no de Niebla por Affonso o Sabio em 1257 [2], no de Murcia em 1266, no de Baza em 1325 [3] da parte dos mouros, pois eram verdadeiras machinas polyorceticas que arrojavam substancias incendiarias, a verdade é que se póde affirmar sem receio que a primeira vez que troou na peninsula a artilheria, considerada no sentido que hoje lhe damos, foi no assedio de Algeciras de 1342, pelo tempo da celebre batalha do Salado, sendo empregada pelos mouros essa incipiente artilheria de praça na sua defeza.

Emprego da artilheria.

A informação de Zurita de como em 1331 o rei de Granada Mohamede IV, dirigindo-se para as fronteiras de Alicante e Orihuela, apresentára a invenção «de pelotas de hierro, que se lanzaban com fuego», não encontra comprovação nos documentos da epocha [4].

Fig. 44 Signa

Deve-se notar, porém, que o escriptor hespanhol Arantegui, levado pelos seus

catapult, destined to project stones, the gregorian fire, or other missilis, and the same names were after the discovery of gunpowder applied to designate cannons or stone — projecting machines.» Notes on *Some old Armes and Instruments of war, chiefly among the Arabs.* by E. Rehatzek, 1879. *The Journal of the Bombay branch of Royal Asiatic Society.*

[1] Conde, *Hist. de la dom. de los arab. en Esp.*

[2] Mellado. *Encyclopedia,* voc. Artilheria.

[3] D. Ramon Sala, *Memorial hist. de la artill. esp*, pag. 14.

[4] Zurita. *Anales de Aragon.*

sentimentos de aragonez, acceita como authentica esta informação para concluir que não em Castella mas em Aragão se conheceu primeiro a artilheria. O mesmo auctor, todavia, dá como data certa do uso da artilheria na Catalunha o anno de 1359.

Ha ainda a informação de D. José Conde de que no cerco de Tarifa, em 1340, o rei de Fez começou a combater aquella praça «com machinas e engenhos de trons que lançavam balas de ferro grandes com nafta, causando grande destrço nos seus bem torreados muros[1]»; mas Conde não gosa de absoluta auctoridade em materia tão importante.

Inicio da artilheria em Hespanha.

Temos, portanto, de assentar na data de 1342-1344, no referido assedio de Algeciras, a apparição da primeira verdadeira artilheria em Hespanha, e de origem arabe, comquanto tenhamos de reconhecer que não podendo, sobretudo n'esse tempo, haver uma grande rapidez nos progressos materiaes, e não sendo a artilheria mais que o producto de uma evolução lenta, é natural que anteriormente a esta data já existissem trons, embora mais rudimentares.

Cerco de Algeciras.

Fallando do cerco de Algeciras diz a *Chronica de Affonso XI:*

«Et los moros de la cibdat lanzaban muchos truenos contra la hueste, en que lanzaban pellas de fierro muy grandes; et lanzabanlos tan lexos de la ciudat, que pasaban allende de la hueste algunas dellas, et algunas ferian en la hueste; et otrosi lanzaban con los truenos saetas muy grandes e muy gruesas».

E mais adiante: «Et tirábanles muchas piedras con los engeños et con cabritas, et otrosi muchas pellas de fierro que los lanzaban con truenos, de

[1] Conde. *Hist. de la dom. de los arab.*

que los omes avian muy grand espanto, ca en cualquier miembro del ome que diese, levábalo á cercén, como si ge lo cortasen con cochiello; et quanto quiera poco que ome fuese ferido della, luego era muerto, et non avia cerurgia ninguna que le pudiese aprovechar: et lo uno porque venia ardiendo como fuego, et lo otro porque los polvos con que la lanzaban eran de tal natura, que cualquier llaga que ficiesen, luego era el ome muerto; et venia tan recia, que pasaba un ome con todas sus armas [1]».

Informação de Conde.

Isto deixa o espirito perplexo, porque parece que não se trata ainda de peças de artilheria propriamente ditas, mas de engenhos antigos porque «lançar com trueno», é, por bem dizer, lançar com o estampido que fazia a substancia incendiaria, e não atirar com o *trom*, no sentido de peça.

A informação de Conde confirma os pormenores da chronica, pois diz que «os sitiados destruiram as machinas do sitiador com pedras que atiravam dos muros e com ardentes balas de ferro, que lançavam com troante nafta [2]».

Aqui «troante nafta» parece querer dizer que era a nafta que produzia o arruido, e não qualquer boca de fogo.

Os pelouros.

No dizer da chronica christã os pelouros de ferro que os mouros lançavam eram «do tamanho de maçãs muito grandes, e uns quadrellos que arremessavam eram tão pesados que um homem tinha muito que fazer para os levantar do chão», o que levaria a suppor que já n'essa epocha as peças tinham um calibre muito consideravel, coisa é inverosimil, em que pese n'este particular á opinião do sr. Arantegui.

[1] *Cronica de Alfonso* XI.
[2] Conde. Ob. cit.

Este escriptor conjectura, pelas rasões que apresenta, que os trons teriam vindo com ás tropas dos Merinidas de Africa, auxiliares do rei de Granada contra Affonso XI de Castella. Como isto vae de 1331 a 1340, o illustre escriptor firma-se n'esse facto, entre outros, para acceitar a já referida opinião de Zurita de ter n'este ultimo anno troado pela primeira vez na peninsula a artilheria.

Origem dos trons.

Annos depois, já ha noticia do apparecimento da verdadeira artilheria na Italia, na Allemanha e Inglaterra, onde por diversos conductos, mas evidentemente da mesma origem, é recebido o conhecimento da polvora de guerra.

Polvora de guerra.

Pretende-se que não já a artilheria de fortaleza, como em Algeciras, mas a artilheria de campanha tivesse figurado em Crecy (1346), conhecendo-a os inglezes já em 1341.

Artilheria de campanha.

Em França ha quem queira encontrar a artilheria, no sentido moderno, já em 1338 em frente de Puig Guillaume ou mesmo antes, e na Italia remontam-n'a a 1326[1]; não são porém factos comprovados, nem até certo ponto admissiveis.

Mas é incontestavel que tendo os povos do sudoeste da Europa contacto com os turcos pelas suas guerras, houvessem recebido d'estes, — aos quaes já se attribue em 1290 o emprego da artilheria no cerco de Ptolemaida —, o conhecimento d'esta arma. De modo que, ao passo que nós os peninsulares recebiamos esse conhecimento dos arabes, pelo sudeste o recebiam os outros povos da Europa, aperfeiçoando-o a Allemanha, e d'ali irradiando para outros paizes europeus os productos da sua inventiva fecunda. Foi assim que as

Influencia dos arabes.

[1] Leon Lacabane. — *De la poudre à canon et de son introduction en France.* 1845.

nações européas venceram nos progressos da polvora e da artilheria os arabes, que as haviam ensinado a conhecel-a.

«Os bysantinos, diz Delpech, passaram 600 annos (do seculo VII a XIII) a manipular as materias explosivas, sem crear nem artilheria nem mosqueteria seria; os europeus obtiveram esse resultado em menos de cem annos». (Do fim do seculo XIII ao começo do XIV)[1].

Peças fundidas.

Os allemães deveram a Schwartz a primazia nas peças fundidas, que Veneza foi a primeira a empregar, da mesma origem, na guerra de Chiaggia em 1380.

Opinião de Arantegui.

A verdade, porém, é que podemos acceitar como exactos as seguintes conclusões de Arantegui[2]: — Que os arabes foram os introductores da polvora e da sua applicação á artilheria, sendo a origem d'ella chineza, syria ou egypcia; que dos arabes passou aos peninsulares por intermedio dos africanos ou propriamente dos reis de Fez; e que no cerco de Algeciras devia ter sido vista a artilheria pela multidão dos cavalleiros christãos estrangeiros que a elle assistiam, e que regressando aos seus paizes deram a conhecer a nova arma.

Isto aproxima-se da asserção do conde de Clonard de que os peninsulares de ambas as religiões, «foram os primeiros a conhecer e usar a polvora na Europa».

Primazia dos arabes.

A primazia pertence aos arabes, e a elles ficou tambem pertencendo, mesmo depois da restauração christã, a preeminencia nas industrias da guerra.

Ainda em 1525 os aragonezes representavam a Carlos V contra os grandes prejuizos causados pela expulsão dos mouriscos que sobresaíam no fabrico

[1] Delpech. Ob. cit., tomo II, pag. 328.
[2] Arantegui. Ob. cit., pag. 50.

das escopetas, polvoras e outras muitas especies de artilheria.

*

* *

Na arte de fortificar os arabes representam também algum progresso, comquanto mantivessem as fórmas de fortificação gotico-romana; não só, porém, no cimento com que construiam as suas muralhas, e cujo segredo ficou na peninsula entre os mudéjares, que de preferencia foram recrutados pelos reis christãos para a construcção das suas fortalezas, mas em muitos dos aperfeiçoamentos por elles introduzidos, foram os mestres dos fortificadores e engenheiros do seu tempo.

Arte de fortificar.

O caracteristico principal das fortificações arabes mais recentes é o emprego da taipa, ou terra apisonada com pouca cal; o traçado e a estructura eram parecidos com os da epocha, sendo em muitas fortalezas aproveitado, e mesmo imitado, o traçado romano-godo.

Caracteristicos arabes.

Consistia a fortaleza em grandes lances de muralhas reforçadas e flanqueadas de torres quadradas ou semi-cylindricas, com um castello ou fortaleza dentro do recinto [1].

Nas obras de fortificação empregavam abobadas de tijolo construidas com terra passada pelo crivo, em vez de areia.

Construcção.

Em epochas posteriores ao periodo aureo do islamismo na peninsula as muralhas eram feitas de terra pedregosa ou de alluvião, ligada com uma terça parte de cal e fortemente pisada.

«Esta clase de fábrica era la mas economica possibe, diz um escriptor do visinho reino, y se ejecutaba con cajones de madera que se llamaban

[1] Rubió e Belvè. *Dicc. de cien. milit.*, voc. Alcazaba.

tabiales y com mazos de hierro. La formacion de los muros exigia grandes gruesos, y asi se observa que para alturas de seis metros se necessitaba siempre uno a lo menos de espesor. Solo en angostos tapiales se empleaba el ladrillo, y para este caso los tendeles de tierra y cal (no arena) eran más gruesos. En los cimientos se aumentaba la cantidad de cal, y aun se reemplazada la tierra por grava de piedras machacadas, lo cual constituia un cimiento tan duro como el romano[1]».

Bem Caldum do qual este auctor tirou evidentemente estas informações, dá-nos noticias dos processos de construcção de muros: com pedra ou tijolo, e cal e areia; de taipa *(tabia)* [2], como ainda hoje se usa no nosso Alemtejo, etc.

Sobreposições.

Aproveitando as construcções que encontraram na peninsula, fizeram-lhe crescenças e enxertos que ainda hoje se conhecem perfeitamente, como em Montemór o Nòvo, Lamego, Alcacer do Sal, Cintra, Lisboa. A superfetação e complicação chegava por vezes ao excesso, como se deduz da seguinte passagem de uma obra que trata com proficiencia dos monumentos arabes em Granada:

«Ao examinar a Granada dos Ziritas, achamol-a dividida em casas de povoações muradas, cada uma

[1] Rafael Contreras. *Rec. de la dom. de los arab.*, pag. 79.
[2] É curiosa a descripção da taipa dada por Bem Caldum; reproduzimol-a da traducção contida nos tomos XIX e XX das *Notices et extraits des manuscripts de la Bibliothèque Impériale et autres bibliothèques*, de Paris, que nos tem servido para o nosso estudo: «L'art de bâtir se partage en plusieurs branches; l'une consiste à faire des murs avec des pierres de taille (on des briques), que l'on cimente ensemble au moyen de l'argile on de la chaux, matières qui, en se consolidant, forment une seule masse avec ses matériaux. Une outre mode de bâtir, c'est de construire des murs avec de l'argile seulement. On se sert pour cela de deux planches de bois, dont la longueur et la largeur varient selon les usages locaux; mais leurs dimensions sont, en général, de quatre coudées sur deux. On dresse ces planches sur des fondations (déjà préparées, en observant de les espacer entre elles, suivant la largeur que l'architecte a jugé à propos de donner à ces mêmes fondations. Elles tiennent

de per si, denotando as aggregações que se foram succedendo durante o governo d'aquelles senhores que, no crescimento da cidade, duplicavam ou triplicavam os seus recintos, conservando sempre os anteriores, tornando mais inexpugnavel tal conjuncto de muralhas, de torres e fortalezas, enganchadas umas nas outras, e deixando talvez separados os respectivos recintos para as tribus ou raças differentes, e tambem para os emigrantes de diversas epocas ou logares. O certo é que a cidade veiu a ficar constituida pela fórma peculiar ás fortificações arabes da idade media, e que, ao analysar os restos que hoje apparecem das suas antigas muralhas, se notam as junturas que n'ellas marcam essas uniões, e correspondem aos varios perimetros que foram abarcando, com relação aos ampliamentos da povoação e ás desigualdades do terreno [1]».

Uma passagem de uma outra obra nos dá tambem algumas informações:

«Compunham-se geralmente as alcaçovas ou cidadellas arabes e christãs na Idade Media de dois recintos murados: um exterior, que corria sobre o fosso, por nós chamado barbacã, e *suluquia* pelos

ensemble au moyen de traverses en bois que l'on assujétit avec des cordes on des liens; on ferme avec deux autres planches de petite dimension l'espace vide qui reste entre les (extrémités des) deux grandes planches, et l'on y verse un melange de terre et de chaux qui l'on foule ensuite avec des pilons faits exprès pour cet objet. Quand la masse est bien comprimée, et que la terre est suffisament combinée avec la chaux, on y ajoute encore de la terre à plusieurs reprises, jusqu'à ce que le vide soit tout à fait comblé. Les particules de terre et de chaux se trouvent alors si bien melangées qu'elles ne forment qu'un seul corps. En suite on place ces planches sur la partie du mur déjà formée, on y entasse encore de la terre et l'on continue ainsi jusqu'à ce que les masses de terre, rangées en plusieurs lignes superposées, forment un mur dont toutes les parties tiennent ensemble, comme si elles ne faisaient qu'une seule pièce. Ce guise de construction s'apelle *tabia* (pisé), l'ouvrier qui la fait est designé par le nom de *taouwab* (piseur)».— Ibn Kaldum. *Prologomènes.*

[1] D. José e D. Manuel Oliver y Hurtado. *Granada y sus monumentos arabes.*

mouros, e outro interior, parallelo e mais alto, denominado o *açor*. Na cortina ou panno do primeiro, isto é, da barbacã, abria-se uma porta que dava ingresso ao espaço comprehendido entre os muros, a qual se chamava *bab albácar*, a porta dos bois ou vaccas, por ser por ella que saía este gado [1]».

Trabalhos dos mudéjares.

Por toda a peninsula se mostram ainda importantes trabalhos de architectura christã executados pelos mudéjares, e o que se dava com a construcção dos edificios dava-se tambem com a factura dos engenhos e artificios de guerra.

Com os mouros partilhavam os judeus esta primasia na industria militar.

Vimos já a opinião de Alexandre Herculano sobre o emprego de artistas arabes, e de origem arabe, nas nossas construcções militares; do mesmo modo que em Portugal, em maior escala ainda, dava-se esse facto nos outros reinos peninsulares.

Em Castella D. Affonso XI e D. Pedro o *Cruel* aproveitaram grandemente os especiaes conhecimentos mechanicos e technicos dos mudéjares para os trabalhos de guerra, e quando este se preparava em 1360 para a guerra contra Aragão, escrevia ao seu thesoureiro de Murcia dizendo-lhe que levasse comsigo para Cartagena a Mohamede, filho do mestre Ali, e um outro seu irmão, para arranjar engenhos, mantas e gatas, e fabricar outros instrumentos novos.

Em Navarra o encarregado de, em 1367, «ver continuamente e visitar as béstas dos castellos e reparal-as» era o mouro Leote Audali; em 1368 á *Aljama de Tudela* era perdoada metade dos tributos, durante tres annos pelos bons serviços prestados pelos naturaes, na *reparação dos engenhos*,

[1] Leopoldo de Aguilar. *Glos. de las voces espanola de origen oriental*, voc. Albacara.

e o *mestre dos engenhos*, era o mouro Mafoma, de Burgos; em Aragão devia succeder o mesmo visto que, como vimos, ainda no seculo XVI era ali tida como prejudicial ao fabrico das armas a expulsão dos mouros [1].

Innumeros são os nomes que se adoptaram, n'este particular, da engenheria arabe.

Alcasba.

É assim que *alcaçova*, de *alcasba*, continuou significando fortaleza, castello interior a um recinto fortificado, uma especie de cidadella.

Que *alcasba* era propriamente a cidadella, independentemente das muralhas, se vê da seguinte passagem de um manuscripto arabe:

«Mas esta (a cidade de Elvira) foi destruida, e esses habitantes passaram para Granada, e Haçam Acinagi, foi quem a povoou e edificou a sua alcaçova e os muros [2]».

Outras vezes, porém, indicava o conjuncto da cidade fortificada, como se deduz d'esta outra passagem:

«Cresceu depois a sua povoação (de Granada) até ao rio Darro, e no anno do Senhor seis mil, havia outra Alcaçova entre a velha e o rio, a qual tinha mais de quatrocentas casas e lhe chamavam *Alcasba Gidide*, ou Alcaçova Nova [3]». Em Portugal designava-se por *alcaçova* ou alcaceva a fortaleza, o castello, o presidio militar [4].

Alcaçar.

Alcaçar, que tambem significava fortaleza ou casa forte, era propriamente a habitação afortalezada do alcaide, governador da praça, ou mandão senhorial, como o *palacium* dos romanos; *alcazar* e *alcaçare* se chamava tambem entre nós.

[1] Arantegui. Ob. cit., pag. 54 a 79.
[2] Ben Albardi. *Perola das maravilhas* cit. de Rubió y Belvé. *Ob. cit.*
[3] L. del Marmol Carvajal, *Rebelion y castigo de los moriscos de Granada*, cit. de Rubió y Belvè. *Ob. cit.*.
[4] *Elucid.*, voc. Alcaçova.

Para designar fortaleza ficaram ainda em Hespanha as palavras *alcalá, alcolea* ou castello pequeno, e muitas das partes da fortificação continuaram a chamar-se como no tempo dos arabes, ás vezes com pequenas alterações. Assim *carcova, alcorcova,* como se dizia em Portugal, continuou sendo o fosso; *adarve* a muralha, ou a parte superior d'esta, onde se abriam as ameias (*almenas* em hespanhol), pequenos prismas que rematavam os muros e as torres, com intervallos para o tiro; *andaime* o caminho superior junto ao adarve, de onde se combatia o assaltante; *albácara (de albácar)* a obra exterior que defendia a porta do castello [1], nome que substituiu entre nós até na Renascença, como se lê em Damião de Goes [2]; *albarrã* a torre saliente do muro, alta e mais solida que as outras, especie de grande baluarte incipiente e onde se guardavam os thesouros e os dinheiros da corôa, como a torre *Alpram* ou albarrã de Santarem [3]; *anubda,* a obrigação de acorrer á guerra, principalmente ao trabalho nas fortalezas, etc., etc.

Alcarcova.

Andaime.

Albacara.

Albarrã.

Anubda.

Em termos de instrumentos e armas de expugnação das praças ficaram designando igual objecto e funcção: a *almagana* ou *almajaneque* [4], especie de grande fundibalo; a *algarrada,* especie de bésta de muralha, tambem conhecida por *arrada,* machina

Almagana.

Algarrada.

[1] «En la cortina ou lienso del primero (recinto), ou seja de la barbacana, se abria una porta que daba ingreso al espacio contenido entre los muros, la qual llevaba el nombre *bab albacar*, la puerta de bues e vacas, por entrar o salir por ella el ganado de esa clase.»— Leopoldo de Aguilar. *Glos. de las voces espanolas de origen oriental.*

[2] «Da estancia que estava diante da *porta de albacar* lhe tiraram as Bombardas». Damião de Goes. *Ch: d'el-rey D. Manoel.* «E enviou-lhes tres bombardas para que tirassem direito á *albacara* do alcacar do castello, onde estava a porta. Idem. *Ch. d'el-rei D. João II.*

[3] «Costume he, que nom devem dar carceragem da Torre dalprã, por homẽ alá levẽ preso.» *Foral de Santarem.*

[4] Pela sua vez os arabes tomaram a palavra do *manganon* grego.

de menores dimensões que o *manjaneque*[1]; a *hendam*, tambem machina de lançar projecteis incendiarios, como se vê em Bem Caldum[2]; a *dabada*, instrumento de abrigo para derrocar as muralhas; a *alcancia*, bola de barro, especie de granada de mão, cheia de substancias incendiarias, que se arremessava contra o assaltante, nome que ficou ás bolas de barro com que se entrava n'um dos jogos predilectos da Idade Media entre os cavalleiros.

Hendam. **Dabada.** **Alcancia.**

De muitos dos instrumentos que constituiam o arsenal dos arabes nos dá noticia o livro a que já nos referimos, *Grant Conquista de Ultramar*, quando diz como elles se defendiam em Jerusalem, no cêrco que lhe pozeram os christãos:

Instrumentos de assedio.

«Para combatir traen cestos é palos, é picos, é azadones, é espuertas, é porras, é almadonas grandes de fierro, é ballones, é misericordias, é cochiellos, é alfanges, é plomadas, é cadenas para dar grandes golpes, e brazaletes para echar piedras, e guisas... é palancas de fierro, é mazos, é martiellos, e garfios con cadenas, é barras luengas é gordas...» e refere que as mulheres combatiam tambem atirando «bariles, é picheles, é terrazos, é calabazas, é botijas, é azacanes». Era o caso extremo, em que tudo servia de arma.

[1] «Arrada machina minor quam ea que medjanic appellatur (cujus ope lapides ad terminum longe remotus jaciente).

[2] Na traducção do barão de Slane, da *Historia dos Berberes*, falla-se em «*medjanic*, e *arrada*, e *hendam* de mafta, que atiram de fogo, o qual é lançado da camara (do *hendam*) antes do fogo pegar ao barude (substancia incendiaria) por um effeito espantoso e cujos resultados devem ser attribuidos ao poder do Creador». Favé explica que a palavra *hendam* significa, segundo Castel, no seu Diccionario Heptaglotton, *congrua mensura*, e segundo Meniski, Diccionario arabe, persa e turco, *justa constituitio, symmetria;* e deduz d'ahi que foi empregado n'um termo generico, como quem diz *engenho*. — *Du Feu Gregrois*, etc., pag. 74. Se assim fosse, a traducção propria seria: — «*medjanie, arrada*, e outros *hendam* ou engenhos, etc.» São assumptos difficeis de destrinçar.

Emprego dos preparados incendiarios.

Os preparados incendiarios que foram, como vimos, copiosamente empregados pelos arabes, tambem tiveram grande papel nos assedios.

Minas.

Um processo, precursor das minas, que mais tarde haviam de pôr nas mãos dos sitiantes um forte elemento de destruição, consistia em abrir uma galeria que fosse até á muralha que se queria derribar, e enchel-a n'este ponto de lenha e madeiros que, depois de untados de *nafta,* eram incendiados, por meio de uma mecha; consumada a combustão, esboroava-se a terra, e com ella a correspondente porção de muralha [1].

*

* *

Bandeiras.

Sendo a bandeira um signal do commando, o symbolo do poder e do direito de levantar, manter e dirigir as tropas, e ao mesmo tempo o ponto de referencia para a reunião das forças, não podiam os arabes deixar de a possuir tambem.

O amor do fausto e da ostentação, diz Bem Caldum, exige que o soberano se distinga por muitos signaes e emblemas que lhe sejam especialmente reservados, a fim de que se não confundam com a gente do povo, com os cortesãos e os grandes do imperio; elles indicam, entre os privilegios do soberano, o direito de fazer desenrolar bandeiras e estandartes, rufar tambores, atabales e soar trombetas e cornetas.

O mesmo escriptor informa que o uso d'essas insignias varia segundo as dynastias e os soberanos e segundo o seu gosto e poderio; que as bandeiras foram usadas como emblemas guerreiros desde os inicios do Califado, e já no tempo do Propheta;

[1] Perez de Castro. Ob. cit., pag. 65.

mas que no tocante a tambores e trombetas os não usaram os primeiros musulmanos, por orgulho, por não quererem imitar outros povos, até que, com a realeza, adoptaram os califas e permittiram aos seus subordinados, essas manifestações de fausto e luxo das outras nações [1].

Diversas signas.

Grande copia de estandartes, bandeiras e pendões variados se encontravam nos seus exercitos (fig. 42 e 43). A insignia do Califa era um estandarte que, tendo sido branco no tempo dos Omáiadas, passou a ser negro no dos Assidas. Verde fôra o estandarte do Propheta. De variadas fórmas e côres eram os pendões e bandeiras dos emires e sultões. Almançor adoptara um pendão em fórma de lingoa de fogo, com a seguinte inscripção: «A força provém de Deus; proxima está a victoria».

Uns tinham a inscripção que symbolisava a unidade religiosa e social do povo musulmano: «Só Deus é Deus e Mafoma o seu propheta». Outros ostentavam inscripções, nomes, a representação do sol, da lua, etc.

No tempo do emir Timur a cavallaria usava uma bandeira quadrada *(bederfeche)*, tendo pintado o sol e um carneiro.

Uma das insignias mais curiosas era formada por um pequeno pendão tendo suspensa a cauda de um cavallo (fig. 44).

Entre os Abbácidas e Fatemitas cada general ou alcaide de fortaleza que ia tomar conta do seu posto recebia das mãos do Califa uma bandeira, e a gente que o acompanhava levava tambem bandeiras e outras insignias; no numero d'estas estava indicado a importancia ou o poderio do chefe.

O pendão negro, adoptado pelos Califas abbacidas, significava luto pelo martyrio dos seus pa-

[1] Ibn. Kaldum. *Prologomènes*, 2.ª parte.

rentes, os descendentes de Haxéme, e era um repto aos Omaiadas; d'ahi o chamar-se aos abbacidas «os negros» (Moçuedda); quando se deu a scisão entre os membros da familia de Haxéme, os descendentes de Ali abandonaram o estandarte negro e adoptaram o branco, passando por isso os *Alidas* a serem conhecidos pelos «brancos». Almamun adoptou a côr verde nas suas insignias, para acabar com a côr negra e com outros emblemas da sua casa.

No Magrebe até á chegada dos Almohadas, os Ziridas que substituiram em Africa os Fatemitas, não tinham nenhuma côr particular nas insignias. Os Almohadas e os Benilamer em Hespanha restringiram a sete o numero de bandeiras do soberano e reservaram para este unicamente o uso dos tambores. Os Almohadas costumavam reunir n'um corpo todos os porta-estandartes e tambores, que iam logo atrás do chefe, e por isso se chamavam a *saca,* ou gente da retaguarda[1].

Practicas religiosas.

Entre os arabes primitivos era uso ir á frente do cortejo do chefe um homem recitando e cantando versos que tinham por fim excitar os animos dos guerreiros; esse uso subsistiu entre os povos d'essa raça, como por exemplo, entre os Zanatas do norte da Africa; a esse canto se chamava *tazuagaite*[2].

Como o culto austero da religião os não abandonava nunca, havia nas diversas cidades soldados escolhidos encarregados de, a horas determinadas, lerem o Alcorão ás tropas, divididas em grupos; e trechos especiaes, alusivos á guerra santa, eram recitados antes de entrar em combate, para acendrar o espirito guerreiro dos soldados.

[1] Ibn. Kaldum. *Prologom.*, 2.ª Parte.
[2] Idem.

A saude da alma, como a saude do corpo, mereceu no exercito muitas attenções aos arabes. Um corpo de medicos, auxiliados por mulheres que faziam de enfermeiras, cuidavam dos doentes e feridos.

Serviço de saude.

As feridas eram tratadas mesmo sobre o campo de batalha com ligaduras, drogas, etc. Eram depois conduzidos a um logar retirado e seguro, onde as queimaduras da nafta e as feridas das armas brancas ou da bala eram devidamente tratadas, e ali feitas tambem as necessarias amputações.

Ali-Alacen e Bem Sina (Avincera) deixaram importantes tratados sobre o tratamento das feridas em campanha.

A disciplina era mantida por meio de penas severas e de largas recompensas, que consistiam em honorarios, titulos, cintos de ouro e outras insignias militares, e os soldados eram recompensados com augmento de vencimento, alem da partilha dos despojos da guerra.

Disciplina.

A obediencia era tida em alto apreço, e no tratado arabe, estudado por Perez de Castro, e do qual tomamos grande numero de informações, vem prescripto o seguinte: «Obedecer é ceder á impulsão e marchar direito ao fim proposto, sem nada tirar nem pôr, sem mostra alguma de fraqueza ou pesar. Obedecer é marchar no primeiro logar, se no primeiro o collocam, no ultimo se o põem no ultimo logar; é deixar-se impellir para o trabalho se se é impellido, e parar depois do impulso; é marchar a pé, se a pé o mandarem marchar, e a cavallo se o mandam montar; é absterem-se de todo o dito ou murmurio se se manda callar; se se é chamado á guerra santa é marchar para ella com ardor, fazendo o sacrificio da vida, e ferindo o inimigo com golpes seguros».

Era antiquissimo entre os arabes o uso das ten-

Tendas de campanhá.

das de campanha, desde a tenda primitiva *Quiba,* de simples pele de camello, até ás tendas luxuosas dos califas almohadas.

Bem Caldum, nos *Prologomenos,* diz que no tempo dos primeiros califas da dynastia omáiada os arabes usavam tendas de pelle de camello e tecidos de lã, e assim continuaram emquanto nomadas; cada tribu acampava á parte, e distanciadas umas das outras.

Com a vida sedentaria e o amor do fausto, naturalmente as tendas foram substituidas por palacios e casas, como por cavallos foram substituidos os camellos; mas na guerra continuaram a adoptar as tendas nos acampamentos, e havia-as de uma grande diversidade de fórmas, redondas, quadradas, compridas, e de toda a especie de estofos e ornamentos.

As tendas approximaram-se mais, umas das outras; a vigilancia do acampamento tornou-se mais efficaz, e menos para recear a surpresa.

*
* *

Tropas.

Assim organisados, armados e preparados os musulmanos, como uma forte milicia nacional, necessitavam do mandado ou auctorisação do Imane ou general para fazerem a guerra, menos as tropas da fronteira que pegavam em armas sempre que o julgassem necessario, e estavam, se póde dizer, em permanente rebate.

Pertencia-lhes não só impedir e combater as incursões do inimigo, mas realisal-as em epochas proprias, principalmente no verão.

Almogavares.

Tropas especiaes, com a denominação de *almogavares,* tomavam sobre si o encargo d'essas expedições, muitas vezes como meio de prover ás neces-

sidades da vida. Era gente rude, tendo por officio principal a guerra, na terra e no mar, affeita aos rigores do tempo, valente, destemida, sanguinaria e cruel, e que na peninsula representava já a infanteria, com uma certa effectividade e organisada n'uma epocha em que em toda a Europa a cavallaria era a unica arma verdadeiramente organica. Muitas vezes se empregou a palavra *almogavar* para dizer peão, e sobre o que era *almogavar* varios pareceres aventado os que teem querido inquirir da sua etymologia; mas pode-se afiançar com segurança que o seu nome e funcção datava do tempo dos arabes na peninsula. Estevanez Calderon apurou esse facto n'um interessante estudo que devia fazer parte da sua inedita *Historia de la infanteria española.*

Almogavar deriva do participio de um verbo arabe que significa entrar impetuosamente, talando e fazendo correrias, no paiz inimigo, e o arabista D. Julian Ribera Tarragó define almogovar: «vocabulo arabico com que se indica exercito ligeiro que faz incursões ou algaradas no paiz inimigo [1]».

Ao almogavar, sob o commando dos almocadens, competia explorar e desbravar o terreno nas marchas.

Expedições.

Muitas vezes as expedições tomavam um caracter solemne, como o tiveram os nossos fossados; eram commandados pelo proprio Califa ou Emir que levava comsigo os meios necessarios para fabricar sellas, lanças, espadas e outras armas, para construir machinas e engenhos de guerra; e ia acompanhado de tropas proprias para a exploração do terreno, e de gastadores e artifices para a abertura de estradas e construcção de pontes [2].

[1] *Orig. del Justicia.*
[2] E. Calderon. *Mil. de los arab.*

Gazúa.

Era uma *gazúa* solemne, como foi a celebre *gazúa* de *Santhiago,* expedição commandada por Almançor até Santhiago de Galiza, tendo desembarcado no Porto.

De outras expedições de somenos importancia adoptaram o nome os christãos, e de origem arabe eram por exemplo *algara,* que queria dizer uma incursão á mão armada, quasi sempre de tropas a cavallo, destinadas a dar saque ás povoações, roubar gado, viveres, fructas dos campos, assaltar os comboios dos inimigos, os povoados, os acampamentos, a combater, etc., e não só significava a cavalgada propriamente, mas a propria acção de correr e assaltar. É ainda hoje o processo de combater, entre os arabes, e de devastar as terras inimigas, com o nome de *razias*[1].

De como eram realisadas essas *algaras* nos dá noticia D. Juan Manoel:

Discripção das algaras.

«Señor infante, la guerra de los moros no es como la de cristianos, tambien en la guerra guereada como cuando cercan ó combaten, ó son cercados ó combatidos, como en las cabalgadas et correduras, como en el andar por el camino et el pasar de la otra; ca la guerra guerreada fácenla ellos muy maestramente, ca ellos andan mucho et pasan com muy poca vianda, et nunca llevan consigo gente de pié nin acemilas, assi cada uno va con su caballo, también los señores como qualquier de las otras gentes, que non llevan otra vianda sino muy poco pan de figos ó pasas ó alguna fructa, et non traen armadura ninguna sino adargas de cuerpo, e las sus armas son azagayas que lanzan, espadas

[1] Ha sobretudo tres especies de *razzias* distinctas : a *teha* ataque subito, com trezentos ou quatrocentos cavalleiros, e tambem peões que vão na anca dos cavallos; a *croteja* ou rapina de camellos, e o *terbique* realisado por um pequeno grupo de cavalleiros, para roubar gado nos aduares. General Daumas. *Les chev. du Sahara,* pag. 274.

con que fieren, et porque se tienen tan ligeramente pueden andar mucho. Et cuando en cabalgada andan caminan cuanto pueden de noche et de dia fasta que son lo mas dentro que pueden entrar de la tierra que quieren correr. Et a la entrada entran muy encobiertamente et muy apriesa; et dé que comienzan a correr, corren et roban tanta tierra et sabenlo tan bien facer, que es grant maravilla, que mas tierra correrán et mayor daño farán y mayor cabalgada ayuntarán doscientos homes de caballo moros que seiscentos cristianos. Et facen otra cosa que cumple mucho para la guerra, que quanto tomasen, nunca home dellos tomará nin encubrirá cosa de que lo tomaren; mas todo lo traen é lo ayuntan para pro de la cabalgada, como un cristiano si fuyese de su lid. Et dé que han hecho su cabalgada, facen como pueden, para salir aina de la tierra do sean en salvo, et guardanse mucho de albergar de los cristianos puedan ferir en ellos de noche; y se por fuerza han de albergar, entran do no hay recelo ó miedo. De algun tiempo acá han tomado una maestria, que nunca albergan todos ayutados, et dejan con la presa de noche muy pocos, et de dia envian la presa con algunos adelante, et ellos van á compañas non ayutados, et desta guisa van fasta que son en salvo [1]».

Anudba.

Anudba, era uma expedição destinada a construir ou reparar fortalezas, passando a significar a obrigação de certas companhas destinadas a esse fim; essa obrigação militar, como algumas outras, veiu a converter-se em imposto de guerra.

N'estas expedições punham bem em evidencia os arabes esse genio de destruição e de ruina de que eram dotados, de que falla Bem Caldum, e

[1] D. Juan Manuel. *El Libro de los Estados.*

que fez d'elles um povo rude e feroz, mas com o volver dos tempos apurado nas exigencias requintadas da civilisação.

Caracter do arabe.

Descrevendo os arabes primitivos, diz aquelle escriptor: «A naturesa feroz dos arabes fez d'elles uma raça de larapios e de bandidos; sempre que podiam levantar a presa sem correr perigo ou sem sustentar lucta não hesitavam em se apoderar d'ella, entrando o mais depressa possivel na parte do deserto onde tinham a pastar os seus rebanhos. Nunca marchavam contra um inimigo para o combater abertamente, a não ser que o cuidado da propria defeza os obrigasse a isso. Se durante as suas expedições encontravam logares fortificados, ou localidades de difficil acesso, desviavam-se d'elles para entrar nas regiões planas». Este caracter, embora muito attenuado, presistiu nos arabes através dos seculos, mesmo quando elles já haviam alcançado um alto grau de desenvolvimento e cultura.

Unidades.

Nas expedições numerosas e em fórma, ou quando o exercito tinha de sair em campanha, era uso desde os tempos mais antigos que, para distinguir a gente das diversas regiões ou estados, ella fosse repartida em *querdus,* ou corpos, cada um d'elles com um numero approximadamente igual de filas; tinha isto a vantagem de constituir unidades com gente do mesmo povo, que entre si se unia e se entendia na confusão do combate. Assim divididas estas tropas formavam em cinco grandes corpos que eram collocados um em cada ponto cardinal e um no centro; aqui estava o sultão ou o general.

Formações.

Tabia.

Tabía era o nome generico d'esta ordem ou disposição, necessaria nos grandes exercitos, principalmente [1].

[1] Ibn Kaldum. *Prologomènes,* tomo II.

Quer Guayangos que d'esta constituição em cinco corpos viesse o chamar-se ao exercito *alcamis*[1], de onde veiu o *alcamir*, das chronicas antigas —: «*Jamis*, y con el articulo *al jamis*, significa en arabigo el ejercito, por constar de cinco partes que son: la delantera ó vanguardia, el centro, la zaga ou retaguardia, y los dos cuernos ó alas, derecha é esquierda[2]». Alcamis.

Bem Caldum dá-nos os nomes arabes d'esses corpos: o da frente com o seu general e respectiva bandeira chamava-se *mocaddemma*, vanguarda, o da direita do principe *meimena* ou ala direita, o da esquerda *meicera* ou ala esquerda; o da retaguarda *saca*, a nossa saga dos tempos medievos; o corpo do centro onde estava o soberano com o seu estado maior, chamava-se *calb*, ou coração[3]. Mocaddemma. Meimena. Meicera. S. Calb.

Assim se formavam os numerosos exercitos dos omáiadas de Hespanha.

Ás vezes supprimia-se o corpo central e então no centro ia o chefe do exercito, os generaes, os estandartes, o thesouro, os serventuarios, as bagagens.

Um official de categoria superior exercia a funcção do que hoje chamariamos chefe do estado maior, e estava a seu cargo o ordenar as marchas, escolher os caminhos, tomar precauções para a passagem dos desfiladeiros, rios, etc.

O corpo da vanguarda tinha a seu cargo abrir passagem ao exercito, remover os obstaculos, escolher os sitios para acampar, descansar ou comer. Ao corpo da retaguarda incumbia recolher os retardatarios ou doentes, que ficavam no caminho e impedir que as tropas de um corpo se confundis-

[1] Não me parece acceitavel a opinião de que deva *alcamiz* ser synonimo de alardo ou lista de tropas.
[2] Gayangos. *Mem. historico esp.*, tomo IX, pag. 355.
[3] Ibn. Kaldum. *Prologomènes*, tomo II.

sem com as do outro. Aos corpos lateraes pertencia evitar surpresas do inimigo[1].

Consoante a força do exercito, assim podia esta disposição toda ser abrangida pela vista, ou estender-se tanto que ficassem a um ou dois dias de jornada um corpo do outro.

Nesta disposição tomavam posições para acampar ou combater[2].

Travessia dos rios.

A travessia dos rios era feita a pé ou a nado, para o que as tropas iam munidas de odres e material de pontes. Para estas se cortava a madeira das proximidades, e as traves se uniam, o melhor possivel, com cordas ou ligaduras vegetaes, e se collocavam sobre cavaletes. Se era grande a corrente do rio, formava-se uma especie de fachinas de lenha sêcca e cortiça, que se prendiam de uma margem á outra, deixando entre ellas uma distancia sufficiente para a agua correr; e sobre ellas, e fortemente atadas, se estendiam taboas que terminavam a ponte[3].

*

* *

Acampamento.

Quando acampavam, os primitivos musulmanos abriam valas, levantavam trincheiras em volta do arraial, para maior segurança e para evitar surpresas.

Seguindo o preceito do Propheta de que a guerra não era mais do que uma serie de ardis, o arabe tornara-se eximio nos estratagemas da guerra, da pequena guerra sobretudo, e d'esses processos de

[1] Perez de Castro, ob. cit., pag. 61.
[2] Ibn. Kaldum. *Prolog.* tomo II.
[3] Perez de Castro, ob. cit.

surprehender o inimigo e de o trazer em constante sobresalto se serviu constantemente, na implacavel e tremenda lucta da Reconquista.

Ciladas.

D. Juan Manuel, recommendando a maior cautella contra as ciladas dos mouros dizia: «Et ponen las ciladas porque si los cristianos aguijaren sin recabdo que los de las celadas recudan, en guisa que los puedan desbaratar, et facen desta manera a tantas, et saben tanto destas maestrias e arterias, tambien en las celadas como en recudir a los pasos fuertes et a las estrechuras, et en tantas otras maneras, que non ha en el mundo home que vos pudiese decir quanto saben et cuanto facen et cuanto se aventuran en meter los cristianos á peoria, porque pueden acabar ellos lo que los cumple [1]».

Com a passagem da primitiva vida nomada para a sedentaria desappareceu entre elles o costume de levarem comsigo uma grande quantidade de camellos e cavalgaduras, formando com elles os entrincheiramentos á retaguarda; adoptaram-se as tendas de campanha.

Disposição do acampamento.

Para acampar escolhia-se sitio proprio, livre de surpresas, com agua potavel, viveres e ferragens ao alcance. Eram rectangulares ou circulares os acampamentos; no centro ficava a tenda do commandante em chefe com o seu quartel general, o conselho privado, o visir, o harem, os eunucos, o guarda-moveis, a cozinha, os famulos, os escravos. Em volta as tropas, os hospitaes, os depositos de armas, os mercados. No fosso a contra-escarpa era defendida por estacas; á distancia cordões de esculcas, sentinellas, atalaias, postos avançados, exploradores [2].

[1] D. Juan Manuel. *Libro de los Estados.*
[2] Perez de Castro, ob. cit.

Segurança. Rondas frequentes, com uma especie do systema actual do santo e da senha, vigiavam o serviço de segurança do acampamento. A um alto funccionario, com os seus subordinados, competia a vigilancia do acampamento, tanto no que respeita ao serviço como á policia das tropas, mercados, etc. Parte das tropas dormiam vestidas e com armas ao pé, para acudirem ao primeiro alarme [1].

*
* *

Fórmas de combater. Por duas fórmas combatiam os arabes: a carga a fundo, em linha, em ordem de combate, como todos os povos o praticavam, ou então por uma maneira que lhes era muito peculiar, atacando e retirando em seguida, para de novo voltar á carga. Era esta a fórma do ataque da cavallaria [2].

Combate em linha. A primeira maneira, diz Bem Caldum, é a mais efficaz, a mais temivel, a mais solida e a mais leal, e consiste em formar os homens em fileiras regulares, direitos como flechas, ou como as fileiras dos musulmanos quando fazem oração; constitue-se assim uma muralha viva, difficil de derrubar. Era essa a formação preferivel, mesmo em vista das palavras do Propheta: «Deus ama os que combatem em linha e são firmes como um solido edificio», o que quer dizer que uns sustentam os outros pela firmeza.

Por cargas e retiradas. O systema de ataque por cargas e retiradas successivas exigia o estabelecimento, na retaguarda da linha de ataque, de uma especie de barricada, formada por objectos inanimados, como pedras,

[1] Ibn. Kaldum. *Prologom.*, 2.ª parte.
[2] D. Juan Manuel. *Libro de los Estados.*

bagagens, carros, ou por animaes, como camellos, cavallos, etc., o que constituia uma trincheira atrás da qual os cavalleiros se iam reunir, em seguida á carga, voltando a ella tantas vezes quantas necessario fosse, para abalar ou abater o inimigo. *Mejbuda* se chamava essa especie de entrincheiramento.

Conta Benalatir que tendo o Imane Bemomare interrogado em carta um seu general, o principe Nuradin, sobre a rasão por que obrigava a sua cavallaria ao jogo da malha, respondeu: «Se deixassemos os cavallos á mangedoura tornar-se-iam preguiçosos e incapazes de sustentar uma longa marcha. Não saberiam fazer rapidamente a meia volta sobre o campo de batalha quando executassem a manobra da carga e da retirada».

Estas cargas faziam-se geralmente por escalões de columnas, avançando cada uma d'estas sobre a frente do ataque, despejando os cavalleiros os seus carcases, n'um diluvio de settas, enfiando em seguida no hombro o arco e carregando com a espada na mão.

Informações de Bem Caldum.

Informa Bem Caldum que nos primeiros tempos do islamismo as tropas mussulmanas carregavam a fundo, comquanto os arabes executassem muito bem o ataque por carga e retirada, escolhendo previamente um ponto de reunião; e que desde que ha homens, duas maneiras de combater teem os exercitos, pela carga a fundo e pelo ataque e retirada, sendo a primeira empregada por todos os povos não musulmanos no decurso das gerações, e o segundo pelos arabes e pelas berberes. Foi Meruan II, ultimo rei da dynastia dos omáiadas, o primeiro a pôr em pratica a formação em corpos, *tabia,* contra Adahal da tribu de Cheibane [1].

[1] Henri Delpech. *La tactique au* XIII *siècle,* tomo I, cap. IV.

A fórma de combater por carga e retirada, conservaram-na sempre os arabes, e o infante D. Juan Manuel diz d'elles: «Et sabet que non están nin tienen que les paresce mal el foir, por dos maneras, la una por meter los cristianos en peoria, porque vayan en pos dellos descabdellamente; et la otra es por guarescer cuando veen que mas non pueden facer».

Mas o ataque em ordem de batalha passou mais tarde a ser n'elles a fórma fundamental, não só por terem de oppôr essa tactica á que era geralmente seguida pelos christãos, seus adversarios, mas porque nas guerras santas representava maior sacrificio e coragem. Foi para se conseguir isso, informa Bem Caldum, que até succedeu que no Magrebe os musulmanos tomaram ao seu serviço tropas européas *(franges)* a fim de constituir uma especie de reserva ou nucleo de gente acostumada a luctar a pé firme, dando assim o exemplo aos outros.

Preceitos para combater.

Do seguinte trecho da arenga feita aos seus soldados, na expedição de Ciffin (anno 37 da hegira e 657-658 da E. C.), pelo califa Ali, resaltam alguns preceitos curiosos sobre o modo de entrar em ataque: «Uni e alinhae bem as vossas fileiras, a fim de que sejam como um edificio solidamente construido; collocae na primeira fileira os homens que vestem couraças, e atrás d'elles os que as não trazem; serrae os dentes, que é a melhor maneira de fazer resaltar a espada, quando vos derem com ella um golpe na cabeça; mettei-vos por entre as lanças do inimigo, que isso vos garantirá melhor contra os golpes; baixae os olhos, que assim se fortalece a coragem e se tranquillisa o coração; permanecei silenciosos, que é essa a melhor prova de firmeza, e a mais grave; tomae sentido nas vossas bandeiras, não as abaixeis nem

inclineis, e só as confieis a mãos dos vossos mais bravos guerreiros; e que uma coragem decidida e persistente vos anime, porque pela força da insistencia se alcança a victoria!»

Do mesmo modo e na mesma occasião, falla aos Azdites um general do mesmo califa, Maléque Benalarche: «Serrae os dentes malares, lançae-vos sobre o inimigo de cabeça baixa; correi ao combate como quem tem buscado por muito tempo vingar o sangue de seus paes e de seus irmãos e á morte se offerece ousadamente, para não se deixar ultrapassar na sua vingança, nem deshonrar-se n'este mundo».

Póde-se dizer que os arabes, embora obrigados a mudar de systema de combater conforme os povos com que luctavam, nunca abandonaram a sua mamaneira peculiar e original das escaramuças, dos ataques vivos, nos quaes se succediam as rapidas retiradas, para de novo se voltar á carga.

Na peninsula.

O infante D. Juan Manuel no *Libro de los Estados* confirma a permanencia d'esse systema na peninsula quando diz: «Et si por ventura ven que de la primera espolonada no pueden los moros revolver nin los cristianos, despues partense a tropel, en guisa que si los cristianos quisiesen pueden facer espolonada con los unos que los fieran por delante et los otros las espaldas et de traviesso».

Chamava-se a esse processo de combate, em Hespanha, cargas ou espolonadas «a tornafuye». Contra elle recommendava D. Juan Manuel as maiores cautelas, como sendo a principal coisa a guardar:

«Pero sobre todas las cosas del mundo deben guardar que non fagan aguijadas de pocas gentes, sino quando fueren todos en uno, ca una de las cosas del mundo en que los cristianos son mas

engañados, et qorque pueden ser desbaratados mas aina, et se quieren andar al juego de los moros ó faciendo espolonadas a tornafuye; ca bien creed que en aquel juego matarian et desbatarian cient caballeros moros a trescientos cristianos, e ya muchas veces gentes et huestes de cristianos fueron desbaratadss con estes engaños et maestrias de los moros».

Ordem parallela. Nas suas luctas com os bysantinos, e influenciados pelos principios classicos da guerra, sobretudo de Vegecio, haviam adoptado a ordem parallela, que na lucta entre os cruzados nem sempre lhes deu a victoria, tendo tido por vezes de recorrer aos seus antigos processos. Foram os eminentes chefes Nuradin Xircuh e Saladin os que resuscitaram o systema das escaramuças, combinando-o com os principios da grande guerra, para constituir «um methodo de combate menos classico, porém mais em harmonia com o genio asiatico, alem de ser muito racional e originalissimo [1]».

Essa fórma primitiva de combate consistia para a cavallaria em atacar em chusma a cavallaria adversaria, evitar o embate, fazendo frente á retaguarda no momento propicio, dispersando-se no campo para obrigar o adversario a dispersar-se tambem, e em seguida atacar-lhe em maior numero as fracções, com absoluta certeza de exito [2].

Para isso iniciava-se o ataque e emprehendia-se a retirada tantas vezes quantas fossem necessarias, retirando-se os cavalleiros para a retaguarda da sua infanteria, ou mais primitivamente, como vimos, para traz das trincheiras formadas pelos carros e bagagens.

[1] Henri Delpech. *Tactique au* XIII *siècle,* tomo I, cap. IV.
[2] Ainda hoje o arabe combate assim. Le général Daumas, *Les chev. du Sahara.*

O ataque da infanteria era começado á distancia pelos archeiros como vemos praticado na batalha do Salado, segundo refere o *Poema de Affonso XI:*

Lhegó contra el Salado·
El rey moro de Granada,
Su bacinete dorado
En la mano su espada

Al Salado fue llegando
Adelante los arqueros
Yuanlo acompannando
Siete mill caualleros

Adelante los arqueros
Lhegaron contra el vado,
Cometieron los caualleros
Que pasaron el Salado.
....

setta. Nas batalhas em fórma o combate começava á distancia iniciado pelo tiro parabolico dos arqueiros, cujas settas caiam sobre a hoste christã como uma chuva, embotando grande parte d'ellas nas rijas armaduras dos cavalleiros bardados, mas empregando-se outras efficazmente nos pontos vulneraveis d'estes, e na cavallaria ligeira, que era em maior numero, e na infanteria, tambem pouco protegida e que estava por isso sujeita a maiores estragos; a bésta christã, comquanto mais rija e penetrante, tinha menos certeza e menor alcance e rapidez.

Ao contrario d'esta, que era visada ao objecto que se pretendia ferir, os dados dos arqueiros eram lançados ao ar, por fórma a irem cair, descrevendo uma parabola, verticalmente e com todo o seu peso, sobre as fileiras do inimigo, ferindo-os nos hombros, no pescoço, nos braços, no rosto, em toda a parte onde o ferro podesse penetrar; era necessario, portanto, uma grande destreza para se formar o tiro com precisão, em harmonia com a distancia a que se achava o inimigo. Os arabes eram n'isso eximios.

Influencias dos christãos.

Contra esta tactica toda mobil, ligeira, offensiva, combatendo á distancia ou pór surpresa, e em que o inimigo se tornava quasi que intangivel, tiveram os christãos de oppôr as formações compactas, empregando um systema puramente defensivo, em que as duas armas, a cavallaria e a infanteria, tornando-se absolutamente solidarias, oppozessem uma mole de ferro, de couraças e escudos, contra a qual se estrellassem os ataques parciaes dos musulmanos.

Estes, pelo seu lado, forçados se viram tambem a procurar novos processos de combate, passando a sua tatica a ter por objectivo principal o separar a cavallaria christã da sua infanteria, para as bater parcialmente.

Progressos tacticos.

É fóra de toda a duvida que os arabes, não só da lição dos classicos mas da propria experiencia, aprenderam os seus methodos de combate, e póde-se dizer que na sua tactica se encontram applicados aquelles principios verdadeiramente scientificos que desde o seculo x se accentuam na arte militar, isto é: — o duplo papel de cavallaria, como arma de tiro e de choque; o ataque d'esta em escalões de columnas; a funcção da infanteria, ao lado e ao par da cavallaria; a judiciosa combinação das armas de arremesso com as de pulso; a solidariedade das duas armas da epocha, a cavallaria e a infanteria; o bom aproveitamento do terreno; a extrema mobilidade dos exercitos reunida á sua solidez, de maneira a poderem desenvolver-se e reformar-se rapidamente; o emprego das duas ordens fundamentaes, a parallela, imitada dos romanos, e a perpendicular, com um caracter mais particular, de origem barbara; sabias regras para marchar, estacionar, combater, que caracterisam já uma epocha notavel na historia da tactica.

Parece ter sido Ámer Benalace o primeiro a dis-

pôr massas pelos processos classicos, tendo mandado traduzir os livros de escriptores da Persia, India e Grecia, entre elles Polibio [1].

Principios classicos.

Pelas transformações por que obrigaram a passar os exercitos feudaes europeus, os arabes prepararam o renascimento da arte da guerra, obrigando-os a aligeirar a cavallaria, a tirar a esta as prosapias de arma independente e unica, a crear os serviços da administração militar, a adoptar novas formações como a mó, a cerca ou curral e o caracol, a aperfeiçoar o armamento, a adoptar a polvora, que sob o influxo do genio europeu se havia de converter no poderoso elemento transformador dos exercitos.

Renascimento da arte militar.

Dado o adiantamento da epocha, póde-se dizer que os arabes tinham conseguido, no maior grau de perfeição, as duas condições principaes de toda a funcção militar: a excellencia dos instrumentos de guerra e a perfeição das combinações tacticas,— a arma e a manobra.

Arma e manobra.

Os christãos, para os combater vantajosamente, tiveram de adoptar identicos systemas de armamento, de remonta, de formações e de processos de combate.

Na Hespanha, onde estiveram em constante lucta com os musulmanos durante sete seculos, e no Oriente, onde os foram buscar para os combater, os christãos passaram a adoptar a *levis armatura* de que fallam as chronicas, aligeirando a maior parte da sua cavallaria, conservando apenas uma parte pesada, como arma de reserva, para o final golpe decisivo; porque nem o clima, nem o systema de escaramuças dos arabes permittiam no Oriente continuar com a immobilidade e a falta absoluta de agilidade da cavallaria bardada.

Modificações no armamento.

[1] *Ms. arab.*, citado por Perez de Castro.

Roberto da Normandia, a quem seu irmão, o rei de Inglaterra, havia usurpado o seu ducado emquanto elle fazia parte da primeira cruzada no Oriente, deveu, diz o seu chronista, a victoria na batalha de Tinchebrey (1106) aos processos de combate que aprendera na Palestina [1].

Aligeiramento da cavallaria.

Ligeira era a cavallaria com que Baduino de Burgo, rei de Jerusalem bateu os musulmanos em Ascalon, adoptando-lhe os processos de combate.

Em competencia com Venesa, onde o fabrico das armas já representava uma influencia oriental, de Damasco passaram a vir as espadas *damasquinadas*, os finos e ligeiros tecidos de malha, que substituiram as pesadas peças das armaduras européas. Os perpuntos almofadados sobre a malha augmentavam o poder defensivo da cota sem lhe augmentar muito o peso.

Na peninsula iberica a maior parte da cavallaria christã é aligeirada para escaramuçar e esgrimir com a cavallaria mourisca e para lhes armar embuscadas; adopta-se a cavallaria da gineta; só uma parte da cavallaria, os homens de armas, é pesada; tinham armadura de ferro apenas «os que esperavam o inimigo em descanso»; e como a cavallaria moura, quando travava lucta com os cavalleiros christãos, embaraçados nas suas pesadas armaduras, os cercava, e manobrava por fórma a fatigal-os, antes de cair a fundo, «adoptavam-se os mesmos processos por elles seguidos, como o fez D. Jayme de Aragão em 1268, em Murcia, que de 600 cavalleiros só 100 conservou bardados, e os outros 500 os armou á ligeira, divididos em tres esquadrões»; estes «sem armadura, deviam travar a lucta e fazel-a durar até se esgotarem as

[1] *Assuetusque bellis jerosolymitanis.*

forças dos ginetes; quanto á reserva, coberta de ferro, não interviria senão quando findasse o combate, para apanhar, n'uma carga decisiva, tudo que ainda ficasse sobre o terreno[1]».

Cavallo arabe.

Do mesmo modo que o cavalleiro, foi tambem aligeirado o cavallo; e, ainda mais, de cavallos arabes, ou dos productos do cruzamento d'estes com os de origem européa, se fez a remonta da melhor cavallaria da idade media; veiu a produzir-se assim um typo medio como succedera com a tactica, e n'esse typo se reuniram as qualidades de robustez e força do cavallo europeu com as da elegancia, rapidez e ardor no combate do cavallo arabe.

Com a armadura e com o cavallo, modificaram-se tambem as armas de combate. Deu-se um movimento no sentido inverso do que se havia de dar a partir dos fins do seculo XIII, a par e passo dos aperfeiçoamentos importantes da bésta, e mais tarde da arma de fogo; foi tudo tornando-se mais pesado e menos movel: armas, armaduras e cavallos.

*

*   *

Preceitos da guerra.

Em todos os tempos, até mesmo nos da decadencia, como nos ultimos do dominio arabe na peninsula, foram consideradas condições indispensaveis para a victoria: — melhores tropas, melhores armas, melhor disciplina e firmeza no combate.

Não só em tratados de guerra, mas até em poemas consagrados a feitos guerreiros, se encontram consignadas maximas e regras sobre a arte militar.

São dignas de serem memoradas as seguintes estrophes do poema, já mais de uma vez aqui

[1] Cit. de Delpech.

citado, de Abu Becre Açarafi, poeta hespanhol do seculo XII, consagrado ao principe Taxefin, derrotado pelos almohadas:

«Sobre a estrategia te offereço indicações a que, antes de ti, já os reis da Persia ligavam grande importancia...

«Enverga essas duplas cotas de malha que Tobba, o habil artifice, legou aos vindouros.

«Toma uma espada indiana de lamina delgada; é mais cortante, e penetra melhor nas couraças.

«Tem á mão um corpo de guerreiros, montados em cavallos rapidos, que te sirvam de fortaleza inabalavel.

«Em cada alto entrincheira o teu campo, quer persigas o inimigo vencido, quer seja elle quem te persiga.

«Acampa á beira dos rios; não os transponhas para acampar; sirvam elles para separar o teu exercito do do inimigo.

«Ataca-o de noite; apoiando-te na justiça, terás n'ella o teu melhor sustentaculo.

«Quando os dois exercitos estiverem apertados no lugar do combate, que as pontas das tuas lanças alarguem o campo de batalha.

«Ataca immediatamente sem te preoccupares com coisa alguma; mostrar hesitação é perderes-te.

«Procura para esclarecer o terreno gente ousada e que se distinga pelo seu provado amor á verdade.

«Não dês ouvidos aos mentirosos que te trouxerem boatos alarmantes; um mentiroso convicto não merece consideração alguma».

*

*　　*

Resumâmos agora os factos comprovativos dos principios que, como deixamos dito, representam

acquisições feitas, no sentido de um verdadeiro progresso da arte na guerra, pelo genio arabe, influindo, por um lado, e, deixando-se por outro, influenciar pelo genio e feitio europeu, peninsular principalmente.

Precursores da sciencia da guerra moderna.

Progressivo como era o povo arabe, póde dizer-se que, ao encontrar-se em contacto com a civilisação européa, tinha já adquirido, sob o ponto de vista militar, aquelle desenvolvimento que lhe dá o legitimo direito de poder ser considerado o verdadeiro precursor da moderna sciencia da guerra, ao passo que foi tambem a causa immediata dos progressos realisados pelos christãos nos diversos ramos dos conhecimentos militares.

Theoria da guerra.

Encontra-se já n'essa epocha uma theoria a que obedecem as operações de guerra e o emprego das tropas e das armas.

Papel da cavallaria.

A cavallaria, comquanto nem sempre se subdivisse em duas especies, tinha comtudo, como vimos, duas funcções distinctas: a do tiro e a do choque. De longe crivavam o inimigo de settas, que mesmo na retirada sabiam despedir com presteza e mestria, approximando-se das fileiras inimigas, e, em momento propicio, carregavam de lança em riste, ou com o sabre na mão. O cavallo estava admiravelmente adestrado para estes dois fins.

Tiro e carga.

Consoante a phase do combate e a qualidade do inimigo, assim se empregava ou o tiro ou a carga; do mesmo modo, o cavalleiro era em estremo déstro no despedir a setta certeira a grande distancia e no manejar o cavallo.

Escaramuças.

O systema das escaramuças que, segundo Bem Caldum, fôra em parte abandonado para se adoptar o processo tactico dos christãos, em ordem unida e em cargas cerradas, breve foi resuscitado, como vimos, principalmente por Nuradin no Oriente; e para nos dar uma idéa de como eram

esses choques e retiradas successivos basta a seguinte descripção de um episodio da batalha de Tiberiada (3 de julho de 1187), feita por Amaleque Alafedal:

Cargas successivas.

«Eu estava ao lado de meu pai n'esse combate... Quando o rei dos francos se achou sobre a collina com essa tropa de cavalleiros, deu uma carga admiravel nos musulmanos que estavam em frente d'elle, e impelliu-os até onde estava meu pai. Olhei para este e vi que estava afflicto, que mudava de côr e com a barba na mão avançava gritando: O diabo se convença da mentira! Os musulmanos voltaram então á carga contra os francos, que bateram em retirada e tornaram a subir á collina. Quando vi que os francos retiravam e os musulmanos os perseguiam, exclamei, cheio de contentamento: Pusemol-os em derrota! Mas os francos voltaram e deram uma nova carga como a primeira, de modo que repelliram de novo os musulmanos até ao sitio onde meu pai estava. Este procedeu como da primeira vez, e os musulmanos, voltando a carregar, os repelliram até á collina. Novamente exclamei: Pozemol-os em fuga! Porém meu pai, voltando-se para mim, disse-me: Calla-te [1]».

Depois d'estas cargas successivas, os pesados cavalleiros de Lusignan, exhaustos pelo calor e pela fadiga, acabaram por se apearem, sentando-se no chão. As cargas dos musulmanos haviam-os fustigado até os extenuar, como a ressaca do mar fustiga as fragas da riba!

Outros exemplos.

Um outro episodio nos dá perfeita idéa do que era o systema das cargas em escalão de columnas, com o emprego alternado do tiro e do choque; foi na batalha de Mançura (1250).

[1] Delpech, ob. cit., tomo I, liv. II, cap. II.

A S. Luiz fôra habilmente separada a sua infanteria da sua cavallaria, por fintas e ataques de longe que trouxeram os christãos á perseguição desordenada; então a cavallaria arabe cercou-os por toda a parte, fez avançar a cavallaria por esquadrões; o primeiro approximou-se, despojou os seus carcazes e retirou para a retaguarda; seguiram-se successivamente os outros esquadrões, procedendo pela mesma fórma; quando já muitos dos homens e cavallos do inimigo estavam fóra de combate, os arabes suspenderam no braço esquerdo os arcos, puxaram das massas e das espadas, e carregaram, em cargas successivas de esquadrões [1].

Nas cargas commandadas por Saladino na batalha de Arçufe (1191) e em outros episodios da guerra dos cruzados encontramos a mesma manobra; e que na peninsula era usado o mesmo processo de guerra prova-o, por exemplo, a recommendação de D. Jayme de Aragão, quando cercou Murcia em 1268, para que houvesse cautela e se tomassem todas as precauções, pois, «segundo era costume das gentes arabes, estas cercavam os cavalleiros christãos cobertos de armaduras de ferro e lhes andavam de roda até cansal-os, antes de os carregarem a fundo: — «cansaven anan entorn daquels que tenien cavals armats [2].»

Discripção do combate.

É o processo de combate que Delpech descreve por esta fórma:

«A cavaliaria arabe, ao ver approximar-se uma carga de cavallaria dos christãos dispersava-se em

[1] «Il Turz aceinterent les noz tout entor, et traistrent si grant plenté de saietes e de quarriaux, que pluie ne grelle ne feist une si grant oscurté, si que moult i ot de navrez de nos genz et de leur chevaux. Quant les premieres routes de Turz orent vuidié touz leur carquoiz et tout trait, il se retraistrent arrierez, mes les secondes routes vindrent tantost traistrent encorez plus espessement assez que navoient fait li autre. Ms. de Rcthelin *H. Occi.*, cit. Delpech, tomo II, pag. 606.

[2] J. de Aragon, cit. de Delpech.

todas as direcções. Para a alcançar, os cavalleiros christãos tinham tambem de se dividir em uma grande quantidade de pequenos pelotões. Estes, perseguindo á redea solta objectivos divergentes, achavam-se em breve demasiadamente afastados uns dos outros para se poderem reunir. Então os arabes voltavam em numero infinitamente superior, e envolvendo cada trosso isolado carregavam-no em columna e isto de uma maneira continua. O trosso christão, pouco numeroso para poder imitar este methodo de combate, luctava sem descanso, emquanto os adversarios iam descansando alternadamente. N'este jogo não havia força physica que se não esgotasse.»

O combater a cavallo fôra sempre cargo honroso entre os arabes; antes do Propheta elles serviam-se na guerra de cavallos, camellos e onagros; estes dois ultimos, porém, foram a pouco e pouco postos de parte.

Foi Ámer quem primeiro organisou a cavallaria arabe, ao invadir o Egypto; formou poderosos corpos com 4:000 cavallos —*adi* se chamavam—, e unidades de 100 cavallos, correspondentes a um esquadrão[1].

Peões. Quando entrou em Hespanha o exercito musulmano era compostos de gente de cavallo e gente a pé[2], «infantes berberes educados por Julião na tactica romana e endurecidos nas recentes guerras contra o bizarro Muça[3]», mas foi nas suas luctas com o peninsular na Europa, e com os

[1] *Ms.*, cit., por Perez de Castro.

[2] D. Eduardo Saavedra, baseado nas informações de Benadari, de Dabi, e do Silense, qualifica de puramente phantastico quanto a penna de elegantes escriptores se tem comprasido em bordar a respeito da vertiginosa carreira das nuvens de ginetes arabes. *Est. sobre la inv. de los arab. en Esp.*, pag. 71.

[3] Idem.

cruzados no Oriente, que a sua infanteria se creou e se desenvolveu, na necessidade de se oppôr sobretudo aos peões que em toda a Hespanha, e desde tempos immemoraveis, representavam um importante papel na guerra.

Segundo o testemunho de D. Juan Manuel, o que os mouros mais temiam entre nós eram os besteiros e os peões: «et señaladamente los ballesteros et los peones, que es cosa de que se recelan mucho los moros [1].»

Os proprios chefes mouros passaram a combater muitas vezes a pé, e a preoccupação de consolidar e instruir devidamente a infanteria, para o fim de os habituar a combater a pé firme, e em massa compacta, levou-os ao ponto de alistar nas suas fileiras, como vimos, gente christã que servisse de nucleo de resistencia e elemento de disciplina no combate.

Formações de combate.

Combatendo com o arco e flecha e com a lança, e mais tarde tambem com a bésta, na offensiva a infanteria era muitas vezes encarregada de, com o tiro, iniciar o combate; a sua acção passou a ser quanto possivel de accordo com a cavallaria. Na defensiva adoptou dos christãos o principio da immobilidade, que, muitas vezes, tratando-se de escravos, tiveram de conseguir prendendo os peões uns aos outros, com cadeias, como na memoravel batalha das Navas de Tolosa, onde tres vezes, em cargas successivas, a cavallaria christã não logrou romper aquellas verdadeiras muralhas humanas, eriçadas de flechas e atrás das quaes Miramolin se aparapetara.

«E los moros, diz Rodrigo de Toledo, ficieron en cima de un cabezo a manera de plaza de las astas de las saetas, e de dentro estaba una haz

[1] D. Juan Manuel. *Libro de los Estados.*

buena de gente de pie. E en medio de esta plaza se assentó el Miramolin.... E fuera de aquella plaza estaban otras haces de peones que hicieron gran cava e metieron en ella hasta los hinojos: e estaban dos a dos unos delante e otros detras e tenian los musclos atados unos con otros: asi que estuviessen firmes en la lid, por quanto estavan atados e tapiados e no podian huir [1].»

Alem d'esta especie de reducto derradeiro, a infanteria tinha ainda, n'esta batalha, as primeiras posições á frente da cavallaria, formando os besteiros á retaguarda dos piqueiros.

Cavallaria apeada.

Se acreditarmos na afirmação de Rodrigo de Toledo dá-se mesmo o facto notavel de já então na peninsula os cavalleiros se apearem no combate, como seculos mais tarde fariam os portuguezes em Atoleiros, a exemplo do que n'esta epocha era frequente, como em Crecy, Pochero, Cocherol, Auray, Navarette, Monteil, etc.[2]»

E não era nada para estranhar que os mouros ahi praticassem o que vinte e um annos antes fôra usado, por exemplo, pelos cavalleiros de Ricardo Coração de Leão n'uma sortida de forrageadores em Bombrac.

Infanteria.

Comquanto a infanteria arabe nunca viesse a ter a forte organisação e a disciplina da infanteria europea, por serem avessas ao seu espirito de raça e tradicional individualismo as nórmas austeras de um combate a pé firme, a verdade é que na peninsula ella attingiu um alto grau de solidez, distinguindo-se em innumeras batalhas, onde a vemos empregar regras e principios estabelecidos pela melhor tactica do seu tempo.

[1] *Mem. hist. de Alonso.* 1.ª parte *Append.*, pag. 127. Cit. de Delpech, tomo I, pag. 321.

[2] Bonaparte. *Etudes sur l'artillerie*, tomo I, pag. 22.

A solidariedade absoluta entre a infanteria e a cavallaria, que os christãos tinham estabelecido como norma inflexivel, por ter vantagens sobre o tactica movediça e dispersadora dos arabes, levaram estes não só a manobrar por fórma a separar nas fileiras inimigas esses dois elementos fundamentaes, mas tambem a adoptar esse principio, não expondo cada uma d'essas armas sem o apoio indispensavel da outra.

Solidariedade das duas armas.

Na batalha da Navas de Tolosa lá vemos a cavallaria mussulmana á retaguarda das fortes linhas da infanteria, arqueiros e piqueiros, repellindo duas vezes as cargas da cavallaria christã, depois d'esta ter sido fortemente escarmentada pelo tiro dos peões, e não ter podido romper a dos piqueiros.

Só depois de tres successivos ataques, quando toda a cavallaria dos christãos colligados, n'um supremo esforço de todas as reservas, conseguiu derrotar e desmantellar a infanteria, é que a cavallaria musulmana, sem o appoio da arma sua irmã, foi tambem, pela sua vez, derrotada.

N'esta mesma batalha vemos os arabes formar o que na linguagem do tempo se chamava entre nós cerca ou *corral,* pois outra coisa não era a formação empregada para, no cabeço onde se conservava o Miramomelin, se estabelecer a muralha humana, que pretendia protegel-a.

Corral.

Segundo a *Lei das sete partidas* «corral o cerca facien para guardar sus reyes que estudiesen en salvo: et esto facien de homes de pie que los paraban en tres haces, unos en pos otros, et atabanlos a los pies por que non se pudiesen ir, e facienles tener los cuentos de las lanzas fincadas en tierra, e las cuchiellas enderezadas contra los enemigos; et possien ante ellos piedras o dardos, o ballestas, o arcos, o armas con que pudiesen tirar e defenderse de lueñe; e esto facien por tener hon-

rado su señor que los enemigos non pudiessem llegar a el nin facerly mal; et que si los suyos venciecen que sol no semejase que el se moviera de un logar nin mostrara que los temia en nada: et si fuesen vencidos que fallasen cobro et esfuerzo alli do el estudiesse porque pudiesen ellos despues vencer[1]».

Compare-se esta definição com a passagem, acima transcripta, de Rodrigo de Toledo, e ver-se-ha que se trata da mesma formação defensiva de combate. É para esta ordem de formações, como por exemplo a *mó* e o *muro,* tambem definidos nas *Sete Partidas*[2], que, segundo Bem Caldum, os soberanos arabes do Magrebe recrutavam tropas da raça christã[3].

Mó e muro.

Na batalha do Salado vemos os mouros formar e dispor as suas tropas em harmonia com o que a tactica preceituava como o mais efficaz na guerra: as *azes de cunha* contra as *azes de corral* «entrando por entre os christãos e fendendo-os», as *azes de corral* «para refrescar gentes na lide e para se recolherem hi os mal chagados e pera sairem todos a lidar iuntamente se cumprisse os que perdessem os cavallos pera cobrarem hi outros», as *azes longas* e as *azes dobradas,* conforme as circumstancias; o emprego dos arqueires e da cavallaria, consoante as phases da lucta; a disposição das classicas linhas de combate: a dianteira, as costaneiras e a

[1] Partida II.

[2] «Et la *muela* facien otrosi porque si los enemigos los cercasen en derredor que los fallasen todavia de cara contra ellos defendiendose». «...En el *muro* fecieron para quando veniesen los enemigos que pudiesen meter todo lo suyo en medio para tener en salvo, porque non gelo pudiesen desbaratar ni furtar». *Partida* II.

[3] «Les souverains maghrebins eurent donc besoin d'un corps de troupes habituées à combattre de pied ferme, et ils les prirent chez les Européens. Pour former le cercle des troupes qui les entourait pendant la bataille, ils prirent des soldats de cette race». Ibn Kaldum. *Prologomènes,* trad. Slane, tomo II, pag. 82.

çaga, para ataques de frente e de flanco; a funcção judiciosa das reservas, etc.[1]

A acreditar nas informações colhidas por Perez de Castro no já referido tratado, os arabes contavam diversas especies de formações: a meia lua, com a parte concava para a frente da batalha; a meia lua, com as pontas abertas em fórma de azas; o quadrilatero; a meia lua, com a frente convexa para o lado do inimigo; o losango ou rhombo, o triangulo, e o annel[2].

Sendo assim, a primeira e segunda seriam empregadas para envolver o inimigo; a quarta contra um ataque envolvente; o triangulo, correspondente á formação em cunha, para romper a formação inimiga; as outras formações para a defensiva, correspondendo o quadrilatero ao nosso *muro*, e o annel á *cerca* ou *corral*.

Innumeros exemplos poderiamos citar ainda para mostrar como outro principio de toda boa tactica, o aproveitamento do terreno, o conheciam tambem os arabes, e o applicavam muitas vezes vantajosamente, tirando partido das montanhas, dos valles, dos rios, dos bosques, de todas as defesas naturaes, emfim, e as souberam tambem aproveitar para a construcção de obras de defeza, das quaes ainda hoje muitas mostram na peninsula a actividade guerreira e a sciencia militar d'aquelle povo. As fortes posições occupadas pelos mouros na batalha das Navas de Tolosa, na Serra Morena, seriam inexpugnaveis, se as hostes christãs não tivessem tido conhecimento por um pastor arabe dos caminhos que os levaram, depois da vã tentativa de um ataque de frente, a torneal-as. Ainda assim a defeza ali foi formidavel.

[1] Os livros de linhagens. *Descripção da batalha do Salado. Portugaliae Monumenta.*
[2] Perez de Castro. Ob. cit., pag. 61.

Já na invasão da peninsula, nota o Sr. Eduardo Saavedra, que a estudou minuciosamente, Taric «longe de ir buscar aventuras ás planicies gerezanas, não quiz perder o apoio das montanhas nem a proximidade dos seus barcos, e esperou Rodrigo no porto de Facinas, cuja importancia estrategica, para dominar a um tempo os caminhos de Vejer e Medina, foi posto em relevo pelo illustre general Arteche», e conhecidas as intenções do seu adversario, se adiantou até o avistar, «apoiando a sua esquerda no lago, e a sua direita nos ultimos encostos da serra dos Tahones, com as suaves vertentes do arroio Celemim aos seus pés, e as charcas e lodaçaes do Barbate, mais longe, na frente[1]».

Arabes e christãos iam aperfeiçoando e ao mesmo tempo combinando, unificando os seus meios e processos de guerra, podendo dizer-se que, por fim, mais se differenciavam pelo traje do que por outro qualquer caracteristico, e muitas vezes nem isso.

O *Nobiliario* attribuido ao conde D. Pedro, filho de El-Rei D. Diniz, fallando de um tal Tello Affonso «que lidou com os filhos de Escalhola a par de Argona sobre as pareas çento por çento», diz que esses filhos de Escalhola «forom os melhores caualleiros que ouue antre os mouros em aquell tempo: e mataromsse os cauallos todos de hunma parte e da outra e britarom em ssi as lamças e as espadas e as maças e os cuitellos e punhaaes e nunca se vemcerom huuns nem outros; e os mouros e os christaãos todos amdauam armados de perpontos e lorigas e de brafoneiras, e davomse com ellas atáa que cansarom huuns e os outros e non forom vemcidos huma parte nem a outra[2]».

[1] E. Saavedra. *Est. sobre la inv. de la arab. en Esp.*, pag. 67.
[2] Livro de linhagens do conde D. Pedro, titulo xv. *Portugaliae Monumenta.*

A esta igualdade de armamento correspondia a semelhança dos processos de combate, como na batalha do Salado, em que vimos que da parte dos mouros se empregaram os dispositivos e formações mais preconisadas na sciencia da guerra da epocha. Desde o seu refugio nas Asturias, os neo-godos procuraram vivificar a alma goda pela resurreição das leis, das tradições, dos habitos visigothicos; mas o dominio arabe, durante sete seculos, havia transformado completamente a maneira de ser do antigo povo romano-godo que dominára na peninsula. Destas duas causas, destas duas tendencias, destas duas correntes, se gerou a sociedade, o povo que se encontrava em toda Hespanha, ao fundar-se a monarchia portugueza, povo em parte romano, sobretudo no que respeita a leis, em parte teutonico, principalmente nas tradições, e em muito arabe, pela acção secular de um povo mais transigente e mais culto.

Não podia, portanto, deixar de confundir-se, mesclar-se, unificar-se tambem a arte da guerra, como se unificavam as demais artes e as industrias, a sciencia, os costumes e as raças[1].

D'ahi o caracter especial dos primeiros tempos da nacionalidade portugueza, que vamos estudar.

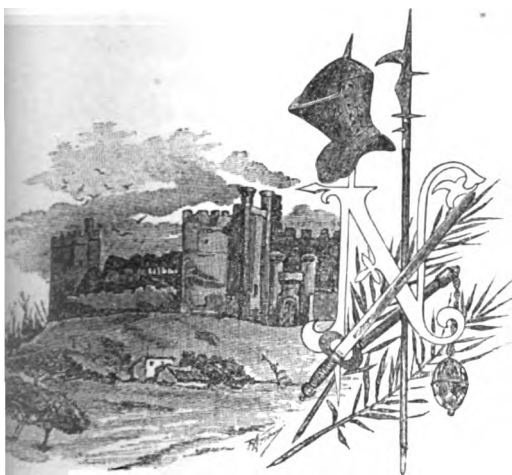
[1] Alem dos exemplos que apresentei no capitulo anterior da fusão do sangue arabe com o neo-gothico nas familias de maior nobreza de Portugal, encontrâmos, por exemplo, no precioso Livro de Linhagens do conde D. Pedro inumeros exemplos a citar: Na descendencia do conde D. Henrique, cuja uma filha casára com o filho do conde Vermuin, lá temos D. Aldara Lopes, que é neta de uma moura de Salamanca; D. Soeiro Mendes tem de uma moura de Santarem um filho D. Gonçalo Soares Mouro; um neto de Gonçalo Mendes da Maya, o Lidador, D. Mem Viega, casou com a filha de um mouro de Toledo, Fernão Affonso, christão novo; e tantissimos outros, cheios de descendencias numerosas e illustres. *Portugaliae Monumenta. — Escriptores,* pag. 173, 182, 289, etc.

O CONDADO DE PORTUGAL

O CONDADO DE PORTUGAL

—

CAPITULO I

Um episodio da Reconquista

NUNCA a brilhante epopeia da Reconquista, que tivera em Covadonga o seu prologo heroico, levara mais alto o seu esforço; estava no auge da sua gloria! Affonso VI de Castella representa essa culminação luminosa, entre tantos reis esforçados e illustres, entre tantos heroes e martyres, que, com o seu sangue e o seu braço iam erguendo, dia a dia, o throno de oiro em que se havia de assentar Isabel a Catholica.

Condado Portucalense.

A constituição do Condado Portucalense, cellula fundamental do reino portuguez, é um episodio da

Reconquista. Não quizera o conquistador de Toledo crear apenas uma situação a sua filha Tareja, havida de uma das muitas mulheres que amara; tendo levado o seu dominio até Chantarin (Santarem), ao norte da provincia de Belatha, para assegurar a base estrategica do Tejo, houvera necessidade de crear um condado fronteiriço que guardasse em respeito os moiros do Garb, e organisasse algaradas de conquista n'esses apetecidos territorios onde Lixbona (Lisboa) e Shelb (Silves) eram emporios florescentes, e duas chaves de dominio no extremo Andaluz. Lisboa, juntamente com Cintra, já mesmo tinham feito parte do imperio christão.

Confiando a Henrique de Borgonha que, ao seu lado e em seu serviço, manifestara dotes de esforçado guerreiro nas rudes campanhas contra a invasão dos almoravidas africanos comandados por Inçufe, Affonso VI, rei de Leão, Castella e Galliza, cujo sonho era levar os seus fossados até as arribas do Mediterraneo, expulsando da Peninsula os musulmanos, dividira militarmente o seu territorio em condados, incumbidos de manter as conquistas realisadas, e de as adquirir novas, no encalço de um ideal commum; e d'entre esses era, decerto, dos de maior responsabilidade o condado de Portugal, pelos importantes territorios musulmanos que defrontava e alcateava.

Estudo da Reconquista.

Teremos ainda de esboçar o quadro geral da Reconquista, em cujos episodios tiveram os portuguezes um papel importante, quer na integração do nosso territorio, quer nas brilhantes cruzadas das Navas de Tolosa e do Salado; é isso indispensavel, para a harmonia e proporção d'este trabalho, e para a comprehensão dos factos que interessam á nossa historia, os quaes não podem ser estudados senão nas suas relações com a

historia geral, não só da Hespanha, mas dos paizes de onde recebemos inspirações, influxos, modelos e auxilios. Por hoje tomaremos como ponto de partida a epoca em que se constituiu o condado de Portugal, analysando, em ligeiro escorço, a situação da peninsula n'esse momento e a d'esse condado dentro do grande estado christão, em crescente progresso.

*

* *

Fernando, rei de Castella e Leão.

Fernando, filho segundo de Sancho o Maior de Navarra, a quem seu pae por morte, e na divisão dos vastos territorios que conquistára, deixou herdeiro do condado de Castella, que militarmente occupára e dos seus recentes dominios leoneses entre os rios Pisuerga e Cea, logrou por um acaso da fortuna reunir sob o seu poderio os reinos de Castella e de Leão. Por morte de Sancho o Maior, Bermudo III, rei de Leão, que por aquelle fora despojado da maior parte do seu reino, rehavia sem esforço os seus antigos dominios, voltava á capital do seu reino, cujas redeas pretendia reassumir. Á mão armada quiz reconquistar no anno seguinte os territorios entre o Pisuerga e Cea; mas sendo atacado junto do Carrion pelas forças combinadas de Fernando e de seu irmão Garcia, rei de Navarra, succumbiu nas mãos d'estes na batalha de Tamaron (1037), e passando a successão do seu reino a sua irmã D. Sancha, por falta de varonia, a Fernando de Navarra, seu marido, vinha a caber tambem a corôa de Leão.

A sua obra.

Monarcha disciplinador, buscou, por um lado, apaziguar as dissensões que lavravam entre os seus vassallos e cimentar no espirito tradicional das leis e dos costumes gothicos o caracter fundamen-

tal do seu reino, onde tantas influencias diversas lhe davam uma feição incaracteristica, propria dos periodos de transição, e, por outro, ampliar os seus dominios. O concilio de Coyanza (hoje Valencia de Don Juan) de onde sairam, á maneira dos antigos concilios de Toledo, tantas leis vivificadoras das crenças e doutrinas de outr'ora, é um marco milliario na historia da evolução neogothica na Peninsula. A derrota inflingida em Atapuerca, perto de Burgos, a seu irmão D. Garcia de Navarra, que lhe invadira o reino e que succumbiu n'uma emboscada, derrota que lhe permittiu apoderar-se de Najera e dos povos da direita do Ebro; a tomada ao Vali de Badajoz das praças de Ceia, Vizeu, Lamego, dos hoje extinctos Castros de S. Justo e Tarouca[1], (1057); a vassallagem imposta ao rei mouro de Saragoça; a posse de San Estevan de Gormaz e outras fortalezas; as incurções armadas desde Medinacelli a Tarragona (1058); as operações nos territorios d'alem do Guadarrama, pondo cerco apertado a Alcalá de Henares, e obrigando a tornar-se seu tributario a Almamum, rei de Toledo (1060); a vassallagem de Almotadide, rei

[1] Tudense. *Hesp. Illustr.* 93. — Referindo-se a esta conquista e á opinião do Tudense de ser difficil dizer onde estivessem situadas as fortalezas de S. Justo e Tarouca, escreve Fr. Manuel da Rocha: — «De dous castellos, a que ainda hoje chamão Castros, contão os naturaes, que forão em outro tempo dos Mouros; hum sobre o lado esquerdo do rio Barósa, cujos vestigios se vem em hum alto monte, que se chamou Castro Rey, e em Escrituras do Real Mosteiro de S. João de Tarouca achey ser a Tarouca antiga: *Ubi quondam fuit Tarouca;* outro sobre o lado direito da corrente do mesmo rio, imminente á Villa de Mondim. Em ambos se descobrem vestigios de Fortaleza; e no segundo dos dous se acharão n'estes annos proximos varios instrumentos de guerra, como são, ferros de lanças, martellos, e outros mais, entre os quaes se acharão tambem algumas moedas dos Imperadores Romanos, que conservo em meu poder, e entre ellas huma do Constantino Junior. E ponderando eu o que Tudense relata, não deixo de formar juizo, de que estes são os Castellos mencionados, que destruio El Rey D. Fernando, os quaes pelas moedas que nelles se acharão, me parecem ser ainda muito mais antigos e do tempo dos Romanos.» — *Portugal Renascido,* pag. 168

de Sevilha (1063); a rendição de Coimbra (1064); depois de um cerco de seis mezes, dando o Mondego por fronteira ao reino christão, e finalmente (1065) as correrias até o reino de Valencia, em auxilio de Almamum, que ficára alliado e amigo do rei christão, tudo isto representa um engrandecimento consideravel nos dominios e prestigio do seu estado e a preparação de futuros importantes emprehendimentos da Reconquista. Por isso Fernando foi justamente appellidado *o Magno*.

Chega a Coimbra.

Commettera porem o seu amor de pae, e a idéa errada de que assim evitava futuras desavenças, o mesmo erro que já tantas perturbações trouxera á grandiosa herança territorial de Sancho, o Maior. Pelos seus tres filhos repartiu, em resolução firmada em côrtes, o seu nascente imperio, legando a D. Sancho o reino de Castella, desde o rio Pisuerga até ao Ebro, a D. Affonso o reino de Leão com Asturias e Transmiera, até o Deva, e a D. Garcia o da Galliza, com as cidades de Vizeu. Lamego, Coimbra e outras villas e logares em Portugal; ás suas filhas deixou: a D. Urraca a cidade de Zamora, e a D. Elvira a de Touro.

Divisão do reino por sua morte.

Ficava assim retalhado o que tanto sangue, tanto esforço e tanta fortuna haviam logrado reunir nas mãos de um só homem, creando a esperança de ver consolidado um poder assaz forte para se impor aos multiplos estados em que se dividia a Hespanha musulmana, e para conter as alterosas vagas humanas, que vindas de Africa, ameaçavam subverter e subplantar o poderio christão.

Alem de que, essa partilha do reino ía contra os tradicionaes principios da legislação visigothica, que mandava passar indivisa a quem a eleição indicasse, o que geralmente recaía no primogenito do rei, quando senão tornava indigno de suffragio. D. Sancho, o primogenito, assim o fez sentir ao pae,

Protesto de D. Sancho.

mesmo em vida, apoiado no parecer de muitos proceres do reino.

As consequencias do erro.

Estava lançado o germen funesto de futuras dissenções e guerras profundas. Alexandre Herculano attribue esta divisão, não tanto ao amor do principe para com os seus filhos, como ás circumstancias que haviam acompanhado o crescimento da monarchia fundada por Pelagio, que tendia constantemente a desmembrar-se em pequenos principados. «Palpando esse espirito de desmembração, que nascia das cousas, depois que os estados christãos adquiriram pela conquista mais remotos limites, Fernando Magno procurou que as tendencias de separação, em vez de aproveitarem a estranhos, revertessem em proveito dos membros da sua familia, e que assim se evitassem as luctas civis, cedendo a essas tendencias, em vez de tentar, talvez inutilmente, reprimil-as[1]». Se isto assim fosse, mais forte rasão teria D. Fernando para não auxiliar, antes combater, esse espirito separatista; tudo o aconselhava a reunir os elementos dispersos e não a dividil-os.

Pelo respeito que consagrava a Dona Sancha, sua mãe viuva, não rompeu desde logo D. Sancho II as hostilidades contra os irmãos, apezar do protesto que mesmo em vida do pae formulara.

Sancho contra Navarra.

Ambicioso e insoffrido, porém, voltou as suas attenções para a Navarra; ha quem diga, todavia, que foi D. Sancho de Navarra quem aproveitou o ensejo de ver assim dividido o grande estado que se formara, á custa tambem dos despojos do seu reino, para rehaver Najera e todo o territorio até á ribeira do Ebro que Fernando Magno lhe arrebatara.

Fosse como fosse, é Sancho de Castella quem invade os territorios de Sancho de Navarra, o qual

[1] A. Herculano. *Historia de Portugal.* — Introd.

se allia com Sancho Ramirez, rei de Aragão, dando-se a batalha que se passou a chamar *dos tres Sanchos,* ou *dos tres Primos,* nos Campos da Verdade, nos plainos onde se fundou mais tarde a cidade de Vianna, perto de Logroño.

Batalha dos tres Sanchos.

Derrotado, e fortemente escarmentado o castelhano, viu os seus dominios por sua vez invadidos por navarros e aragonezes, arrancando á corôa de Castella tudo que ella lhes havia tirado, na Rioja principalmente (1067).

Rodrigo Dias de Bivar.

Figura pela primeira vez n'esta campanha, como alferes mór de D. Sancho II, Rodrigo Dias de Bivar, que com o cognome de Cid, tão famoso se havia de tornar depois na historia da Reconquista, deixando bem accentuado o typo de um *condotieri* dessa epocha, com quanto désse origem tambem a muita lenda [1].

Batalha de Llantada.

D. Sancho II, que anhelava por uma desforra para as suas armas desprestigiadas, mal sua mãe cerrou os olhos á luz terrena, levantou a campanha da reivindicação dos seus direitos á integral herança de seu pae, e invadiu Leão, vencendo na batalha de Llantada (hoje Plantadilla) seu irmão Affonso (1068); mas não proseguindo na lucta por ter sido consideravel o desfalque das suas forças. Tres annos depois (1071) renovaram-se as hostilidades; em Golpejar, nas margens do rio Carrion, se entrechocaram os dois exercitos, cabendo d'esta vez a victoria aos leonezes, a cujo lado combatiam tambem gallegos.

Batalha de Golpejar.

Fora pactuado préviamente que o vencido cederia o reino ao vencedor; na boa fé, D. Affonso de Castella não só não perseguiu o adversario, mas descansou e abandonou a vigilancia dos seus

[1] É curioso o estudo feito por Dozy, sobre fontes arabes, da individualidade do Cid. — *Recherches.* T. II.

Traição de D. Sancho.

arraiaes; n'essa madrugada, por conselho de Rodrigo Dias de Bivar, que não só de bravura, mas de ardis e traições formara o seu grande renome, D. Sancho surprehendia e atacava rudemente o irmão, fazia-o prisioneiro, e mandava-o sob custodia a Burgos, obrigando-o depois a entrar no mosteiro de Sahagum (S. Facundo).

Evasão de D. Affonso.

D'aqui se evadiu D. Affonso, e foi acolher-se á hospitalidade de Almamum, o alliado e amigo de seu pae, em Toledo, mal suppondo, n'aquelle negro transe da sua vida, a sorte brilhante que o aguardava!

Chegara a vez da Galliza, onde iam grandes dissenções entre os barões e senhores de Entre Douro e Minho e o rei D. Garcia, que os batia perto de Braga.

Invasão da Galliza.

D. Sancho, aproveitando o ensejo, e tambem não esquecendo os auxilios que D. Garcia dera contra elle a Affonso de Castella, invadiu os territorios que áquelle pertenciam do lado da Lusitania, e derrotou-o perto de Santarem, ao que diz a tradição, e portanto ainda além das fronteiras reaes do seu dominio, que devia terminar no Mondego. D. Sancho foi feito prisioneiro, encerrado no castello de Luna, mas breve restituido á liberdade, na situação de vassallo.

Batalha perto de Santarem

Prisão e libertação de D. Sancho.

Conta-se que n'esta batalha devera D. Sancho a vida a D. Rodrigo Dias de Bivar, o futuro Cid; pois a sorte das armas estava primeiro do lado de D. Garcia, que, auxiliado pelo valoroso portuguez D. Rodrigo Froyaz e seus irmãos e parentes o fizera prisioneiro, no encontro de Santarem. Libertou-o Cid de oito cavalleiros que o traziam em custodia, matando dois e pondo os outros em fuga; depois, com os seus homens, rompeu pelo mais espesso dos esquadrões inimigos, e prendeu D. Garcia.

Este episodio vem narrado no *Nobiliario* do Conde de D. Pedro, a proposito dos feitos do nosso conterraneo D. Rodrigo Froyaz e seus esforçados companheiros, n'aquella pittoresca linguagem que o caracterisa; encontra-se porém n'elle a variante de Ruy Dias ter apparecido com a sua gente só depois de D. Sancho ter fugido aos que o guardavam, e que «nom posserom em elle guarda quall deuiam» [1].

Narrativa do Nobiliario do conde D. Pedro.

[1] «E este dom Rodrigo Froiaz em seemdo muy moço foy muy guerreiro contra os mouros em tempo delrrey dom Fernando o que partio os rreynos per seus filhos o iffamte dom Samcho e o iffamte dom Garçia e o iffante dom Affomsso. E desta partiçom seguiosse ao despois gram dano, porque elldeu a dom Samcho o mayor Castella e Nauarra e a Estremadura, e deu a dom Garçia Galliza e o que avia em Portugall, e deu a dom Affomsso o rreyno de Leom. E como este rrey dom Fernando morreo disse elrrey dom Samcho que era moor a Ruuy Diaz çide que as partiçoões que seu padre fizera em seu deserdamento, e que os rreynos eram seus de dereito, e que lhe comsselhaua de hi fazer: e Ruuy Diaz rrespondeo que bem sabia elle que elle jurara a seu padre que nom fosse contra as partições de seus irmaãos e que guardasse a jura, ca melhor era verdade que os rreynos. E elrrey lhe disse que iura em deserdamento nom deuia seer guardada: e en esto perçebeosse de fazer guerra a seus irmãaos. E dom Rodrigo Froiaz era vassallo delrrey dom Garçia de Portugall: e veemdo el como este rrey dom Garçia auia huum priuado em que poinha toda sa fiuza, e fallaua com ell todos seus feitos apartadamente, e lhe daua muy máaos comsselhos, estremadamente em perçebimento de guerra que avia d'auer com seu irmaão, e que nom fallaua destes feitos nem com os rricos homeens seus nem com aquelles que em tall feito o aviam de consselhar e seruir, chamou huum dia os rricos homeens e todos a huuma voz pidirom a elrrey por mercêe que lamçasse de sa casa aquelle priuado: e elrrey nom nos creeo, e o priuado acreçentou em seus máaos comsselhos cada dia mais. E veemdo dom Rodrigo Froiaz a sua maldade e como fazia perder a elrrey sua terra, huum dia emtrou pello paaço e matou hi o priuado. Ellrrey ouuesse desto por muy viltado, e dom Rodrigo Froiaz partiosse delrrey com gramdes companhas. E hindosse a França a tirar seu comsselho veeo rrecado a elrrey dom Garçia que o comde dom Garçia de Cabra, e o comde dom Macom, e o conde dom Nuno de Lara lhe viinham correr a terra com todo o poder delrrey dom Samcho. Em esto ouue comsselho com os boos da terra, e elles todos a huuma o comselharam que mandasse por dom Rodrigo Froiaz, ca esse era o que lhe pocria perçibimento em todos seus feitos. Elrrey dom Garcia mandoulhe sa messagem por dous seus caualleiros na quall lhe mandou dizer que elrrey dom Samcho lhe queria filhar o rreyno e que lhe rogaua que sse veesse logo pera ell, ca elle lhe perdoaua e perdia dell toda sanha. Esta messagem chegoulhe a Navarra: el veemdo que

Versão de Rodrigo Ximenes.

O facto d'este encontro d'armas ter sido perto de Santarem explica-se talvez pela versão de Rodrigo Ximenes, escriptor do seculo XIII, adoptada por Herculano, que aliás a Santarem se não

elrrey dom Garçia era boo e de boos feitos verdadeiros e que em elle avia toda uerdade veosse logo pera elle, e dobroulhe elrrey a comtia. E os comdes dom Nuno de Lara, e o comde dom Garcia de Cabra, e o comde dom Monçom corriam-lhe já a terra. E elrrey estamdo em Agua de Mayas apar de Coymbra chegou dom Rodrigo Froiaz e elrrey foi com el muy ledo: e demamdou-lhe consselho de como avia de fazer aos comdes que lhe corriam a terra, e elle lhe respondeo «senhor, eu leixei a terra de Portugall por fazer aguisado e porque era vosso vassallo, e nom demandei comsselho em elrrey dom Samcho porque era çerto que era vosso inmiigo, e ora venho por seruirvos e por deseruir elle: e uós senhor nom auedes d'auer batalha com comdes, mais mamdade hi estes boos fidallgos de Portugall com que tenho gramdes diuidos e eu hirei hi com elles e ou elles vemçerom ou eu hi morrerey com elles.» El rrey disse «entemdo que taaes sedes uós que bem posso ser escusado desta fazemda por vós, mais eu quero hi seer.» E em esto pareçerom os pemdoões dos comdes, e elrrey disse que os ferissem: e a batalha foy muy crua amtre os portuguezes e os castellaãos. E dom Rodrigo Froiaz entrou pelas aazes e seus irmaãos o comde dom Pedro Froias e o comde dom Vermun Froiaz: e alli foi a batalha muy grande assy que os castellaãos a nom poderom sofrer «E morrerom hi castellãos quinhentos e quorenta, e morreo hi o conde dom Fafez Çerraçim que era rrichomem muito honrrado e muitos» dos seus caualleiros, e outra muita companha de Portugal que passarom de dosentos e vimte caualleiros. Este dom Rodrigo Froiaz foy mal ferido em pomto de morte. A elrrey dom Samcho forom estas nouas como os seus eram vemçudos e foy desto muy sanhudo, e jumtou todo seu poder e veo sobre elrrey dom Garçia hu estaua em Samtarem. Elrrey dom Garçia ouue seu comsselho com os boos que com elle estauam: e huuns diziam que o poder delrrey era gramde e que defemdesse suas fortellezas, e os outros diziam que vinham muito agudos pera a batalha pollos paremtes que lhes matarom em a primeira fazemda, e por esto que era bem d'espaçar a lide, e quamdo sse quizesse tornar elrrey dom Samcho que emtom seriam mais poucos e cansados, e achariam a lide mais refeçe. Dom Rodrigo Froiaz rrespondeo «senhor, elrrey dom Samcho he de maior poder que uós e ha mayores rrendas e aa lomga pode soster melhor a guerra e hiruos-ha comqueremdo o rreyno pouco e pouco, e uós auede fiuza em Deus e no juramento que fez elrrey dom Samcho a uosso padre quamdo uos deu este rreyno que vos numca delle desapoderasse, e auede fiuza em estes boos fidallgos de Portugall que sempre guardarom verdade e lealldade e hide aa batalha: e mamdade ao conde dom Pero Froiaz, e a dom Vermun Froiaz meus irmaãos, e ao comde dom Garcia, e ao comde Fernam Piriz meus sobrinhos que vaamos de suum, e destes muy boos fidallgos portugueses com que vaamos, e leixade a nós a escolheita delles quaaes hi yram e dadenola diamteira.» E elrrey e todollos fi-

refere. Segundo essa versão haviam recrudescido contra D. Garcia as animosidades dos gallegos e portugalenses, com o redobrar das suas offensas e tyrannias, pelo que fora facil a D. Sancho expul-

dallgos forom em este comsselho e postarom suas aazes naquell campo em que estam ora as vinhas. E dom Rodrigo Froiaz acaudelou aquelles que hi estauam, e oolhou hu estaua elrrey dom Sancho e rrompeo per todallas aazes. E a lide foy muy gramde e muy crua: e dom Rodrigo Froiaz esforçaua muito aquelles que o acompanhauam e faziam grandes feitos pello corpo. Alli foy a perfia gramde amtre elles de huns e doutros assy que os castellaãos nam no poderom sofrer. E chegou alli hu estaua elrrey dom Samcho e premdeo, e alli forom os castellãos vençudos. E dom Rodrigo Froiaz mamdou dizer a elrrey dom Garcia que elrrey dom Samcho era preso e que chegasse hi e emtregarlhohia: e os messegeiros forom estes, dom Egas Echigic que hi foy muy boo fidalgo, e este foy o primeiro que pôs a lamça em elrrey dom Sancho, e de quaes deçemdem achaloedes no titullo XXII dos Sousaãos parrafo II.º: e o outro foy dom Moniho Ermigic, este fez em esta lide muito bem pello corpo, e na primeira lide de Coymbra derribou do cauallo o comde dom Garçia de Cabra e outros muitos caualleiros, ca elle era de gram força e de gram coraçom, e os que deste veem mostrasse no titullo XXXVI de dom Moniho Veegas o Gasto parrafo II.º: este foy na lide que ouue o comde dom Froyaz Vermuiz com elrrey de Leom o quall se mostra no titullo VII.º do comde dom Momdo parrafo II.º e foy na emtrada d'Astorga quamdo a emtrou o comde dom Froyaz Vermuiz como sse mostra no titullo suso dito do comde dom Momdo. E a dom Rodrigo Froyaz abriromselhe as chagas que gaanhara na primeira lide porque aimda nom era bem guarido, e disse aos messegeiros que fossem aginha com esta messagem a elrrey ante que lhe a alma saisse do corpo: e os messegeyros forom a elrrey e disseromlhe a messagem. Elrrey foy muy ledo da prisom de seu irmaão e foi muy triste porque sse temeo de perder dom Rodrigo Froiaz, e chegou logo hi. E o conde dom Pero Froiaz irmaão deste dom Rodrigo Froiaz donde veem os rreys de Portugal disse, «senhor, boo presente vos tem aqui meu irmaão mais perdeo o corpo:» disse elrrey com gramdes sospiros e lagremas «se el perdeo o corpo gaanhou gram prez e homrra aos de seu linhagem.» Disse emtom dom Rodrigo Froyaz «senhor, sodes emtregue de vosso irmaão que uos queria deserdar do rreyno.» disse elrrey «ssy ssom: «dom Rodrigo Froiaz lhe disse «gradeçedeo a Deus e a estes boos fidallgos de Portugall que sempre forom boos aos senhores e amarom verdade.» Beyjoulhe emtom a maão e emcomendou a alma a Deus e morreo ante que elrrey di partisse. E elrrey emtregou logo elrrey dom Sancho a caualleiros que lho guardassem, e elle foisse pello emcalço dos castellaãos. Aquelles caualleiros a que o el emtregou nom posserom em elle guarda quall deuiam, e fogio e foisse pera huuma serra hu achou gram parte dos seus. E estamdo alli pareçeo huum pendam e huuns trezemtos de cauallo, e disserom a elrrey dom Samcho «senhor, veemos viir huum pemdam verde e pareçe de Ruy Diaz çide:» e ell oolhou por elle e conheçeo e desto foy muy ledo

sal-o do reino, quasi sem resistencia. Elle, porém, fora pedir o auxilio dos sarracenos, naturalmente da Estrémadura, e com o reforço d'estes voltara a assenhorar-se de alguns castellos nas terras de Portugal[1]; d'ahi, proventura, a necessidade de D. Sancho o vir buscar para áquem da sua fronteira do Mondego, n'aquella zona de dominio fluctuante e instavel, onde corriam como rajadas de ventos contrarios, as algaradas de fronteiras, ora dos nazarenos ora dos mahometanos.

As poucas sympathias que este rei conquistara, haviam feito com que, não só bem frouxa fosse a resistencia contra a invasão castelhana, mas recebida com agrado a destituição do chefe (1071). Grande era o peso dos tributos, profundas as dissidencias que minavam o estado.

D. Sancho II, que assim ia adquirindo o cognome de *Forte,* tirava partido da situação para afastar receios d'esse lado. Na sua obra de reivindicação dos dominios, que entendia deverem pertencer-lhe, atacou Touro, senhorio de sua irmã D. Elvira, que se rendeu sem resistencia, e Zamora, senhorio de D. Urraca, que resistiu tenazmente.

Tomada de Touro.

e disse aos fidalgos «alegradeuos e esforçade os coracõoes ca Deus quer que eu cobre meu rreyno que me tem forçado meu irmaão dom Garçia, pois say da prisom, e vi a morte do boo de dom Rodrigo Froiaz que me premdeo, e me chega o bem avemturado Ruuy Diaz.» E elrrei dom Garçia tornamdosse muy ledo de seu emcalço teemdo que tiinha preso elrrey dom Sancho seu irmaão, e desto se viinha muito louuando aos fidallgos pero que se malldizia da perda que fezera do boo fidallgo de dom Rodrigo Froiaz. E departimdo em esto virom viir elrrey dom Samcho e conheçeo o pemdom de Ruuy Diaz: e alli foi rrey dom Garçia ferir em elles, e a lide foy muy grande e perfiosa porque os delrrei dom Garçia eram cansados da primeira lide: e polla vertude de Ruuy Diaz foy preso elrrey dom Garçia e mortos muytos e muy boons de huuma parte e da outra. E alli morreo o comde dom Pero Froiaz, e dom Vermun Froiaz irmaãos de dom Rodrigo Froyaz, e dous comdes filhos deste dom Pero Froyaz».

Livros de Linhagem do Conde D. Pedro: Portugalia Monumenta Historica. Escriptores, pag. 283.

[1] A. Herculano. *Historia de Portugal.* — Introd.

Assaltos sobre assaltos se succederam com grandes perdas dos assaltantes e sem nenhum resultado. Arias Gonçalo dirigia a defeza com denodo e arte; só restava um recurso: esperar que a fome conseguisse o que não logravam as armas. N'isto um cavalleiro de Zamora, Bellido Dolfos (ou Bellido Arnulfes), saindo disfarçado da praça, abeirou-se do D. Sancho II e o assassinou á lançada. Ainda Rodrigo de Bivar correu em perseguição do criminoso, mas não o alcançou. O ferro de um malfeitor vinha subitamente mudar toda a face da Hespanha.

Assedio de Zamora.

Morte de D. Sancho II.

Os castelhanos levaram para Onha o cadaver do rei. A hoste, composta de homens de todas as procedencias, leonezes, castelhanos, gallegos, portuguezes, navarros, dispersou-se como por encanto, apenas desfeito o laço do commando que os congregava.

Como filho segundo de D. Fernando, era por sua irmã avisado dos acontecimentos, e convidado a colher a herança paterna, hoje de novo reunida n'um só sceptro, D. Affonso, homisiado na côrte de Almamum.

Advento de Affonso VI ao throno.

Lealmente declarou Affonso ao rei de Toledo a sua situação: com elle firmou o pacto solemne de o não hostilisar, nem a seu filho mais velho, quando lhe succedesse no throno, antes lhe daria soccorros em caso de necessidade. E apresentou-se em Zamora a receber a investidura.

Leão acolhe com affectuoso alvoroço o seu antigo rei; Galliza com sympathia o seu novo monarcha; Castella não vê com bons olhos a supremacia que vae pertencer a Leão, pensa em eleger outro principe para seu rei, o que não consegue por falta de herdeiro legitimo, e acaba por se submetter, exigindo comtudo ao monarcha o juramento de como nada tivera com a morte do irmão. É Ro-

Juramento exigido.

drigo de Bivar, talhado para as grandes audacias, quem tres vezes lh'o exige.

> Em Santa Gadea de Burgos,
> Do juran los fijos dalgo
> Alli le toma la jura
> El Cid, al rey castellano.
> Las juras eram tan fuertes,
> Que a todos ponen espanto;
> Sobre un cerrojo de hierro
> Y una ballestra de palo.[1]

D. Affonso morde os labios em reprimida revolta, faz tres vezes a jura, que representa da parte de quem lh'a exige uma desconfiança e uma affronta, e não mais póde esquecer nem perdoar a quem por essa forma lh'a inflingia. Era a segunda vez que encontrava no seu caminho o traidor de Golpejar.

Situação de Rodrigo de Bivar.

Não foi ao seu lado, nem á sua sombra que Rodrigo continuou a afirmar a pujança dos seus dotes guerreiros. Nem era para pautados e palacianos regramentos esse typo ideal do maior almogavar do seu tempo, livre como as auras do Guadarrama, indomito como o genio da Peninsula!

*

* *

Missão de Affonso VI.

A Affonso VI preparava o destino um papel culminante na historia da Hespanha, e a elle se ia dever o primeiro passo para a formação de um novo estado peninsular que, emquanto todos os demais da Peninsula se fundiam n'um só, creava e mantinha, atravez dos seculos, uma individualidade propria, resistente a todos os esforços que teimavam em a destruir. Taes foram a força organica e o poder individualista do organismo portuguez.

[1] *Romancero del Cid.* 52.

Melhor compenetrado do que seu pae, da necessidade de manter integral o imperio nascente, Affonso VI recusou a supplica que de Sevilha, onde andava homisiado, lhe veiu fazer seu irmão D. Garcia, para se lhe entregar o reinò de Galliza. Contava o desthronado rei com a commiseração do irmão, que, como elle, andara tambem degredado em terra de mouros, sem throno, sem liberdade, sem patria, sem familia. Mas a rasão de Estado? Não ha rasão mais poderosa no animo de um rei, quando sobretudo ella se baseia nos fundamentos do seu proprio interesse individual. Ceder a Garcia todo o vasto territorio que ia desde os Pyrineus gallaicos até o Mondego, era desmembrar um imperio que já comprehendia tres partes da Hespanha, e diminuir a sua propria influencia e poderio, que a grandes emprehendimentos se destinavam. Por causa das duvidas, pôl-o a ferros no castello de Luna, d'onde elle proprio outr'ora se evadira. N'esses tempos asperos, se, para vencer, os pulsos tinham de ser de ferro, os corações necessitavam ser de bronze. Filhos contra paes, irmãos contra irmãos, peito contra peito, era a posição dos combatentes, nos rudes combates de todo o momento.

Garcia continua homisiado.

Affonso VI era um homem do seu tempo: mixto de luz e de sombra, de generosidade e de crueza. Quem deshumano se mostrara com seu irmão, apresentava-se leal, generoso, cavalheiresco para com um mouro seu alliado, Almamum, que o acolhera na desgraça.

Caracter de Affonso VI.

Tendo estabelecido a ordem e a disciplina no seu reino, exterminando os criminosos e impondo castigos severos aos nobres rebelões, foi com um poderoso exercito acampar a Olias, a duas leguas de Toledo, com grande assombro e indignação dos mouros seus alliados; estes, porém, breve serenaram e alegraram os espiritos, ao ver entrar sósinho em

Confirmação da alliança com Allemamum.

Toledo o rei christão, a renovar o pacto de amizade e alliança já firmado, e offerecendo-se para o auxiliar nas suas guerras com Almotamide Bemabade, rei de Cordova e Sevilha, que lhe havia invadido os dominios. Entrando pelas terras d'este, os exercitos alliados talaram-lhe os campos, destruiram-lhe as sementeiras, capturaram-lhe gente e gado, incendiaram-lhe as povoações, apoderaram-se de Cordova e Sevilha, e, carregados de opimos despojos, regressaram aos seus reinos (1075).

Invasão do emirado de Cordova e Sevilha.

Não representava o exito d'esta expedição augmento de territorio para os christãos, mas de prestigio das suas armas e tambem de riqueza. No anno seguinte, porém (1076), os antigos dominios de Fernando Magno eram accrescidos com a Rioja e uma parte de Alava, por morte de Sancho Garcia de Navarra. Fel-o sem resistencia, porque os navarros preferiram o jugo do castelhano, que se apresentava como legitimo herdeiro, por ser neto de D. Sancho Maior, ao do seu infante e pretendente á corôa, D. Raymundo, que por ter assassinado seu irmão, e pelas suas prepotencias, era geralmente detestado. Pouco depois (1077) D. Affonso VI tomava Coria ao rei mouro de Badajoz.

Posse de Rioja e Alava.

Tomada de Coria.

Retirado o exercito auxiliar christão, Almotamide poz rapido cêrco a Sevilha e Cordova, de que Almamum se apossara; n'este ultimo cêrco perdia a vida o rei toledano; a sorte das armas favorecia os sevilhanos, que rehaviam as duas cidades.

Recuperação de Cordova e Sevilha.

Ordenou Affonso VI ao Cid, com quem mantinha apparentes relações de cordialidade, que fosse exigir dos reis mouros de Sevilha e de Granada, n'esse tempo em guerra um com o outro, os tributos que a Castella se tinham obrigado a pagar desde Fernando Magno.

Exigencia de tributos.

Quiz Rodrigo Dias de Bivar conter Abdalá no seu proposito de invadir o territorio do rei de Se-

vilha, e não foi attendido; os granadinos reforçados por tropas christãs, á frente das quaes figurava Garcia Ordoñez, de nobre estirpe regia, e antigo alferes-mór de Fernando de Castella, continuaram em tom de guerra, trouxeram as suas armas até Cabra, onde os esperou Rodrigo de Bivar derrotando-os, conquistando nas façanhas d'esta empreza o cognome de Cid, com que se perpetuou na historia a sua fama, em parte verdadeira, em parte mythica. Com os despojos d'esta campanha e os tributos recebidos em Sevilha, regressou Cid á côrte onde fez entrega dos haveres.

O grande Cid.

Contra a honestidade e honradez d'este acto se ergueram porém vozes e accusações, a começar por Garcia Ordoñez, que acusava o Campeador de se haver locupletado com o que lhe não pertencia.

Ha quem faça partir d'aqui novas prevenções de Affonso VI contra Rodrigo; mas se ellas existiam, só se manifestaram quando, contra as suas ordens, e faltando ao pacto que o ligava, este se atreveu a levar a razzia e a destruição até perto de Toledo, a pretexto dos mouros terem entrado nas terras de Castella. O Cid foi desterrado, e por sua conta continuou as suas proesas de armas, ora ao lado dos mouros, ora contra elles, n'uma sêde de guerras, de depradações e de conquistas, como symbolo genial que elle era do guerrilheiro peninsular, digno representante de Indigo, de Mandonio, ou de Viriato.

Planos de Affonso VI.

A alliança com o rei de Toledo impedia Affonso VI de levar para esse lado o poder das suas armas; mas, ao mesmo tempo, vendo o incremento que íam ali tomando as conquistas do rei de Sevilha, contrariava-o a coacção moral em que se encontrava.

Mesmo por morte de Almamum subsistia a alliança, porque fôra firmado por duas vidas. Mas o destino guiava-o no caminho dos seus desejos;

Hixeme, que succedera a seu pae no throno toledano, morria pouco depois, victima de uma sedição que pedia a cabeça do que era accusado de amigo e connivente com os christãos.

Favorece-o a sorte.

Affonso VI respirou. Chegava o momento de tomar Toledo! Mas essa empreza não era das que se levam de assalto; indispensavel se tornava ir a pouco e pouco preparando o golpe. N'este capitulo da sua historia se mostra o rei leonez, mais do que nunca, um habil diplomata e um militar sabedor e consummado.

Alliança com Almotamide.

Por um lado, enfreando as ambições de Almotamide, que tinha vistas persistentes sobre Toledo, mas que receava principalmente o poder de Affonso VI, acceitou a sua alliança e amizade. Entre os dois principes musulmanos e rivaes se manteve o christão habilmente; de Almotamide recebeu mesmo por concubina ou por mulher (tudo era possivel n'esse tempo ao rei e aos papas) sua filha Zaida, com o senhorio de Cuenca, Ocanha, Huete e outros territorios por elle conquistados ao rei de Toledo.

Casamento com Zaida.

Plano de ataque contra Toledo.

Como um tigre que ora agachado, de mansinho, ora em curtos saltos, vae ganhando terreno, até poder formar pulo seguro sobre a presa, assim Affonso VI, durante quatro annos, foi, serena e pautadamente, preparando as condições favoraveis ao ataque; foram quatro annos gastos em correrias que não pareciam ter em vista a capital do antigo imperio godo, na occupação de objectivos secundarios, que lhe íam dando força para o ataque ao objectivo principal, e na juncção de dinheiro, verdadeiro nervo da guerra em todos os tempos.

Aproveitando a inacção e imprudencia de Iahia Alcadir[1], que reinava em Toledo, entre moles pra-

[1] Uns querem que fosse irmão, outros tio de Hixeme.

zeres e complicações de governo, começou por tomar Madrid, guarda e sentinella de Toledo, e outras praças, realisando ao mesmo tempo as primeiras algaradas devastadoras (1081). A pretexto das ligações dos toledanos com os de Bajadoz, no anno seguinte as correrias arrasavam os territorios entre esta cidade e Toledo, para impedir a remessa de tropas; íam os christãos até Avila; povoavam e fortificavam Escalona, que ficava sendo a atalaia da fronteira por esse lado; Talavera, rendida e fortemente guarnecida, passava a ser a guarda da passagem do Tejo.

Tomada de Madrid.

Outras praças tomadas.

Ao mesmo tempo, mais para o occidente se fazia sentir o poder das armas nazarenas. Almotamide desrespeitava a auctoridade de soberano, de quem era tributario; refusava o pagamento do tributo, mandando crucificar o funccionario hebraico, Bem Chalibe, que o fôra recolher (1082)[1]. Era necessario um castigo severo! Sevilha foi assediada, arrasados os territorios circumvizinhos e os da provincia de Sidonia; e chegando á praia de Tarifa, Affonso VI mettia o seu cavallo á agua, exclamando, com afrontosa prosapia: «Pisei a terra que é o limite da Hespanha!» Um grito de indignação, entre pavoroso e ameaçador, echoou em toda a Andaluzia, e repercutiu em todos os emirados de Hespanha, que parece terem visto pela primeira vez todo o perigo que os ameaçava. D'ahi o imprudente appello aos correligionarios do Magrebe, os terriveis almorávidas.

Contra Almotamide.

Appello aos almorávidas.

Em 1083 eram occupadas as posições militares entre Talavera e Madrid; os caminhos do Tejo e as vertentes do Guadarrama e da Somosierra passavam ao poder dos christãos; para assegurar a communicação das duas Castellas pela Somosierra,

Occupações novas.

[1] Dozy. *Hist. des Musul. en Esp.*, tomo 4.º — XII.

era fortificado Buitrago; Salamanca, Uceda, Hita e Guadalajara eram occupadas, como base de operações para a posse da parte septentrional do reino de Toledo[1].

Em 1084 com grossas sommas logrou Toledo evitar um golpe decisivo; este, porém, não se fez esperar muito tempo.

Ataque e tomada de Toledo.

Logo no anno seguinte aquella cidade se viu cercada por um numeroso exercito, quasi cosmopolita, pois alem de leonezes, gallegos e castelhanos, era composto de francezes, italianos e allemães. A forte posição da cidade e as suas muralhas, já famosas no tempo dos godos, prestaram-se a uma defeza em fórma, com o auxilio de excellentes machinas e engenhos de guerra. Longo e persistente foi o assedio, e mais do que os virotões e as catapultas dos sitiantes, ía disseminando os defensores a falta de viveres. Os mosarabes que faziam parte da guarnição, porque preferissem o jugo christão ao musulmano, os judeus, porque receassem, pela tomada da fortaleza, o saque aos seus haveres, conclamavam pedindo a capitulação; alguns musulmanos mais aguerridos se oppunham a isso tenazmente. Mas as circumstancias foram apertando, apertando; o bloqueio era cada vez mais cerrado; as sortidas da cavallaria da praça, ao principio frequentes e impetuosas, foram amortecendo; os soccorros que vinham de Merida foram repellidos; a situação tornou-se insustentavel, e acabou por vencer a opinião dos que optavam pela entrega. Assim se resolveu, e tratou-se das condições.

Condições de entrega.

Affonso VI apresentou como condição principal, *sine qua non*, a entrega da cidade. Obtida esta, mostrou-se generoso, concedendo que os que saís-

[1] Sanchez y Casado. *Elem. de la Hist. de Esp.*

sem o podessem fazer a são e salvo, levando comsigo os seus bens, e aos que ficassem fossem concedidas todas as garantias e liberdades, podendo guardar suas leis e culto religioso, com os seus magistrados e a mesquita maior que lhes foi conservada. Iahia iria para Valença protegido por um corpo de tropas.

Importancia da tomada de Toledo.

A entrada solemne do rei christão em Toledo, antiga e veneranda capital do imperio godo e da christandade da Peninsula, foi um acontecimento de decisiva importancia nos destinos da reconquista e da causa christã. Foi a 25 de maio de 1085 [1] que Affonso VI para lá transladou de Leão a capital do reino, e reunindo ali um concilio de bispos e nobres do reino deu fóros e privilegios a mosarabes e christãos para que a viessem povoar, estabeleceu ali a sé metropolitana da Hespanha, escolheu para arcebispo a D. Bernardo, abbade de Sahagun, monje de Cluny, francez de origem, dotando a igreja com terras, castellos, aldeias, moinhos e hortas [2].

Voltava Toledo ao seu antigo esplendor e grandeza, politica e religiosa, depois de ter estado 374 annos sob o dominio do Islam; a base de operações contra o resto dos dominios mouros passava a ser, e de vez, o Tejo, com a posse da praça mais importante no coração da Peninsula, e de posições importantissimas nas cordilheiras carpetana e iberica, que é a espinha dorsal da Peninsula; a hegemonia militar e politica entre os diversos estados christãos e mouros pertencia agora de direito ao rei de Leão, Castella, Galliza e tambem de Portugal, que já podia ir contando como uma das gemmas da sua coroa de Imperador, como acabava

[1] Dozy. *Hist. des Musul. en Esp.*, tomo 4.º — XII
[2] D. Manuel Colmeiro. *Reyes Cristianos desde Alonso VI hasta Alfonso XI*, cap. I.

de ser proclamado. Todos os principes reinantes na Hespanha prestaram homenagem a D. Affonso VI e se declararam seus tributarios.

Mas, mesmo por isso, o temor era grande entre os musulmanos; e, na realidade, o caso não era para menos.

Grave situação dos mussulmanos.

Era grave a situação d'elles, por todos os lados ameaçados ou coagidos. A titulo de valer a Iahia Alcadir, expulso de Toledo, acompanhara-o a Valencia, como vimos, um corpo de tropas castelhanas, que era mais um corpo de occupação do que outra cousa; commandava-o Alvaro Fañez, que nos apparece como logar-tenente e primo do Cid[1]. Saragoça estava fortemente sitiada pelo imperador; em nome d'este, Garcia Ximenes apossara-se da praça de Aledo, e d'ahi assolava, com rijas algaradas, o reino de Almeiria; até em Granada, como vimos, fôra Affonso, a titulo de auxilio não pedido, fazer alarde da sua força e de haver attingido os lindes da Hespanha.

N'estas afflictivas condições que fazer? Emigrar, diziam alguns, emigrar em massa, o que era difficil[2].

Para se verem livres de um grande mal appellaram então para outro mal ainda maior! *Quid Jupiter vult perdere prius dementat.*

Convite a Iuçufe.

Reunidos em conciliabulo, em Sevilha, os principes mahometanos resolveram, não sem protestos de alguns, principalmente do vali de Malaga, mas animados principalmente pelos sacerdotes, mandar solicitar o auxilio de Iuçufe bem Texufim, o cele-

[1] De Alvar Fañez, vueso primo,
Recebi vueso presente,
No en feudo vueso, Rodrigo,
Sinon como de pariente.
Cancionero del Cid, 68.

[2] Dozy. *Hist. des mus. en Esp.*, tom. 4.º — XI.

bre Miramolim das chronicas, rei dos almorávidas de Africa, mahometanos de recente data, gente rude, originaria do Saharâ, semi-barbara, inimiga dos arabes por instincto e por tradição, espantalho dos christãos, e que estendiam os seus dominios desde o Senegal até Argel. A embaixada foi composta dos cadis representantes dos principados musulmanos de Sevilha, Badajoz, Granada e Cordova[1].

Os almorávidas.

Ancioso por entrar em Hespanha estava Iuçufe; era a Hespanha o paiz tradicional das riquezas, tão appetecidas por todos os povos conquistadores que chegavam á Mauritania. Alem de que, a missão de salvador do islamismo periclitante, n'um pais onde elle lançára durante quatro seculos raizes tão fundas, lisonjeava-o e sorria-lhe. Por mais de uma vez, mouros e christãos, nas suas dissensões, lhe haviam accenado com a partilha da Peninsula. A fama do seu poderio fazia-o apresentar como um auxiliar valioso; nunca porém se lhe offerecera, como agora, o ensejo de realisar a entrada appetecida na Peninsula, sem nenhum perigo, antes com o applauso e emboras de todos os musulmanos. Era uma especie de cruzada santa que se effectuava contra o poder crescente do christianismo.

Ambições de Iuçufe.

Pelo seu lado Affonso VI tratou de reunir as forças de que dispunha, mandou recolher de Valencia Alvaro Fañez com as suas tropas, e appellou para os paizes christãos d'aquem e d'alem Pyrinéus, tendo-lhe chegado de França, onde, por sua mulher D. Constança, mantinha muitas relações, cavalleiros esforçados que na aventura da guerra buscavam renome e fortuna.

Affonso VI prepara a defeza.

Entre elles veiu Henrique de Borgonha, filho do duque de Borgonha, do mesmo nome, que no

Chega Henrique de Borgonha.

[1] Dozy. *Hist. des musul. en Esp.*, tomo 4.º — XI.

condado de Portugal conseguiu lançar os fundamentos de uma monarchia independente, guardada para altos destinos.

A invasão dos almorávidas e o condado portuguez.

Foi, portanto, a invasão dos almorávidas na Peninsula a causa indirecta da creação de um estado que, baseando-se nas differenciações que existiam desde seculos e nas suas tendencias constantes de independencia, n'uma região tão caracteristica de Hespanha, creava para si uma situação de membro de uma grande e forte familia, que conquistando a sua autonomia a defendia e mantinha pelas armas e pela sua acção perseverante, no sentido de nunca perder o que tanto esforço, tanto sangue, tanta sòmma de intelligencia e de trabalho tem custado aos seus filhos, em todos os periodos da sua vida.

*

* *

Invasão de Iuçufe.

De Fez saiu Iuçufe com um poderoso exercito, atravessou o Estreito, e dirigiu-se pomposamente de Ceuta a Algeciras, de que se apossou. Como habil militar e diplomata quiz elle, não só assegurar a sua retirada, mas firmar pé, definitivamente, na Peninsula, e para isso impozera como condição ser-lhe dada a posse da praça de Algeciras, e serem-lhe fornecidos todos os meios para o seu facil regresso; assim se fez; e Almotamide, julgando salvar o reino das mãos do leonez, o foi voluntariamente desmembrar, perdendo um ponto estrategico importante sobre o Mediterraneo, a chave do Estreito.

Concentração em Badajoz.

Recebido com dadivas e honrarias o almorávida em Sevilha, juntaram-se-lhe os exercitos de Almeria, Malaga e Granada, e seguiram todos para Badajoz, onde Motavaquil o esperava com a sua

hoste, e d'ahi, em soberbo alarde, se moveram todos, caminho de Toledo.

Affonso VI estava sustentando o cêrco de Saragoça quando lhe chegou a noticia do desembarque dos africanos; renunciando a elle, marchou para Toledo, onde tratou de reunir o seu exercito.

Affonso VI reune forças.

Á colligação da mourisma quiz oppor a alliança dos principes christãos; de D. Sancho Ramirez, de Aragão, e de D. Berenguer Raymundo, de Barcelona recebeu reforços importantes; de França se apresentaram com as suas gentes, alem de Henrique de Borgonha, futuro conde de Portugal, o seu primo Raymundo, que foi conde da Galliza, o conde de Tolosa, Raymundo seu primo, e muitos outros homens illustres. Como na sua côrte, que era meio christã meio musulmana, estranho era o aspecto da sua hoste, onde ao par dos morriões dos christãos se moviam os turbantes mouriscos e os gorros amarellos e negros dos judeus[1].

A hoste christã.

Não menos luzente que a musulmana, porém muito menos numerosa, era, a acreditar os chronistas christãos, a hoste nazarena, que, segundo as boas regras da guerra, não esperou o ataque; foi ao encontro do inimigo e em Zalaca (Sacralias para os christãos) se travou uma renhida batalha, sendo batidos os christãos, e mortos innumeros d'elles na retirada, e ferido o proprio rei (23 de outubro de 1086)[2].

Na vespera, 22, uma quinta feira, avistando-se

[1] Fundado em Bemalcatibe, Fernandez y Gonzalez, no seu estudo sobre os mudejares em Castella, diz: «Contabanse en su hueste, segun un autor arabigo, ochenta mil caballos, mitad cobertos de hierro y armados de pies á cabeza, y la otra mitad en su mayor parte ginetes muslimes armados á la ligera, que combatian á sus ordenes, en numero de hasta treinta mil. Tambien venian con el cuarenta mil judios, que se destinguiam entre los demás soldados por su traje tradicional y sus turbantes amarillos y negros.»

[2] Dozy fixou esta data á vista dos diversos textos arabes: 12 Redjebe 479. — *Hist. des musul. en Esp.*, tomo 4.º Nota E.

O cartel de Iuçufe.

os dois exercitos, Iuçufe mandou um altivo cartel a D. Affonso intimando-o, mal pousára as suas tendas, a abraçar o islamismo ou a pagar um tributo, ameaçando-o com a guerra se não fosse obedecido. Calcula-se a indignação do imperador, que a si proprio se appellidava «o soberano dos homens das duas religiões», ao receber tão insolente quanto audaciosa proposta, e feita a elle que tinha por tributarios os principes mahometanos da Peninsula! Por um dos mouros ao seu serviço mandou responder que dispunha de um forte exercito e saberia castigar tamanha ousadia. O almorávida retorquiu na mesma carta, com esta phrase concisa: «Vaes ver o que te succede!»

O ardil.

Propoz Affonso VI que a batalha se ferisse, não no dia seguinte, que era de festa para os musulmanos, porém no outro, sabbado; o domingo tinham de o guardar os christãos. Foi acceite. Era um ardil de guerra em que os mouros não se deixaram cair; estava a historia cheia d'elles, e nem almorávidas nem andaluzes eram estranhos ás lições da historia. Tomaram as suas precauções.

Mediam-se, antes de accommetter, as duas feras!

Almotamide, com os de Andaluz, constituiam a dianteira, e o que então se chamava a principal batalha; Iuçufe, que tinha o seu plano estrategico formado, conservara-se em reserva, ao abrigo das montanhas. Apesar do pacto, o sevilhano não descansou toda a noite; estabeleceu o seu serviço de segurança com os seus ginetes, e logo aos primeiros alvores da madrugada teve noticia de que a hoste inimiga se deslocava, caminho das suas posições. Era a cilada! Ordenando immediatamente o seu dispositivo de combate, mandou aviso a Iuçufe para que lhe enviasse reforços, pois o seu corpo não era sufficientemente forte para receber sósinho o embate do inimigo; ao que o almorávida, que

para si guardava a gloria do golpe decisivo, consta respondera: «Que me importa a mim que sejam massacrados! Inimigos são todos elles!»

Batalha de Zalaca.

Como duas grandes nuvens que se entrechocam, assim se deu o encontro das duas hostes; os andaluzes vergaram ao peso do numero e ao impeto dos christãos; em seguida recuaram, e por fim bateram em retirada. Apenas combateram a pé firme os de Sevilha, tendo á frente o seu bravo principe, que, ferido no rosto e na mão direita, os estimulava pelo exemplo; á frente dos que lidavam contra os sarracenos do andaluz vinha D. Sancho de Aragão, e Albar Hanax, como lhe chamavam os mouros, ou Alvaro Fañez, como se encontra na tradição hespanhola, e que Herculano suppõe ser porventura Alvaro Eannes; com outra az, acaudilhando-a pessoalmente, Affonso VI atacara as posições dos almorávidas. Andaluzes e africanos eram batidos, os christãos levavam a melhor em toda a linha. Chegara, porém, a vez de Iuçufe que, travado o ataque de frente, e dando uma apparencia de victoria aos christãos, mandára o grosso da sua cavallaria e peões proceder a uma marcha de flanco, atacar de surpreza o acampamento dos christãos, estabelecer ali o panico e a desordem com o morticinio e o incendio, e em seguida atacar de revez os christãos. Assim se fez, e collocados entre dois fogos, as hostes nazarenas, desmoralisadas, mediram bem todo o perigo em que se encontravam, e estacaram, ao verem-se envolvidos por toda a parte pelas levadas de cavalleiros, que voz em grita os assaltavam, de alfange erguido. Porque não só o inesperado ataque de revez os obrigava a luctar em condições de inferioridade, mas animados pela nova phase da lucta, os andaluzes, refeitos e reunidos de novo, voltavam á carga por toda a parte. A lucta foi terrivel, e Iuçufe, que tinha emboscada

a sua guarda negra, caiu com ella n'um ataque de flanco, sobre o inimigo, tornando-lhe impossivel toda a resistencia! Um africano conseguira mesmo ferir o rei Affonso com uma punhalada na coxa.

Derrota dos christãos.

Iuçufe apparecia em toda a parte, gritando: «Coragem musulmanos! tendes diante de vós os inimigos de Deus! O paraiso aguarda aquelles que d'entre vós succumbirem». Pelo seu lado Affonso VI batia-se como um leão, procurando reunir as suas hostes esfarrapadas; a carnificina era enorme! sangue de mouros e christãos corria em ondas pelo chão; fugiam muitos, mais ainda caíam aos golpes das lanças e das espadas; não havia treguas para ninguem; durante todo o dia se combateu encarniçadamente! Pela noite a victoria pendeu para o lado dos musulmanos! Affonso VI, perdida toda a esperança, logrou, acompanhado de quinhentos cavalleiros, escapar, fugindo, levando nas feridas que sangravam o attestado de bravura e pertinacia com que resistira até final.

Não só o numero, mas a pericia militar, haviam dado ás armas musulmanas um dos triumphos maiores e mais sangrentos de que resam as suas chronicas, confirmadas pelos chronistas christãos, comquanto menos pormenorosos na narrativa, e esta batalha era a confirmação do adiantamento em que a tactica já se encontrava n'essa epocha.

Perdas.

Os arabes avaliaram, decerto exageradamente, em 24:000 homens as perdas dos christãos; qualquer que seja porém o augmento da cifra, a verdade é que as baixas foram numerosissimas, e que na phrase do grande historiador portuguez a batalha foi «uma das mais terriveis que se pelejaram em Hespanha»[1].

[1] Dozy sobre as chronicas arabes e Herculano sobre as christãs conseguiram compor o quadro d'esta batalha memoravel.

O resultado d'esta batalha pareceu duvidoso para os musulmanos: a Iuçufe augmentara a sua fama de guerreiro; era realmente, sob o ponto de vista militar, um triumpho para as armas mouriscas; mas politicamente pouco adiantou, pois nem os vencedores poderam levar mais longe, em posse de terreno ou conquista de praças, o effeito da sua victoria, nem o desastre quebrantou a energia guerreira de Affonso VI ou modificou os seus propositos de continuar na conquista de toda a Peninsula, o que constituia o seu sonho dourado. Amortecia-lhe o impulso, é certo, e atrazava a solução; mas não era homem para esmorecer, e muito menos para desistir. Tivera de abandonar o cerco de Saragoça e evacuar Valencia, onde já levara as suas armas; alem d'isso os mouros, que eram seus tributarios, de certo se recusariam agora ao pagamento do tributo. Era necessario portanto não perder tempo; porque emquanto o sevilhano Benabade começava com correrias nos territorios de Toledo, as gasivas do almorávida Abu Becre e do emir de Badajoz assolavam as fronteiras da Galliza. Já algumas povoações christãs se haviam rendido.

Consequencias.

Iuçufe, colhidos os loiros e os fructos immediatos da victoria, teve de regressar á Africa, onde lhe morrera um filho muito amado. A Providencia, que parecia ter abandonado os christãos, como que para lhes incutir melhor o espirito da propria responsabilidade, vinha protegel-os por outra fórma.

Iuçufe retira-se para Africa.

Comquanto retirassé com o grosso do seu exercito, Iuçufe deixara quem na Peninsula bastava para vigiar e manter, entre as dissidias dos mouros, a influencia que lhe convinha, para os seus planos de dominio futuro; ficara-o substituindo Seir ben Abu Becre, capitão valente e ladino. Os mouros não estavam tão obcecados que o não viessem a perceber.

Desforras de Affonso VI.

Affonso VI não quiz demorar o golpe; reuniu novo exercito e caiu sobre a Andaluzia, cujas terras assolou; Badajoz foi sitiada, do mesmo que Sevilha. Ao mesmo tempo, ao oriente, no coração do territorio musulmano, a praça de Aledo (Alid para os mouros), entre Murcia e Lorca, onde cabiam doze a treze mil homens de guarnição, era um baluarte terrivel que, tendo arvorado o pavilhão da Cruz, golfava expedições, e atormentava com sortidas continuas os territorios vizinhos, chegando a pôr cêrco a Almeria, Murcia, Lorca e Granada: Herculano refere-se á opinião de ser aquelle um dos fojos do Cid, que teria sido alcaide d'aquella fortaleza[1]; o mais certo, porém, é que esse guerreiro andava por esse tempo fazendo guerra por sua conta, a favor de Almostaim de Valença, e ali se conta que tendo Affonso VI ordenado a sua juncção ao exercito com que marchava em soccorro de Aledo, não fôra obedecido, ou pelo menos não fôra recebida a sua ordem, o que inimisara de novo o rei, de quem sempre se declarara vassallo sendo privado das mercês que lhe fizera, e até dos bens que em Castella lhe pertenciam[2].

Almotamide contra Aledo.

Resolvido a tapar aquelle boqueirão guerreiro do Aledo, saiu Almotamide de Sevilha com tres mil ginetes, entre elles os almorávidas; no caminho, porém, foi recebido por um forte troço de cavallaria christã, que o desbaratou perto de Lorca. Afeminados e molles, os soldados andaluzes tinham perdido a sua antiga virilidade e bravura.

Volta Iuçufe á Peninsula.

Aledo redobrou de audacia, e as suas algaradas tornaram-se ainda mais devastadoras. O desespero leva Almotamide a recorrer a Iuçufe; pessoalmente se dirige a Fez; o Mauritano volta á Peninsula,

[1] A. Herculano. *Historia de Portugal.* — Introd.
[2] D. Manuel Colmeiro. *Reyes Cristianos,* cap. I.

desembarca em Algeciras, reune como da vez passada, ao seu exercito as forças andaluzas, comquanto em muito menor numero, e vae pôr cêrco a Aledo (1088). As excellentes condições de defeza d'esta praça, ninho de aguias sobre um escarpado rochedo, e as abundantes victualhas de que dispunha permittem-lhe uma resistencia tenaz. Quatro mezes consomem os musulmanos sem nenhum exito, quatro mezes que o principe christão aproveita para reunir um exercito que se chegou a avaliar, talvez com exagero, em dezoito mil homens, e propõe-se marchar em soccorro de Aledo. Quatro mezes de inacção tinham desmoralisado as tropas mahometanas; ao constar-lhe o grande poder com que o principe christão ia cair sobre essa gente desconjuncta, não se quiz sujeitar a um revez que lhe destruisse a fama e os louros colhidos em Zalaca.

Aledo inexpugnavel.

Abandonou o cêrco; veiu para Lorca, e sob qualquer pretexto retirou para Ceuta. Não confiava nos andaluzes, que receava lhe desertassem; por isso desistira da idéa de ir ao encontro de Affonso VI e de lhe offerecer batalha na serra granadina de Tiriza. Teve todo o caracter de uma retirada esta insolita saída. Em vista d'isto Affonso VI resolveu desmantellar a praça de Aledo, cujas muralhas muito haviam soffrido com o assedio, e cuja guarnição ficara reduzidissima.

Iuçufe abandona o cerco e retira para Africa.

Era uma pequena desforra de Zalaca; mas não se podia ficar por ali.

Iuçufe creara proselitos na Peninsula; se nas classes mais cultas esse principe, pouco illustrado e rude, não tinha muitas sympathias, dispunha, em compensação, de muitas e profundas nas classes populares, entre a gente de trabalho, que detestava a ociosidade da côrte, e tinha culto por quem lhes salvara a patria e a religião das mãos dos infieis, dos terriveis inimigos do Propheta. Essa corrente

Criam proselytos os almoravidas.

de sympathia, apoiada pela classe sacerdotal, avigorava no africano o proposito de não largar pé d'aqui, até poder fazer a conquista da Peninsula.

Planos de Iuçufe.

Esta idéa foi tomando vulto no seu cerebro, e directamente, ou por intermedio dos seus homens mais intelligentes e válidos, tratou de a ir pondo em execução. As dissensões e irredutiveis inimisades entre os principes reinantes auxiliavam-n'o excellentemente.

Iahia Alcadir, vendo-se sem as tropas que sob o commando de Alvaro Fañez lhe dera por auxilio o rei leonez, ligara-se ao almorávida para pôr dique ás ambições dos principes vizinhos, com os quaes ora se ligava, ora se inimisava, instrumento e ludibrio de uns e outros; por morte violenta do rei, o reino de Valencia, convertido em republica governada por uma junta de notaveis, continuou sob a protecção do Iuçufe, que deixara em Hespanha como seu logar tenente o habil e valente general Seir. Este general invadira os territorios do rei de Badajoz (1093), e passara a dominar em grande parte do nosso Alemtejo, tendo a posse de Evora e de Silves; com a morte do Cid, que acaudilhara a colligação dos principes andaluzes contra a absorção dos africanos, estes tornar-se-íam senhores de todo o Andaluz; as Baleares tambem cairiam nas suas mãos.

Iuçufe pela terceira vez na Peninsula.

Pela terceira vez tinha Iuçufe voltado á Peninsula em 1090; mas já d'esta vez as suas vistas eram mais contra os mouros do que contra os christãos, comquanto tivesse feito demonstrações militares em volta de Toledo, chegando mesmo a atacal-a.

Affonso VI toma Santarem, Lisboa e Cintra.

Emquanto o Cid trazia em cheque os almorávidas, Affonso VI aproveitava as circumstancias para uma expedição até ao Tejo occidental e tomava aos mouros as cidades de Santarem, Lisboa e

Cintra, e outras povoações de menos importancia (1093), o que tudo em breve nos era tomado pelos almorávidas, como veremos, sendo batido o conde D. Raymundo, perto de Lisboa, quando buscou reconquistal-as, pois faziam parte do condado da Galliza.

Temos de fixar n'esta epocha (1096-1097) a posse dada ao fidalgo borgonhez, Henrique do condado de Portugal, com os lindes marcados entre o Minho e a indecisa fronteira ao sul, para áquem do Mondego, com uma individualidade independente do senhorio da Galliza, confiado a outro fidalgo borgonhez, D. Raymundo, que até então governara até ao Tejo.

O condado portuguez.

A creação do condado de Portugal é portanto consequencia da dilatação para o sul dos antigos dominios christãos na Lusitania, e da vinda de nobres aventureiros francezes á côrte de Affonso na cruzada provocada pela invasão dos almorávidas, e tambem da morte desastrosa, na batalha de Ucles, do infante D. Sancho, filho da princeza abbácida Zaida e de Affonso VI, que n'aquelle seu filho unico ia preparando a successão.

Dos diversos nucleos de formação organica, que sob o laço politico guardavam na Peninsula as antigas differenciações caracteristicas, o nucleo portuguez formou-se e integrou-se, atravez dos tempos e favorecido pelas circumstancias, por fórma a constituir um organismo social que nada tem podido destruir.

Nada mais interessante do que o estudo da formação e desenvolvimento d'esse organismo, desde as suas origens; a elle vamos proceder, preparado como foi já, nos volumes anteriores, o estudo dos diversos elementos que entraram na sua composição, com as suas caracteristicas proprias, resistentes á acção dos tempos.

Sua organisação e desenvolvimento.

Romanos, godos, arabes, todos, enxertando-se no tronco primitivo das incultas raças peninsulares, deram uma feição particular, inconfundivel, ás nacionalidades da peninsula, e entre ellas Portugal logrou guardar sempre um logar á parte, bem seu.

Fazer a historia das suas instituições militares, instrumento e effeito do desenvolvimento e progresso de todas as outras suas instituições, o mesmo é que fazer toda a sua historia!

Esta comprehensão, que a alguns parecerá exagerada, mas que assenta em bases que a sciencia da historia consagrou como indispensaveis, nos tem levado a dar largo desenvolvimento ao quadro de onde tem de resaltar os factos militares, cujo caracter e alcance se não póde comprehender sem que se comprehenda o caracter geral da civilisação que os produziu.

CAPITULO II

O condado de Portugal

Vantagem do estudo das origens.

ESTUDANDO, sob o ponto de vista social e militar, os diversos povos que estacionaram ou dominaram na peninsula hispanica, e mais particularmente na região que hoje representa o reino de Portugal, não tivemos em vista estabelecer filiações que já não existem, porque foram destruidas pelas repetidas soluções de continuidade produzidas por invasões novas; mas unicamente apurar o que ficou subsistindo, n'este ou n'aquelle ramo da actividade, sobretudo militar, em productos d'essas variadas influencias; porquanto, se em grande parte, se obliteraram ou se modificaram os elementos da

N. B. 'A figura que abre este capitulo é reproduzida do importante codice manuscripto do seculo XII *Apocalipse* de Lorvão, que se conserva na Torre do Tombo.

elaboração antiga, creando novas individualidades e typos novos, muitos outros persistiram, principalmente dos quatro grandes povos que lograram o dominio da Hespanha: o punico, o romano, o godo e o arabe.

Estes povos fizeram successivamente tábua raza de quanto representava a feição e o caracter das antigas tribus que desde Strabão, no rocicler da historia, nos apparecem habitando a região que dos phenicios, seus primitivos colonisadores, recebeu o nome de Span; mas como a herva dos campos, que parecendo ressequida e morta, rebenta e refloresce ás primeiras chuvas, assim as qualidades primitivas d'aquellas raças repontam na historia com os seus caracteristicos fundamentaes, que as distinguem dos outros povos estabelecidos n'outras regiões e que guardam tambem, através do tempo e do espaço, a sua feição peculiar.

Sem nos preoccuparmos, pois, com essas filiações remotas que, a partir dos nossos eruditos escriptores da renascença, nos levaram ingenuamente a reputarmo-nos descendentes e representantes directos dos antigos lusitanos estacionados ao norte do Tejo e do Guadiana, em intimas relações de parentesco com outro povo, o gallaico, que havia fixado os seus arraiaes para alem do Douro, comprehendendo o seu *habitat* o nosso Entre Douro e Minho e a Galliza, dois factos apenas deixaremos apontados aqui, como explicação dos acontecimentos historicos que temos de desenvolver, e são: o accentuado caracter da nossa Beira, a legitima Lusitania, com um papel militar tão importante na historia, desde os tempos mais remotos; e a similhança profunda, que ainda hoje se conserva entre o caracter, a indole, os costumes, as tradições da nossa região de além-Douro e a Galliza. A Galliza ía até ao Douro no tempo dos romanos, Plinio e Strabão as-

Dois factos caracteristicos.

sim o deixaram indicado. Os escriptores gallegos reivindicam para o seu antigo reino a fronteira do Douro [1].

Particularismos.

Mas dentro d'estes caracteristicos geraes de familia, individualisando ao occidente da peninsula um povo que se apresentou sempre com uma indole e feição differentes do resto da Hespanha, ha differenciações, ha nucleos particulares e distinctos, que, auxiliados pelas condições geographicas do territorio que habitam, se integram no sentido de apresentar uma individualidade inconfundivel com as outras; é o que se encontra na historia da região que hoje conhecemos pelo nome da Beira, e, para além-Douro, nas terras da Maia, entre o Douro e o Lima [2].

Terras da Maia.

N'essas differenciações se fundavam geralmente as antigas divisorias territoriaes, para cujo governo e administração se escolhia um procere illustre d'essa região ou um membro da familia reinante.

O condado portucalense.

Englobado primeiramente no territorio que até Affonso VI se considerava um reino, comprehendendo os territorios dos tres conventos juridicos de Braga, Lugo e Astorga, e que no tempo d'esse soberano se instituiu em condado, isto é, a Galliza, — o territorio que veiu a constituir o nucleo

[1] «Importa poco para el caso que Braga esté en poder de Portugueses. No por eso deja de ser Galicia. Expresamente lo dice Ptolomeo, teniendo los Gallegos Lucenses e los Gallegos Bracarenses. No hay Portugal ó Lusitania hasta pasado el Duero, como lo dice Plinio. A durio Lusitania incipit. Aun llaman los Portugueses entre Duero y Miño de su dependencia Galegaos; y á los del reyno de Espana Galegos. Asi es mui visible necedad la de los que dicen que Portugal se extendia hasta la Torre de Loveira, al Norte de Pontevedra. Antes bien Galicia se estendia hasta el rio Duero». P. Martin Sarmiento. *Hist. y Geog. de Galicia*. Vide *Estradas Militares de Braga a Astorga.—Memoria da Acad. Real das Sciencias de Lisboa*, 1901.

[2] «Estes todos se chamarom da Maya porque se ganhou por os seus avóos e auiam na por sua: e a Maya chamauasse naquel tempo dês Doyro atáa Lima». *Liv. de Linh. do Conde D. Pedro.*—Portug. Monum. Escrip., pag. 277.

da monarchia portugueza passou, já accrescido por novas conquistas, á categoria de condado, — o *condado portucalense*.

Relações com a antiga Lusitania.

Era uma parte minima do que no tempo dos romanos se conhecia por Lusitania, que a partir de Tiberio, ou, pelo menos, dos fins do imperio de Augusto (pois é Strabão o primeiro a indical-a como provincia romana), comprehendia «toda a parte mais occidental da peninsula, a começar das bôcas do *Anas,* caminhando para cima em direcção do norte até *Noëga,* perto de Gijon, nas Asturias; a sua fronteira oriental seguia o curso do *Anas* desde Merida até perto de Lacimurgis, em direcção de leste a oeste, e cruzava o Tejo perto de *Caesarobriga,* hoje Talavera de la Reina, e o Douro perto de Zamora, mas sem comprehender Leão nem Astorga». Assim delimita Emilio Hübner[1] a area da nova provincia, nascida da divisão da grande provincia romana do tempo da republica, a *Ulterior,* em Lusitania e Betica. N'esta ultima estava comprehendida a parte do actual reino portuguez ao sul do Tejo, entre o Guadiana e o Atlantico.

Provincias romanas.

A partir de Constantino Magno, pelo menos, a peninsula apparece repartida em cinco provincias, divididas cada uma d'ellas em conventos juridicos, das quaes tres continham, cada qual, uma parte do actual territorio portuguez: a Betica comprehendia o que fica ao sul do Tejo; a Lusitania o territorio entre o Douro, o Tejo e o Guadiana, com Santarem e Beja como centros de dois dos tres conventos juridicos de que a provincia se compunha[2]; e a Gallecia ficava para cima do Douro, com Braga por séde de um dos seus tres conventos juridicos[3]. A Lusitania é apenas uma parte d'aquelle territorio

[1] E Wübner. *La Arqueologia de España,* pag. 165.
[2] Merida, Beja, Santarem.
[3] Astorga, Lugo, Braga.

habitado pelos celtas do occidente da peninsula, e que Strabão apresenta como estando delimitado ao poente e norte pelo mar, e ao sul pelo Tejo, deixando indeterminados os seus lindes ao nascente.

A Lusitania.

Referindo-se aos varios limites attribuidos ao que outr'ora se conheceu por Lusitania, diz Herculano: «O que, porém, se deduz evidentemente de todos os geographos antigos, tanto d'aquelles que fallaram da Lusitania antes da conquista romana, como dos que só tomaram por fundamento as divisões estabelecidas por esta, é que os territorios a que se deu tal nome se estendiam pelas provincias hespanholas muito além das modernas fronteiras orientaes de Portugal, ao passo que na primeira epocha não passavam, pelo sul, além do Tejo, e na segunda findavam ao norte no Douro. Assim, nos tempos da independencia celtica e do dominio romano, o territorio da Lusitania, abrangendo de leste a oeste uma extensão mais que duplicada da largura actual do nosso paiz, dilatava-se a principio, talvez, até á extremidade septentrional da Galliza, emquanto que ficava fóra d'ella metade do Alemtejo e do Algarve, e, depois de abranger estas provincias, menos a porção do nosso solo além do Guadiana, o qual ficou sempre pertencendo á Betica, perdia tudo o que jaz além do Douro até o cabo de Finisterra, isto é, metade da sua superficie, suppondo com Strabão que lhe pertenciam os territorios além d'este ultimo rio».

Invasões.

Sobre estas antigas divisões territoriaes romanas passaram as rasouras das invasões dos vandalos e suevos, dos alanos, dos selingos, dos visigodos, dos arabes, e destruiram e modificaram tudo; mas na tradição e nos interesses locaes permaneceu o quer que fosse que representava as formações primeiras. Ainda hoje, reparae bem e vereis que o Entre-

Differenciações persistentes.

Douro e Minho differe da Beira nos seus caracteristicos geraes, e a Beira é differente do Alemtejo e do Algarve.

Nacionalidade portugueza.

Na nacionalidade portugueza fundiram-se elementos de diversa origem e com caracteristicas distinctas; do trabalho commum veiu a commum *vontade,* que teve, como meio de se manifestar e de se impor, a unidade do governo, confiada a braços vigorosos e energicos nas crises maximas da existencia nacional.

O nucleo de formação d'esta individualidade que tem sabido, através do tempo, manter ou salvar a sua integridade, foi o condado portugalense, constituido em unidade á parte por Affonso VI de Leão e Castella, bem longe da idéa de que seria não só uma força excentrica e rebelde, como eram tantas outras, dentro do systema da unidade peninsular que elle ía preparando, com mão ferrea, mas o nucleo resistente de uma nacionalidade distincta.

Qual o territorio comprehendido por esse condado? É o que vamos estudar, procurando definir-lhe, quanto possivel, os limites.

*

* *

Limites.

Era, na realidade, uma porção da Lusitania, segundo a primeira divisão territorial romana, e uma parte da Lusitania e outra da Gallecia, na segunda divisão, o que constituia o condado portuguez; mas a antiga unidade d'estas provincias deixára de ha muito de existir, dividindo os neo-godos os territorios, que íam successivamente arrebatando aos mouros, consoante as necessidades da conquista e da administração, embora não deixassem n'isso de at-

Estampa III

Armiger Regis

Da miniatura do *Livro dos Testamentos* ou *Privilegios*, que se conserva na cathedral de Oviedo, na estampa que representa Affonso o *Casto*, de Castella, acompanhado do seu *armiger*.

tender um pouco ás differenciações locaes e tradicionaes.

A Reconquista.

Dos alcantis das Asturias, onde os dois primeiros reis da restricta monarchia christã de Oviedo e Leão, Pelagio e Favila, representavam os restos para ali relegados do antigo poderio godo, e iniciavam as luctas da reconquista, em algaradas, mais ou menos violentas, nos territorios musulmanos que os insulavam, Affonso I leva os seus rijos fossados por Castella Velha dentro e pela Galliza até ao Douro, semeando a devastação e a ruina; Fruela, seu filho, continua a acção de seu pae, mantem o dominio da Galliza, onde doma rebelliões nascentes, subjuga a Vasconia, ao norte; e quando morria, assassinado pelos seus, deixava fundada Oviedo, para onde, pela dilatação dos dominios ao occidente, se deslocou a capital da monarchia, que até então fôra Cangas.

Chega-se ao Douro.

Nos pacificos reinados de Aurelio, Silo e Bermudo não se dilatou o reino christão; mas Affonso II, filho de Bermudo, já nos apparece repellindo as gasivas dos sarracenos nos seus territorios, e desbaratando-os, e mesmo levando, como represalia, até junto do Tejo as suas armas bellicosas, sitiando Lisboa, colhendo opimos despojos, com que sancciona a alliança que celebra com Carlos Magno. O seu reinado foi, por um lado, de lucta armada contra os musulmanos, por outro, de revigoração do espirito godo, por meio da adaptação das suas antigas leis, usos e costumes. É d'esta epocha o guerreiro, *armiger regis,* que damos na estampa III.

Sitio de Lisboa.

Renovação gothica.

Assim abrira o seculo IX; e por morte de Affonso II (842) pode dizer-se que a alma antiga começava apenas a palpitar no novo organismo social, ao qual estava confiada uma alta obra de reivindicação e de resurreição; o papel de Affonso II

foi um tentamen, perturbado constantemente pelas agitações e revoltas que caracterisavam o estado evolucionario da nova sociedade, onde laboravam tão desencontrados elementos. A acção da reconquista padecia das perturbações internas produzidas pela elevação de Ramiro ao throno, succedendo ao tio, por livre escolha da opinião, segundo os principios da legislação visigoda, persistentemente guardada pelos seus novos representantes; mas o reinado de Ordonho I, seu filho, livre d'essas dissidias sangrentas, porque a vontade da nação coincidiu com a sua herança do throno paterno, pôde assegurar os dominios na parte onde elle estava decisivamente fixado, isto é, para alem do Douro, reedificando, povoando, dando largo incremento ás construcções e trabalhos de paz em Leão, em Castella e na Galliza; reconquistando aos mouros Orense, de que estes haviam logrado reassenhorear-se; tomando ao mosarabe Muça o castello que conseguira edificar em Albaida (Rioja), n'uma incursão pelas terras christãs, e Coria e Salamanca ao Oriente; dominando as rebelliões dos vasconios, e repellindo os normandos nas costas da Galliza.

Importante papel de Ordonho I.

Por morte de Ordonho (866) dá-se um facto que intimamente se liga com a nossa historia: é a primeira manifestação da constituição de uma individualidade social: a Galliza. Fruela, governador d'esta provincia, encontra nos ricos homens e primazes d'este vasto districto apoio para se proclamar rei, não acceitando que a successão de Ordonho recaisse no seu filho menor Affonso.

Galliza como individualidade.

Esta colligação dos ricos homens e barões gallegos prova já a existencia n'esse tempo de tendencias regionalistas na Galliza, que se accentuaram depois e até hoje se conservam. Essas tendencias provinham geralmente ou das ambições de um ou mais senhores, que se apoiavam nos sentimen-

Tendencias regionalistas.

tos locaes, ou d'esses sentimentos que buscavam a iniciativa de um ou mais senhores para se manifestarem. Esses senhores eram, n'esta epocha, os Sancho Inigo em Aragão, os Sancho Garcez em Castella, os Fruela e Menendo Gonsalves na Galliza, os Nuno Mendes em Portugal.

Os processos empregados pelo conde Fruela para subir ao throno foram adoptados contra elle para o arrancar d'ali; pouco tempo depois era assassinado, passando a reinar o filho de Ordonho. Affonso III representa um periodo agitado e violento da monarchia christã, n'essa phase de instabilidade e desequilibrio das forças em conflicto: — os vasconios, novamente rebellados e subjugados pelas armas; recuperação de Coria e Salamanca que recaira em poder dos islamitas; fossados victoriosos até á base estrategica do Tejo, que era de ha muito o objectivo dos christãos; tomada de Lamego, Vizeu e Coimbra, que povoou com gente da Gallisa, e algaradas devastadoras até Idanha e Merida[1]; depois da batalha de Polvoraria, junto ao rio Orbiego, onde os mouros foram desbaratados, uma fugaz tregua de tres annos, para recomeçarem as hostilidades com maior impulso; finalmente, a invasão das armas christãs até á Serra Morena, onde alcançam nova victoria.

Tomada de Lamego, Vizeu e Coimbra por Affonso III.

As represalias do emir de Cordova, em Castella Velha, em Leão, em Navarra, até finaes pazes determinadas pela instabilidade dos resultados da guerra, que só produziam, de parte a parte, devastações e ruinas, levaram Affonso III a assentar no Douro os limites septentrionaes e orientaes dos seus

[1] *Conibriam, ab inimicis possessam, cremavit, et Gallœcis postea populavit... 61—Urbes quoque Bracharensis, Portucalensis, Aucensis, Eminensis, Vesensis, atqne Lamecensis à Christianis populantur. Istius Victoria Cauriensis, Egitaniensis et ceteras Lusitaniae limites, gladio et fame consumptae, usque Emeritam atque freta maris, cremavit et dextruxit.* Chronicon Albeldense. *62.*

dominios, em relação ao senhorio arabe para áquem d'este rio; assim buscou consagrar os ultimos annos do seu reinado em restaurar as povoações e remediar os destroços da guerra, fortificando na fronteira as povoações de Zamora, Simancas, Donas e Touro.

N'estes propositos de paz não logrou demorar-se muito, porque o pacto com o rei de Cordova não impediu que Alchaman (Ahmede Benalquiti) senhoreando Toledo e Talavera, em nome de Omar Bem Hafsun, emulo d'aquelle emir, e juntando um forte exercito, com reforços vindos de Africa, invadisse o reino christão e, talando os campos, viesse pôr cerco a Zamora; aqui o foi buscar Affonso III; depois de rija peleja Ahmede foi derrotado e morto, e com elle o vali de Tortosa, seu irmão, Abderramão. No encalço dos vencidos os christãos marcharam sobre Toledo, preferindo, porém, uma forte indemnisação ás difficuldades e incertesa do assedio a uma praça que, desde os visigodos, conservava os foros de uma das mais fortes e bem montadas fortalesas da Peninsula.

Toledo ameaçada.

Uma rebellião armada de seu filho Garcia, auxiliada pelos barões da Galliza e das Asturias, que continuavam mantendo entre si a unidade regionalista, mais e mais accentuada com o tempo, usurpou o sceptro a Affonso III, que larga e poderosamente concorrera para a integração do nascente imperio christão, mas que não pudera evitar a primeira grande consequencia do movimento de desaggregação realisado pelas aspirações de independencia local, convertendo Navarra em reino áparte, na pessoa de Sancho Inigo, conde de Bigorre, denominado o *Forte*. Assim, os sempre insubmissos vasconios realisavam o seu sonho de autonomia, mais cedo que nenhuma outra região.

Mas Galliza e Asturias alguma cousa conse-

guiam tambem n'esse sentido, porque Sancho, succedendo a seu pae Affonso III, reconhecia-lhes a força propria com que cada um d'esses cantões o haviam auxiliado a usurpar a coroa paterna, porquanto, estabelecendo a sua côrte em Leão, e passando a chamar-se rei de Leão, dava a seu irmão Fruela o governo das Asturias, e a seu irmão Ordonho o da Galliza, «senão como reinos separados, diz Herculano, ao menos com certo grau de independencia»; era isto um symptoma d'essas «tentativas de independencia, que por toda a parte tendiam a desmembrar a já vasta monarchia das Asturias», de que mais adiante fala o mesmo escriptor, explicando as causas d'este phenomeno [1].

Formação dos diversos estados.

No principio do seculo x, portanto, com a elevação de Garcia ao throno de Leão, temos Navarra independente, e quasi independentes Galliza e Asturias. Convem ir notando estes factos para se encontrar explicada a formação dos diversos estados que se crearam na Peninsula, muitos dos quaes viveram algum tempo vida propria, sendo os ultimos unificados pelo sabio e poderoso

[1] «Cada conde ou governador de districto, tendo necessariamente, em virtude do estado da guerra continua, juntos em suas mãos todos os poderes militares, judiciaes, administrativos, era quasi um verdadeiro rei, e nada mais facil do que esquecer-se de que lá ao longe, para o lado das montanhas das Asturias, havia um homem superior a elle. Sem existir o feudalismo, causas analogas ás que o tinham gerado no norte da Europa actuavam na Hespanha, e a estas causas mais fortes nos districtos da fronteira arabe, onde a energia dos respectivos condes devia ser maior e o seu poder mais illimitado, faziam com que ahi as rebelliões fossem mais frequentes e algumas coroadas de bom successo, como succedeu, primeiro com a Navarra ao oriente, depois com Castella no centro, e por ultimo com Portugal ao occidente. Palpando, por assim dizer, este espirito de desmembração, que nascia da força das cousas depois que os estados christãos adquiriram pela conquista mais remotos limites, Fernando Magno procurou que as tendencias de separação, em vez de aproveitarem a estranhos, revertessem em proveito dos membros da sua familia, e que assim se evitassem as luctas civis, cedendo a essas tendencias em vez de tentar, talvez inutilmente, repremil-as». A. Herculano. *Hist. de Portugal,* introd., III.

Força resistente de Portugal.

influxo de Izabel a Catholica. A essa absorpção resistiu Portugal pelas suas especiaes condições de vitalidade que iremos successivamente estudando.

D. Garcia, nos tres annos que reinou, limitou-se a levar para os lados de Toledo as represalias, e a prover á defesa dos seus castellos fronteiros; mas o seu successor e irmão, Ordonho, governador da Galliza, herdou com o throno a missão

Ordonho na Lusitania.

guerreira de seu pae, e levou o rigor das suas armas pela Lusitania dentro, ainda alem do Tejo, até o Guadiana, recebendo de Merida importantes resgates para não ser assaltada, dando-se, porém, mais tarde um sangrento encontro perto de S. Estevam de Gormaz, em que não levaram a melhor as armas christãs.

Ordonho II ainda se associou, com sorte igualmente adversa, ao rei de Navarra na resistencia d'este ás invasões sarracenas; mas como os mouros, animados pelas victorias, transpunham os Pyreneus e ameaçavam Tolosa, o rei leonez aproveitava o ensejo e devastava a Andaluzia, sem que isso representasse accrescimo do dominio territorial.

No rapido reinado de Fruela II e do pacifico Affonso IV continua a mesma situação; com o bellicoso e insoffrido Ramiro II é que a obra da

Tomada de Madrid.

reconquista recomeça intensa; Ramiro toma e desmantela Madrid, sentinella e guarda de Toledo; e, como os sarracenos entrassem em Castella, chegando até á Galliza, vae em soccorro do conde Fernão Gonsalves que governava aquella provincia, e perto de Osma, junto ao Douro, fere-se a grande batalha que ficou memoravel nos annaes dos dois povos adversos.

Depois de tres annos de paz em que, de parte a parte, se refizeram as forças, recomeçam as hosti-

lidades, que d'esta vez permittiam ao rei christão, com o auxilio e quasi submissão do alcaide de Santarem, passear as suas armas triumphantes na Lusitania, por Badajoz, Merida e Lisboa; o emir de Cordova, contra quem, por vingança do alcaide de Santarem Abú Iahia, se formara esta colligação, respondia invadindo os territorios christãos, pondo cêrco a Zamora e dando batalha, com um forte exercito, perto de Simancas, nas margens do Pisuerga. Indecisa esta batalha, Zamora cae no poder dos musulmanos, mas é pouco depois recuperada.

Por morte de Ramiro (950) succede-lhe seu filho Ordonho III, que, debelladas as tentativas de rebellião dos barões e senhores de Castella e de Galliza, transpõe o Douro, entra pelas actuaes provincias das nossas Beira e Extremadura, e põe Lisboa a saque.

Translação da fronteira para o Mondego.

Deve datar d'aqui, meados do seculo x, a translação das fronteiras da Galliza, do Douro para o Mondego; era uma crescença a mais ao que se passaria a chamar o condado portucalense, a partir do rio Minho para o sul.

O reinado de Sancho I, intercalado pela usurpação fugaz de Ordonho, o *Mau,* não representa nenhum progresso; os de Ramiro II e Bermudo II (967 a 999), agitados pelas correrias, devastações e conquistas do terrivel Almançor pelos territorios christãos, até os alcantis das Asturias, cobrindo-os de sangue e de ruinas, eram um retrocesso aos tempos calamitosos para a christandade, ameaçada de ficar reduzida aos reductos alpestres em que se tinha refugiado nas primeiras invasões dos africanos.

Invasão de Almançor.

Já não era o Mondego, já mesmo não era o Douro a meta, embora fluctuante, do dominio christão, que lembrava um vasto campo, coberto de ruinas, por onde passava, a cada instante, o fluxo e refluxo

de uma cheia medonha, subvertendo e desbalisando tudo!

Teremos ainda occasião de ver o que foi essa invasão de Almançor, realisada por terra e mar.

N'este estado de cousas subiu a um throno, já por muitos reputado fallido, uma creança, que se passava a chamar na historia Affonso V.

O espirito vigilante de sua mãe Geloira, com o auxilio de Sancho Garcez, conde de Castella, e Menendo Gonsalves, conde de Galliza, conseguiu manter a flux a avariada nau do estado, ameaçada de completo naufragio. Uma especie de cruzada christã reuniu nos campos de Lorca navarros, francezes, leonezes, castelhanos e gallegos; o embate com a onda musulmana que avançava temerosa, sem contar com um tão poderoso dique, deu-se, segundo os chronistas christãos, em Calatalnosor; batalhou-se fera e valorosamente; a victoria ficou indecisa; mas durante a noite Almançor effectuou a retirada, transpondo o Douro, que passou a ser novamente a fronteira christã, embora incerta ainda.

A lenda de Calatalnosor.

Parece provado ser invenção das chronicas ecclesiasticas christãs todo este capitulo da campanha coroada pela victoria de Calatalnosor, com que se quiz buscar uma desforra á profanação de Santhiago de Compostella; Gayangos no *Almacari* introduziu por sua conta este episodio tirado da versão christã; mas Dozy restituiu á verdade os factos [1].

Pouco depois o caudilho mouro succumbia. Era a Providencia! teriam pensado os christãos que assim se viam libertos d'aquelle flagello. Abdal-Maleque, que succede a seu pae, quer renovar os seus feitos guerreiros, mas não tem nem o arcaboiço, nem a estrella que a este guiára; os primei-

[1] Dozy. *Recherches*, tomo I.

ros sete annos do seculo XI foram ainda assim agitados, turbulentos, cheios de perigos para os christãos.

Dentro de Castella, que na pessoa de Sancho Garcez quer fazer vingar os seus fóros de independencia, levantam-se rebelliões que Affonso V tem de debellar, até que a morte d'aquelle discolo ambicioso deixa livre o braço real, o qual, consolidada no interior a sua auctoridade, cuida immediatamente em rehaver o terreno perdido. Busca firmar o pé n'aquelle territorio, que já fôra nosso, onde imperavam ora o crescente, ora a cruz, e que viria a constituir o nucleo fundamental da monarchia portugueza.

Tentativa da tomada de Vizeu por Affonso V.

Em 1027 Affonso V, transpondo o Douro, invade a antiga Lusitania, e põe cerco a Vizeu, que não logra tomar, pois o virotão de um bésteiro, lançado dos adarves, o prosta em terra e o mata. Ficaram famosos n'este lance, como depois no cêrco posto por D. Fernando Magno, os bésteiros arabes de Vizeu.

Cerca de trinta annos se passam nas luctas e guerras que caracterisaram o predominio do rei de Navarra, D. Sancho, que por vingar seu cunhado, o infantil conde castelhano D. Garcia, assassinado pelos Vigilas ou Velas em caminho de Leão, se assenhoreou de Castella, entrando tambem em conflicto Leão com o reino unido de Navarra e Castella.

O casamento de Fernando, filho segundo do rei de Navarra, com a primogenita do rei de Leão, D. Sancha, reuniu n'aquelle principe em 1037, por morte de seu sogro, as corôas de Castella e Leão. Depois de uns annos de paz, seguiram-se as luctas com Navarra; dá-se a batalha perto de Burgos, onde o navarro D. Garcia perdeu a vida (1054). Um anno depois Fernando, que justamente

havia de conquistar o cognome de *Magno,* conseguia realisar na Lusitania o que Affonso V mal podera tentar. Apoderava-se da Beira, vindo por Salamanca e Almeida, começando por tomar Ceia em 1055, e successivamente Vizeu, n'esse mesmo anno [1], e Lamego, Tarouca e outras praças no outomno de 1057. Depois de uma pequena tregua, ía em 1064 pôr cerco a Coimbra, que se rendia no fim de seis mezes.

Fernando Magno toma a Beira.

Tomada de Coimbra.

Esta conquista foi feita por conselho e instancias de Sizenando, filho de David, opulento mosarabe, possuidor de Tentugal e outras terras importantes em Coimbra, e que tendo sido alvazir ou ministro na côrte de Almotamides e um dos seus melhores guerreiros, passára, não se sabe porque motivos, ao serviço de Fernando Magno. Esta mudança de opiniões e de partidos, tanto da parte dos musulmanos como dos christãos, é um facto frequentissimo n'essa epocha; e a personificação d'esse estado de crenças e consciencias foi o famoso Cid.

O mosarabe Sezinando.

Os conselhos, bons serviços e auxilios prestados por Sizenando foram recompensados por Fernando Magno, dando-lhe o governo do condado de Coimbra, que creou, distincto do de Portucale, comprehendendo o territorio portuguez ao sul do Douro. Sizenando foi um leal servidor dos monarchas christãos e da causa christã, oppondo-se efficazmente ás invasões arabes, acompanhando Affonso VI na batalha de Zalaca, e dotando o districto de Coimbra de edificações consagradas á sua nova fé. Na parte exterior da Sé Velha, d'aquella cidade, se vê hoje o seu modesto sarcophago.

[1] Vizeu era defendido por um corpo de besteiros tão dextros e fortes que os christãos tiveram de reforçar as suas armaduras. Na tomada da praça ficou captivo o arqueiro que trinta annos antes matára Affonso V, quando poz cerco áquella cidade, e foi ordenado que se lhe cortassem as mãos.

Assim ficava constituido, do Douro ao Mondego, o nucleo do que foi, primeiro o condado, e depois o reino de Portugal[1].

Nucleo do condado portugalense.

Mas esse nucleo não creára ainda individualidade propria, estava englobado na unidade, já reconhecida e caracteristica, que se chamava Galliza, e que, não menos que Castella, trabalhava por accentuar a sua independencia. No dizer criterioso de Herculano, foi fundado n'esse espirito de desmembração que se manifestava na peninsula, nascido da força das cousas, que, por sua morte, Fernando I fez entre os seus filhos a partilha do reino, dividindo-o em tres reinos distinctos e independentes. A seu filho Garcia, como sabemos, deixou a Galliza, comprehendendo tambem o «territorio já denominado Portugal, que abrangia não só toda a porção d'aquella provincia ao sul do Minho e ao norte do Douro, mas tambem o districto que, ao sul d'este ultimo rio até o Mondego, tinha sido conquistado aos sarracenos[2]». *Dedit domino Garseano totam Gallœciam una cun toto Portugale*[3].

Prodromos de independencia.

Já n'esse tempo se dá um facto que mostra que já então começavam em Portugal a manifestar-se aquelles symptomas caracteristicos das tentativas de independentisação e de um viver sobre si: é a rebellião dos barões e senhores de Entre o Douro e Minho, que, reunidos em volta do pendão de Nuno Menendez, —*vir illustris et magnae potentiae in toto Portugale*— se quizeram impôr a Garcia; este infligiu-lhes uma rude derrota em Pertalani[4], entre

[1] *Expulsa itaqne de Portucale Maurorum rabie, omnes ultra fluvium Mondego, qui utramque a Gallecia separat provinciam, Fernandus rex ire cogit.* Chronicon Silensis 90

[2] A. Herculano. *Hist. de Portvgal*, tomo I. Introd. III.

[3] *Pelayo Ovetense*. 8.

[4] «*Obtinuit autem rex de illis victoriam in loco que dicitur Pertalani, inter Bracharam et fluvium Cavado*». Rod. de Toled., *De Reb. Hisp.* L. V. 17.

Braga e o Cavado. Essa nascente individualidade, antes de se poder impôr como tal, continuou absorvida no reino da Galliza, cuja autonomia poude Garcia affirmar nos soccorros que, como alliado, levou a seu irmão Sancho de Castella nas suas guerras de ambição contra seu outro irmão, Affonso de Leão. Quando este reino é absorvido por Castella, Garcia continua á frente da Galliza, acrescida com as novas conquistas e acquisições em Portugal.

A nova Galliza.

Este reino não é precisamente a antiga formação organica, de origem sueva, que comprehendia, reunidas, a Galliza asturica, a Galliza lucence e a Galliza bracarense, porque d'elle não fazia já parte a região asturica (Astorga e Leão); mas vinha em compensação accrescida com a região portugueza, luzitana, adquirida por D. Fernando, desde o Douro até ao Mondego.

Este facto levou um escriptor regionalista da Galliza a escrever o seguinte: — «Respiremos! Quando reputavamos perdida completamente a nossa autonomia e a nossa independencia nacional, pela absorpção da corôa de Castella, esta corôa fica desligada da Galliza, formando um reino independente sob o sceptro de Sancho, filho de Fernando I. Respiremos! A Galliza lucense e bracarense, com todo o territorio ao sul do Douro que então se denominava Portucalia, vae constituir um reino independente sob o sceptro de Garcia, filho de Fernando I. Respiremos! Vae finalmente renascer a antiga monarchia sueva, a antiga Galliza, recuperando para o sul ao arabe quanto perde para o norte da Peninsula [1]».

Pouco tempo, porém, respiraram os gallegos, porque em breve se desvanecia a sua esperança de

[1] D. Benito Viceto. *Hist. de la Galicia,* tomo IV.

independencia. D. Garcia não tinha cabeça nem pulso para tal empreza; todavia não deixou de manifestar o seu pensamento da integração de todo o territorio quando, restaurando Braga, ali quiz collocar a sua côrte, no evidente proposito de dilatar para o sul os seus dominios. Só a uma parte d'esse territorio, constituido em reino, pertenceria no futuro a gloria de se constituir em nucleo de um reino novo, que bem poderia ter dilatado até aos Pyrineus gallaicos os seus dominios, se as ambições do conde D. Henrique ou de Affonso Henriques tivéssem encontrado decidido apoio no resto da Galliza.

Do que se passou depois da morte de Fernando o Magno, até á integração do condado portuguez na pessoa de Tareja, filha de Affonso VI, casada com D. Henrique de Borgonha, démos já uma rapida resenha no capitulo antecedente.

Resta-nos tratar aqui propriamente da genese d'esse condado.

*

*　　*

Affonso VI.

Vimos já como o reino que Fernando I entregara retalhado aos seus tres filhos voltara a reunir-se nas mãos de um d'elles, Affonso, que tivera por partilha o reino de Leão e das Asturias; como d'este fôra Affonso expulso por Sancho de Castella, depois do ardil de Golpejar (Vulpecularia), inspirado pelo Cid, e como finalmente, depois da morte desastrosa de Sancho de Leão, no cerco de Zamora, voltara a occupar o seu perdido throno, reunido ao de Castella.

Não contente com isto, sem custo se assenhoreava Affonso da Galliza e de Portugal, que seu pae dilatára definitivamente até ao Mondego, bastan-

do-lhe, para esse fim, attrahir á sua côrte seu irmão Garcia, que reinava n'aquella provincia, e prendel-o, sem que nem Galliza nem Portugal se revoltassem, nem contra o novo soberano, nem contra a fórma por que havia adquirido mais uma corôa.

Vimos tambem como Affonso, VI d'este nome, se servira d'esta consolidação do reino de seu pae nas suas mãos para accrescentar poderosamente o seu imperio, obtendo cidades importantes, como Cuenca, Huete e Ocanha, tomando Toledo, que tornou capital d'esse imperio, e com ella o vasto territorio contido n'aquelle emirado, e fazendo «dominar de novo em mais de metade do territorio hespanhol a cruz triumphante», porquanto «as fronteiras ou *extremaduras* do reino leonez-castelhano se dilatavam agora por uma linha que corria de poente a nascente desde a foz do Mondego, pela Beira Baixa, direito a Coria, Talavera, Toledo, Huete e Cuenca, até ás serras de Albarracim [1]».

Para áquem d'esta linha manda Affonso restaurar das perdas e ruinas o seu florescente reino; para além vigia os movimentos dos musulmanos que já se arreceiam de um tão crescente imperio e até appellam para os almorávidas africanos; contra a invasão d'estes, colligados com os emires de Hespanha, levanta uma cruzada christã, reune um poderoso exercito em Toledo, vae-lhes ao encontro perto de Badajoz, e se é realmente elle o vencido (1086), pelo menos os africanos não proseguem na invasão e abandonam o proposito de se assenhorearem de Toledo.

Dois annos depois (1088) é mais feliz, pois repulsa uma nova invasão de Iuçufe e lhe illaqueia

[1] A. Herculano. *Hist. de Portugal,* introd., III.

os movimentos. De parte a parte, entre christãos e sarracenos, se multiplicam as hostilidades; os almorávidas já procedem por conta propria, conscios os musulmanos hespanhoes do novo e grave perigo que haviam attrahido á patria; a breve trecho eram pelo invasor espoliados dos seus melhores dominios.

Tomada de Santarem, Lisboa e Cintra.

Affonso VI aproveita o estarem os arabes de Hespanha a braços com os africanos para fazer avançar até ao Tejo a sua fronteira, tomando Santarem, Lisboa e Cintra (1093). Mas essa fronteira era ainda muito instavel, porque tendo aquellas praças, Lisboa e Cintra mezes depois, e mais tarde Santarem, recaido nas mãos dos musulmanos, foi necessario que annos mais tarde Affonso Henriques as reconquistasse para Portugal, e levasse para aquelle rio a sua definitiva base de operações contra o Garbe.

Invasão almoravida.

Com effeito, nos fins d'esse mesmo anno de 1093 o famoso general almoravida, Seir, logar-tenente de Iuçufe, invadiu o emirado de Badajoz, e assenhoreou-se do que hoje chamamos o Alemtejo portuguez, tomando-lhes, alem de outras praças, as importantes cidades fortificadas de Evora e Silves. No impulso das conquistas, entra a nova fronteira christã e apodera-se de Lisboa e Cintra. Santarem, que é dada tambem por conquistada nessa epocha, continua na posse dos christãos, porquanto data de 1095, dois annos depois, o foral que lhe foi dado por Affonso VI.

Derrota do conde Raymundo de Borgonha.

Como as novas possessões que os christãos acabavam de perder na nossa Extremadura eram uma parte do condado da Galliza, o conde D. Raymundo de Borgonha, de que adiante fallaremos, primo do nosso conde D. Henrique, e casado com D. Urraca, filha de D. Affonso VI, entendeu do seu brio e dever recuperal-as; e como Seir, reali-

sadas as conquistas e expulsa d'ali a dymnastia dos Benalaftas, fôra acudir a Valencia, a braços com o terrivel Cid, veiu estabelecer a sua côrte em Coimbra (1094), aqui reuniu um exercito, resolvido não só a rehaver o perdido, mas a estabelecer-se n'aquelles territorios, e marchou sobre Lisboa, junto da qual assentou arraiaes. Os sarracenos, congregando um forte exercito, tomaram a offensiva, romperam-lhe o campo, desbarataram-lhe a hoste, e obrigaram-no a retirar, seriamente escarmentado (1095).

Portugal, condado independente da Galliza.

D'este desastroso acontecimento, resultado ou da impericia ou do infortunio do conde D. Raymundo, conjectura Alexandre Herculano que proviesse o ser desmembrado da Galliza todo o territorio desde a margem esquerda do Minho até Santarem; este novo districto foi confiado ao conde D. Henrique, com a condição de que servisse o seu rei, «fosse ás suas côrtes e chamados, e sendo caso que fosse doente ou tivesse legitimo impedimento a nom poder lá hir, lhe mandasse hum dos mais principaes da sua terra ha seu serviço com trezentos de cavalo, nom avendo naquelle tempo mais naquella terra de Portugal; e ainda lhe assinou mais terra da q̃ hos Mouros possoyam, que ha conquistasse, e tomandoa, acrescentasse em seu Condado, ho que elle e seus successores com muito esforço e valentia por muito arriscados perigos e trabalhos depois fizerão, e que nom querendo ho conde D. Anrique cumprir assi esto, qualquer que fosse Rey de Castella pudesse tomar ha terra aho dito conde e mais toda outra que ho dito conde e seus successores guanhassem, e fazer della ho que lhe aprouvesse, como de cousa sua propria[1]».

[1] Duarte Galvão. *Coronica delrey D. Affonso Anriques*, cap. I.

*
* *

D'aqui dataria a primeira organisação, com um relativo caracter de independencia, do condado de Portugal, constituido em provincia ou districto á parte.

Districto á parte.

Mas as origens do districto *portucalense*, com um certo caracter proprio, são, pelo menos, de dois seculos mais antigas.

Vimos já como na instabilidade das guerras, que ora favoreciam os christãos ora os sarracenos, a fronteira da provincia da Galliza umas vezes se deslocava até ao Mondego e ao Tejo, outras se retraía até ao Douro. Com Affonso III, que conquistara, e com Fernando Magno, que reconquistára aos mouros Ceia, Lamego, Vizeu e Coimbra, a Galliza dilatou-se até ao Mondego; com Affonso VI, embora n'um fugaz momento de esperança, cresceu até Lisboa e Cintra; em breve, porem, teve de recuar até Santarem, e mais tarde até Coimbra.

Fronteiras instaveis.

O vasto territorio comprehendido no antigo condado ou reino da Galliza era dividido em diversos districtos, não só para recompensa de serviços prestados por aquelles a quem esses districtos eram confiados, mas para a boa administração e melhor defensa do territorio, principalmente na fronteira, onde era necessaria uma grande unidade e energia no governo. Um conde governava um só districto ou uma reunião d'elles; ou uma porção d'elles juntos, dentro de uma grande provincia, estava sujeita á auctoridade de um principe ou de um conde superior.

Divisão territorial.

Era a reproducção do que se passava, como tivemos occasião de ver, no regimen dos visigodos.

O *condado portucalense* era um d'esses districtos, primeiramente constituido por uma parte da nossa actual provincia do Minho e uma parte dos nossos Traz os Montes até ao Douro, e mais tarde, no seculo XI, comprehendia o territorio entre o rio Vouga e o Minho, querendo alguns que fosse até Lobeira, perto de Pontevedra [1].

Terra portucalense.

A *terra portucalense* tirava o seu nome do antigo castro e povoação romana *Cale*, indicado na quinta estrada militar do chamado *Itinerario* de Antonino, estrada que ia de Lisboa a Braga, passando por Santarem, Coimbra, Condeixa a Velha e Gaya (Calle) [2].

Cale.

Calle, na margem esquerda do Douro, guardava com o seu castro a entrada d'este rio, e ao mesmo tempo defendia e atalaiava a passagem do caminho que, por sobre o Douro, ia da Lusitania á Gallecia, ligando directamente a segunda cidade d'aquella provincia, e importante imporio commercial, com um dos mais afamados conventos juridicos d'esta. *Castrum antiquum* se passou a chamar quando fronteiro a elle se ergueu outro, na margem direita, protegendo uma povoação nascente de pescadores, maritimos e commerciantes [3], que foi o nucleo da futura grande cidade do Porto.

[1] «... outra chamada Dona Tareja deu por molher ha D. Anrique sobrinho do conde de Tolosa, dando-lhe com ella em casamento Coimbra, com toda ha terra atée ho Castello de Lobeyra, que he huã leguoa além de ponte Vedra, em Gualisa, e com toda a terra de Vizeu e Lamego, que seu pay El Rey D. Fernando, e elle guanharão nas comarcas da Beyra». Duarte Galvão. *Coronica delrey D. Affonso Anriques*, cap. I.

[2] Vide *Hist. Org. e Pol. do Exerc. Port.*, tomo II.

[3] «... e ha causa porque ha terra se chamou Portugal, foy que antigamente sobre ho Douro foy povoado ho Castello de Guaya, e por aportarẽ é ahl mercadores, e navios, e assi pescadores pelo Rio dentro ancorarem, e estenderem suas redes de outra parte para isso mais conveniente, se povoou outro luguar, que se chamou ho Porto, que ora hee Cidade muy principal, donde ajuntando estes dous nomes, foy chamado Portugal». Duarte Galvão. *Coronica delrey D. Affonso Anriques*, cap. II.

Portucale castrum novum ficou-se chamando esta nova povoação afortalezada, em contraposição ao *Portucale castrum anticum,* aquelle que é já citado no tempo dos visigodos.

Do morro onde hoje assenta a sé do Porto, a nova fortaleza, erguida certamente pelos christãos quando, com Affonso I, avançaram até ao Douro, vigiava e ameaçava o castro fronteiro onde campeava ainda o crescente mourisco, e ambos elles foram testemunhas de muitos episodios, de guerras e de amores, como os que o *Nobiliario* do conde D. Pedro nos legou na sua pittoresca linguagem, e que é uma pagina curiosissima para a historia, não só dos costumes da epocha, mas do consorcio das duas raças e das duas civilisações na peninsula [1].

Origem do condado.

A Affonso III devemos attribuir a constituição do primeiro condado portucalense, quando pela primeira vez as armas christãs recuperaram a região para áquem do Douro, tomando *Portucalem* e vindo até Coimbra; evidentemente esse rei que *povoou de christãos,* como diz o Albeldense, aquella cidade, como tambem Braga, Eminio, Vizeu e Lamego, devia ter posto ali um conde, como então se usava. «Esa sola frase del Albeldense, *don Alonso III reconquistó á Portucalensis,* diz um escriptor hespanhol, es la bola de nieve que rodando hácia el sur de nuestros ventisqueros galaico-bracarenses, será mas adelante un inmenso alud ó reino, entre el Miño y el Mediterráneo» [2]; e pretende que o seu conde pode ser um de tantos que em 899 assignaram a dotação da igreja de Compostella. Isto é mais do que uma conjectura, porque realmente entre os diversos governos da Gal-

[1] Vide *Documento A* no fim do volume.
[2] D. Benito Viceto. *Historia de Gallicia,* tomo IV.

liza apparece desde o meado do seculo IX o districto ou condado *portugalense*[1].

Um conde de Portugal do seculo IX.

No anno de 877 reune Affonso III um concilio em Oviedo, e n'elle, segundo Sampiro, tomam parte e assignam, entre outros, os seguintes condes: Hermenegildo, conde de Tuy e Portucale, Arias, seu filho, conde do Eminio (Coimbra), Pelayo, conde de Bragança, e Ero conde de Lugo[2]. Alem d'estes condados vê-se que existiam n'essa data mais os seguintes em que o reino se dividia: Luna, Leão, Astorga e Vierzo, Toral, Deza, Castella e Oca, e Prusios.

Outro?

Almacari falla de um conde Luderique Bem Belasque ou Rodrigo Velasques, um dos mais poderosos chefes, com territorios ao occidente da Galliza, cuja mãe foi em 953 (354 H) á côrte de Alaquem II pedir para ser mantida a paz com o seu filho, e porventura auxilio para se realisar a idéa da independencia que animava os condes gallegos.

Este conde Rodrigo Velasques seria porventura das terras de Portugal. Esta é a conjectura de Viceto[3] que se baseia da traducção do Almacari do Murphy, que aliás differe da de Gayangos, porquanto este traduz: «Roderigo era um poderoso chefe, cujos estados confinavam com a Galliza»[4] e

[1] A. Herculano. *Hist. de Portugal*, liv. I.

[2] «Vissis itaque Rex Epistolis, magno gaudio gavisus est. Tunc constituit diem consecrationis jam dictae Ecclesiæ, sive et concilium celebrandum apud Ovetum cum omnibus Episcopis, qui in illius erant Regno... Igitur, auxiliante Domino, venit Rex ad statutum diem cum uxore sua et filiis et cum prœdictis Episcopis, et cum universis Potestatibus, sive et cum subscriptis comitibus suis pernominatis: Aluarus Lunensis Comes, Verenumdus Legionensis Comes, Sarracinus Astorico et Berizo Comes, Veremundus Torrensis Comes, Betotus in Deza Comes, Ermenegildus Tude et Portugalle Comes, Arias filius ejus Eminio Comes, Pelagius Bregâcie Comes, Oidarius Castellae et Aus Comes, Sylus Prucii Comes, Erus in Lugo Comes etc.» CHRONICON DE SAMPIRO, 9.

[3] Viceto. *Hist. de la Galliza*, tomo IV.

[4] Almacari. *Analectes* I, pag. 249.

Murphy traduz «poderoso chefe dos territorios ao occidente da Galliza», o que está em harmonia com a traducção do nosso amigo sr. David Lopes, obsequiosamente feita a nosso pedido[1].

O conde Nuno Mendes.

No tempo de D. Garcia encontramos Nuno Mendes governando o condado portugalense e rebellando-se contra o rei; emquanto Sizenando governava em Coimbra no tempo de D. Fernando, governa o Porto Munio Hermiges[2].

D. Garcia I rei de Portugal.

Se não fossem tão escassos de noticias os documentos conhecidos, seria curioso fazer uma relação dos condes que estiveram, antes de D. Henrique, á frente do condado portugalense. O primeiro rei, com este titulo, da região portugueza, podemos dizer que é Garcia, II da Galliza e I de Portugal, filho de Fernando Magno; pelo menos é assim tratado no seu epitaphio[3].

Primeiros limites dos condados.

O condado portucalense apparece-nos historicamente no tempo de D. Fernando e de D. Affonso VI. A principio, o condado seria talhado por uma forma diversa da que geralmente determinava

[1] «The mother of Count Luderik Ibn Belask (Rodrigo Velasquez) went also to court of Al-hakem. This Luderic was a powerful chieftain, whose states bordered upon Galicia. Having first dispatched the great officers of his court to meet the christian princess, the Khalif recieved her in state, granted the peace she requested on behalf of her son, and gave her a large sum of money to be distributed among her attendants, besides a rich present for herself». Gayangos, *Almacari*, liv. VI, cap. VI.

[2] Vid. doc. nas *Dissert. Chron.*, tomo III, pag. 42.

[3] *H. R. Dominus Garcia*
Rex Portugaliae et Gallæciae.
Filius Regis Magni Ferdinandi
Hic ingenio captus
A fratre suo
In vinculis obiit
Era MCXXVIII
XI Kal Aprilis.

Traduzido diz: Aqui repousa D. Garcia, rei de Portugal e da Gallisa, filho de grande rei D. Fernando, o qual foi preso com arte ou cautela por seu irmão: morreu na prisão no anno de 1090, a 22 de março.

os limites das circumscripções administrativas, que ainda hoje buscam os seus lindes nas indicações naturaes dos rios, serras, etc. Comprehendia parte de Entre Douro e Minho, e aquella porção de territorio, de dominio incerto durante muito tempo, que as armas christãs conquistaram para áquem-Douro; de maneira que era cortado por este rio, em más condições de unidade. Mas quando Fernando Magno, auxiliado por Sizenando, o mosarabe, conseguiu arrancar a Beira a Benabade, assentando a sua auctoridade no territorio para além do Alva e do Mondego, muito naturalmente nasceu a divisão administrativa e militar em dois districtos: o de Portugal, que ía do Douro ao Minho, menos a Feira (terra de Santa Maria), com parte dos Traz os Montes, cujo governo, ao que parece, foi dado a Nuno Mendes, e o de Coimbra, que abrangendo o territorio desde o Douro até ao Mondego, limitado pela serra da Estrella ao sueste, e pela linha de Ceia, Vizeu, Lamego, ao oriente, ficou ao cargo de Sezinando, feito conde ou alvasil[1] christão.

Condados de Portugal e de Coimbra.

Nuno Mendes em Portugal.

Que no districto portuguez governava Nuno Mendes, se póde concluir do facto de ser elle quem capitaneava a rebellião dos portugalenses contra D. Garcia, filho de Fernando Magno, a quem seu pae legara por morte, como vimos, o reino de Galliza, e que, em combate travado com os insurgentes entre Braga e o Cavado, lhes matára o chefe e os derrotára.

Sesinando em Coimbra.

No condado de Coimbra Sizenando mantem integra a auctoridade da corôa leoneza. Comquanto não intentasse incursões pelo territorio dos musulmanos, não os deixava todavia medrar nas proximi-

[1] «*Regnante Adfonsvs Princeps in Gallicia, in Bracaro Petrus Episcopus, in Colimbria Sisnandus Alvazir*». Doação no Cartorio do Mosteiro de Arouca. Era 1108. *Dissert. Chron*, tomo III, pag. 9.

dades das suas fronteiras; auxilia Affonso VI nas suas emprezas militares, como auxiliára seu pae, e suppõe-se até que esteve com elle na desastrosa batalha de Zalaca (1086), conservando-se sempre fiel á causa que abraçára depois de abandonado o partido dos musulmanos.

Martim Moniz.

Por sua morte (1091), o condado passa para Martim Moniz, casado com a filha de Sizenando, D. Elvira, o qual em 1093 é transferido para o districto de Arouca, para ser dado ao conde D. Raymundo de Borgonha o governo directo do districto de Coimbra, conjunctamente com a auctoridade superior em todo o condado da Galliza, que até Coimbra se dilatava.

D. Raymundo.

Districto de Santarem.

Dá-se n'este anno de 1093 a invasão de Affonso VI na Extremadura e a tomada das praças de Santarem, Lisboa e Cintra; com estes territorios agora adquiridos constitue-se um novo districto, do Mondego á foz do Tejo, de existencia ephemera, com a séde em Santarem e cujo governo foi confiado á Sueiro Mendes, irmão do que, com o cognome de Lidador, tão notavel se havia de tornar pela sua bravura e esforço.

Tudo sob a auctoridade de D. Raymundo.

Todos estes districtos pôz Affonso VI debaixo da superintendencia e auctoridade do seu genro, o conde D. Raymundo de S. Gil, filho do conde de Bolonha Guilherme, a quem dera em casamento sua filha D. Urraca.

«A Galliza, diz Herculano, incluindo debaixo d'esta denominação a extensa provincia portugalense a que naturalmente se devia considerar como incorporado o territorio novamente adquirido no Gharb musulmano, constituia já um vasto estado remoto do centro da monarchia leoneza. Os condes que dominavam os districtos em que esse largo tracto de terra se dividia ficavam assás afastados da acção immediata do rei e eram assás poderosos para

facilmente se possuirem das idéas de independencia e rebellião communs n'aquelle tempo, tanto entre os sarracenos, como entre os christãos. Affonso VI poude evitar esse risco convertendo toda a Galliza, na mais extensa significação d'esta palavra, em um grande senhorio, cujo governo entregou a um membro da sua familia, ao qual dera o governo de Coimbra e Santarem logo depois da conquista d'esta, removendo para o districto de Arouca Martim Moniz e sujeitando ao novo conde o governador de Santarem, Sueiro Mendes[1].»

Consequencias da invasão de Seir.

É n'esta situação, como vimos, que se dá a invasão do almorávida Seir na região da antiga Lusitania, tomando aos christãos Cintra e Lisboa, que pouco antes haviam conquistado, seguindo-se a vinda de D. Raymundo para Lisboa, a sua mallograda expedição á Extremadura, sendo derrotado perto d'aquella cidade, e o desmembramento do seu vasto condado, que foi dividido em dois, ficando-lhe apenas a região para cima do rio Minho, e constituindo-se com o territorio desde o Minho até Santarem um condado independente, denominado por ampliação o *condado portucalense;* este ficou sob a

O conde D. Henrique.

auctoridade do conde D. Henrique de Borgonha, que desde fins de 1094, ou principios de 1095, já governava no territorio portuguez, e com certeza no districto de Braga nos primeiros mezes de 1095, sob a auctoridade e dependencia do conde da Galliza, seu primo, o qual, porém, em 1097 perdera toda a auctoridade desde o Minho ao Tejo, embora se continuasse a chamar senhor de toda a Galliza[2].

Póde-se dizer que começa propriamente aqui a historia do condado portuguez.

[1] A. Herculano. *Hist. de Portugal,* tomo I, liv. I.
[2] A. Herculano. *Hist. de Portugal,* tomo I, liv. I e nota IV.

*

* *

Dos limites dos dois condados, Galliza e Portugal, trata Viceto na sua *Historia da Galliza:*

Limites da Galliza e da Lusitania.

«A divisoria entre os dois condados ou as duas Gallizas, isto é, a lucense e a bracarense, não obedeceu então á idéa de conservar a mesma que os romanos demarcaram nos dois conventos juridicos, o lucense e o bracarense. Na epocha dos romanos, o rio Umia, ou das Caldas [1], era o limite divisorio, pela costa do oeste, entre as duas Gallizas, estendendo-se esta linha até ao leste horisontalmente; de modo que os povos hoje de Vigo, Tuy, Pontevedra, Rivadavia, Allariz e outros do Lima pertenciam, *não á Galliza de hoje, á lucense, mas á Galliza bracarense.* A divisoria então, no anno de 1097, foi desde a desembocadura do Minho até onde a linha de aguas d'este rio deixa de figurar geographicamente, de oeste a leste, para subir ao norte, mais abaixo de Rivadavia, em frente do castello portuguez de Melgaço. Desde Melgaço, a fronteira do condado portugalense, fazendo um angulo, descia do noroeste ao sudoeste, na direcção actual, pela ribeira de Barjas, costeando as serras de Penagache e Laboreiro, até buscar o pequeno rio de Castro Lindoso e a sua confluencia com o Lima. D'ahi, voltando n'uma nova linha para o leste, seguia a margem do Lima até Lobios, e na mesma direcção, costeando a serra do Gerez, ia procurar a nascente do rio Bubal. Descendo em seguida para o Castello de Monforte do rio Libre, e seguindo de oeste para leste até Mauzalvos, formava

[1] *á Cilenes conventus Bracarum.* Plinio, lib. 4, cap. 20.

entre este ponto e Castrelhor o vertice de um angulo, pois que d'ahi, torneando Bragança, descia perpendicularmente para o sul até ao Douro.

«Esta era, pois, quasi como hoje, a divisoria que então se estabeleceu entre os dois condados, o da Galliza e o de Portugal; de modo que uma grande porção territorial da Galliza bracarense se veiu reunir á Galliza lucense.

Ao sul.

«Com respeito aos limites ao sul do novo condado portugalense, para alem do Douro (pois abrangia os districtos de Lamego e Coimbra) estes limites eram indeterminados pela incessante lucta contra os mouros; porque forçoso se tornava que os povos da Peninsula, quer da raça arabe-mauritana, quer da raça romano-germana, se tivessem habituado a considerar como incerto, e conseguintemente sem valor real, o dominio de qualquer territorio aberto ás invasões do inimigo, no qual não existisse uma povoação forte, um castello, uma torre ao menos, aonde, ao passarem essas continuas hordas de desolação e morte, podessem salvar as vidas e os seus pobres haveres.

Estado da agricultura.

«Da força das cousas, da prolongação d'aquella cruel lucta, á qual não era então facil calcular o termo, nasceu um facto necessario no systema da povoação: a agricultura tinha de ser exclusivamente annual, transitoria e, podemos dizel-o, nomada; e ainda assim, apesar d'isso, os resultados do trabalho agricola tinham de ser muitas vezes nullos. Os documentos d'aquella epocha, principalmente os dos concelhos das fronteiras, nos dizem que o ir roubar ou destruir as propriedades, e sobretudo as colheitas dos inimigos, era uma empreza que se renovava quasi annualmente. Resultava d'ahi que os terrenos amparados por algum logar forte, onde o agricultor podesse rapidamente pôr-se a salvo, e com elle os productos da

industria, se tinham tornado forçosamente cultivaveis: os trabalhos agricolas, portanto, cingiam apenas as povoações fortificadas; o mais era um deserto.

Difficuldades para a demarcação exacta.

«Por isso, marcar os limites da fronteira da Galliza com os mouros é impossivel; e quando, com os foraes do seculo XII XIII, se vão seguindo aquellas extensas demarcações dos limites dos concelhos para esse lado, as quaes se dilatam por muitas leguas em faixas enredadas e tortuosas; quando vemos frequentes vezes indicar-se ali, como balisas, apenas a vertente dentada que orla a lomba das serras, o carvalho que nasceu isolado, a velha atalaya mourisca, a pedra que sobresae entre as outras pela sua côr, a torrente que se despenha pelas ladeiras, o rio que passa por entre as brenhas, o *villar antigo* de que já se não sabe o nome, porque não ha ali quem o diga, e nunca a casaria, a choça, a habitação humana, emfim, quasi que sentimos aquelle zumbido que o excesso do silencio parece produzir, e opprime-nos o espirito um sentimento indefinido de solidão.

«Tal era o paiz com respeito ás fronteiras musulmanas[1].»

Realmente, se ao norte e oriente se podem determinar approximadamente os limites do condado portuguez n'essa epocha, para o sul a fronteira é indicisiva, oscillando no tempo do conde D. Henrique entre o Mondego e o Tejo, servindo junto d'este ultimo rio de forte atalaia o castello de Santarem, até que este mesmo se perde, sendo reconquistado, com Lisboa, Cintra e Palmella por Affonso Henriques, que definitivamente converte o Tejo em fronteira militar do seu reino.

D. Benito Viceto. *Historia de Galicia*, liv. 11, XXII

*
* *

Resumo.

Temos, portanto, em resumo, que o *castro antigo* de Cale data, pelo menos, do tempo dos romanos; que o *porto,* que com o nome *Portucale* apparece no seculo v, deu o nome á *terra portucalense,* desde o tempo dos godos; que este nome abrangia territorios para áquem e para além do Douro; que o districto de Portugal, apparecendo desde os meiados do seculo IX, comprehendia, no periodo instavel da reconquista, parte de nossas provincias de Entre Douro e Minho e de Traz os Montes, na margem direita do Douro, e na esquerda um tracto de terreno até ao Vouga; que, com a conquista de Coimbra, no tempo de Fernando Magno, se creou novo districto com o nome d'esta cidade, sua capital, ficando o districto de Portugal a ser constituido pelo territorio entre o Douro e o Minho e parte de Traz os Montes; que o fidalgo borgonhez D. Henrique já em fins de 1094, talvez, e com certeza nos primeiros mezes de 1095, governa esse territorio portuguez, ou, pelo menos, o districto de Braga, embora o conde D. Raymundo governe em toda a Galliza, que vae dos Pyrineus Gallaicos a Santarem; que, finalmente, depois das derrotas de D. Raymundo, perto de Lisboa, na sua mallograda expedição contra os almorávidas (1095), do grande principado da Galliza se separa o condado portugalense, que fica comprehendido entre o Minho e o Mondego, pelo menos, ou até Santarem, cidade que ainda continuou em poder dos christãos depois da queda de Cintra e Lisboa (1093), porquanto em 1095 Affonso VI lhe dá foral; e que, finalmente, em 1096, talvez, mas com certeza em 1097, já nenhuma auctoridade tem o conde D. Ray-

mundo sobre o condado portuguez, que fica definitivamente sob a auctoridade do conde D. Henrique.

Dominios de D. Henrique.

Do Minho ao Tejo, portanto, e emquadrado pelos contrafortes transmontanos e pela serra da Estrella, se estendia o territorio que o conde D. Henrique recebera do sogro para governar em seu nome, em recompensa talvez dos seus serviços, mas de certo pela justa esperança que o rei fundava nos seus dotes de guerreiro e no desejo de honrar na sua pessoa o marido de uma sua filha, embora bastarda.

Suas qualidades

Que esse favor provinha, em grande parte, da confiança que inspirava a seu sogro e rei, legitimo é suppôr, porquanto não era natural que, depois dos desastres do conde Raymundo, que mais accentuavam e faziam valer as vantagens e progressos das armas musulmanas nos territorios por ellas rehavido, fosse Affonso VI nomear para o governo de um districto da fronteira, tão importante como este era, um homem que lhe não désse garantias, ou pelo menos esperanças, de que saberia desempenhar-se bem da difficil missão que lhe era confiada.

E D. Henrique provou ser digno d'essa confiança, em todo o sentido, não só porque soube conter em respeito os mussulmanos, mas porque as tendencias de desmembramento não se accentuaram na sua administração, embora o movimento n'esse sentido não podesse deixar de tomar um certo incremento e força pela unidade de acção administrativa e politica, dada agora ao nascente organismo.

O individualismo portuguez.

Em Herculano, que não podia deixar de nos guiar n'este trabalho, encontramos bem estudadas e explicadas as causas que, desde o principio, concorreram para determinar e definir a individualidade da região que constituia o nucleo do condado

portuguez. Nas tendencias regionalistas se apoiavam os barões e senhores, para se crearem como que uma relativa independencia no meio do grande organismo, que naturalmente os pretendia integrar n'um unico corpo social. Fracos eram os meios de que a acção de um só homem podia então dispôr, para impôr a sua vontade n'um territorio vasto e perennemente agitado; a organisação social, moldada ainda nas instituições barbaras, pondo nas mãos dos senhores a auctoridade completa, e ligando-os ao soberano apenas pelo dever de lealdade e fidelidade, dever que tinha, n'esse tempo de paixões violentas e insoffridas, uma significação duvidosa, facilitava o desmembramento, que a maior parte das vezes só era impedida pela força das armas.

A força local.

N'essa individualisação, n'esse movimento de independencia regionalista, os barões e senhores da região portugueza mantinham uma orientação politica propria, determinada pelos seus interesses communs e communs sentimentos. Essa mutua intelligencia e accordo creou uma força local de que mais tarde a condessa, já denominada rainha, D. Theresa, e seu filho D. Affonso se serviram para fundar um novo reino independente. Referindo-se ás dissenções que não só rebentavam entre um e outro estado ou entre uma e outra provincia, mas nasciam de districto para districto e de castello para castello, e quasi de individuo para individuo, diz Herculano que os barões ou nobres principaes, conhecidos vulgarmente pelos nomes de condes e de ricos-homens, inimigos muitas vezes uns dos outros, tomavam cada qual sua bandeira e satisfaziam odios particulares a pretexto de seguirem esta ou aquella parcialidade. «Os calculos dos ambiciosos, as mudanças de opinião, as vinganças de familia, as modificações dos partidos, diz o grande historiador, davam frequentemente

áquellas discordias um caracter pessoal. A Galliza, cuja historia relativa áquelle periodo chegou até nós mais particularisada que a das restantes provincias, não nos offerece outro quadro. Leão, ainda nos ultimos annos d'esta sanguinolenta lucta apresenta quasi o mesmo espectaculo, a ponto que na capital do reino vinham ás mãos os burguezes com os cavalleiros que guarneciam as fortificações da cidade, aquelles em nome de Affonso Raymundes, estes em nome do conde castelhano Pedro de Lara. Portugal, porém, no meio de taes divisões, conservou sempre um notavel aspecto de unidade moral. Fosse qual fosse o partido a que elle se associasse, todos os barões portuguezes se mostravam conformes, ao menos passivamente, com o systema da que, debaixo d'esse aspecto, podemos chamar politica externa do paiz[1]».

Desmembração e independencia.

O conde D. Henrique não podia, portanto, ser estranho a esse «pensamento de desmembração e independencia», que veiu a realisar-se no tempo de Affonso Henriques, «porque era um pensamento commum ao chefe do estado e aos membros d'elles, sendo talvez os actos dos principes ainda mais o resultado da influencia do espirito publico do que a manifestação expontanea da propria ambição».

Papel de D. Henrique.

Mas a verdade é que os actos do illustre borgonhez mais nol-o mostram auxiliando seu rei e sogro, sendo em tudo seu leal vassallo, do que mordido pela ambição da corôa, que só depois da morte d'aquelle o obseca.

Seria porque não encontrara ainda azado momento para erguer o pendão da liberdade? Talvez! e talvez tambem por hombridade e gratidão.

Bastante foi, porém, que elle procurasse accentuar a individualização organica e moral do dis-

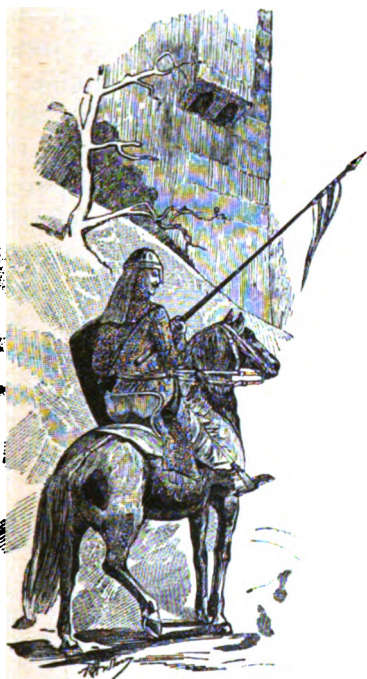
[1] A. Herculano. *Hist. de Portugal,* tomo I, liv. I.

tricto que lhe fôra confiado, buscando não só dar-lhe unidade mas augmento, tanto pelo lado dos territorios musulmanos como no proprio dominio christão, para o seu nome ser benemerito aos portuguezes.

D'esse accrescimo de força viria naturalmente, como resultado, a independencia, como de uma cellula mãe se formam duas, por scissiparidade, apenas o seu desenvolvimento o permitte.

CAPITULO III

O Conde D. Henrique — Seu governo

D. Henrique em Hespanha.

STÁ ainda por averiguar a data precisa da vinda a Hespanha do nobre caudilho a quem o destino reservara a gloria de haver lançado os primeiros fundamentos da nacionalidade portugueza; não deixa, porém, de ser interessante saber o que sobre esta materia informam os documentos antigos.

Herculano não logrou apurar este ponto, que é realmente difficil de destrinçar; tudo são indicações vagas.

Uns dão-n'o vindo a Hespanha por occasião do casamento de D. Affonso VI de Leão e Castella com D. Constança, uma franceza, que de homens, gostos e habitos francezes enchera a côrte de seu

marido, côrte que, entre goda, arabe e franca, havia de apresentar um caracter singular; outros fazem-n'o attrahido pelas perigrinações famosas a S. Thiago de Compostella, onde accorria a christandade em romarias piedosas[1]; outros querem que tivesse vindo entre os esforçados cavalleiros que sob o commando do rei leonez procuraram pôr um dique á primeira invasão dos almorávidas, e com elle partilharam os desastres de Zalaca (1086)[2]; outros ainda, finalmente, pretendem que elle só viesse mais tarde, em 1089[3].

A cruzada na Peninsula.

A aventura, o espirito religioso, a ambição da gloria e da riqueza, eram as mollas que impelliam n'esse tempo os cavalleiros christãos, de toda a parte, aos paizes onde mais frequente e intensa era a lucta. Nem só para o Oriente, o Ultramar, como então se dizia, se organisavam as cruzadas; a Hespanha, sob o dominio dos arabes, era um permanente theatro de guerra, onde duas religiões, duas raças, duas civilisações se encarniçavam no mais acerbo combate, saindo d'elle victoriosos ora o crescente ora a cruz.

De França, onde já chegára a ameaça das armas musulmanas, e que, por mais proxima da Hespanha, maior interesse tomava no duello de morte travado entre os dois grandes povos que

[1] «Conta a estoria em este logar que a linhagem dos Reys de Portugal veem por esta guisa. ElRey dom affonso tomou tolledo aos mouros e casou huma sua filha, que auia nome dona tareija, com huum conde que hauia nome dom anrique. Este casamento fez elRey por duas cousas, a primeira por que este conde era muy fidalgo e de grande sangue e era primo con irmãao do conde dom Regmon de tollosa, E ueeram com elle de sua terra pello homrar em seu casamento por fazer romaria a santiago, e a outra por que era o milhor homem darmas per seu corpo que se podia saber». *Chr. breve e mem. avulsas de S. Cruz de Coimbra*». III *Portugaliae Monumenta-Escriptores*. pag. 26.

[2] «*in loco, qui dicitur Sagalias, ubi unanimiter convenerunt cum Rege nostro christiani à partibus Alpes, multique Francorum in adjutorium ei affluerunt*», Chr. Goth. ou Lusit.

[3] Mondejar. *Orig. y ascend. del princ. D. Ramon.*

dominavam áquem dos Pyrineus, enorme era o contingente de homens de armas que engrossavam as hostes nazarenas; e agora que uma infanta franceza se sentava no throno de Pelayo, engrandecido pela sua indomita raça, augmentára consideravelmente essa contribuição de guerreiros, mais ou menos embebidos nos ideaes da Cavallaria, que tinha por sua principal missão a defeza da cruz.

Cavalleiros francezes.

De tres d'estes cavalleiros, homens de nobilissima estirpe, ficou nome na historia da Hespanha, pelas suas ligações com a familia reinante, e pelos seus destinos nos altos feitos da Reconquista.

Raymundo de S. Gil.

Um d'elles passou despercebido nos acontecimentos da Peninsula, estando-lhe, porém, reservado papel eminente no auxilio dado a Gregorio VII para combater os normandos e na primeira cruzada. Foi Raymundo IV, Raymundo de S. Gil, conde de Tolosa e marquez de Provença, com quem D. Affonsso VI casou sua filha bastarda D. Elvira.

Raymundo de Borgonha.

Outro chamava-se tambem Raymundo, era o quarto filho de Guilherme, II do nome, conde de Borgonha, de Vienna e Mascon, senhor de Salins, por alcunha o *Teste Hardie* [1], e parente portanto da rainha castelhana D. Constança, segunda mu-

[1] «Guillaume II du nom, surnonumé Teste Hardie, comte de Bourgongne, de Vienne et de Mascon, sire de Salins. Guillaume II de nom succeda a son pere en la compté de Bourgongne... Tant y a que le comte Guillaume eut d'elle plusieurs fils et filles, sçauoir est,

Renaud II...

Estienne...

Hugues de Bourgongne...

Raimond de Bourgongne chercha sa fortune en Espagne, ou il epousa l'une des filles de Hildefonse Roy de Gallice et de Agnes de Guienne. Et de ce mariage nasquit entr'autres Pierre Hildephonse Roi de Gallice, surnommé le Petit Roy, comme escrit Ordric Moyne de S. Euroul en Normandie, au XIII. Liure de son Histoire Ecclesiastique». *Hist. des Roys, Ducs et Comts de Bourgongne et d'Arles*, por André du Chesne Tovrangeav, liv. IV, pag. 523.

lher de Affonso VI[1], que era filha de Roberto, duque de Borgonha e viuva do conde de Chalons, Hugo II. Seria esta a rasão por que Raymundo encontraria na côrte hespanhola todas as facilidades para o seu casamento com D. Urraca, unica filha legitima de Affonso VI e de D. Constança, casamento de pura conveniencia ou interesse de familia, porque treze a quatorze annos apenas teria a noiva, que ficára sob a tutela de um mestre ou aio, o presbytero Pedro[2]. Este é o nobre francez que encontramos governando a Galliza em seguida á conquista de Santarem pelos christãos, realisada em 1093, coincidindo naturalmente a

[1] Affonso VI, segundo se pode descortinar no dedalo onde se embrenha quem sobre o assumpto pretenda alguma luz, foi casado com as seguintes mulheres legitimas, não fallando nas innumeras concubinas que se lhe attribuem:

1.ª Ignez, filha de Guido Guilherme, duque da Aquitana e conde de Poitou; casou em 1074, e durou o consorcio até 1078; não teve successão.

2.ª Constança, filha de Roberto, duque de Borgonha; mãe de D. Urraca, casada com o conde de Gallisa D. Raymundo; mãe de Affonso VII. De 1078 a 1093.

3.ª Bertha, repudiada por Henrique IV, rei da Germania, em 1093, casou em 1093; era fallecida em 1095, sem successão.

4.ª Maria Isabel, nome com que se baptisou Zaida, filha do émir de Sevilha Bemabade; mãe do principe D. Sancho, a quem pertencia o throno, e que morreu na batalha de Uclés.

5.ª D. Isabel filha de Luiz rei de França.

6.ª Beatriz, francesa como D. Constancia e D. Ignez, casou em 1108. Sobreviveu a seu marido.

D. Pelayo bispo de Oviedo não colloca Zaida no rol das mulheres de Affonso VI, mas no das concubinas, dando-lhe como 4.ª mulher uma outra Isabel, mãe de D. Sancho, mulher do Conde Rodrigo, e de Elvira. «*Hic habuit V uxores ligitimas, primam Agnetem, secundam Constantiam Reginam, ex qua genuit Urracam Reginam Conjungem Comitis Raimundi, de qua ipse genuit Sanciam et Adefonsum Regem: tertiam Bertam, Tuscia oriumdam: quartam Elisabeth, ex qua genuit Sanciam conjugem Comitis Roderici, et Geloiram quam duxit Rogerius Dux Siciliae: quintam Beatricem, quae mortuo eo repedavit in patriam suam. Habuit etiam duas concubinas, tamen nobilissimas, priorem Xemenam Munionis, ex qua genuit Geloiram, uxorem Comtis Raimundi Tolosani, Patris ex ea Urracae, Geloirae et Adefonsi, posteriorem nomine Zaydam, filiam Abenabeth Regis Hispalensis, quae baptisata Elisabeth fuit vocata, ex hac genuit Sancium, qui obiit in lite de Ucles.*» *Chr. do* OVETENSE.

[2] A Herculano, *Hist. de Portugal,* liv. I.

data da investidura no condado com a do casamento (1094).

Henrique de Borgonha.

O terceiro, finalmente, era Henrique, IV do nome, filho do duque de Borgonha Henrique, e neto do duque Roberto I. O duque Henrique tivera de sua mulher Sybilla quatro filhos: Hugo I, que herdou o ducado; Eudo, primeiro do nome, que foi tambem duque por morte de seu irmão Hugo; Roberto, bispo de Langres, e Henrique, conde de Portugal[1].

Estes tres cavalleiros francezes eram todos, como a rainha D. Constança, descendentes de Roberto, irmão de Henrique II, rei de França, a quem elle quiz disputar a corôa, apoiado por sua mãe, sendo vencido, e recebendo então o ducado de Borgonha. (Ramo Capeto directo)[2].

Companheiros de D. Henrique.

Acompanharam este principe, e estabeleceram-se com elle em terras de Portugal alguns francezes illustres, que deixaram de si entre nós nome honrado, e fundaram casas de prole e nobreza. Entre

[1] «Henry Fils de Robert I, Duc de Bourgongne. Tous les Autheurs conuiennent que cet Henry continua la lignée des Ducs de Bourgogne. Et pense, pour mon regard, que ce fut luy qui assista au sacre de Philippes I... Tant y a que Henry trespassa semblablement devant son père et laissa de sa femme, dont ou ne sçait le nom.

Hugues I, du nom, Duc de Bourgongne, duquel sera traité au Chapitre suiuant.

Eudes aussi I du nom et Duc de Bourgongue, apres son frère, qui continua la ligneé, comme il sera remarqué cy aprés.

Robert Euesque de Langres, suiuant les tesmoignages d'Orderic, des Chroniques de l'Abbaye de Beze et de plusieurs Chartes ou il est qualifié frère d'Eudes Duc de Bourgongne.

Henry qui espousa *Therese*, fille naturelle d'Alphonse Roy de Castille et de Leon, et fut institué par luy Comte de Portugal l'an MXC. comme enseigne un viel fragment d'Histoire pris de l'Abbaye de Fleury. De ce mariage vindrent Alphonse Roy de Portugal l'an MCXXXIX et de luy les autres Roys de Portugal subsequents. Ce qui a première ment esté descouuert et examiné par Theodore Godofroy Aduocat en Parlement».

Hist. des Roys, Ducs et Comtes de Bourgongne el d'Arles par André du Chesne Tovrangeav, tomo I, liv. III, pag. 273.

[2] Hugo Capeto foi o primeiro rei da 3.ª dynastia, a dos Capetos; succedeu-lhe Roberto II, seu filho, e a este o seu filho Henrique I.

Goterre, cavalleiro francez.

elles, Goterre, «cavalleiro boo e velho e de grande entendimento», homem de são conselho, que era sempre ouvido pelo conde nas occasiões difficeis, viuvo, que trouxe comsigo um filho, Payo Goterrez, tambem «grande cavalleiro e mancebo muy de prol». Fez-lhe D. Henrique mercê de terras em Guimarães e Braga, e deu-lhe o porto de Varzim; foi o fundador em Portugal da nobilissima casa dos condes da Cunha[1]; o filho edificou os mosteiros de S. Simão, de Souto e de Villela (Santo Estevam).

D. Anyão de Estrada.

Entre outros cavalleiros, não de origem franceza, mas tambem muito illustres, que vieram com o conde D. Henrique a Portugal, contam-se D. Anyão de Estrada, natural das Asturias, homem de valor, a quem Affonso Henrique deu o senhorio de Goes com vastos terrenos baldios[2], e D. Fafes Lus, filho do conde D. Fafes Saracim de Lanhoso, morto no encontro de Aguas de Maias, entre as tropas de D. Garcia de Portugal e D. Sancho de Castella; rico homem e honrado, exerceu D. Fafes Lus o cargo de alferes do conde D. Henrique.

D. Fafes Lus.

Casamento de D. Henrique.

Affonso VI de Leão e Castella não escolhera para genro da sua filha Theresa o fidalgo borgonhez unicamente pela sua nobre linhagem, mas

[1] «Este dom Gaterre veo com o conde Henrique a Portugall seendo caualleiro boo e velho e de grande emtendimento, e fiaua delle e chamavao aos seus comselhos, e deulhe o conde muitas herdades e possissões em terra de Guimarães e de Bragaa e deulhe o porto de Varazim. E com este dom Goterre uinha huum seu filho caualleiro mançebo muy de proll e avia nome dom Pay Goterrez, e el nom avia molher ca lhe morrera em sa terra». *Liv. de Linhagem do Conde D. Pedro.* PORTUG. MONUMENTA.—ESCRIPTORES, pag. 356.

[2] «Este dom Anyam foy dos d'Estrada da terra das Esturas apar de Lhanas de Sam Viçente da Barqueira, e veosse a Portugall com o conde dom Amrrique senhor de Portugal elrey dom Affomsso seu filho e da rraynha dona Tareya deu a este dom Anyam o senhorio de Gooes com todos seus termos que era emtom montanha despobrada». *Liv. de Linhagem do Conde D. Pedro.* PORT. MON.— ESCRIPTORES, pag. 367.

porque realmente, no dizer de chronista de Santa Cruz de Coimbra, era «o melhor homem darmas per seu corpo que se podia saber»; encontramos isso confirmado no desenvolvimento da sua historia, desde que ella passou a ser inscripta nos annaes da peninsula, por quanto antes d'isso não se encontra registo dos seus feitos e merecimentos.

Seus merecimentos.

Ha apenas um testemunho do tempo, exarado na chronica 1.ª de Sahagun[1], que diz que «o conde D. Henrique emquanto elrey D. Affonso VI vivia, nobremente domou os mouros, guerreando contra elles, pelo que o dito rei lhe deu, com sua filha em casamento, Coimbra e a provincia de Portugal, que são fronteiras de mouros, nas quaes com batalhador exercicio nobremente engrandeceu sua cavallaria».

Segundo informa Duarte Galvão, elle trazia em seu escudo de armas campo branco, sem outro signal, quando veiu a Hespanha, tendo-se assignalado depois pelos seus feitos[2].

Que na côrte do rei castelhano, tanto Henrique como Raymundo occupavam logar preeminente, não o dizem apenas os factos trasmittidos pelos chronistas, dil-o tambem a tradição, que os engloba no quadro brilhante dos acontecimentos da epocha.

Sua importancia na côrte.

No *Poema del Cid*, o mais antigo dos poemas heroicos da Peninsula, encontramos Raymundo e Henrique ao lado de Affonsso VI, na primeira

O Poema do Cid.

[1] Vem publicado em Appendice I da *Hist. del Monasterio de Sahagun,* de Escalona. Esta 1.ª chronica foi escripta por um monge que foi companheiro do Abbade D. Domingos I, e contem a historia do mosteiro até aos ultimos annos da abbadia do dito D. Domingos, e vae até o cap. 68; foi continuada pelo segundo anonymo, companheiro do Abade D. Nicolau I que vae até 1255.

[2] Duarte Galvão. *Coronica delrey D. Affonso Anriques,* cap. 1

plana, nas côrtes reunidas em Tolédo, onde se apresenta Cid, depois da tomada de Valencia:

> Legaua el plazo, quierem yr a la cort.
> En los primeros va el buen rey don Alfonsso
> El conde don Anrrich e el conde don Remond.
> Aqueste fue padre del buen emperador[1].

Arbitros nas côrtes de Toledo.

Ainda mais. Do que n'estas côrtes[2] se passa entre o rei e o Cid, e sobre o conflicto entre este e os condes de Carrion, que ali se derimiu e julgou, foram os dois condes, D. Raymundo e D. Henrique, escolhidos para arbitros ou juizes, e elles determinaram que os condes de Carrion restituissem ao Cid as duas espadas e os bens que este lhes dera quando os casara com suas filhas D. Elvira e D. Sol:

> «Alcaldes sean desto el conde Anrrich e el conde don Remond».

Abaixo do rei nenhum havia mais alto e de maior gerarchia. El-rei não tinha filhos; a sua fugaz esperança, um filho unico que tivera de Zaida, filha do rei mouro de Sevilha, Almotadide, fôra morto na batalha de Uclés. Aos maridos das suas filhas cabiam pois os primeiros logares junto ao seu throno, que elles ajudavam a consolidar e a ennobrecer.

Qualidades de D. Henrique.

Entre os dois era D. Henrique o mais esforçado, ou pelo menos o mais feliz nos destinos da guerra; foi essa, ao que parece, a opinião do proprio rei.

[1] Affonso VII assignava-se imperador; já seu pae Affonso VI passara a assignar-se assim depois da conquista de Toledo e maior engrandecimento do seu reino.

[2] Quer a lenda que nestas côrtes tratasse D. Affonso VI do celebre caso dos dois infantes de Carrion os quaes, quando Cid tomou Valencia, solicitaram por esposas as duas filhas do guerreiro, D. Elvira e D. Sol, mas depois de casados se malquistaram com o sogro, procedendo muito brutal e cobardemente com as suas filhas, que o campeador teve depois de vingar.

porque a elle confiou, como vimos, o difficil governo do condado portuguez, desmembrando-o e tornando-o independente do governo da Galliza, quando foi dos desastres do conde D. Raymundo, perto de Lisboa, onde viera recuperar o que pelos almorávidas lhe havia sido arrebatado, das recentes acquisições feitas pelas armas christãs.

Natural é tambem que, mesmo que D. Henrique não viesse a Portugal propriamente para tomar parte na campanha, de que Zalaca foi o terrivel episodio final, elle assistisse a essa memoravel batalha, visto achar-se em Hespanha, e que estando já á frente do condado portugalense, embora encorporado no de Galliza, quando foram os victoriosos fossados das armas de Affonso VI para áquem do Mondego, elle tivesse tambem o seu pendão arvorado entre as lanças christãs. Larga folha de serviços, e demonstrações de verdadeiro valor teriam feito jus á confiança que n'elle depositava o pae que lhe confiara uma filha, e o rei que punha debaixo da sua guarda um districto da fronteira que estava sob a constante ameaça de invasões e insultos da parte do inimigo.

Do que consta dos seus actos e caracter vê-se que ao par de um homem ambicioso e rude, era um cavalleiro valoroso, mas prudente, dotado d'aquellas virtudes que a nobre instituição da Cavallaria preconisava como sendo o verdadeiro esmalte de um coração e de um caracter: temente a Deus, esforçando-se por dar maior lustre á sua religião, arrostando para isso os trabalhos e os perigos dos que se aventuravam em longinquas cruzadas; bom administrador, equitativo e justiceiro para os que tinha debaixo da sua jurisdicção, que era n'esses tempos absoluta; respeitador dos direitos de cada classe, orgulhando-se das forças tradicionaes do estado, que estavam principalmente

na aristocracia, mas afagando os nascentes poderes, que se esboçavam já na vontade dos povos organisados em concelhos; amigo da verdade, bom pae e bom vassallo. Taes são as qualidades que o caracterisaram, e deram relevo á sua physionomia moral por uma fórma indelevel. É o que se póde deduzir, não só da lição dos factos, mas da tradição ou da lenda que conservou a sua memoria:

A tradição.

«E ante que morresse chamou seu filho don affonso anrrique e disse lhe: filho toda esta terra que te eu leixo de estorga ataa alem de coimbra non percas ende huum palmo, qua eu a gaanhey. E filho, toma do meu coraçam alguum tanto que sejas esforçado e soy companheiro a filhos d'algo. E da lhes todos seus direitos. E aos concelhos faze lhes honra. E aguisa como ajam direitos asi os grandes como os pequenos. E por rogo nem por cobyça nom lheixes a fazer justiça, cá se huum dia leixares de fazer justiça huum palmo, logo em houtro dia se arredara de ti huuma braça de teu coraçom. E porem meu filho tem sempre justiça em teu coraçom, E aueras deus e as jentes. E nom consentas em nenhuuma guissa que teus homeens sejam soberuos nem atreuudos em mal, nem façam pessar a nenhuum, nem digam torto, ca tu perderias per taas coussas ho teu boo preço se o nom uedasses[1]».

Estas palavras que a lenda põe na bocca de D. Henrique, á hora da morte, como recommendações ao filho, que sendo aliás de dois a tres annos de idade[2] as não podia recolher no espirito, representam a herança dos altos sentimentos de

[1] *Chron. Breves e Mem. Avuls. de S. Cruz de Coimbra.* Portugaliae Monumenta — Escriptores, pag. 29.

[2] ... *mortuo patre... cum adhuc ipse puer esset duorum vel trium annorum.* Chron. Goth. ou Lusit.

brio, de dignidade, de justiça, de bondade legada aos reis de Portugal por aquelle que lançara a primeira pedra nos fundamentos da monarchia portugueza, herança, portanto, que podemos chamar nacional. Por isso, perto de quatro seculos depois, em 1434, eram essas palavras recordadas por um principe da Igreja, o bispo do Porto, a um rei, ponderado e justiceiro, porém pouco venturoso, el-rei D. Duarte, recommendando-lhe que seguisse aquelles nobres concelhos, os quaes, dando-os a seu filho e primeiro rei de Portugal, *ipso facto* o conde os legava tambem aos seus descendentes [1].

Quatro seculos depois.

[1] «E nembrevos Sñr que o Conde Dom Anrrique vosso oitavo Avo Jazendo doente em Astorga sua cid.ᵉ de dor da qual morreo chamou seu filho Dom Affonso anrriques vosso 7.º Avo o primº Rey de Portugal e antre as cousas que lhe especialm.ᵗᵉ encommendou foy que fosse companheiro aos Fidalgos, elhes desse todos seus Direitos, e aos Concelhos que fizesse sempre m.ᵗᵃ honra de guisa que ouvessem todos seus Dir.ᵗᵉˢ assi grandes, como pequenos, e que por rogo, nem por cobica nunca sua justiça perecesse, qua se hum dia deixando de a faser, a afastasse de si hum palmo, em outro dia se afastaria de si e de seu coração huma braçada, e que porem tivesse sempre justiça e amasse em seu coração, que o amaria Deos, e as gentes e que nom consentisse em nenhua guisa que seus homes fossem sobervos nem atrevidos em mal, que se o nom vedasse, perderia o seu bom preço.

«E porem Sñr, por a S.ᵗᵃ justiça ser tão alta virtude, e tanto aos Reys necessareo, e ser tão aficadamˡᵒ encomendada por vosso 8.º Avo a seu filho, e p. conseguit. aquelles que delle descenderom como vos descendeis vos aves de soceder por benção e herança assi como soccedes parte daquella terra, e senhorio que seus forõ, e amala, e abraçala comvosco assi estreitam.ᵗᵉ que nunca se parta de vosso coração, e que vos por mingoa della nom percaes o vosso bom preço, de guisa que todo o vosso povo possa dizer de vos o que o Esp.º S.ᵗᵒ disse a David : Porque tu amaste a Justiça e aborreceste maldade, por esso te ungio Deos em Rey antre todos os de tua Linhagem, e justo he ElRey N. Snr, pois amou justiça e igoaldança esgardarom os seus olhos, e onde o assi fizerdes, o que esperamos que fareis, reinareis sobre as cousas, que a vossa alma deseja segundo que he escritto 3.º Reg. c. II. E em esto Snr, honrrareis as Igrejas Ps.ᵃˢ e ministros dellas, e lhes gardareis suas liberdades e franquezas, e os Fidalgos acharão em vos merces, gasalhado, e acrecentamᵗᵒ e os povos favores, defensom e criamento».

Livro da Cartuxa d'Evora, pag. 86. *Conselho do Bispo do Porto a ElRei D. Duarte, carta escripta em Santarem aos 5 dias de Dezembro era de 1433.* Bibliot. N.ᵃˡ Ms. *L/6/45.*

Apreciação errada.

Os escriptores hespanhoes, que encaram a individualidade de D. Henrique collocando-se no ponto de vista da unidade da Hespanha, accusam-no de ambicioso, intrigante, desleal, tendo por unica mira o seu engrandecimento, e chega-se ao ponto de dizer que «morreu de uma morte tão obscura que nenhuma historia ou documento logrou esclarecer[1]».

Justificação

É uma grave injustiça. D. Henrique foi leal com seu sogro, a quem sempre auxiliou e seguiu, em cuja côrte o encontramos frequentes vezes, e em cujo nome dá foraes ás terras; e se no meio das turbulencias e ambições insoffridas da epocha procurou engradecer o condado de que era chefe, engrandecendo-se elle proprio, nunca o fez pelos processos que a tantos principes e a tantos chefes tingiu de sangue, por vezes parricida e fratricida, as mãos soffregas, mais aptas para se servirem do punhal homicida do que da espada libertadora; serviu-se apenas dos seus talentos, da sua habilidade, do seu valor; e o nome illustre que legou, longe de ser obscuro, representa uma justa compensação do esforço, coragem e persistencia com que elle emprehendeu uma obra de emancipação, que dura ha oito seculos.

Era ambicioso, de certo, como todo o senhor de terras do seu tempo, em que o poder real não estava ainda bastante consolidado para subjugar as veleidades de mando e de accrescimo de dominio que animava todo o homem de categoria, investido n'uma parcella que fosse de poder.

Era um guerreiro, mas era tambem um politico, e buscou tirar partido das circumstancias que o favoreceram, pelos processos que então se usavam; mas soube tambem enfrear a sua ambição emquanto viveu o sogro, a quem não consta que ti-

[1] Lafuente y Valera. *Historia de España*. Tom. I, liv. II, cap. VI.

vesse creado difficuldades, antes serviu lealmente; é nos seus ultimos quatro ou seis annos, quando a disputa era contra uma sua cunhada, D. Urraca, feita rainha, ou contra o marido d'esta, D. Affonso de Aragão, que elle entende poder legitimamente adquirir, não só maior quinhão para o seu dominio, — como já o desejara quando simples vassallo, durante a vida do sogro, n'aquella instabilidade de divisões territoriaes que caracterisava esse periodo de guerra nacional, — mas o imperio todo.

Affonso VI não deixara filho varão que lhe succedesse no throno; a successão n'uma filha não tinha a mesma força, nem representava o mesmo direito.

Filha por filha, tambem sua mulher, a infanta D. Thereza, o era; e exemplos de filhos bastardos terem consquitado a primasia pela força ou pelo ardil, abundavam na historia de todos os tempos.

Sabe-se que D. Henrique quando viu seu sogro proximo da morte, o fôra procurar, e não saíra satisfeito da conferencia; evidentemente, tentara influir no animo do rei para que legitimamente, e por vontade do soberano e sua iniciativa, fosse feita justiça a D. Thereza na partilha do reino, ou naquella porção de territorio com que entendia dever ser accrescentado o condado de Portugal.

Dava assim uma prova da submissão, que até final guardara, e do desejo que o animava de evitar futuras complicações.

Era este o insubmisso?

Com a morte do sogro, á qual não quiz assistir, apesar de estarem ali presentes quasi todos os nobres e condes do reino [1], as circumstancias mudavam. O direito de D. Urraca ao throno não podia ter para elle a mesma força.

[1] *Anonymos de Sahagun*, cap. XIV.

Põe então abertamente a questão, sem contemplações, nem rodeios.

*
* *

Os dois borgonhoses.

O conde D. Henrique, de Portugal, que «venia de sangre real de Francia», era primo co-irmão do conde D. Raymundo, da Galliza «que venia de la geracion real de los franceses[1]»; Sybilla, mãe de D. Henrique, era filha do conde de Borgonha Reinaldo, e irmã do pae de D. Raymundo, o conde de Borgonha Guilherme I.

Suas mulheres.

D. Thereza, mulher de D. Henrique, era irmã de D. Urraca, mulher de D. Raymundo, ambas filhas de D. Affonso VI: esta havida da sua terceira mulher D. Constança, aquella provinda de uma sua manceba, «pero bien noble», no dizer do chronista do Sahagun, D. Ximena Nuñez ou Muñoz (Muniones)[2], asturiana; porque o conquistador de Toledo foi tão rico de mulheres como de façanhas.

A mãe de D. Thereza.

D. Ximena Nuñez ou Muniones (porque seu pae ora é chamado Nuño ora Munio nos documentos antigos), é tida por alguns escriptores como mulher de D. Affonso VI[3] desde 1078 até 1080, e querem alguns que por Gregorio VII tivesse sido separada d'elle, por ser parenta proxima de sua primeira mulher; Lafuente não a dá nem como con-

[1] *Anon. de Sahagun*, cap. XVII e XXI.

[2] No tempo de Ramiro II, encontramos no *Chronicon de Sampiro* nomeado Nunius Muniones, Nuno Muñoz, conde de Castella, mas de origem gallega, como tendo povoado Roa com os seus homens; foi depois um dos que se rebellaram contra D. Ramiro, por quererem ser não condes feudatarios, mas condes soberanos. *Chr. de Sampiro*, 23.

[3] Sustentou entre nós esta opinião, contraria a antigos e numerosos testemunhos, D. Francisco de S. Luiz.

cubina, nem como mulher legitima, mas sim como mulher illegitima, por aquelle facto [1]; mas a argumentação de Herculano, que se baseia em documentos irrefragaveis, é dicisiva, e mostra que a bulla de Gregorio VII se referia a D. Constança [2].

De 1074 a 1078 tivera D. Affonso VI por esposa D. Ignez, filha de Guido Guilherme, duque de Aquitania e conde de Poitou, por morte ou separação d'esta, e reinando já no seu coração a asturiana Ximena, recebeu por mulher a infanta franceza D. Constança, que era, como vimos, filha do duque de Borgonha Roberto e viuva de Hugo II, conde de Chalons.

Princezas de França.

Esta predilecção de Affonso VI pelas princezas de França tem em grande parte explicação nas allianças necessarias com as monarchias christãs de além Pyrineus, e na grande influencia que a França ia já exercendo na Hespanha, principalmente pelo elemento sacerdotal. Sua primeira mulher, D. Ignez, era franceza; e, alem de D. Constança, francezas eram tambem as duas ultimas suas consortes, D. Bertha [3] e D. Beatriz, que lhe sobreviveu.

Estas circumstancias explicam a situação especial desde logo creada pelos fidalgos francezes, que foram a pedra angular de duas fortes dynastias da Peninsula.

D. Henrique em Portugal.

Desde principios do anno de 1095, provavelmente, e com certeza no anno de 1097, está o conde D. Henrique governando, com uma relativa in-

[1] Lafuente y Velera. *Historia de España,* tomo I, liv. II, cap. III

[2] A. Herculano. *Hist. de Port,* tomo I, nota III.

[3] Que era francesa dil-o uma carta de venda do Mosteiro de Ioyba, bispado de Mondoñedo, citada por Prudencio Sandoval, carta na qual Hero Rodrigues e outros vendem herdades em Trasancos: «*Era 1134. 15 k. Novemb. regnante Rex Adefonsus in Toleto cum coniuge sua Bertha, de genere Francorum, in orbe Galletiae regnante comite Raymundo cum coniuge sua filia Adefonsi Rex*».

dependencia e soberania, como consul ou conde, o territorio que desde o Minho até ao Tejo havia sido erigido em districto autonomo, e independente do condado da Galliza[1]; esse territorio é o que propriamente passou, como vimos, a chamar-se o *Condado de Portugal*. Esse territorio, cedido a D. Thereza e a seu marido o conde D. Henrique, como bens hereditarios *(jure hereditario)*, isto é, para ser transmittido aos descendentes, não constituiam, porém, o dote da infanta, porque era isso contrario á lei visigoda; o dote levado pela mulher ao marido, e não dado pelo noivo á noiva, era disposição legal romana[2].

De posse do condado de Portugal, D. Henrique

[1] É interessante o capitulo que, no tomo 4.º das *Dessertações Chronologicas e Criticas*, consagra João Pedro Ribeiro ao estudo das origens de condado portuguez, á vista dos documentos do seculo XI e XII. D'elle se chega ás mesmas conclusões que deixámos expressas no capitulo anterior, de como pela palavra *Portugal* se começou por entender, não um territorio separado da Gallisa, mas um districto da cidade do Porto, em contraposição de Coimbra, tendo diversos governadores. Affonso VI deu ao seu genro D. Raymundo o governo da Gallisa unido ao do Porto e Coimbra, por isso elle se denominava ora — *totus Galeciae princeps*, ora *dominante Colimbria et Portugal*; quando se conquistou Santarem aos Mouros elle passou a appelidar-se «conde de Galisa e Santarem»; as suas memorias como governador d'estas provincias duram até agosto de 1095 (era 1133).

Em dezembro d'esse anno apparece o conde D. Henrique governando Coimbra, com o titulo de *Conde Portugalensis*, dominando «*a flumine Mineo usque in Tagum*», restringindo-se portanto o governo de Raymundo á Gallisa, até ao rio Minho.

É inegavel que já no tempo de D. Fernando o Magno o Porto tinha um governador particular; e que conquistada Coimbra, esta passou a ter um governador proprio, o *alvazil* ou *consul* Sisenando, (até 1092), sendo os limites d'esse districto: ao sul os dominios mouriscos, ao norte o Douro, ao poente o oceano, ao nascente Lamego. No governo de Coimbra, como vimos, segue-se a Sisenando o seu genro Martim Muniz (1092) atè ir governar Arouca; a este segue-se o conde D. Raymundo (1094), e a este o conde D. Henrique (1095). No governo do Porto encontramos em tempos antigos Ermenegildo, conde de Tuy e de Portugal, depois Nuno Mendes no tempo de D. Garcia, Monio Hermiges em 1074, e o conde D. Henrique, sob a superintendencia do conde D. Raymundo, até assumir em 1095 o governo independente.

[2] Alexandre Herculano. *Historia de Portugal*, tomo I, nota VI.

teria, como era natural, começado por cuidar da sua organisação, tratando de o prover dos meios necessarios para se defender das agressões dos almorávidas, senhores do territorio ao sul do Tejo, e de se preparar para a empresa de dilatar os seus dominios, quer para o lado dos mouros, quer mesmo para o das outras fronteiras, se as guerras civis, tão frequentes, lhe permitissem tirar partido das circumstancias. Era o regimen em que viviam os diversos senhores, não só em relação aos dominios uns dos outros, mas do proprio soberano, de quem, nas divisões territoriaes procuravam obter, de bom grado ou por imposição, um quinhão maior.

Organisação do condado.

Seir, o logar-tenente de Iuçufe, depois de se assenhoriar de Badajoz e outras praças da antiga Lusitania, como vimos, fôra, com uma forte armada, sujeitar ao dominio dos almoravidas as ilhas Baleares; essa diversão das armas do novo e terrivel invasor da Peninsula, permitira a Affonso VI a empresa de preparar o alargamento dos seus dominios, entrando pelos territorios muslimicos. Assim, em 1097 tomou Consuerga, que os sarracenos, tambem pelo seu lado, em correrias pelas terras dos christãos, rehouveram em seguida; e, nesse mesmo anno, segundo todas as probabilidades [1], encarregou o conde D. Henrique de repulsar a invasão que contra Castella vinha commandando Ali Benalaje, a quem se reunira, com o seu corpo, Bem Sacun, tendo o conde portuguez de transpor os Montes de Toledo e travar com o inimigo sangrenta peleja em Malagon, perto de Ciudad Real; mas vendo-se por fim forçado a retirar. O commando d'esta expedição, confiado a D. Henrique, viria confirmar a confiança que n'este seu genro depositava, como guerreiro, o rei de Leão.

Invasão de Seir.

D. Henrique no combate de Malagon.

[1] Alexandre Herculano. *Historia de Portugal,* tomo I, liv. I.

Romaria a Compostella.

De fins de 1097 a principios de 1098 acha-se D. Henrique em Compostella, em romaria ao celebre templo consagrado a S. Thiago, o santo protector da guerra contra os mouros, em toda a Hespanha, emquanto S. Jorge não tomou para si a protecção especial dos portuguezes. Nem por isso deixou S. Thiago de ser favoravel ás nossas armas, como a fé dos nossos guerreiros teve por cousa irrefragavel, por exemplo, na segunda tomada de Gôa, ao vel-o batalhar ao seu lado, cingido na sua branca tunica; os proprios mouros o haviam visto; e Affonso de Albuquerque, não só em sua vida, mas em seu testamento, provou, em valiosas offerendas, o seu reconhecimento por tão grande favor [1].

Ao raiar o seculo XII, em 1100, e ainda em 1101, encontramos D. Henrique na côrte do seu soberano e sogro.

Vê-se que pelo lado do sul a moirama, entretida com as tentativas do lado de Castella, e solicitada tambem pelas turbulencias que se davam em Africa, deixava em paz o districto portuguez.

*

* *

Viagem de D. Henrique á Palestina.

Estas treguas, que tambem pelo seu lado D. Henrique se não sentiria com forças para romper, preferindo a consolidação interna ás aventuras de conquista, cujos resultados não lhe eram garantidos pelos recursos de que dispunha, animaram-no a ausentar-se, temporariamente, dos seus dominios. Nos primeiros mezes do anno de 1103 partiu para a Palestina, para onde um verdadeiro exodo de christãos se estabelecera, sobre tudo depois da to-

[1] *Testamento de Affonso de Albuquerque.* Memoria da Academia Real das Sciencias. 1899.

mada de Jerusalem. Da derrota de Zalaca proviera tambem a irritacão dos christãos da Europa contra os musulmanos.

A idade media.

O seculo XI representa um periodo organico em que as diversas classes da sociedade accentuam os seus caracteres e desenvolvem as suas forças proprias. As classes trabalhadoras começavam a adquirir os seus foros e liberdades; a nobreza do sangue e a nobreza do dinheiro constituiam a forte e bem ordenada milicia dos homens de armas e cavalleiros, avidos de façanhas e proesas; o poder sacerdotal, concentrado nas mãos do papa, representava a força suprema, dirigente, decisiva, que se interpunha a todos os poderes e os dominava. Gregorio VII é a expressão maxima d'essa força; Urbano II acha-se em condições favoraveis para a pôr em acção. D'ahi a primeira cruzada (1095-1097).

Os arabes.

Em todo o Oriente, onde a soberania fôra partilhada durante muito tempo entre os nazarenos e os musulmanos, estes tinham absorvido todos os estados christãos; em toda a Asia ficava apenas, á sombra da cruz, o estado da Armenia, sobre os alcantis do Taurus; em tudo o mais campeava o crescente.

O tumulo de Christo.

Em Jerusalem, onde os imperadores romanos haviam erguido um tumulo a Christo, ao favor dos agarenos e á sua tolerancia deviam os christãos o poder ainda continuar as suas perigrinações. Para a christandade era aquelle o logar por excellencia das romarias piedosas, manancial de indulgencias, fonte de agua lustral para os remorsos da alma, objecto de culto e devoção, acrisolada agora pelo infortunio de ver um tão sagrado objecto nas mãos dos infieis.

O movimento das cruzadas.

Já Gregorio VII pensava em se pôr á frente de um exercito onde reunisse todos os que se sen-

tiam attrahidas por esse grande foco de luz que, melhor que nenhum, illuminava as consciencias. Em 1064 o arcebispo de Maguncia conduzira ali 7:000 homens; desde os fiords da Scandinavia, até os extremos archipelagos da Italia, companhas, mais ou menos numerosas, íam em peregrinação através da Asia Menor, até ao Santo Sepulchro, buscar reliquias, trazer palmas de Jerichó, edificar-se na contemplação dos logares sagrados, banhar-se no Jordão.

Era necessario canalisar, ordenar, dirigir essas correntes humanas, até então dispersas ou desordenadas, que muitas vezes se entrechocavam e se combatiam, e convertel-as em levadas que destruissem as muralhas erguidas entre os christãos e o tumulo do fundador da sua fé.

Seu caracter.

Foi esse o papel de Urbano II, que realisou o pensamento de Gregorio VII, não commandando uma expedição de armas, porém, melhor ainda, prégando a guerra, acendendo no coração dos crentes a febre da conquista do Santo Sepulchro. A essas correntes puras da fé, viriam juntar-se as enxurradas de homens levados pela curiosidade, pela aventura, pela ambição, pela necessidade de um emprego, de um meio de vida, e até com o fim de expurgar peccados e lavar a consciencia das maculas da culpa.

Ao crente, puramente comtemplativo e mystico, seguiu-se o cavalleiro peregrino, o aventureiro da fé e da conquista, que teve em mira estabelecer-se na Terra Santa, adquirir ali poderio e riqueza, e foi d'esse a obra da reivindicação e da reconquista. Ainda assim a Europa na idade media não estava em condições de poder attender ás necessidades de uma forte emigração que creasse raizes firmes no Oriente; não podia isso ser resultado de simples conquista, mas de colonisação.

Quando D. Henrique de Portugal foi á Palestina já se tinha realisado a primeira grande cruzada, que, em Jerusalem, escolheu para chefe Godofredo de Bulhão; promovêra-a Urbano II, incitára-a o concilio de Clermont; com Adhenar de Monteuil, bispo de Puy, milhares de individuos tinham obtido a sagração, e o direito de usarem a cruz sobre o hombro esquerdo; cruzados se chamaram por isso. Por toda a parte os monges e os padres, destacando-se entre elles Pedro o Ermita, prégavam as vantagens e a necessidade da guerra santa; vinda do norte da França, das margens do Rheno na Allemanha, da Provença, da Italia, de toda a parte se reuniu em Constantinopla uma multidão enorme. Não se lhe podia dar a nome de exercito, comquanto se apresentassem armados, em bandos, sob o pendão dos seus chefes e senhores. Transpozeram o Bosphoro, atravessaram a Asia Menor; no caminho muitos dos mais poderosos íam dando pasto á ambição do mando e da riqueza, tomando posse de cidades e territorios; internas e profundas dissenções lavravam entre os cruzados; mas estava por attingir o objectivo principal; Jerusalem, fortemente assediada e combatida, rendeu-se no segundo dia. Foi a 15 de julho de 1099.

A primeira cruzada.

Conquistar tinha sido relativamente facil; manter os dominios christãos, com as pequenas forças de confiança de que se dispunha era o mais difficil; o grosso das gentes havia regressado á Europa, grande parte ficára nos caminhos, por esses climas inhospitos, ou nos campos de batalha.

Mas a predica e a propaganda a favor das expedições ao Oriente continuavam. Paschoal II proseguia com enthusiasmo a obra de Urbano II.

A fama das aventuras passadas e dos lucros e vantagens por muitos colhidas eram tambem incitamentos fortes. Recrudesceu o movimento em

Cresce o movimento.

1100. Organisou-se uma nova cruzada. Em 1101 entrava no Oriente essa poderosa expedição, composta de 50:000 italianos, sob as ordens do arcebispo de Milão, de 50:000 homens sob o commando do duque de Aquitania, e entre os capitães de troços mais ou menos numerosos, o arcebispo de Saltzburgo, os bispos de Laon, de Soissons, de Paris, o margrave da Austria, o duque de Baviera, os condes de Bolonha, de Blois, de Nevers.

Em tres grandes exercitos se dividiu esta turbamulta. O primeiro, composto de aquitanos e allemães, seguiu pela Asia Menor, e foi disseminado pelo caminho, batido e destruido perto de Heraclêa, por um exercito musulmano que fora ao seu encontro. O segundo, commandado pelo conde de Nevers, que tendo partido depois do exercito dos lombardos e francezes, esperava fazer com elle juncção, indo pela Syria, foi assolado e disperso pelas arremetidas dos musulmanos e pelas inclemencias do clima. O terceiro, finalmente, o que saíra primeiro, de 260 mil homens, na maior parte francezes do centro da França e lombardos, ia sob o commando de Raymundo de S. Gil, IV conde de Tolosa, muito nosso conhecido, pois é o mesmo que casou com D. Elvira, irmã da condessa de Portugal, e filha de Affonso VI e de D. Ximena Muñoz, a asturiana. Este exercito não teve melhor sorte, porque tendo embarcado em Constantinopla, em junho de 1101, entrou na Asia Menor, com o fim de ir contra Bagdad, depois de ter liberto Boamonde, principe normando, o qual, senhor da Antiochia, se aventurára a ir em auxilio de um principe armenio na Asia Menor, e fôra ali batido e feito prisioneiro pelos turcos. Depois de tomar Ancyra, e tendo seguido pelo curso do Halys, sem subsistencias, em paiz devastado pelos musulma-

nos, foi Raymundo de Tolosa atacado por estes e desfeito o seu exercito.

Raymundo de S. Gil tornára-se notavel, auxiliando Gregorio VII a combater os normandos. Já na primeira cruzada entregára os seus dominios a seu filho Bertrando e partira para a conquista do Santo Sepulchro. Fôra mesmo elle, depois de Boamonde, e até á tomada de Antiochia, quem tivera o commando superior das forças, tendo este sido confiado só depois da rendição da cidade a Godofredo de Bulhão, que aliás tem passado erradamente por ser considerado o chefe permanente e o impulsor d'essa cruzada.

Raymundo de S. Gil.

A escolha de Godofredo foi por indicação de Raymundo, que recusou a corôa de rei de Jerusalem.

N'esta segunda cruzada, em que Raymundo se fizera acompanhar de sua mulher D. Elvira, foi infeliz. Desfeito o seu exercito, refugiou-se em Antiochia, onde governava Tancredo, sobrinho de Boamonde, e ali se lhe foram juntar os restos dispersos da grande expedição que assim se desfizera, com um sopro da sorte adversa, por falta de cohesão e de plano.

Tancredo aprisionou Raymundo, naturalmente receiando que o viesse incommodar mais tarde e perturbal-o nas suas ambições; e só lhe deu liberdade sob palavra de que se não assenhoraria de nenhuma praça entre Antiochia e S. João de Acre. Assim o compriu o conde de Tolosa; com o auxilio de uma esquadra genoveza, atacou e tomou Tortosa, onde fundou um principado, e em seguida estabeleceu-se defronte de Tripoli, levantando uma fortaleza. D'ahi em diante continuou nas suas conquistas, e morreu em 1105, succedendo-lhe seu filho Bertrand, que, tomando Tripoli, se fez proclamar seu conde, sob a obediencia do imperador de Constantinopla.

Nascimento do Affonso Jordão.

Em 1103 estava Raymundo de S. Gil na Syria, continuando as suas conquistas, e n'esse anno tinha ali sua mulher um filho que ficou chamando-se Affonso Jordão[1], Affonso como seu avô materno, Affonso VI de Hespanha, e Jordão por ter sido banhado nas aguas do rio santo, como era da devoção dos cruzados.

Teria D. Henrique ido ter com o cunhado?

Teria a viagem do conde D. Henrique de Portugal ao Oriente alguma relação com estes factos em que figura o seu primo e cunhado, o conde de Tolosa Raymundo de S. Gil?

Iria levar-lhe o seu auxilio, ou pessoal ou de tropas, nas difficuldades e emprehendimentos em que andava, agora que os desastres da cruzada haviam trazido o desanimo á Europa, vendo-se esta na necessidade de pensar a serio na desforra?

Interrogações.

Iria apenas no desejo de visitar os Logares Santos, em romaria, ou no proposito de tirar da sua consciencia o peso de algum escrupulo de alma, segundo era uso devoto n'aquelle tempo, aproveitando o ensejo para ver seu primo, sua cunhada e o sobrinho recemnascido, visto a epoca do nascimento de Affonso Jordão coincidir com a da ida de D. Henrique á Syria (1103)?

Foi para tomar parte nas operações militares, mesmo independentemente da situação em que se encontrava Raymundo de S. Gil, a exemplo de tantos senhores, e a despeito da prohibição imposta aos de Hespanha pelo papa Paschoal II, a fim de evitar que faltassem braços e cabos de guerra para a não menos importante empresa de expulsar do solo europeu o crescente agareno?

Outras tantas perguntas são estas a que os documentos não dão resposta.

[1] Fr. Prudencio de Sandoval. *Hist. de los Reys de Castilla y Leon*, tomo I, pag. 84.

A prohibição de Roma não era um impedimento tão absoluto que o proprio arcebispo de Toledo, Bernardo, não tivesse ido a Jerusalem na primavera de 1104, e que não tivesse tambem, seguido para a Syria o bispo de Coimbra, Mauricio, que suppõe-se até ter acompanhado o conde D. Henrique. O elemento sacerdotal era o primeiro a animar, a dar o exemplo, n'essa verdadeira febre que se apossara dos christãos da Europa, tendo por objectivo a manutenção dos reinos nazarenos no Oriente, e o alargamento d'elles. Era um movimento religioso e guerreiro, mas que se tornára tambem aventureiro e mercantil.

Conjectura-se que o conde D. Henrique tivesse seguido na armada genoveza que em 1104 foi auxiliar Balduino na conquista de Ptolomaida (S. João de Acre).

Regresso de D. Henrique.

O conde D. Henrique regressou a Portugal em 1105; pouco tempo se demorou, portanto, no Oriente.

Influencia indirecta das cruzadas em Portugal.

Estes acontecimentos, comquanto pouco esclarecidos pelos documentos, mostram que não deixou de ter influencia, embora indirecta, no nascente estado portuguez esse poderoso elemento que tanta acção teve nos destinos do mundo, as cruzadas.

O christianismo, os arabes, as cruzadas foram as tres fortes causas das transformações sociaes n'aquellas epocas, os tres grandes agentes da civilisação, percursores do renascimento. Das duas primeiras cruzadas recebemos directo influxo; á terceira não concorremos com expedições e reforços militares, porque missão parecida nos prendia no campo de acção limitado entre os Piryneus e os mares, mas tivemos ali representação na pessoa do chefe do nascente estado, e porventura nos individuos que ali o acompanharam.

Cruzada permanente era a que se batalhava na Peninsula, onde a cada instante se media a espada christã com a cimitarra mourisca.

*

* *

Em 1106 está D. Henrique na côrte do sogro; e é, ora aqui, ora em Coimbra, ora em Guimarães, que o encontrâmos. Na administração do condado, no povoamento dos seus logares, em algaradas nos territorios musulmanos do sul estaria então empregando a sua actividade.

Morte de Affonso VI.

Em junho de 1109 morreu Affonso VI; os sarracenos julgaram o momento asado para levantar a grimpa. Os territorios para o sul de Santarem, limite do dominio christão, que tinham como nucleos principaes Cintra e Lisboa, hastearam o pendão de guerra, ou da rebellião, se é que, segundo conjectura Herculano, esses povos, que se tinham libertado do poder dos almorávidas, depois das conquistas de Seir em 1095, se encontravam collocados sob a protecção do rei de Leão, como seus tributarios. O conde D. Henrique invadia-os em junho de 1109 e Cintra caia em seu poder[1].— O conde estava em 29 de julho, em Vizeu, já de regresso da expedição.

Rebelliões musulmanas.

D. Henrique retoma Cintra.

Invasão de Ali.

No fim d'esse anno de 1109 dava-se uma nova invasão almorávida no Garbe. Ali, successor de Yuçufe nos dominios ao norte de Africa ou em Hespanha, viera á Peninsula logo no anno seguinte a tomar conta do poder (1107) e dispozera

[1] *Era 1147. Mense Julio iterum capta fuit Sintria à comite D. Henrico genero D. Alfonsi Regis marito filiae suae Reginae D. Tarasiae. Audientes enim Sarraceni mortem Regis D. Alfonsi coeperunt rebellare.* Chr. Goth. ou Lusit.

Folha 120 do Livro das Fortalezas. Torre do Tombo

Estampa IV

Cintra — (Do livro das fortalezas de Duarte das Armas)

tudo para a forte expedição que no anno immediato dirigiu pessoalmente (1108). É o anno terrivel da derrota de Uclés, ganha por Temin, irmão de Ali, e onde perdeu a vida o unico filho varão de Affonso VI, havido de sua mulher a moura Zaida. Realisa-se a referida expedição almorávida nos fins de 1109, e tem por fim rehaver os territorios das nossas actuaes provincias do Alemtejo e Extremadura, que dez annos antes haviam sido trazidas ao seu jugo e que teriam retomado, por meio da revolução, a sua antiga bandeira.

No anno de 1110 dão-se conquistas dos almorávidas no centro da Hespanha, tomando Ali pessoalmente Talavera, Madrid, Guadalajara; o emir de Saragoça vae levantar o cêrco que os leonezes haviam posto a Tudela; e o terrivel Seir invade o antigo emirado de Badajoz, que já soffrera em 1095 o jugo dos almorávidas, e toma aos sarracenos, alem d'aquella praça, as de Evora, Lisboa, e aos christãos a de Cintra, pois que o conde D. Henrique a sugeitara em 1109. Na primavera de 1111 Seir põe cêrco a Santarem, que de maio a junho d'esse anno cae em seu poder. É o anno em que nasce Affonso Henriques, a quem caberia a gloria de trazer definitivamente aquella praça ao dominio dos portuguezes [1].

Seir toma Cintra e Santarem.

Durante os dois annos que vão desde a tomada de Cintra até á perda, não só d'esta praça, mas de Santarem, que fôra durante cinco annos pelo menos o posto de observação e a base de defeza na fronteira do sul, graves preoccupações agitam o espirito do conde D. Henrique e o obrigam a jornadas e peregrinações longas, sendo essa decerto

[1] O *Chronicon Lusitano* ou *Goth.* dá o infante nascido na era de 1115 (anno 1103); mas n'outros pontos contradiz-se, e por duas vezes dá informações que fixam em 1111 a data d'esse nascimento. Vid. nota XI da *Hist. de Port.* de Herculano, tomo I.

uma das causas de não terem encontrado os almorávidas, da nossa parte, a resistencia que era de esperar e que estavamos em condições de lhes oppor. Mas é que a morte de Affonso VI sem successão varonil trazia a Hespanha christã em grave crise e sobresalto, e, por esse motivo, animados e cheios de ousio os musulmanos.

Ambições de D. Henrique.

Nas complicações da côrte tinha o conde D. Henrique um papel importante; espicaçado pelo aculeo da ambição, as circumstancias pareciam favorecel-o.

Pacto com D. Raymundo.

Tendo sido leal ao seu sogro e rei, não havendo levado a sua ambição alem do desejo de engrandecer os dominios do seu condado, mas sob a auctoridade do seu soberano, D. Henrique concebera o sonho de, por morte d'este, poder ser soberano elle proprio n'uma porção maior ou menor da monarchia leoneza. Para isso se tinha encontrado a sua ambição com a do seu primo e cunhado D. Raymundo da Galliza, e ambos haviam firmado um pacto para a partilha d'esse reino por morte do legitimo rei[1].

É necessario estar dentro do espirito da epoca, é necessario considerar toda a ordem de rasões ou de sophismas que teriam actuado nos espiritos d'estes dois homens, ambos casados com filhas do rei, e portanto no direito de partilharem por qualquer fórma da herança do sogro, para se comprehender bem a situação e a aquilatar.

Qual a sua data?

Um ponto importante a averiguar, e que os documentos não esclarecem, é qual a data d'esse pacto. Nasceria das intenções de D. Affonso VI de dar a successão do throno a seu filho D. Sancho, havido da moura Zaida? Tendo-se patenteado em 1106 essas intenções, dataria d'essa occasião o accordo

[1] Vide no fim do volume, doc. II.

dos dois condes[1]? N'esse caso, D. Urraca, como filha mais velha e legitima, teria encontrado no marido o paladino dos seus direitos; D. Thereza, embora bastarda, desejaria partilha na situação, porquanto D. Henrique, seu marido, poderia servir de forte appoio á causa da sua irmã, e ter uma justa recompensa d'isso em territorios. D'ahi o pacto, onde é evidente a superioridade da situação do conde D. Raymundo, reconhecida por D. Henrique.

Este pacto não teria sido tão secreto que não constasse d'elle alguma cousa, ou d'elle teriam resultado quaesquer demonstrações que determinassem reservas e malquerenças. Mas se de D. Raymundo se póde dizer que esteve um tempo malquistado com o sogro, o mesmo se não póde affirmar de D. Henrique, que até final o seguiu e acompanhou lealmente.

Morte de D. Raymundo.

Em 1107 morria o conde D. Raymundo, e com elle o pacto dos dois primos e cunhados.

Entrevista de D. Henrique com o sogro.

Segundo o anonymo de Sahagun, pouco antes de D. Affonso VI fallecer, foi ter com elle a Toledo D. Henrique e d'ali saíu irado «no sé porque saña ó discordia». Tudo leva a suppor que se tratou ali da successão do reino; D. Henrique advogaria a partilha com D. Thereza, sua mulher; D. Affonso VI defenderia a entrega integral do reino a D. Urraca; d'ahi o desaccordo, que faria com que o genro abandonasse agastado a casa do sogro, tão pouco condescendente e generoso, e que não estivesse presente «quando el-rey queria morir e disponia de la succession del reino»[2].

Morte de Affonso VI.

A batalha de Uclés foi em 1108. D. Affonso VI, a quem este golpe terrivel vinha acabar de cortar

[1] Sobre a provavel data do pacto vide as conjecturas de João Pedro Ribeiro. Diss. *Chron*, tomo III, pag. 45, nota *b*.

[2] *Anonymos de Sahagun*, cap. XXI.

os fios já tenues da existencia, deixava o mundo em junho de 1109; n'esse intervallo teria D. Henrique empregado esforços para convencer o sogro; essa entrevista «dias antes que el-rey ficiesse fin de vivir» representaria o derradeiro esforço.

Já os almorávidas assolavam o Garbe; já as suas cimitarras reteniam proximo da fronteira christã. Era certo que entrando por Badajoz o almorávida trataria de rehaver o perdido, castigando aquelles que se haviam libertado do dominio não ha muitos annos estabelecido; estavam portanto ameaçadas até as proprias praças, como Cintra, que D. Henrique acabava de incorporar nos seus dominios, e os que constituiam dominio antigo; Santarem estava em imminente perigo.

Ida de D. Henrique a França.

A nada d'isto pôde attender ou remediar D. Henrique, obsecado pela paixão de ver assim por terra os seus planos e esperanças. Em agosto de 1110, approximadamente, teria o conde portuguez deixado o seu dominio, assim ameaçado, para ir a França e a Aragão; n'um e n'outro ponto buscava apoio e elementos para uma desforra, e para a realisação do seu ideal, que se não limitava já a pouco:—pretendia uma parte ou quiçá todo o reino de Leão e Castella! Pelo menos é essa a opinião do auctor da 1.ª chronica anonyma de Sahagun que diz:—«por lo qual, por zelo del Reyno movido, traspasó los Montes Perineos por haber ayuda de los franceses, con los quales guarnido e esforzado, por fuerza tuviese el Reyno de España[1]».

D. Urraca não estava em condições de ter mão no barco da governação do estado, batido de en-

[1] Por ser muito interessante, e apenas conhecida do vulgo pelas citações de Herculano, damos no fim do volume o cap. XXI d'esta chronica anonyma. Vide doc. III.

contrados ventos e ameaçado por surdas e fortes correntes. Viuva, ficara com um filho, Affonso Raymundes, que seria o successor do avô no throno, mas que apenas tinha tres annos quando aquelle morreu.

Previdente, D. Affonso VI anticipara-se aos acontecimentos, e determinara que no caso de sua filha contrahir segundas nupcias, como seria porventura necessario, até mesmo para o bom governo do estado, pelo menos ficasse ao neto o governo independente da Galliza. N'este estado, governado por seu pae, ficou Affonso Raymundes, sob a tutela e guarda do conde D. Pedro Froylaz de Trava.

Casamento de D. Urraca.

Pensou-se no casamento da rainha viuva; não lhe faltariam concorrentes, entre elles o conde Gomes Gonçalves, prócere illustre, que pertendera a mão de D. Urraca quando ainda solteira, e com quem se lhe attribuiram depois relações de natureza mais intima; mas rasões politicas de maior alcance, ou porventura mesmo o animo versatil da rainha, deram preferencia a Affonso I, de Aragão.

Nem em todo o reino teve igual acolhimento este consorcio, no qual alguns fundavam a esperança da unificação e prestigio do dominio christão, mas que foi verdadeiramente uma nova origem de dissidias e de rebelliões.

Dissenções em Castella e na Galliza.

A Galliza, sempre ciosa do seu individualismo, tinha o seu rei, mas queria para elle a herança total de seu pae, quando chegasse á maioridade; o predominio do aragonez não lhe podia ser agradavel.

Alem de que, D. Affonso I de Aragão era parente proximo de D. Urraca; o clero, que n'esse tempo morria por desfazer casamentos, sobretudo quando lobrigava, para justificar o divorcio, uma rasão de ordem politica, poz-se em campo; o papa decretou a separação, o arcebispo de Toledo pro-

mulgou a bulla; mas D. Affonso não esteve pelos ajustes; era o periodo em que entre o poder temporal dos reis e o poder espiritual dos papas se travavam terriveis luctas.

O clero foi directamente atacado. Foram expulsos das suas sés o arcebispo de Toledo e os bispos de Burgos e de Leão, e postos a ferros os de Orense, Osma e Palencia.

Ao mesmo tempo, e para pôr peias ás manifestações hostis dos maioraes de Galliza e de Castella, foram estes substituidos por aragonezes, nos postos de confiança. Mas na Galliza os partidarios do principe Affonso Raymundes, capitaneados pelo conde de Trava, D. Pedro Froylaz, não só via ameaçados os direitos do seu real pupillo, mas as regalias e foros d'aquella provincia, erigida em reino independente. Este poz-se em armas; o aragonez invadiu-o com um forte exercito em 1110; tomou Monteroso, onde um nobre cavalleiro, Pedro, do conhecimento da rainha, se lançou aos pés d'esta supplicando que o não matasse; ali mesmo, na presença de sua mulher, que intercedia pelo desgraçado, e surdo ás supplicas d'ella, D. Affonso o varou com um venabulo. A este acto de crueza inutil se attribue o recrudescimento das antipathias e repulsões creadas pelo rei, e a resolução da rainha de se divorciar; tinha a seu favor a opinião de todas as classes. Assim o seu temperamento de mulher voluvel não tergiversasse!

Discordia entre D. Urraca e o marido.

D. Urraca foi para Leão, que se rebellou tambem contra D. Affonso; este, fortemente escarmentado em Galliza, foi sobre Astorga, onde um exercito leonez lhe veiu ao encontro, o intimou a não intentar contra nenhum castello do reino, e o forçou a recolher-se a Aragão.

D. Henrique busca tirar partido da situação.

D'esta situação quiz tirar partido o conde D. Henrique, que acima de tudo era politico. Podia

bem ser o *tertius gaudet* na contenda entre Affonso de Aragão e sua mulher, entrando com o poder das suas armas na resolução do problema que se apresentava complicado; porque, se Galliza e Leão eram contrarios ao dominio aragonez, cada um d'esses reinos pugnava por obter a hegemonia ou o predominio. Galliza tinha o deposito sagrado do neto e successor de Affonso VI, a quem entendia pertencer, não só o governo d'este reino, mas o de todo o dominio de seu avô; Leão era pela rainha, cujas tendencias e interesses não se conformavam absolutamente com os do filho. Havia alem d'isso a contar com o genio versatil d'esta senhora. Era um conjuncto de circumstancias, que, conforme se determinassem, podiam auxiliar as pretenções de D. Henrique, que era homem para não hesitar diante de nenhum obstaculo.

Durante os primeiros mezes de 1110, conservando-se estranho ao que se passava para alem das suas fronteiras ao norte e ao oriente, levou a sua attenção para o sul, onde se dava a invasão de Seir; receando um ataque a Santarem enviou-lhe reforço de tropas sob o commando de Soario Fromariges; mal acauteladas porém n'um estacionamento, em caminho de Santarem, foram atacadas subitamente em Vatalandi, sendo morto Soeiro Fromariges e outro capitão illustre, Mido Crescones [1].

Seir deveria ter tomado n'essa occasião Batalioz

[1] *Factum est magnum infortunium supra Christianos, qui ibant ad Sanctarem, in loco qui dicitur Vatalandi. Dum enim vellent ibi Christiani figere tentoria, et requiescere, cum subito ex improviso multitudo Sarrecenorum et Moabitorum et Arabum audito numero eorum venerunt super eos repente, et imparatos eos invenientes, interfecerunt ex iis plurimos, ibi que mortuus fuit Suarius Fromarigis pater Donni Nuno Suariz, qui erat Dux super eos, et Mido Cresconis pater Domini Joannis Midiz.* Chron. Lusit.

(Badajoz) e Ieborah (Evora) e estaria em caminho de Cintra e Lisboa.

Vae a França aliciar tropas.

Pois foi n'esta altura, lá por agosto d'esse anno, que D. Henrique passou a França a aliciar tropas, ou a buscar talvez o auxilio dos seus parentes, na realisação do que reputava um direito. D. Thereza ficou governando o condado, e viu-se que nem o seu braço nem a sua iniciativa eram bastante fortes para constituir barreira contra invasões dos almorávidas; foi assim que Cintra, por D. Henrique tomada aos musulmanos, como vimos, em junho do anno anterior, caíu em poder de Seir; por essa mesma occasião ter-se-ia rendido Lisboa.

D. Henrique demora-se em França mais do que deseja, porque lhe succede ser ali preso por qualquer motivo, naturalmente de desconfiança dos seus propositos, conseguindo porém evadir-se. Só isso póde justificar o ter-se conservado ausente do condado em occasião tão critica.

Volta por Aragão; pacto com D. Affonso.

No regresso passa por Aragão e ali lavra um pacto com Affonso I; dois propositos de vingança se reunem, resolvendo emprehender o dominio e a partilha do reino de Leão e Castella, e muito provavelmente o de Galliza, que nem D. Affonso, d'ali escorraçado recentemente, nem D. Henrique, que sempre se oppozera á successão, tinham motivos para poupar. Entre si dividiriam os dois o que fosse conquistado á rainha: «el en uno con el con todas sus fuerzas contra la Reyna, guerrearia con esta condicion, que todo aquello que del Reyno de la Reyna ganasse, fuese partido por la metad entre ambos[1]».

Factos graves em Portugal.

Até então factos graves se passam no condado: — alem da tomada de Cintra pelos almorá-

[1] *Anonymos de Sahagun*, cap. XXI.

vidas, dá-se em Coimbra uma sublevação de caracter melindroso e de consequencias serias.

Sublevação em Coimbra.

«Sesnando, diz Herculano, attrahindo para Coimbra a população christã não organisara o municipio, contentando-se os novos habitadores com lhes ser assegurada por um titulo geral a posse hereditaria das propriedades rusticas ou urbanas que se lhes distribuiam. Depois, por quasi um meio seculo, Coimbra fôra a capital de um districto, e ainda no tempo de Henrique se podia considerar como a principal cidade do condado ou provincia de Portugal; mas uma tradição, que os documentos contemporaneos parece confirmarem, nos assegura que o genro de Affonso VI estabelecera em Guimarães a sua côrte, se tal póde-se dizer de uma residencia incerta e quasi annualmente interrompida. Coimbra, posto que, como vimos, fosse frequentada do conde, o qual por vezes fez ahi larga assistencia, tinha, como todos os logares principaes, governadores proprios sugeitos a elle, segundo o systema hierarchico da monarchia leoneza. Estes governadores com os seus officiaes provavelmente vexavam os habitantes, que não possuiam ainda os largos privilegios municipaes attribuidos já n'essa epoca a povoações menos importantes. Segundo parece poder concluir-se das allusões obscuras do diploma a que nos referimos, os moradores de Coimbra, opprimidos por uns certos Munio Barroso e Ebraldo ou Ebrardo, talvez exactores de fazenda, amotinaram-se, expulsando-os da cidade. Devia succeder isto durante a ausencia do conde. Voltando, elle se dirigiu a Coimbra; mas os habitantes resistiram-lhe e Henrique teve de pactuar com elles. O resultado d'estes successos foi obter a povoação uma carta de foral com amplos privilegios, e especificando-se as contribuições e declarando-se expressamente que nem Munio Barroso, nem

Ebraldo tornariam a ser admittidos dentro dos seus muros, e que o Conde, satisfeito de o haverem emfim recebido, poria em esquecimento tudo o que contra elle tinham até áquelle dia praticado».

Estes factos são interessantes para o estudo da evolução organica da sociedade n'aquella epoca, em que já o elemento popular começava a impor-se pela sua força propria, e para a apreciação das relações entre os diversos elementos d'essa sociedade.

Estas perturbações internas teriam impedido a acção do conde D. Henrique contra os almorávidas, que estavam ás portas de Santarem. A noticia da perda de Cintra e da approximação dos almorávidas das verdadeiras fronteiras christãs, teriam apressado a sua retirada de Aragão, concluido o pacto com o rei.

Quando Santarem lhe foi tomada em maio ou junho de 1111, já elle estava em Coimbra, onde na mesma data assignava o foral d'essa cidade pelo qual se firmava o accordo entre essa cidade e o conde.

Seir regressa a Sevilha.

O que valeu foi que Seir teve de sustar, talvez por motivo de doença, o curso das suas conquistas, regressando a Sevilha, onde pouco tempo depois fallecia.

O não ter que pensar nos almorávidas, que se limitavam a occupar e fortificar as praças conquistadas, sem renovar as correrias, deu azo a D. Henrique poder concentrar as suas attenções no problema da partilha da regia herança do sogro, que o preoccupou sempre mais do que os arabes, julgando, talvez, que a todo o tempo os podia escorraçar, desde o momento que tivesse na mão o poder de que necessitava. Convinha-lhe não perder o ensejo que se lhe offerecia de tirar partido das circumstancias para levar a bom recado a sua idéa.

*
* *

Mas porque é que, tendo-se realisado em principios de 1111 o pacto de alliança entre D. Affonso de Aragão e D. Henrique, a não pozeram os dois em execução?

Porque se não executou o pacto de D. Henrique com D. Affonso?

Depois da sua campanha na Galliza e Leão no anno de 1110 fôra D. Affonso, como vimos, obrigado a retirar-se para os seus dominios, diante da attitude dos dois reinos.

Sua mulher, D. Urraca, separara-se d'elle na Galliza, depois das cruezas de Monteroso, e recolhera-se a Leão; mas naturalmente tornaram a reunir-se, porquanto os chronistas fallam em serias discordias entre os dois, e em sevicias por parte de D. Affonso, que até prendeu em Castellar a mulher.

Ambos pensaram em divorcio; não faltavam para isso fundamentos, como vimos. Vieram as ponderações; o divorcio não evitava a lucta; contando D. Affonso com as forças aragonezas e tendo ainda as praças de Castella pelo seu lado, a guerra poderia ter consequencias. D'ahi conselhos, instancias no sentido da approximação, e quem sabe se o natural pendor de D. Urraca para essas aventuras agitadas do amor e do casamento? A philosophia profunda d'aquelle dito da mulher de Esganerello, quando lhe acudiram por o marido a desancar: *je veux qu'il me batte!* é de todos os tempos.

Mas se D. Urraca era um temperamento complexo, era tambem um caracter complicado.

Durante as desavenças com o marido, o seu coração regressara aos enlevos da maternidade; era toda ella desvelos pelos direitos e regalias do

filho, que visto ella ter passado a segundas nupcias, devia herdar o throno do avô. Na prisão de Castellar todo o seu coração ardia em chammas de dedicação por Affonso Raymundes, e emissarios por ella expressamente enviados á Galliza trataram de levantar os maioraes d'este reino contra as pretenções do aragonez e a favor do neto de Affonso VI, cuja vontade e testamento queria que fossem realisados na integra. Ingenuos, os barões da Galliza, encaminhavam-se para Leão a fim de pôr em pratica esse justo ideal da mãe e da rainha, quando lhes chegou a noticia de que os dois esposos estavam outra vez muito a bem um com o outro! Tinham-se congraçado!

D. Urraca e o marido reconciliam-se.

Falha o plano de D. Henrique.

Tudo se baralhava, todos os calculos falhavam com a alteração dos dados do problema. Os barões gallegos, perdendo o auxilio da rainha, viam perdida a causa do seu rei; os barões leonezes, um pouco por dedicação á rainha e muito pelo receio de complicações, sugeitavam-se; o conde de Portugal, rôto o seu pacto com D. Affonso de Aragão, não sabia onde buscar um novo ponto de apoio.

Os acontecimentos lh'o diriam. Era necessario contar sempre com o espirito leviano de D. Urraca. Alem de que, havia muito a esperar do descontentamento que lavrava na Galliza; não era mesmo esta a peior situação para elle, porque o accordo da Galliza com a rainha representava uma aggregação de forças n'um corpo, com cuja desmembração é que D. Henrique tinha a lucrar, ligando-se a qualquer das parcialidades em litigio; do desaccordo poderia elle agora tirar algum partido.

D. Urraca, nos periodos das suas dissenções matrimoniaes, ao mesmo passo que acalentava e animava nas suas idéas os barões da Galliza, afagava em Leão os sonhos dourados de Gomes Gonçalves que, desde menina e solteira, a requestara,

que teria porventura merecido as suas particulares graças, e que agora, no meio das tempestades matrimoniaes, esperava lucrar com o divorcio. Ter-lhe-ia até sorrido o sceptro de Leão e Castella, quem sabe? Este, portanto, e com elle os seus partidarios, não se rejubilaram tambem com a reconcialiação de D. Urraca com o marido. Eram estes para D. Henrique outros tantos elementos a explorar.

Liga-se D. Henrique com os barões gallegos.

Se o conde portuguez, vendo por terra o seu primeiro plano, volvera os olhos para a Galliza, os barões gallegos, pelo seu lado, pensaram tambem n'elle, desde logo. Ao conselho que lhe pediam, respondeu D. Henrique incitando-os á rebellião e á lucta; era natural que lhes offerecesse tambem auxilio para occasião opportuna. Até então iria preparando os seus elementos a fim de entrar vantajosamente na contenda. Conjectura Herculano que D. Henrique estaria em Aragão quando o foram procurar os da Galliza, pelo facto d'estes terem voltado por Burgos, mas é natural que não se demorasse ali [1]. O conde Froylaz de Trava, se bem o aconselharam melhor o fez. Regressando de Aragão por Burgos veiu pelo caminho concitando gentes, praticando actos de hostilidade contra os partidarios do aragonez, e prendendo em Castro Xeriz alguns d'elles. Agitava-se de novo o facho da discordia civil; partidarios do rei levantavam a luva que lhes era lançada, e no caminho das represalias prendiam a condessa de Trava em Santa Maria de Castrello, e o bispo de Compostella, Gelmires, finalmente decidido a tomar o partido do principe.

Esperava o conde D. Henrique em Portugal o resultado d'estas primeiras hostilidades, resolvido

[1] *Hist. de Portugal*, liv. I.

Novo rompimento de D. Urraca com o marido.

decerto a intervir no momento opportuno; mas de um instante para o outro a situação mudava com um novo rompimento, entre D. Urraca e o marido. Que fazer n'estas circumstancias? Voltar á sua antiga alliança com o aragonez.

A situação d'este não era favoravel nem em Leão e Castella, nem na Galliza, onde a rainha congregava em volta de si todos os elementos contrarios ás pertenções do rei de Aragão, que apenas conservava á sua voz alguns castellos, tendo por alcaides patricios seus.

Leonezes e castelhanos, e á frente d'elles Pedro Ansures, o aio da rainha, e os poderosos condes Pedro de Lara e Gomes Gonsalves, exultavam de ver sosinha em acção a sua rainha, a quem sempre haviam sido fieis; Galliza, quasi que unanimemente, via na pessoa da soberana os direitos do seu filho, e á acção dos velhos e fieis partidarios do principe Affonso Raymundes viera juntar-se a do bispo de Compostella, que se constituira em centro de propaganda e de adhesão ao legitimo herdeiro, não só do throno da Galliza, mas de toda a herança de Affonso VI.

Nova ligação de D. Henrique com o aragonez.

Affonso de Aragão, novamente ligado com o conde de Portugal, não desistiu das suas pretenções, e passou a um estado de lucta permanente com sua mulher, lucta em que os portuguezes tomaram parte tambem, hostilisando D. Urraca e os seus partidarios.

Em novembro de 1111 trava-se a primeira batalha entre D. Affonso de Aragão e o conde D. Henrique de um lado, que tentam invadir os territorios inimigos, e os condes Gomes Gonsalves e Pedro de Lara do outro, os quaes, vindo ao encontro dos invasores, se entrechocaram em Campo de Espina, perto de Sepulveda. O conde Pedro de Lara fraquejava diante da perspectiva da batalha

Batalha de Campo de Espina.

e voltava costas ao inimigo; só em campo, o conde Gomes Gonçalves, com o seu pequeno troço de gente, succumbia á superioridade numerica do adversario, perdendo a vida; as hostes alliadas de aragonezes e portuguezes transpunham o Douro e entravam nos dominios de Leão, tendo occupado Sepulveda[1].

N'esta altura dá-se no animo do conde D. Henrique um d'esses movimentos de pusillanimidade e de contradicção, proprios dos que caminham ao sabor das impressões de momento e do impulso da ambição, sem saberem bem o terreno que pisam e sem terem a certeza do fim a que aspiram. A sua alliança com D. Affonso de Aragão não podia ser sincera, nem grande a sua confiança n'ella, depois do que se passara quando a Aragão fôra propor e ali obtivera o primeiro accordo, que immediatamente se destruiu.

D. Henrique separa-se de D. Affonso.

Depois da victoria das armas alliadas em Campo de Espina alguma cousa se deveria ter passado entre D. Affonso e D. Henrique, para este romper o pacto, e se apartar do aragonez. Foi só o resultado dos tramas e meneios occultos dos castelhanos para os dividir, como pretende Herculano? Mas é singular que esses meneios vingassem precisamente quando, derrotados os castelhanos, a invasão do aragonez se apresentava com todos os visos de um excellente exito, do qual caberia partilha a D. Henrique, se este o auxiliasse efficazmente. Mais provavel é que, depois de Campo de Espina, e tratando-se do quinhão que ao conde

[1] «E asi allegada gran hueste, ibanse para Sepulveda; lo qual como oyese el noble Conde Gomez, que en aquella sazon moraba en Burgos con la Reyna, con pocos en el campo de Espana fué contra ellos. E por quanto sin consejo con pocos acometió, grande e dificil cosa, fuertemente peleando murió en la batalla, qual vitoria acabada vinieronse para Sepulveda». *Anonymos de Sahagun*, cap. XXI.

portuguez havia de pertencer nas novas conquistas, se declarasse a divergencia, e D. Henrique, que não estava para trabalhar por conta alheia e sem proveito proprio, ouvidos em conselho os seus, fingisse regressar a Portugal, sem alarde de rompimento, «casi como quien va a ver sus herdades», na phrase do Anonymo de Sahagun, sendo, porém, o seu proposito ligar-se com D. Urraca.

Meneios dos castelhanos.

Isto não quer dizer que não coincidissem com este facto os meneios dos castelhanos para fazer ver a D. Henrique o seu erro em auxiliar as ambições do aragonez sobre o antigo reino de Affonso VI, e, naturalmente tambem as promessas de futuras compensações territoriaes, se, entregue ás suas proprias forças, D. Affonso abandonasse a sua empresa diante da acção combinada de gallegos e castelhanos, e até de portuguezes, se D. Henrique se resolvesse, como parecia mais natural, a auxilial-os. É o que está incurso nas seguintes palavras de Herculano, que bebeu as suas informações nas chronicas e documentos antigos, escrevendo, pela primeira vez em toda a Hespanha, a historia completa d'este periodo:—«Mandaram (os fidalgos castelhanos) afeiar a Henrique o haver-se unido ao inimigo commum da monarchia contra os outros barões de Leão e Castella. Pediam-lhe que se apartasse do aragonez e que viesse ajuntar as suas forças ás d'elles, promettendo fazerem-no seu chefe n'estas guerras e induzirem a rainha a repartir fraternalmente com elle uma parte dos estados de Affonso VI. Alguns fidalgos, aos quaes o prendiam laços de antiga amizade, invocavam, até, recordações do passado para mais o moverem[1]».

Na nossa opinião, resta accrescentar a isto a des-

[1] A. Herculano. *Historia de Port,* tomo I, liv. I.

illusão que teria tido D. Henrique com respeito ás suas esperanças na partilha da alliança com D. Affonso de Aragão, não menos ambicioso, e muito mais insoffrido do que elle, ou talvez a promessa formal da rainha de lhe ceder, desde logo, alem do commando superior das hostes reunidas[1], uma parte da monarchia, como parece ter sido assente entre os dois no pacto que em seguida firmaram.

D. Henrique junta-se com D. Urraca.

Pretestando voltar para os seus dominios, D. Henrique foi ter com D. Urraca ao castello de Monzon, ou Orsillon[2], em Castella a Velha; era o systema: abandonada uma alliança, buscal-a na parte adversa. Não era uma questão de principios, mas de interesses. É o que se passa hoje ainda na politica dos partidos e das nações, ás vezes com a mesma falta de pudor.

Batalha de Viadangos.

No emtanto, Affonso de Aragão avançava pelas terras de Leão a dentro, e constando-lhe que Belmires, o bispo de Compostella, reunidas as suas tropas ás dos maioraes da Galliza, se encaminhava para Leão, a fim de ali proclamar rei o neto de Affonso VI, Affonso Raymundes, foi-lhe ao encontro, surprehendendo-os, atacando-os, e derrotando-os em Viadangos (Fonte de Angos) entre Astorga e Leão (novembro ou dezembro de 1111). Affonso Raymundes foi posto a coberto de qualquer attentado, sendo levado para o castello de Orsillon, onde estava sua mãe; o bispo de Compostella, com os restos da sua hoste, retirava para Astorga, e d'ahi, volvidos tres dias, para Compostella, furtando-se ao encontro com o inimigo, por invios caminhos.

[1] ... «é quel seria capitan dellos (nobles de Castilla) e Principe del Exercito». *Anonymos de Sahagun*, cap. XXI.

[2] Monzon lhe chama a *Chron. de Sahagun:* «vinose á un Castillo llamado Monzon, onde la Reyna entonces estaba». Cap. XXI. A *Hist. Compostelana* chama-lhe Orsillon: «et genitrici suae Reginae Dñae Urracae sanum et in columen in forti Castello Orsilione (quod castrum est in Castella) restituit. Cap. 68.

Pacto entre D. Urraca e D. Henrique.

Realisado o pacto entre D. Urraca e D. Henrique, que mais uma vez havia de ser ludibriado e contrariado nas suas ambições, combinaram os dois o plano a seguir; a D. Henrique, prometteria a cunhada, ou faria mesmo doação de uma parte do reino; Herculano, contradictando a interpretação de Berganza, deduz de um documento do mosteiro de Arlanza[1], que seria esse o premio do auxilio das suas armas, e a realisação do seu sonho, mais modesto[2]. Ter-lhe-ia sido dada tambem a supremacia do commando, não só porque isso lhe pertencia quasi de direito, dado o seu parentesco com a rainha e a sua hierarchia real, mas fôra essa uma das promessas feitas pelos barões de Castella e Galliza, para o attrahir.

Manteria elle, no fundo, a ambição de aproveitar a primeira opportunidade para se tornar senhor da situação, e pôr de parte D. Urraca? Tudo era possivel; entre os dois fazia-se um jogo arteiro, a ver quem conseguia illudir o outro, depois de lhe haver tirado todo o proveito de momento.

Mas no ponto da narrativa em que chegámos, vemos cada qual trabalhando na obra commum.

[1] «*Regnante Urraca in regno patris sui et comite... dric una pariter cum ea*». *Berganza*. Antegued, tomo II, pag. 11.

[2] «As palavras «*et... comite dric una pariter cum ea*» do primeiro documento attrahiram a attenção de Berganza, que completa a syllaba *dric*, imaginando que ali se alludia a algum dos dois condes Rodrigo Munhoz ou Rodrigo de Lara; mas é absolutamente insolito ou antes impossivel que se dissesse que reinava D. Urraca juntamente com um d'aquelles dois condes subalternos, que não consta tivessem jámais pretensões de soberania, accrescendo que nos diplomas d'aquelle tempo o nome de *Rodrigo* se escreve sempre *Rodericus* ou *Ruderic*. Nós não podemos ver no documento senão um engano na leitura da primeira letra d'esse fragmento de palavra, e que se afigurou a Berganza um *d* por *n*, devendo ler-se ...*nric* (Enric, Henric). Em tal presupposto, alludir-se-ia ahi á cessão de uma parte da monarchia feita ao conde de Portugal para o separar do rei de Aragão, promessa revalidada por D. Urraca em Mouzon. D'esse modo o documento de Arlanza confirmaria a narração do anonymo de Sahagun». A. Herculano. *Hist. de Portugal,* tomo I, nota VII.

D. Affonso de Aragão, vencidos os gallegos em Viadangos, resolvera pôr cêrco a Astorga, para onde D. Urraca passara, deixando o filho em Orsillon; uma e outro tinham reforçado as suas hostes: D. Urraca, no intuito de obstar ás consequencias da invasão estrangeira, e expulsal-a do paiz, D. Affonso na idéa de decidir definitivamente pelas armas o seu pleito com a mulher. Os castelhanos tomaram a peito impedir a concentração das forças inimigas, que vinham de toda a parte, e principalmente de Aragão; as vantagens por elles adquiridas tornaram impossivel ao aragonez manter o cêrco; levantando-o, foi internar-se no forte castello de Penafiel, perto de Valhadolid, que o conde D. Henrique se encarregou de cercar com o grosso do seu exercito, e composto de gente de pé e a cavallo, convenientemente reforçado; ia com elle a rainha. Devia isto passar-se no verão de 1112.

D. Henrique cérca D. Affonso em Penafiel.

Prolongou-se o cêrco porque o castello «la natura lo fortificó». Aos arraiaes dos sitiadores chegou D. Thereza, que dos seus dominios de Portugal fôra ter com o marido, impaciente por compartilhar das commoções e tirar partido da situação creada pela alliança de D. Henrique com D. Urraca. Genio ambicioso, insoffrido e intrigante, não podia ser de bom agouro esta defrontação com sua irmã, n'aquelle foco de ambições e competencia, onde cada um dos alliados buscava lograr o outro, ou tirar das circumstancias o melhor proveito.

Chega D. Thereza.

Ou porque começasse já a lavrar a desconfiança no animo de D. Henrique, com respeito ás intenções da cunhada, ou porque realmente as intrigas de D. Thereza, com aquelle «saber astuto e engenhoso», de que falla o anonymo de Sahagun, que a conheceu de perto, calassem no animo do marido, convencendo-o de que devia exigir desde logo a partilha do reino, sendo de ingenuo o estar

Intrigas e discordias.

trabalhando, sem proveito, para os outros, as dissenções começaram; e pelo seu lado, D. Urraca, a quem se attribue emulações e ciumes por ouvir aos portuguezes appellidar de rainha a irmã—«lo qual oyendo la reyna mal le sabia»—, manisfestar-se-ia mais claramente no sentido dos seus reservados propositos. O caracter de D. Urraca, educada igualmente pelos processos da epoca, não sobrelevava em excellencias o de D. Thereza.

Levanta-se o cêrco de Penafiel.

Fingiu ceder; mas entabolou secretas negociações com o marido. Levantando o cêrco de Penafiel, encaminharam-se para Palencia. Em Palencia se reuniram os arbitros que haviam de decidir da fallaz partilha do reino entre D. Henrique e D. Urraca, que não queria antecipar o rompimento emquanto não renovasse com segurança o accordo com o marido. Isto dar-se-ia durante o outono de 1112.

Partilha do reino entre D. Urraca e D. Henrique.

Segundo o foral de Auka, passado por Diogo Vermudez, em nome do conde D. Henrique e de D. Thereza, aquella partilha ter-se-ia tornado mesmo um facto [1]. O castello de Ceia foi entregue ao conde portuguez; e segundo todas as probabili-

[1] «En esta Academia (Real Academia de la Historia de Madrid) existe una copia simples, escrita en pergamino, letra del siglo XIII, de los fueros dados á la ciudad de Auka por el conde D. Enrique de Portugal y Doña Teresa, su muger. Este documento, que no tiene fecha, y cuya autenticidad no debemos examinar ahora, empieza con una reseña del estado lastimoso de los reinos de Castilla y de Leon en tiempos de la reina Dona Urraca, con motivo de las desavenencias que tuvo con el rey D. Alfonso el Batallador, su marido. La reina consultó á sus condes qué deberia hacer en aquellas circunstancias, y la dijeron que se uniese con el conde D. Enrique, su cuñado, y dividiese con él su reino: «Bene videmus nos ut demandetis et iuntetis uos comite Henrico uro. cognato et defendatis cum illo urm. regnum et diuidatis cum illo per medium. Et ita factum fuit et diviserunt. Et secidit ista patriam (Auka) ad comes Henricus in sua participatione. Et dedit comes Henricus ista terra a Didago Uermudez, qui fuit nepos de senior Didago Alvarez, qui deuenit suo uasallo». Los habitantes de esta tierra se presentaron á Diego Vermudez y á su muger Sancha Gomez, «qui se debant in

dades, que recebem alguma luz no pacto realisado depois entre D. Urraca e D. Thereza, os dominios adstrictos a D. Henrique seriam os que comprehendiam Valladolid, Zamora, Toro e Salamanca.

Plano traiçoeiro de D. Urraca.

D. Urraca, porém, tinha armado o seu plano para se sair da difficuldade em que a collocava o cumprimento do seu pacto, obrigada pelas circumstancias; ao passo que fingia cumprir essa obrigação moral, urdia o trama que havia de impedir a posse do que fingira ceder. Foi assim que recolhendo com sua irmã para Leão, e depois para Sahagun, aqui deixou no convento D. Thereza, preparando-lhe uma cilada; auctorisou D. Henrique a tomar Zamora e a sonhorear-se d'ella, ao mesmo tempo que ás tropas da sua confiança, que lhe dera a pretexto de o auxiliarem na empresa, ordenava que lh'a não entregassem; o castello de Palencia punha-o á disposição de Affonso de Aragão, do mesmo modo que Sahagun, onde fôra fazer propaganda a favor do marido com vistas na prisão de D. Thereza! O aragonez entrou n'esta cidade, subitamente; a condessa de Portugal conseguiu fugir do convento, onde a traição da irmã a deixara a fim de caír nas mãos de Affonso, que lhe não reservaria sorte invejavel. Vendo que a presa se lhe escapava, o aragonez mandou tropas no seu encalço, mas em vão; a condessa de Portu-

Foge D. Thereza de Sahagun.

Castello alba. Et petierunt ad illos mercedem atque consilium, ut qui facerent de ae populatione ciuitate Okensis unde rememorati sunt: at illi responderunt: uoluntas nra est, ut populetis eam cum Dei adiutorio et misericordia Saluatoris et ad saluatione et imperium comes Henricus, senior noster, cum fueros suos antiquos, sicut legimus sup. que antecessores nostros confirmauerunt atque soborauerunt per terminos suos. Ego enim Henricus et uxor mea Tarasia facimus nobis hanc kartam cum consilio de Didago Uermudez et uxor sua Sancia cum Dei adiutorio ut populetis ea cum istos fueros». Siguen á continuacion y concluyen sin poner la fecha, con las maldiciones de costumbre al que violare ó infringiere esta carta». *Coleccion de Fueros y Cartas Pueblas de España par la Real Academia de la Historia de Madrid. Catalogo.* 1852.

gal conseguira pôr-se a salvo, sem perigo, indo naturalmente ter com o marido.

Ligam-se de novo D. Urraca e o marido.

D. Urraca e Affonso de Aragão, reconciliados novamente, d'esta vez pelo receio do incremento que iam tomando as pretenções do conde de Portugal, reuniram-se em Leão, e d'aqui recolheram-se em Carrión. Nem todos os partidarios da rainha, porém, approvaram o seu procedimento; duas facções se formaram entre elles: uns continuaram sendo fieis á sua antiga, comquanto duplice e leviana, senhora; outros declaram-se-lhe contrarios, e naturalmente se ligaram com o conde D. Henrique; este, com os seus, e condjuvado pelos novos adeptos de occasião, foi pôr cêrco a Carrion para se vingar dos ludibrios e das affrontas a que a doblez da cunhada o sujeitara [1]. Os laços que o uniam, porém, aos seus auxiliares adventicios, leonezes e castelhanos, não podiam ser duradouros; cada uma das parcialidades representava interesses diversos que o conde de Portugal não lograva conciliar. Alem de que, para que servia aos castelhanos e leonezes combater a união da rainha com o marido, que podia ser filha de um novo capricho, e que naturalmente se romperia ámanhã, como as intermittentes uniões anteriores [2]? e combater a rainha, auxiliando as ambições do conde D. Henrique, não era faltar a todos os interesses tradicionaes, visto que a filha de Affonso VI, unida ou não com o marido, representava a politica da integridade do imperio?

D. Henrique põe cerco a Carrion.

[1] «En aquel tiempo el conde Enrique, é todos Nobles cercaron al Rey é a la Reyna dentro de Carrion, habiendo gran ira por el juramento que la Reyna con el dicho Conde habia hecho, é despues de quebrantado». *Anonymos de Sahagun*, cap. XXIII.

[2] «Mas considerando la gran improvidad del Rey, que le parecia tener por certo, que antes de muchos dias se arrepentiria la Reyna del segundo matrimonio, mayormente que la teniam asi como á natural Reyna, por tanto la descercaron». *Ibid.*

A alliança de elementos tão heterogeneos desfez-se; o cêrco não se manteve. Porque fórma teria concorrido para isso a astucia e a diplomacia de D. Urraca? É natural que tivessem contribuido em muito.

D. Henrique teria recolhido aos seus dominios; e se os documentos não fossem tão omissos com relação aos factos do ultimo anno da sua vida, vel-o-iamos decerto continuar no seu systema de pender ora para um lado ora para outro, nas luctas politicas que continuavam dividindo o reino de Leão e Castella, não abandonando nunca o seu sonho de engrandecimento dos seus dominios. Ao sul eram deixados em paz, no entretanto, os sarracenos. Ainda assim, das poucas informações que se respigam n'esta ou n'aquella fonte, se sabe que, ao dar-se novo rompimento entre D. Urraca e seu marido, situação que duraria de janeiro a agosto de 1113, o conde de Portugal se ligava de novo com a cunhada; e que, ao voltarem a congraçar-se os dois esposos, por imposição dos povos e da nobreza das diversas terras de Leão e Castella, cujos representantes se reuniram para esse fim em Sahagun, n'um dos primeiros mezes de 1114[1], D. Henrique se conservou ligado á rainha, e em Astorga morreu, estando ali na companhia dos dois esposos, sujeito, ao que parece, ao novo estado de cousas, pela impossibilidade de luctar vantajosamente, ou á espera de uma opportunidade que a morte não deixou aproveitar. Foi a 1 de maio d'aquelle anno este funebre acontecimento[2]; tinha o conde cincoenta e sete annos de idade[3].

Recolhe a Portugal.

Morre em Astorga.

Por morte do marido foi lá ter D. Thereza, que

[1] *Anonymos de Sahagun*, cap. XXIX.
[2] *Æra 1152. Calend. Maii obiit Comes D. Henricus*. CHRON. LUSIT.
[3] Herculano. Nota VII da *Hist. de Portugal*, tomo I.

«con la reyna su hermana, é con el-rei gran competencia armaba»[1]. Vê-se que estava resolvida a continuar a lucta que o marido sustentara com tanta energia, mas com tão pouco exito. Sobre o cadaver d'este, ainda quente, começaram as refregas, por emquanto de palavras. De outras armas lançaria mão a ambiciosa e astuta princeza, que já se assignava rainha de Portugal, — e até das armas dos seus vassallos e alliados —, para obter partilha no legado realengo de seu pae.

Veremos como ella se houve em tão difficil conjunctura, abandonada agora aos seus proprios recursos, sem o auxilio de uma cabeça viril e de um pulso forte, que podesse aguentar os embates da guerra, e tendo nos braços um filho de dois a tres annos[2], herdeiro dos seus dominios, alem de duas filhas mais velhas, D. Urraca e D. Elvira[3].

Missão de D. Henrique.

Morria D. Henrique sem haver realisado o seu sonho de ouro do engrandecimento do seu condado com a partilha do reino; mas em compensação deixava consolidada e perfeitamente accentuada a individualidade de Portugal, que debaixo do seu governo foi sempre contado como elemento preponderante e entidade á parte, e com existencia e forças proprias. Não alargara para o sul os seus dominios, pouca importancia tendo, por esse facto, o seu papel no movimento da reconquista, porque de todo o absorvia a idéa de liquidar primeiro a questão da herança do reino, para em seguida se occupar de novas conquistas;

[1] *Anonymos de Sahagun*, cap. XXIX.

[2] *Æra* 1166 (anno 1118)... Siquidem mortuo patre suo Comite Domino Henrico, cum ad huc ipse puer esset duorum aut trium annorum... *Chron. Lusit.*

[3] «*Habuit etiam* (Adephonsus VI) *duas concubinas, tamen nobilissimas, priorem Xemenam Munionis, ex qua genuit Goloiram, uxorem Comitis Raimundi Tolosani, Patris ex ea Adefonsi Jordanis, et Tarasiam uxorem Henrici Comitis, Patris ex ea Urracae Geloirae et Adefonsi*». PELAYO. ORETENSE. 14.

mas tambem, depois da perda da base de operações do Tejo perante o poder dos almorávidas, soubera fazer respeitar o seu territorio, mantendo como fronteira o Mondego. Deu provas de sua grande ambição, e para a realisar mudou de partido tantas vezes quantas se lhe offereceu ensejo. Mas era isso considerado de boa politica; fazia o mesmo que os outros em iguaes circumstancias e o que a politica ainda hoje aconselha que se faça, arvorando como lemma o principio de que todos os meios são bons para se alcançar um fim util a que se aspira. Vira a necessidade de, assente a individualidade portugueza, crear o novo estado em condições de existencia prospera e segura; antes d'esse estado se dilatar para o sul, o que natural e forçosamente viria a acontecer, entendia dever avançar mais para o coração da Peninsula, para que não ficasse reduzido a uma faixa costeira, sem elementos de acção no interior; e para isso nos seus pactos reclamava a parte de Castella que comprehendia as terras de Campos e Estremadura, onde tres seculos depois Affonso V de Portugal buscava tambem os seus primeiros objectivos para a conquista da Hespanha. Os seus processos seriam tortuosos; o seu plano era bem estudado, e com bases na geographia e na historia, que nos dão Braga como um centro intellectual e politico de toda a região onde Salamanca, Toro, Zamora e Valladolid erguiam no espaço os vultos graves dos seus castellos.

Direito á gratidão dos portuguezes.

Morreu D. Henrique sem poder cumprir a missão que a si proprio se impozera; mas nem por isso lhe devem ser menos gratos os portuguezes, cujos sentimentos de independencia e autonomia, e cujas aspirações fidalgas elle comprehendeu, deixando-as superiormente affirmadas na historia da Hespanha.

CAPITULO IV

O governo de D. Thereza

ABIDO é, e a historia o comprova, que ha mulheres que na lucta e no esforço pelo vencimento de uma causa a que do coração se dedicam valem por muitos homens; apparecem em todos os tempos; mas na historia da idade media em Hespanha, desde Ingunda, cuja tenacidade de crença tanto contribuiu para a christianisação da Peninsula, até Izabel a Catholica, cuja energia no governo unificou o imperio hespanhol, ha exemplos de sobra a confirmar esta verdade.

Energia feminina.

D. Thereza de Portugal era d'essa raça. Tanto ella como a irmã D. Urraca tinham no caracter a tempera do pae. Energia e ambição eram os traços mais pronunciados da sua individualidade. A escola politica da epoca tinha-lhe ensinado os processos de vencer: quando faltasse a força, empregava-se a astucia. Nenhuma arma era vedada; todos os processos se tornavam bons, comtanto que se alcançasse o fim.

D. Thereza continua a obra do marido.

Esse fim para a condessa de Portugal, que já entre os seus tinha o tratamento de rainha, era realisar a obra que seu marido pertinazmente trabalhava, embora sem grande exito, por tornar viavel, tendo deixado estabelecido o programma e indicado o caminho.

O fim era consolidar a unidade politica que se iniciara com a creação do condado portucalense, augmentar-lhe os dominios, e convertel-o de facto n'um reino independente e autonomo.

O conde D. Henrique, decerto solidario n'esta ordem de idéas com a condessa sua mulher, deixaria mesmo indicados os limites d'esse novo estado: ás terras que constituiam o condado, e que se poderia dilatar para o sul pela conquista em terras musulmanas, seriam accrescentadas, para o oriente, as actuaes provincias de Zamora, Toro, Valhadolid e Salamanca (Campos e Extremaduras); essas seriam as clausulas sobre as quaes assentariam os tratados estabelecidos ora com o rei de Aragão, ora com D. Urraca, consoante de um ou outro lado estavam as esperanças da partilha.

D. Henrique morrera na propria séde dos reis, onde habitava, não como competidor, mas como vassallo obediente, embora n'uma categoria e situação especiaes.

Enredos e intrigas.

D. Urraca e o marido estavam n'um dos seus parentheses de reconciliação. D. Thereza apparecia ali, em seguida á morte do marido, e o seu «saber astuto e engenhoso» conseguia logo enredar os espiritos e desmanchar a ficticia architectura daquellas pazes conjugaes [1].

[1] «Muerto el conde Enrique, Doña Teresa alla se fué, é con la Reyna su hermana é con el Rey gran competencia armaba: considerando que para se rebelar la fortuna no le abastava, con un saber astuto e ingenioso envió al Rey un mensagero confeccionado para que se guardasse de la Reyna su hermana, porque se disponia a querelo matar con yerbas». *Anonymos de Sahagun*, cap. XXIX.

Começara por ter questões com a irmã, naturalmente por causa das partilhas, e nada tendo conseguido por esse meio, lançara mão da intriga e denunciara D. Urraca ao marido como tendo querido dar-lhe a morte por meio da peçonha, revelando assim um facto tido na opinião como certo, pois é referido por um escriptor contemporaneo, ou inventando essa calumnia. D. Thereza conseguia o seu fim e estabelecia a discordia, promovendo a separação violenta entre D. Affonso de Aragão e D. Urraca: aquelle accusava publicamente a mulher de criminosa traição, e esta, protestando, affirmava a sua innocencia e appellava para o juizo de Deus na prova do combate.

O juizo de Deus. A prova do combate.

Vimos já como esta maneira de justificação, ou de se derimir um pleito era da tradição visigothica, adoptada provavelmente dos francos; essas provas consistiam na da agua a ferver, na do ferro em braza, na prova do combate, quando alguem era accusado por outro de um facto grave, tal como o homicidio, a traição, etc., ou quando dois partidos queriam resolver uma contenda. Em alguns foraes antigos apparecem especificados os casos que, na respectiva localidade, podiam ser sujeitos á prova do combate para se reconhecer a justiça ou injustiça da accusacão ou da querela.

Dos visigodos passaram para os seus descendentes peninsulares, e em Portugal duraram até el-rei D. Diniz, que a prohibiu em 1318 sob pena de morte, que no logar onde o rei estivesse, ou duas leguas em redor, qualquer fidalgo desafiasse ou mandasse desafiar outro. Nas *Ordenações Affonsinas* (tit. 64 do liv. I) é prohibida a prova do duelo, a não ser em caso de traição contra a pessoa real.

N'esses tempos semi-barbaros a intervenção de Deus, nos pleitos em que a verdade se não podia apurar por outra forma, era tida como um tes-

temunho absoluto a favor da innocencia e da verdade; negar fosse a quem fosse essa maneira de se justificar, collocando-se sob a protecção divina, representava uma das maiores violencias á consciencia e á fé. Essa violencia commetteu-a Affonso de Aragão recusando á rainha a prova do combate a que appellara. A isso se attribue a declarada opposição que encontrou, até entre os aragonezes que tinham voz por elle nas fortalezas de Castella e Leño, e o haverem-se passado para a rainha aquelles que até então o haviam acompanhado.

Animadversões contra D. Affonso de Aragão.

Essa manifestação de hostilidade tomou o caracter de uma verdadeira imposição da parte das diversas cidades e dos cavalleiros que se lhes reuniram em Sahagun, os quaes exigiram do aragonez o respeito aos seus antigos compromissos e o levaram a pedir treguas e a voltar descoraçoado para as suas terras. Burgos abandonara o partido de D. Affonso. Leão, guardada por aragonezes, recebia dentro dos seus muros a rainha ultrajada, e «por D. Urraca!» era o grito que se ouvia agora em toda a parte.

É que o homem, mixto de sentimentos egoistas e generosos, de defeitos e de virtudes, foi sempre o mesmo em todos os tempos; tem mudado apenas de forma exterior, como tem mudado de traje.

Congraçam-se as duas irmãs.

D. Thereza de Portugal, que se inimizara com a irmã, de cujas ultimas violentas discordias com o marido fôra a causadora, e que abraçara o partido do aragonez, via-se agora n'uma situação difficil e melindrosa. Astuta e sagaz, tomou o alvitre de se congraçar com D. Urraca, affectando sujeitar-se á sua situação de vassalla.

Influencias ecclesiasticas.

Herculano faz intervir n'este ponto a figura de dois prelados, o bispo de Compostella Gelmires, e o metropolitano bracharense Mauricio Bordino, e no labyrinto das informações da epoca descor-

tina um tenuo fio que o leva ao que elle suppõe poder ser a causa da approximação das duas irmãs e da paz que sobre esses fundamentos se assentou, não só no que respeita á politica do estado, mas á politica da Igreja [1].

O arcebispo Mauricio, metropolitano da Galliza, no desejo de prover a diocese do Porto, que desde os tempos do conde D. Henrique, e antes ainda, desde Fernando Magno, permanecia vaga, e na idéa de resolver a questão ecclesiastica de Portugal, onde quasi todas as dioceses estavam sem bispo, e onde lavravam dissenções, fôra procurar para o provimento da diocese do Porto um tal Hugo, francez, arcediago de Compostella, creatura e amigo intimo de Gelmires; e acompanhou esse proposito com todas as demonstrações do seu interesse e solicitude. Era Mauricio um prelado habil, dotado de grandes faculdades de intelligencia e de energia, que o levaram ao throno pontificio, embora em condições extraordinarias e singulares, que breve promoveram a sua quéda.

Hugo era sagrado bispo nas proximidades da morte de D. Henrique; nesta epoca se relacionara

[1] D. Mauricio Bordino foi arcebispo de Braga pelos annos de 1110 a 1119; era francez de nação e monge de Cluni; de arcediago de Toledo foi feito bispo de Coimbra e d'aqui passou para a séde provincial de Braga, em 1110. Das boas relações e influencia que tinha no arcebispo de Compostella dão prova o haver conseguido que este desse á igreja de Braga em feudo as possessões que ali tinha a igreja de Compostella, e o haver livrado o seu arcebispado de varios tributos que pagava ao de Compostella. De D. Thereza obteve uma doação a Santa Maria da Sé e confirmação da que já lhe tinha feito seu bisavô, D. Affonso V de Leão. Tambem conseguiu que os bispos de Coimbra reconhecessem por seus metropolitanos aos arcebispos de Braga.

Foi muito ambicioso; pretendeu a séde de Toledo, e mais tarde consentiu ser acclamado papa, com o nome de Gregorio VIII, mediante as boas graças de Henrique V, exercendo tres annos o pontificado. Callixto V, reconhecido como verdadeiro pontifice, mandou-o prender e desterrou-o para França, onde falleceu encerrado n'um mosteiro.—Vide *Mon. Lusit*, parte III e *Memorias de Braga*, por B. J. de Senna Freitas, tomo IV.

Gelmires com D. Thereza, com quem mantinha «relações estreitas e ás vezes mysteriosas[1]».

O bispo de Compostella era o centro da acção em volta do qual se reuniam os elementos politicos que tinham por divisa a legitimidade dos direitos do neto de Affonso VI ao throno independente da Galliza; como tal não podia deixar de ter grande influencia no animo de D. Urraca, agora de novo voltada á causa do filho, visto ter-se novamente malquistado com o marido.

Dadas as hostilidades com Portugal, as difficuldades de ordem ecclesiastica cresciam e Gelmires viria n'ellas envolvida a situação do seu intimo amigo o bispo do Porto.

Tratou portanto de reconciliar D. Thereza com a irmã, que n'aquellas alturas não aspiraria a outra cousa. Não podia haver melhor intermediario. Habilmente a infanta de Portugal teria aproveitado esse auxilio e esse ensejo para se approximar da irmã; esta ter-se-ia sujeitado, não só pela influencia do bispo, mas porque a lucta com Portugal, que em Gelmires podia encontrar auxilio, complicaria a situação do reino. Cada qual fazia o seu jogo, e neste a condessa de Portugal tinha de ter o melhor quinhão; a sua habil politica ia preparando o grande facto da emancipação portugueza.

Submissão de D. Thereza.

As demonstrações de submissão á irmã não podiam ter melhores apparencias de sinceridade: um anno depois da morte do marido, ella, que de ha muito o seu povo tratava pelo titulo de rainha, e que por morte do marido adoptara esse titulo officialmente[2], apresentava-se na qualidade de vassalla de D. Urraca, n'uma especie de côrtes ou concilio

[1] A. Herculano. *Hist. de Port.*, liv. I.

[2] Doc. do Cartulario de Refoios de Lima, em que depois da data vem: *Imperante Portugalis Regine Taresie.* Kopke. *Apont. Archeol.*, cit. por Herculano.

reunido em Oviedo, capital das Asturias, assignando-se *infanta*, em seguida a sua irmã D. Elvira[1], conjunctamente com o seu filho e filhas, e declarando-se *sujeitos* á rainha[2]. Ao mesmo tempo, a essas côrtes ou concilio não assistiam, como succedia com as outras provincias, os prelados e nobres portuguezes, nem D. Thereza se assignava, como sua irmã D. Elvira, em nome dos seus subditos, mas apenas no dos filhos, o que leva Herculano a perguntar se não será mais uma prova «de que o espirito publico, ainda mais, se é possivel, do que os desejos dos principes, tendia energicamente em Portugal á independencia?»

Attitude do bispo Gelmires.

Igual diplomacia á da infanta portugueza não a teve o bispo de Compostella; sob a apparencia de amizade e accordo com D. Urraca, surdos tramas ia urdindo no sentido de crear um forte partido e proclamar a independencia do reino da Galliza na pessoa do infante Affonso Raymundes.

O seu poder crescia dia a dia; uma expedição maritima, que organisara para devastar as costas do Garbe como represalia das depradações dos mouros nas costas da Galliza, concorrera para lhe augmentar o prestigio, comquanto não gosasse de grandes sympathias no povo.

Conspirações.

Por duas vezes já D. Urraca se dirigira á Galliza com idéa de deitar a mão áquelle perigoso inimigo; uma vez, em 1115, a energia de Gelmires, por um lado, e a intervenção dos nobres gallegos, por outro, conjuraram a porcella; mezes depois, tendo-se ligado Gelmires com o conde de Trava, Pedro Froylaz, continuando na propaganda surda a favor da independencia da Galliza, houve novas

[1] Filha de D. Affonso VI e da rainha Izabel, filha de Luiz, rei de França?...

[2] Doc. publicado por Sandoval, *Cinco Reis*, Aguirre. *Coll. Max. Concil.*, etc., cit. de Herculano. *Hist. de Port.*, liv. I.

tentativas de prisão da parte de D. Urraca e resistencia á mão armada da parte dos colligados, desistindo a rainha dos seus intentos.

Lucta aberta entre o bispo e D. Urraca.

Até que nos primeiros mezes de 1116 á colligação agora abertamente manifestada oppõe D. Urraca o poder das suas armas, entrando em Galliza, obrigando Gelmires a render-se e o hesitante conde de Trava a fugir, ficando apenas em campo Gomes Nunes, barão poderoso, a cuja voz muitos castellos continuaram resistindo, tendo arvorado o pendão de Affonso Raimundes, e contra os quaes as tropas da rainha se mostraram impotentes nos cercos que lhe pozeram, e que os obrigaram a dividir-se.

D. Thereza declara-se contra a irmã.

N'esta altura apparece-nos de novo em scena a infanta ou antes a rainha de Portugal, porque de 1116 é o primeiro documento em que Portugal figura com o titulo de reino[1]. Tendo no anno anterior figurado em Oviedo como vassalla da irmã, vemol-a agora auxiliando pessoalmente com as suas tropas o partido de D. Pedro Froylaz, e aproveitar a dissiminação das forças reaes para as atacar e obrigar a levantar o cerco dos castellos que se conservavam fieis á causa de Affonso Ray mundes.

D. Thereza aproveitava o descanso que do lado do sul lhe davam os sarracenos entretidos ora com dissenções intimas, ora com as diversões nas costas da Galliza, onde levavam o desforço dos ataques e devastações dos gallegos nas suas costas, para se metter nas aventuras das guerras civis de alem-Minho.

D. Urraca viu-se envolvida pelas tropas colligadas de gallegos e portuguezes.

[1] Carta de Couto de Osseloa feita a Gonsalo Eriz em 1116. *Dis. Chronol.*, tome I, pag. 245

Dadas as suas ligações com o bispo de Compostella, que apesar de derrotado não desanimava, continuando a ser a alma do movimento revolucionario, não era para estranhar que a infanta portugueza tirasse a mascara e fizesse pesar no prato da balança a sua ambição e o seu interesse.

Assedio do castello de Suberoso por portuguezes e gallegos.

Estava D. Urraca no assedio do castello de Suberoso quando se viu cercada pelas hostes luzo-gallegas. Do encontro que d'ahi naturalmente resultou não ficou noticia, ignorando-se se a rainha teria batido os adversarios ou se unicamente teria conseguido illudir o cerco e retirar-se a salvo para Compostella. Herculano opta pela derrota de D. Thereza e do conde de Trava, pelo facto de D. Urraca ter abandonado a Galliza, onde fôra no proposito de castigar os inimigos. Mas, notando em que, apesar do partido que a favor da rainha e contra o bispo se formara entre os burguezes de Compostella, a rainha deixara Gelmires em paz, e em que D. Thereza recebeu dos seus alliados da Galliza a recompensa dos seus serviços vendo accrescidos os seus dominios para o norte com os districtos de Tuy e de Orense, o que não nos parece que acontecesse se houvessem sido mal succedidos, damos mais pela opinião de ter sido batida a rainha, ou pelo menos obrigada a fugir, o que tem a auctorisar a informação da *Historia Compostellana* que diz: — *sed regina ascito exercitu suo evasit, et reversa est Compostellam*[1]. Alem de que, D. Urraca não se poderia reputar muito segura desde o momento que o conde de Trava, com os seus filhos, e *os que o auxiliavam*, evidentemente portuguezes, avançara sobre Compostella entre saques e morticinios.

D. Thereza adquire Tuy e Orense.

[1] *Hist. Compostel.*, liv. I, cap. CXI.

Amores com D. Fernando de Trava.

Mas nem só um accrescimo do seu estado trazia D. Thereza do regresso da sua expedição da Galliza; d'ahi traria tambem no peito a sua paixão, que se tornou tão violenta e tão funesta, por Fernando de Trava, um dos filhos do conde Pedro Froylaz, escudeiro-mór do reino da Galliza[1] e companheiro da condessa nos arraiaes bellicosos.

Reconciliações.

O bispo de Compostella, que via no conde de Trava um rival capaz de lhe fazer sombra, e que sentia em volta de si a hostilidade da opinião, tratou de se reconciliar com a rainha; d'essa reconciliação participaria D. Thereza, que a irmã deixa em paz nos seus dominios, agora augmenta.

Ao mesmo tempo surgiram novas preoccupações: para D. Urraca as correrias dos aragonezes nas terras de Leão e Castella, ás quaes o marido não renunciava de modo nenhum; para D. Thereza as avançadas dos musulmanos que do Oriente vinham trazendo as suas gazivas até ás terras da Lusitania.

D. Affonso contra os musulmanos no Aragão

D. Affonso de Aragão, obrigado a deixar os territorios de sua mulher, voltara para os seus estados, e ali o seu animo guerreiro levara-o a combater novamente os arabes, apoderarando-se desde logo de Tudella e pondo cerco a Saragoça, que o vali de Granada Abu Mohamede Abdalá conseguiu levantar no anno seguinte (1116).

[1] A 25 de dezembro de 1110 o bispo Gelmires para commemorar o congraçamento dos dois partidos, n'uma das muitas vezes em que a rainha, ao ver-se em turras com o marido, se approximára do filho, deu em Compostella um banquete no seu paço episcopal, assistindo a elle o joven rei, todos os ricos homens da Galliza; n'este banquete o conde D. Pedro de Trava serviu ao rei de dapifero (trinchante ou veador) e o seu filho D. Fernando de alferes: *Deinde missa ex more solemniter celebrata, regem novum deduccit ad palatium suum, episcopus omnes Galaetiae proceres invitavit convivium, in quo clarissimus Comes Petrus, regnis dapifer extetit, ejusque Rudericus clypeum et frameam regalis offertorius*... Hist. Compostel., liv. I, cap. CXVI.

N'esse mesmo anno o vali de Co
Texufin, aproveitando o desfalqu
das praças portuguezas pela exp
paiz pela linha do Mondego, tomav
grande mortandade o castello de
Doessa[1], assenhorava-se do forti
Santa Eulalia, perto de Montemó
de Soure para evitar o assalto,
logar, fugindo para Coimbra[2], e
cidade desprovida das suas guar
fronteira[3].

Teria D. Thereza regressado n
Galliza[4], ou já estaria em Port
d'esta investida?

Texufin fôra preparar o terre
rada era como que a guarda av
cito que no anno seguinte havia
mais decisivo. Esse golpe vinha
mente. Ali, filho e successor de
haviam chegado as noticias da
quiridas pelas armas aragoneza
musulmanos ao oriente da Peni
mente nos districtos de Lerida
noticia tambem, certamente, das
agitavam o antigo imperio de A
vidido agora, buscou aproveitar
forte acção das suas armas. Atac

[1] Era MCLIV. Castellum de Miranda a Sa
magna cedes, et captivitas in christianis f
Lusit.

[2] Era MCLIV. Nonis julii captum fuit Cast
racenis, quod est situm sub Monte maiore,
cus cognomento Gallina, et magna captivi
translata est etiam ultra mare. *Chronicon Lu*

[3] *Mon. Lusit.*, parte III, liv. IX, cap. VII.
Santa Cruz de Coimbra.

[4] «Permaneció doña Teresa en Galicia
con que los sarracenos amenazaban las fron
obligaron a regressar a Portugal para acu
fuente. *Hist. de Esp.*, tomo I, liv. II, cap. IV.

multaneamente Portugal, cujas veleidades de autonomia provariam a dureza das suas represalias. Emquanto seu irmão Temin, auxiliado pelos valis de Cordova e de Valencia, atacava Aragão, elle entrava na Lusitania com um numeroso exercito, que a Chronica Lusitana no seu exaggero diz ser tão sem conto como as areias do mar, — *sicut arena maris.*

Assedio da cidade de Coimbra.

Coimbra, desapoiada dos castellos que a cingiam como que n'um avançado cinto protector, recebeu de frente o choque, tendo dentro dos seus muros D. Thereza, que nelles se acolhera em junho de 1117; o assedio terrivel durou vinte dias; a praça oppoz uma heroica resistencia ás violentas investidas dos mouros, que acabaram por desistir. Legoas em derredor ficou reinando por muitos annos a desolação e a ruina [1].

Com este pouco se contentou, ou algum motivo de força maior o obrigou a regressar á Africa, sem procurar sequer soccorrer Temin e os seus alliados, batidos pelo aragonez, nem tentar ataque a qualquer praça do occidente, aproveitando do terror que teria produzido a devastação do districto de Coimbra.

D. Urraca na fronteira de Aragão.

Valeu-se d'estas circumstancias D. Urraca, para acabar com as tentativas dos aragonezes contra os seus estados; agora que os absorviam as luctas com os almorávidas, resolveu marchar para a fronteira de Aragão com uma hoste numerosa composta

[1] «*Æra 1155. Rex sarracenorum Hali Ibenjuceph veniens de ultra mare eum multo exercitu, qui erat circa mare, quorum numerus erat innumerabilis sicut arena maris, soli Deo tantum cognitus erat. Obsedit autem Colimbriam viginti diebus quotidie fortiter in toto exercitu oppugnans eam, sed per voluntatem Dei non potuit nocere, et Civitas illaesa remansit et inhabitantes in ea*». CHRON. LUSIT. ou GOTH.—«hoc in anno multis hominum millibus amissis, suburbio etiã Colimbriae cremato intra muros civitatis Reginam vix vitam servasse...» Carta do cardeal Bernardo, Legado Apostolico, ao Papa Pascoal II. Liv. da Sé de Coimbra. *Mon. Lusit.*, parte III, liv. IX, cap. VII.

de castelhanos, leonezes, asturos e gallegos; portuguezes não figuravam n'ella, pois tinham em casa luctas e preoccupações que os prendiam.

Mas se D. Thereza não podia tomar parte n'esta contenda, estimava decerto que ella arredasse de sobre os seus dominios o perigo de quaesquer hostilidades. Sua irmã não poderia ter esquecido o auxilio que ella prestara aos seus adversarios e muito menos o accrescimo do seu estado sem sua auctorisação, o que correspondia a desmentir a situação de vassalla que publicamente fora affirmada nas côrtes ou concilio de Oviedo.

Portugal descança.

Foram realmente uns annos de socego que duraram de 1117 a 1120. O aragonez chamava por um lado a attenção de D. Urraca, que não desistia das hostilidades, e por outra a attenção dos musulmanos de áquem e d'alem Estreito; porque estes viam sem resultado as fortes expedições que enviavam á Peninsula, aquelles iam successivamente perdendo territorios e praças importantes, como Saragoça (1118) e Catalayud (1120).

Proesas de D. Affonso de Aragão.

D. Affonso I de Aragão, que nas suas pretenções em Leão, Castella e Galliza não tinha grandes feitos a contar, nem grandes proveitos a fruir, illustrava-se pelo contrario em Aragão por uma forma perduravel, em proezas que justamente lhe conquistaram o titulo de *Batalhador*. Sobretudo depois que teve de abandonar as terras de sua mulher, sendo escorraçado de Burgos, é que elle via luzir mais brilhante a sua estrella nas campanhas da reconquista. Em 1116 veiu em seu auxilio, com uma comitiva lustrosa e valente, Beltran de Tolosa, filho de D. Elvira, irmã de D. Thereza, e do conde Raymundo de S. Gil, primo do conde D. Henrique; era elle um cavalleiro esforçado que creara nome e fama na Terra Santa. A tomada de Saragoça aos musulmanos foi o sonho dourado do rei aragonez,

que n'esse anno de 1116, como vimos, lhe pozera cerco, sendo forçado a abandonal-o deante dos soccorros commandados por Abú Mohamede; mas o emir de Saragoça, temendo mais o almorávida do que o aragonez, ligou-se com este, e successivas victorias dos christãos sobre os africanos deram a D. Affonso ousío para, rompendo o pacto, exigir do seu antigo alliado a entrega da cidade. Diante da recusa formal, D. Affonso reunia seu forte exercito, em que figuraram numerosos francezes, e depois de tomar Almodovar, Sariñena, Gurrea e outros povos, transpoz o Ebro e o Gállego, e foi por apertado cerco a Saragoça, que se rendeu pela fome; havia quatro seculos que nunca deixara de tremular sobre os seus adarves o crescente mourisco. Animado por esta importante conquista, D. Affonso avançou com um forte exercito até ao Moncayo, occupou as margens do Ebro, tomou Tarazona, Borja, Alagon, Mallen, Magallon, Epila e outros povos, e assenhoreou-se de Catalayud, de um alto valor estrategico, por ser fronteira de Castella; com este lhe vieram á mão outros pontos importantes (1120). O almorávida Temin buscara tomar-lhe o passo com um forte exercito; Affonso infligia-lhe uma formidavel derrota em Cutanda, perto de Daroca, e esta victoria era tão decisiva para o prestigio e gloria das armas aragonezas, que se atrevia a fazel-as passear triumphantes alem dos Pyrinéus, pela Gasconha, e pelos emirados de Valencia e da Andaluzia [1].

Ali não veiu a Portugal em 1120. Opiniões de Cartaz e Holal.

Refere-se Herculano a uma versão arabe, que dá em 1120 os almoravidas ás portas do condado portuguez, tomando Ali a cidade de Lisboa. Mas a verdade é que nem os monumentos christãos, nem os arabes se referem a tal facto. Cartaz (Assaleh) dá

[1] Lafuente. *Hist. de España,* tomo I, liv. II, cap. IV.

Ali em Hespanha em 1120, e Holal, que o nosso amigo o Sr. David Lopes tenciona publicar traduzido, colloca essa vinda em 1121, mas para apaziguar uma revolta; depois do que, tendo noticia do Mahdi se ter levantado em Marrocos passou immediatamente o Estreito. Segundo Cartaz, que Conde traduz n'este ponto, de Cordova foi Ali contra uma cidade que vem escripta difficilmente nos exemplares manuscriptos: — Moura leu Lisboa, Conde e Tarnberg (traducção latina) leram Sanabria e Sambria; mas Cartaz não diz onde ficava tal cidade, e foi Conde quem accrescentou por sua conta «no *Algharb*», o que mostra não ter fundamento a supposição de Herculano de haverem sido inventados esses successos para attenuar a má impressão dos desastres nos districtos orientaes; a responsabilidade é toda de Conde[1]. É certo, portanto, que Ali não veiu a Portugal, porque não se sabe que terra era aquella, e a narrativa de Holal é mais plausivel e explicavel.

Estavam portanto livres de ameaça da parte dos musulmanos os estados christãos do occidente, o que punha em acção os elementos discordes, que só o perigo do estrangeiro continha ás vezes.

Invasão de Portugal.

Em 1121 rebentam as dissenções entre D. Urraca e D. Thereza a proposito da posse do districto de Tuy. O bispo de Compostella Gelmires apparece-nos acompanhando com a sua gente armada a expedição a Portugal. Como se explica isto, em quem tão affeiçoado se mostrava sempre a D. Thereza, ao ponto de se attribuir caracter amoroso a essas ligações?

O bispo Gelmires e a rainha.

Gelmires congrassara-se com D. Urraca, que em 1117 até compartilhara com elle das furias da populaça n'uma sedicção em Compostella, onde os

[1] Devemos estas informações á amabilidade do sr. David Lopes.

dois tinham tido que se acolher á cathedral. Apesar d'isso o bispo continuava a conspirar; affirmando a sua adhesão á causa de Affonso Raymundes, contra o qual se declarara antes, obtivera do Papa Calixto II, tio do principe [1], que a sua diocese fosse elevada á categoria de metropolitana, passando a cadeira episcopal de Braga para Compostella; isto não podia ser indifferente a D. Urraca, Pois apesar de tudo, a rainha vae novamente a Galliza a pretesto de organisar a expedição que havia de desapossar a irmã do districto de Tuy, e provavelmente tambem para affirmar a sua auctoridade e contraminar as conspirações que se tramavam n'aquella provincia para a enthronisação do infante, e é Gelmires, que havia pouco ainda obtivera o auxilio de D. Thereza e a auxiliara pelo seu lado a augmentar os seus dominios, quem apparece agora a tomar parte na empresa militar que d'esses novos dominios a ia desalojar, e mais ainda conseguia que o acompanhassem na hoste os cavalleiros-villões de Compostella que não eram pelo seu foro obrigados a ir alem do seu districto.

Levaria um segundo sentido, e seriam prova d'isso os factos subsequentes, ou era apenas obrigado á simulação para se equilibrar entre o juramento de fidelidade ao principe e a necessidade de não se mostrar adverso á rainha?

D. Urraca invadiu Portugal com um forte exercito, como castigo e revindicta da invasão de D. Thereza no districto de Tuy de que se apossara. Occupou a rainha este districto e avançou com a sua luzente tropa; no rio Minho, cuja margem esquerda os portuguezes occupavam, travou-se combate. «Mais proximo ao lado de Portugal, o rio

Combate no rio Minho.

[1] Era irmão do conde D. Raymundo da Galliza, e muito affecto á causa do sobrinho.

fazia naquelle sitio uma insua. A posse d'ella facilitava a passagem, mas defendiam-na as barcas portuguezas que vogavam pelo Minho. Os destros marinheiros de Padron e alguns compostellanos com varios cavalleiros escolhidos embarcaram da parte opposta e vieram accommettel-as. Vencedores, em breve se apossaram da insua. Este successo levou o terror panico aos arraiaes de D. Thereza, que foram abandonados, e, quasi sem combate, D. Urraca entrou no territorio inimigo[1]». Seguiram-se depradações, destroços, incendios, violencias de toda a especie; diante da dispersão do exercito portuguez a marcha invasora foi como uma cheia rompendo o unico, mas fraco, dique que se lhe quizera oppor. A força moral desapparecera.

Depradações e ruinas.

As armas da rainha chegaram ao Douro; D. Thereza retirou-se para o districto ao oeste de Braga e acabou por se refugiar no castello de Lanhoso; tomado este, e feita prisioneira D. Thereza, a causa de Portugal estava perdida e perdida tambem a conspiração na Galliza. Mas é precisamente quando mais perigosa se mostrava a situação, que por uma forma estranha se muda a face dos acontecimentos, e o condado portuguez nos apparece mais consolidado e accrescido. Quando D. Urraca tem subjugado com as suas armas a melhor porção dos dominios de sua irmã, é quando a vemos lavrar com ella um tratado de paz, como vencida e não vencedora, em que a troco de fidelidade jurada, moeda de nenhum preço n'essa epocha, são dadas a D. Thereza terras comprehendendo Zamora, Touro, Salamanca, Avila, Valhadolid e Toledo, n'uma area de territorio que devia corresponder á que, já pelo pacto que se assentara entre D. Urraca e o conde D. Henrique a este ficariam pertencendo.

D. Thereza prisioneira em Lanhoso.

Pazes subitas. Portugal augmentado.

[1] A. Herculano. *Historia de Port.*, tomo I, liv. I.

Taes os limites do condado no anceio permanente dos que primeiro o governaram, e que passou tambem mais tarde, com o nosso D. Affonso V, a ser o minimo das aspirações para o accrescimo do reino de Portugal ao oriente.

Razões da reviravolta.

Á primeira vista, tanta generosidade da parte de D. Urraca parece incomprehensivel; é necessario ir buscar nas circumstancias que se davam em volta das pretenções da rainha a explicação plausivel.

O valido de D. Thereza.

Ao lado de D. Thereza, engrandecido e cheio de valimento, estava em Portugal D. Fernando Peres, feito já conde ou consul de Portugal e de Coimbra[1], tendo o imperio ou principado de todo o paiz[2]; Fernando pertencia na Galliza ao partido favoravel ao infante, e adverso portanto a D. Urraca; esse partido, longe de diminuir, augmentava na Galliza, á proporção que Affonso Raymundes ia entrando na puberdade; antes da sua politica duplice ter levado Gelmires, o Mephistopheles clerical, como lhe chama um escriptor gallego, a mostrar, apparentemente, que quebrara as suas ligações com os adversarios de Affonso Raymundes, D. Fernando Peres, seu antigo alferes-mór recebera d'elle, terras e alcaidias, como por exemplo o de Rameta, mais tarde mandado destruir[3]. Dada a influencia

Tramas do Gelmires.

[1] São dos annos de 1121 a 1126 os documentos citados por João Pedro Ribeiro, no tomo III das *Dissert. Chron.*, referentes ao governo de Fernando Peres de Trava em Portugal.

Na doação ao mosteiro de Lorvão, da era de 1159 (anno 1121), publicada na *Monarch. Lusit.*, parte III, liv. IX, cap. II, lê-se: «*Gundisalvo Episcopo regente Colimbriensem sedem, Consule autem Dono Fernando Dominante Colimbriae et Portugali*».

[2] Prova-o não só a fórma por que o conde subscreve nos documentos da epocha, em logar superior ao do proprio infante e igual ao da condessa ou rainha D. Thereza, e a seguinte informação da Hist. Compostel.: «*et Fernando Petride qui, toti illi terrae principabatur*...» Liv. III, cap. XXIV.

[3] Viceto. *Hist. de Galicia*, tom. V, pag. 50.

do valido de D. Thereza[1] em Portugal e o seu poder sobre a sua amante, o estado portuguez era um natural auxiliar ás pretenções da Galliza. A rainha, procurando subjugar Portugal, teria querido manietar um adversario importante; superior á razão de rehaver territorios que annos antes e de boamente deixara ceder á irmã, seria essa a razão da guerra. O arcebispo Gelmires fingia estar ao lado de D. Urraca, por conveniencias de ordem pessoal e politica, mas no fundo o seu coração e até o seu interesse estavam com D. Thereza, e ao mesmo tempo, pelas suas solemnes promessas a Callixto II, tinha de ser favoravel á causa de Affonso Raymundes; d'esta situação dubia se saiu pela manha. Ao principio a guerra de Portugal até o favorecia, por distrahir da Galliza as attenções de D. Urraca; mas vendo o incremento que tomava a invasão, e a força que a D. Urraca d'ahi adviria, pretextou interesses e necessidades inadiaveis que o reclamavam em Compostella; invocou o foro dos burguezes d'aquella cidade que não eram obrigados a servir fóra do seu districto, o que levou D. Urraca a dispensal-os. Ao mesmo tempo horrorisavam-no as cruezas inuteis da invasão, diz a *Historia Compostellana*. A rainha não se deixava mover por tão ponderosas razões; perscrutava o fundo de todos esses pretextos. Gelmires appellou para o legado do Papa, o cardeal Boso, que, no segredo da situação, conseguiu ser solicitado para não faltar ao concilio que se ia reunir em Sahagun.

Prisão de Gelmires.

D. Urraca, longe de ceder, redobrou de precauções e vigilancias, deixou saír o bispo, mas resolveu prendel-o. Para dar o golpe tinha de se libertar

[1] Sobre a opinião de ter D. Thereza casado com D. Fernando Peres vid. *Mon. Lusit.*, parte III, liv. IX, cap. II, e Herculano, *Hist. de Port.*, tomo I, nota XIV.

de outras preoccupações, que podiam complicar a situação; ao interesse do odio cederam todos os demais interesses de momento.

Essa seria a razão das pazes com a irmã, a qual necessitava não só de não continuar a perseguil-a, mas de a chamar á sua causa; d'ahi as largas generosidades e os accrescimos do condado portuguez.

Consentiu então que as tropas do bispo regressassem para a sua terra, mas conseguiu retel-o junto de si; e mal a gente que lhe era affecta transpoz o Minho, o mandou prender.

Ha tambem a versão de que D. Urraca deixara saír apenas os cavalleiros villões e os peões de Compostella, tendo ficado com o bispo os seus homens de armas, á frente dos quaes abertamente manifestou a sua desobediencia [1]; mas isso não é acceitavel, porquanto a rebellar-se no campo Gelmires tel-o-ía feito quando n'elle tinha a sua hoste. Segundo esta versão a rebeldia armada, a que D. Urraca cedeu, foi em frente de Lanhoso; a prisão foi no regresso das tropas para a Galliza, quando já os homens de armas do prelado haviam transposto o Minho.

Evidentemente D. Urraca não quizera apenas castigar um acto isolado de insubordinação; alguma cousa de mais complexo se passava em Galliza e Portugal que ella julgara poder atalhar com um golpe de mão. Ao mandar prender Gelmires deu ordem para que fossem postos alcaides de sua confiança nos castellos da diocese compostellana, e presos tres irmãos do prelado e outros seus partidarios, mandando-os encerrar a todos no castello de Orcillon [2].

[1] Viceto. *Hist. de Gallicia*, tom. v, pag. 56.

[2] Este castello de Orcillon deve ser o que está na provincia de Orense, legua e meia de Ribadabia, hoje em ruinas. Havia outro castello de Orcillon entre Astorga e Oviedo.

Ao mesmo tempo fugiam aterrados o arcebispo de Braga, D. Paio, e o bispo de Orense, D. Diogo. Era extensa a trama.

N'esta expedição a Tuy e a Portugal a rainha fizera-se acompanhar do filho; affectava fazer com elle causa commum; procurava assim trazer accommodados os gallegos que não deixavam por isso de se agitar; Portugal manter-se-ia quieto com as novas concessões; toda a força da sua energia era concentrada na acção directa contra o bispo de Compostella, que parecia ter ao seu lado o arcebispo de Braga, D. Paio, e o bispo de Orense, e porventura, como centro de uma grande colligação, D. Thereza, que indirectamente o apoiava e ás occultas lhe communicava o plano da irmã de o prender, mandando-lhe mesmo offerecer um dos seus castellos para refugio, ou um dos seus barcos para se retirar. A condessa de Portugal trabalhava assim habilmente na sua missão de sustentar a integridade do seu estado, e ao astuto Gelmires, portanto, deve a nacionalidade portugueza o relevante serviço de ter evitado que, com a derrota e desapparecimento de D. Thereza se afundasse á nascença o organismo que ella e seu marido tanto haviam procurado sustentar e engrandecer.

Nova tactica de D. Urraca.

No meio d'este jogo de arteirices de um e outro lado, D. Urraca, mettida entre muitos fogos, procurava desenvencilhar-se pela melhor fórma possivel. D. Thereza tirava da situação todo o partido; um pacto que devia ter sido lavrado em Lanhoso representou para D. Urraca o preço por que assegurava a paz com Portugal, e para D. Thereza a sancção official da posse dos territorios que, desde o tempo do conde D. Henrique, Portugal pretendera reivindicar, e que comprehendiam não só as provincias de Tuy e Orense, de que ella já se

Pacto com D. Thereza.

tinha apossado, mas o dominio e o senhorio de muitas terras nos já referidos districtos de Zamora, Touro, Salamanca, Avila, com direitos senhoreaes, alem dos de Valhadolid e Toledo, com a promessa de amisade, auxilio e protecção da parte da rainha, a troco de D. Thereza lhe jurar «amparo e defeza contra os seus inimigos, quer mouros quer christãos, e prometter não dar acolhimento a nenhum vassallo da rainha levantado em terras ou castellos, nem a nenhum traidor[1].»

Ao sueste da Galliza as novas acquisições iam até ás margens do Bivey, por todo o territorio do Lima; ao sudoeste comprehendiam Tuy e as suas dependencias[2].

[1] «*Rubrica.*—Juramentum et convenientie que fecit Regina domina hurraca germana sue infante domne tarasie.

Texto:—Hec est juramentum et convenientiam quod facit regina domna hurracha ad sua germana infanta domna tarasia, que li sedeat amica per fed sine malo engano quomodo bona germana ad bona germana, et que non faciat morte de suo corpo nec prisione nec consiliet pro (*ou per*) faccre, et si lo consiliado tenet que lo disfaciat, et de la regina ad sua germana zamora cum suos directos. Exima cum suos directos. Salamanca et ripa de torme cum suo directo. avila cum suos directos. arevalo cum suos directos. Conka cum suos directos. Olmedo cum suos directos. portelo cum suos directos manlas et tudiela et medina de zofrangá cum suos directos. tauro cum suos directos. et torre cum suos directos. medina et pausada cum suos directos. Senabria et ripeira et valdaria et baronzeli cum suos directos. talaveira et kouria cum suos directos. Setmancas et morales que stan pro ad iudicio de egas gondesindiz et geda menendiz et el con (*conde?*) domno monio cum fernando iohanis et exemono lupus que si potuerint avenire que sed. et si non mittant sortes quales iurent et quos iurarent levent illam. et que sic ista honor que la regina da ad germana quomodo et altera que illa tenet qu li a adiuvet ad amparar et defender contra mauros e christianos par fé sine malo engano, et herma et populata quomodo bona germana ad bona germana, et que non coliat suo vassalo cum sua honore aut aleivoso que noluerit ex conduzer cum iuditio directo et si illa regina isto non attenderit que des illo die que li demander la infante ad X dies se illa noluerit intregare que nos sedeamus soltos et vos periuratos ex tan' (*tantum?*) quantum la infante voluerit adtender adenante.» Do *Liber Fidei* da Sé de Braga. Alex. Herculano, *Historia de Port.*, tomo I, nota X. Foi publicado pela primeira vez, mas inexacta e com falhas, na *Monarchia Lusitana*, liv. 3, pag. 42.

[2] Viceto. *Hist. de Gallicia*, tom. V, pag. 68.

Ficava assim o condado de Portugal muito mais accrescido, quasi duplicado, mas ficava tambem accentuada a subalternidade de D. Thereza, que no pacto se assigna apenas infanta, e a sua dependencia da irmã, de quem se confessava mera logartenente *(tenens)*, ou possuidora de um dominio ou terra do senhorio da rainha. Para o brio soberano de D. Urraca era isso bastante, porque tanto lhe fazia que o condado portuguez terminasse no Minho e nas serras de Traz-os-Montes ou em Orense e Toledo, comtanto que permanecesse englobado no seu reino; para D. Thereza a consagração official de um dominio directo mais vasto representava um grande passo no sentido da sua posse definitiva; da posse viria a soberania, quando se offerecesse ensejo propicio.

Alargamento do condado portuguez.

Mas D. Urraca, longe de conjurar o perigo, o fora directamente provocar, e foi esse o ponto de partida da sua ruina.

A prisão do bispo da Compostella irritara na Galliza os animos contra a rainha; do castello de Orcillon fora o bispo passado para o de Cira; Gelmires tinha partidarios poderosos, e fortes ligações com os que seguiam a parcialidade de Affonso Raymundes, o qual, embora apparentemente ligado á mãe, não desistia, ou não desistiam por elle, das suas pretenções e direitos. Compostella excitava-se; n'ella e seus arredores se reuniam os agitadores.

Reacção na Galliza.

D. Urraca dirigiu-se á Compostella na idéa talvez de apasiguar os animos ou de se impor. Os conegos, em signal de lucto, vestiram paramentos negros; o legado do Papa, cardeal Boso, conspirava tambem, e queria tomar uma attitude mais decisiva.

Via a rainha erguer-se contra ella a opinião; seu proprio filho e os barões que o cercavam, retira-

Movimento revolucionario.

ram-se para o norte, para alem do Tambre, a duas leguas de Compostella, e a rainha viu-se obrigada a dar a liberdade a Gelmires, conservando porém em seu poder os castellos que lhe pertenciam, apesar d'elle, segundo a *Historia Compostellana*, os ter reclamado logo, apenas saíu da prisão e se dirigiu á sé, onde foi recebido procissionalmente pelo cabido, e onde se achava tambem ás occultas a rainha.

Gelmires, já sem rebuço e a pretexto de se lhe não restituirem os castellos, tomava a direcção do movimento; agora eram todos abertamente contra a rainha, que pelas suas dissenções com o marido, pela sua opposição aos direitos do filho que queria sentar-se no throno do pae, pelos seus amores com o conde Pedro de Lara, e pelo seu espirito irrequieto e enredador, trazia por todos os lados irritados os animos contra si. Travou-se a guerra, que só terminou pelo tratado de paz de Monte Sacro de 21 de dezembro de 1121.

Paz do Monte Sacro.

D. Thereza abandona a irmã.

D. Thereza de Portugal não era tão ingenua que se conservasse ao lado de D. Urraca, agora que a estrella desta abertamente declinava no ceu onde brilhara com tão diversa luz; e alem d'isso as suas verdadeiras ligações tinham sido sempre com Gelmires e os adversarios da irmã. O approximarse d'esta tinha sido um expediente de occasião. Daria força ao grande partido de Affonso Raymundes que assim, elevado ao throno de seu pae, respeitaria os dominios e senhorios da tia, e a deixaria viver em paz, com as suas novas terras e novos amores. Alem de que, bastaria o facto de Fernando Peres de Trava, o antigo alferes-mór do bispo de Compostella, imperar no espirito da condessa, para se concluir desde logo que o caminho por ella seguido seria o mesmo que o do conde D. Pedro Froylaz, pae de Fernando, e de outros ba-

rões da Galliza, partidarios do joven rei. Affonso VII reunia em volta de si todos os elementos valiosos do seu reino; podia bem dizer que representava a opinião da nação, se esta palavra tivesse cabimento n'esta epocha.

Paz em Portugal.

Realmente D. Thereza, nos primeiros annos a seguir, isto é, de fins de 1121 á primavera de 1127, gosou tranquillamente a posse do seu condado.

D'este interregno de paz se serviu para cuidar da organisação interna do condado. Em 1125 mandou povoar e restaurar Soure, que em 1117 fôra destruida pelos almorávidas, nomeando capitão d'essa cidade e castello a Gonçalo Gonçalves que adiante veremos distinguir-se em mais de uma occasião; e a igreja foi reedificada por mandado do bispo de Coimbra, D. Gonçalo. Anteriormente fôra já reedificada e restaurada Santa Eulalia, sendo entregue em novembro de 1122, junctamente com Soure, ao conde D. Fernando Peres de Trava[1]. Soure foi depois dada á Ordem dos Templarios em troca do castello de Coja, sobre o Alva, que, cedido á condessa, esta doou ao bispo de Coimbra.

Os almorávidas continuavam em lucta com o rei de Aragão; a irmã mantinha os pactos que as duas haviam firmado.

[1] «E porque da entrada dos Mouros estavão ainda destruidas algũas fortalezas, tratou de se restaurarem, fazendo entrega dellas aos capitães de mais confiança. Era pessoa principalissima no Reyno o Cõde Dom Fernando, e muy favorecido da Rainha, a este fidalgo fez entrega do Castello de Santa Olaya ja reedificado e cometeo a restauração de Soure. Ha disto memoria em o livro da Sé de Coimbra, como ja em differente lugar temos mostrado. Fortaleceu o conde a Santa Olaya, lhe pos grosso presidio de soldados; a povoação de Soure ou por se não obrigar a tanto, ou por o tempo não dar então lugar, se reservou para outra occasião.» Fr. C. Brandão. *Monarch. Lusit.*, parte III, liv. IX, cap. I e XI. Segue-se um outro trecho do livro da Sé de Coimbra onde se trata da reedificação do castello, igreja e povoação de Soure.

É verdade que á proporção que seu filho Affonso Henriques ia crescendo em idade, mais avolumavam em volta d'elle os elementos que um dia haviam de affastar do poder D. Thereza e o seu favorito, causa principal do descontentamento e discordias que lavravam dentro do nascente estado.

Prodromos de revolta.

Se algumas inquietações podia trazer a D. Thereza essa curta preparação da tempestade que a havia de vencer, não eram ellas de natureza a crear-lhe receios serios, nem os factos que vinham á suppuração taes que ella os não podesse dominar promptamente.

O infante Affonso Henriques.

O infante era ainda menino; os que por elle trabalhavam não encontravam ainda um ponto de apoio sufficiente; mas tudo se ia dispondo n'esse sentido.

A exemplo do que no anno anterior se passára com Affonso Raymundes, que em Compostella se armára cavalleiro, em dia de Pentecostes, conforme era uso dos reis de Hespanha, assim Affonso Henriques se armára tambem cavalleiro na cathedral de Zamora ainda incorporada no condado portuguez, em 1125, cingindo o seu agigantado corpo com a loriga, e vestindo as armas que tomara de sobre o altar, consoante era devido á sua categoria[1] e como affirmação da sua independencia.

Arma-se cavalleiro em Zamora.

[1] «Era MCLXIII. Infans inclytus Alfonsus Henricus Comitis filius aetatis anno XIII in ecclezia Zamorensi Cathedrali, ab altari Salvatoris ipse sibi manu propria sumpsit militaria arma, ut mos est Regum: induit se Lorica, sicut gigas, qui magnus erat corpore, similis factus est Leoni in facinoribus suis, el sicut catulus Leonis rugiens in venatione». *Chron. Goth.*—Variante:—«habens etatis annos fere quatordecim apud sedem Zamorensem, ab altario Santi Salvatoris ipse sibi manu propria sumpsit militaria arma ab altari, et ibidem ante altari inductus est et accinctus militaribus armis, sicut moris est Regibus facere in die sancto Pentecostes. Induit vero se loricam sicut Gygas, qui magnus erat corpore et succinxit se arma bellica sua, in preliis similis factus est leoni in operibus suis, et sicut catulus leonis rugens in venatione».—*Portug. Mon.*—*Escript.* Vol. I, pag. 11.

Devia orçar então pelos quinze annos, idade minima em que se podia realizar essa cerimonia importante, que representava, n'esses tempos de cavallaria, o verdadeiro inicio da vida, e, na situação especial em que se encontrava o infante, queria dizer que elle se preparava para a grande lucta, não só das armas, mas do direito contra sua mãe e contra o seu valido, cuja situação na côrte altamente escandalisava todos. Acompanhado dos seus ricos homens e barões, revestidos das suas armas, em luzido e bellico cortejo, a nenhum deu a honra de lhe impor as insignias, nem de nenhum a podia receber. O tinir das armas com que cingira a mascula estatura foi como um signal de guerra.

Discordias.

Não era uma situação nova n'esses tempos, nem nos que lhe precederam ou succederam: uma rainha ainda moça, com um filho menor que ha de vir a ser o soberano, mas cujo advento ella procura adiar, substituindo o seu poder pelo de um favorito que toma o papel de chefe da nação.

Não é um caso sporadico na historia das rainhas; e as duas filhas de Ximena Muniones, uma em Castella outra em Portugal, seguiam a mesma esteira da deshonestidade, e provocavam as mesmas reacções na opinião.

Conspiração.

Parece que vinha de longe a conspiração contra o papel que no nascente estado e junto de D. Thereza representava Fernando Peres de Trava, o qual até se apresentava como seu marido[1]; Herculano quer filiar n'esse movimento a prisão do metropolita de Braga, D. Paio, em 1122. Voltava de Zamora o arcebispo D. Paio quando foi preso;

Antecedentes.

[1] Carta de fundação do mosteiro de Monte-Ramo em 1124. Yepes *Coron. Gen. de S. Ben.* T. 7.º App. escrit. 34. Herculano: *Hist. de Port.*, tom. I, nota XIV.

D. Thereza que em tantos pontos tinha a sua vida semelhante á da irmã, quiz ter tambem em seus annaes um alto prelado prisioneiro, por conspirar e trair. Foi necessaria a intervenção do papa e a ameaça de excommunhão para D. Thereza lhe dar a liberdade mezes depois [1]. Era D. Paio irmão de Gonçalo Mendes o *Lidador*, e, portanto, da nobre familia dos Maias de Riba-Douro, cuja influencia na enthronisação de Affonso Henriques e na independencia de Portugal ficou assignalada na historia. Era natural que já então fosse suspeito de parcialidade a favor do infante.

Morte de D. Urraca. Attitude de Affonso VII.

Em março de 1126 morria D. Urraca em Saldaña, e Affonso VII, que desde 1122 «adquirira verdadeira supremacia nos estados de sua mãe», foi coroado em Leão; a sua tia, a condessa e rainha de Portugal, respeitara os pactos realisados por sua mãe, mas sentindo-se agora livre de todas as peias, e sem o dever de acceitar situações que por elle não haviam sido creadas, pensou em rehaver a integridade do imperio de seu pae, guardou, porém, a realisação d'esse intento para momento opportuno; desde logo não era possivel, porque tinha a combater dentro do reino rebeldias insoffridas, e, alem das fronteiras, as ambições do Rei de Aragão, seu padrasto, que ainda tinha castellos á sua voz.

Pacto com D. Thereza.

Veiu o rei a Zamora e ali formou um pacto de amisade por um determinado periodo, — *usque ad destinatum tempus* —, com D. Thereza e com o conde Fernando Peres de Trava; assegurada a tranquillidade na sua fronteira oriental, e vencidas as difficuldades internas, o rei pensaria mais tarde

[1] Bulla de junho de 1122 enviada pelo Papa ao arcebispo Gelmires.

na fronteira do occidente, onde, por emquanto lhe convinha a paz.

Preparação para a lucta.

Ainda em vida de sua mãe Affonso Raymundes, com dezenove annos de idade, se armara cavalleiro (1124), colhendo do altar mór da cathedral de Compostella, por suas proprias mãos, as armas com que iniciou a sua carreira militar, no proposito talvez de as estreiar ainda esse anno, em que esteve eminente um conflicto entre os dois, tendo-se reunido um concilio para regular os termos em que se havia de assentar a concordia e ordenar a justiça; a esse concilio, onde dominava a influencia de Gelmires, ligado com o Papa Callixto II, assistiram os bispos seus suffraganeos, de Orense, Tuy, Coimbra, Porto, Mondoñedo e Avila com seus abbades, faltando por motivo justificado os de Braga e Astorga.

Unificação do reino.

Com a morte da rainha póde dizer-se que todo o reino se submetteu á auctoridade de Affonso VII, comtudo algum tempo durou a resistencia de alguns dos antigos partidarios de D. Urraca, e a de alguns castellos que permaneceram em posse de aragoneses. Unificar e sujeitar nas suas mãos todas as forças do reino, foi o primeiro cuidado de quem por tres vezes já fora coroado Rei da Galliza, e agora, cingindo tambem as corôas de Leão e Castella, reunia sob o seu sceptro o poderoso estado de seu avô Affonso VI. A situação de Portugal tinha tambem de ser resolvida para a integração d'esse estado; mas a pacificação interna e a extirpação dos vestigios do dominio ou ingerencia de aragoneses na administração do reino eram assumptos que mereciam preferencia em seus cuidados.

Os rebeldes.

Entre os agitadores do reino estavam o antigo favorito de D. Urraca, Pedro Gonçalves de Lara e seu irmão Rodrigo, que se apoderaram de Palencia.

Tendo reduzido outros castellos de menor importancia, o rei assaltou e tomou essa cidade[1]. Dois annos depois renovaram-se as rebelliões e eram repremidos de novo pelo rei e por Gelmires a quem fora dado o governo da Galliza.

Negociações de paz entre Castella e Aragão.

Entre Affonso VII de Castella e Affonso I de Aragão seu padrasto houve negociações demoradas para a restituição dos castellos, mas foi tudo baldado. Os dois soberanos mutuamente invadiram os territorios do adversario; o aragonez era o primeiro a realizar a invasão, por Rioja, pelo valle de Tamara, quatro leguas de Palencia; o castelhano entrou tambem pelas terras de Aragão e tomou Castro-jeriz; as duas fortes hostes encontraram-se no valle de Tamara.

Hostilidades.

Vantagens obtidas pelo aragonez.

Parece que nas hostilidades, ou n'um provavel combate, — do qual aliás não rezam as chronicas, que só se referem á hesitação do aragonez em atacar, o que não é admissivel, e á traição do conde de Lara, inimigo do rei castelhano, que indo na dianteira, recusou o combate —, melhores vantagens obteve o aragonez; porque tendo intervindo com os seus bons officios alguns prelados e homens importantes, tanto de um como do outro lado, se assentaram as pazes, com a condição de ficar D. Affonso de Aragão com o territorio comprehendido entre a villa de Villorado e a cidade de Calahorra, ficando n'elle incorporadas as provincias de Guipúzcoa e Álava.

Pacto de Tamara.

Os escriptores hespanhoes querem attribuir este pacto de Tamara ao desejo, por parte de Affonso de Castella, «de não faltar á promessa de ser amigo do aragonez e de o ter no logar de seu pae»[2]; mas nem o aragonez merecia essas generosidades, pelos

[1] B. Viceto. *Hist. de Gallicia*, tom. v, pag. 77.
[2] D. Manuel Colmeiro. *Reys Cristianos*, cap. III.

seus antecedentes, nem é natural que acabasse pela condescendencia quem começara pela guerra e pela invasão; o que leva, portanto, a crer que a situação das armas era melhor para o aragonez, cousa que realmente não seria para admirar, dadas as suas altas qualidades de guerreiro, e ao seu «orgulho e confianza de conquistador avesado a las lides y a las victorias»[1]. Por isso o appellidaram de *Batalhador*. Ha ainda a notar que não foram pelo aragonez entregues n'essa occasião as fortalezas que em Castella lhe obedeciam, mas sim dois annos depois, quando novamente invadiu este paiz, cercando Moron, e generosamente accedeu ás propostas de paz feitas pelo enteado.

D. Thereza organisa militarmente o condado.

D'este periodo em que as attenções andavam distrahidas do que se passava dentro do condado portuguez se aproveitou D. Thereza para tratar da organisação militar do seu estado, e para fortificar a fronteira, erguendo castellos novos e presidiando os da fronteira do Minho. Alem d'isso D. Thereza «tinha por si não só os barões de Portugal, mas tambem Fernando Peres, seu amante, e os cavalleiros de Galliza que á sombra d'elle tinham vindo residir em Portugal; não lhe faltavam, tambem, homens de armas e riquezas para sustentar a guerra; orgulhosa do seu poder, D. Thereza, que durante o governo de D. Urraca evitara o declarar-se de todo independente, constrangida, talvez, agora pelas pretensões mais precisas de Affonso VII, recusava formalmente cumprir com as obrigações nascidas da tenencia que, conforme o tratado de 1121 e attenta a origem primitiva dos dominios de que era senhora, o rei leonés entendia que ella exercitava»[2].

[1] Lafuente. *Hist. Gen. de Esp.*, liv. II, cap. IV.
[2] Herculano. *Hist. de Port.*, tom. I, liv. I.

Affonso VII põe-se em acção.

Serviu isto de pretexto ou de motivo para que Affonso VII, alliviado agora das preoccupações pelo lado de Aragão, procurasse liquidar a questão de Portugal. Tinha conseguido dominar o movimento insurreccional de Galliza, onde até mandara arrazar fortalezas, como a de Grallaria (Gralheira) e Raneta. Pesava-lhe o estarem ainda sob o dominio directo da condessa de Portugal os territorios de Orense e Tuy e outros que haviam vindo do pacto com sua mãe; e mesmo quanto á situação d'esse condado dentro do seu reino, necessario se tornava esclarecel-a; as rasões que o haviam levado a temporisar, a adiar, a procurar para isso as pazes e o accordo, já não subsistiam.

Invade Portugal.

Com um forte exercito, reunido em Galliza, de que fazia parte o bispo Gelmires com todo o seu poder, entrou pela primavera de 1127 nas comarcas de Tuy e Orense, chamou á sua directa obediencia os castellos que n'ellas tinham voz por D. Thereza; ali reforçou as suas tropas, e, entrando em Portugal, conseguiu no fim de seis semanas de hostilidades e violencias de toda a natureza, que a infanta reconhecesse a sua auctoridade suprema e se declarasse sua vassalla. D. Affonso VII retirou para Compostella; o condado portuguez fora novamente reduzido aos seus limites para aquem do Minho, e serras dos Tras-os-Montes, tendo Leiria como sentinella vigilante na incerta fronteira do sul.

Cerco de Guimarães.

N'esta invasão se poz um apertado cerco a Guimarães, onde estava a Condessa e o filho; Herculano colloca n'essa data o tocante episodio de Egas Moniz.

Intervenção de Egas Moniz.

Era Egas Moniz um rico homem conceituado e probo, aio do infante D. Affonso, amante da sua terra, zeloso pelos interesses do que era seu pupillo e de tudo que havia de constituir o seu futuro dominio.

As terras de Entre Douro e Minho tinham sido assoladas; as calamidades, se se prolongassem, representariam a ruina do povo; um rigoroso assedio cingia Guimarães n'um cinto de ferro e fogo; era ella defendida, é certo, por quanto havia de nobre e de esforçado nos dominios de D. Thereza e ali tinham o principal papel os partidarios mais acerrimos e valiosos de Affonso Henriques, os senhores da Maia. Diante do invasor as discordias que iam já accesas entre mãe e filho, e os seus partidarios reciprocamente, tinham tido um momento de tregua. Continuar o cerco era collocar todos n'uma situação violenta. Prolongar essa situação, na melhor das hypotheses, isto é, na de se lograr resistir, seria uma ruina! O poder de Affonso VII era grande; a sua expedição não tinha por fim propriamente vexar e opprimir sua tia, com quem começara o seu reinado por fixar um pacto de amisade e de concordia; o principal objectivo d'ella era rehaver os castellos de alem-Douro e os mais com que o condado portuguez se tinha engrandecido, e affirmar n'elle a sua soberania. Esses castellos estavam senhoreados; a vassalagem de Portugal, que tantas vezes se acceitara para outras tantas se desfazer, era moeda de pouco preço desde que se não negociasse com ella de boa fé; ou então, — e seria esse o caso de Egas Moniz, que na tradição nos apparece como homem integro e de boa intenção —, significaria para muitos uma homenagem devida ao soberano que na sua corôa real, fundida de muitas corôas, queria reivindicar toda a herança que lhe fora legada por seu avô Affonso VI. E quem sabe se o arcebispo Gelmires, que sempre se mostrara affecto a D. Thereza, teria realmente influido no animo de Affonso VII para acceitar a paz, como já no tempo de D. Urraca contribuira para libertar Portugal dos horrores de uma inva-

são? Pelo menos gabam-se d'isso os panegyristas do astuto prelado[1]. Tambem teria tido influencia no caso o conde Fernando Peres, aconselhando D. Thereza á obediencia ao sobrinho, e seria esse o motivo das boas graças em que passou a estar com Affonso VII em nome do qual o vemos depois combatendo Portugal e o partido portuguez.

N'esta ordem de idéas, e no intuito principal de affastar os terriveis males da guerra, teria Egas Moniz pensado no meio de fazer levantar o cerco de Guimarães.

Dirige-se aos arraiaes de Affonso VII.

Dirigindo-se aos arraiaes de Affonso VII ali lhe faria ver a semvantagem da continuação do assedio. O castello estava bem provido de homens, de armas e mantimentos; não era facil empreza o dominal-o, em vista da resistencia dos seus defensores, constituidos pela flor da nobreza de Portugal e pelos honrados burguezes vimaranenses, animados dos mais guerreiros sentimentos, como pelo foral, que no anno seguinte lhes foi confirmado, ficou exposto aos vindouros[2].

Mas, admittindo mesmo que a cidade se rendesse, o que lucrava com isso o rei? Os castellos da região gallaica que elle pretendia chamar á sua obediencia, já não tinham voz pela condessa de Portugal, e esse era, como vimos, o principal fim politico da expedição. Zamora, onde dois annos antes Affonso Henriques se armara cavalleiro (prova de que estava ainda incorporada nos seus dominios), seguira a mesma sorte, visto que não mais a en-

[1] «...*et ipse concordiam inter regem et reginam suo consilio atque solertia reformavit*». Hist. Comp., liv. II, cap. LXXXV, fl. I.

[2] «*Nos fecistis honorem et cabum super me, et fecisti mihi servitium bonum et fidele... et de illas hereditates de illos burgueses qui mecum sustinuerunt male et pena in Vimaranes nunquam donent fossadeiras.*» Foral dado pelo infante D. Affonso Henriques. 5 kal. maii 1166 (27 abril 1128).

contramos incluida no senhorio portuguez; restava apenas o reconhecimento absoluto da soberania de Affonso VII nos territorios de Portugal; e por isso respondia elle, Egas Moniz, em nome do seu pupillo, que se podia já considerar o verdadeiro chefe do districto, porquanto um grande partido se formara para lhe dar a posse dos seus direitos, o que não tardaria a fazer-se, mesmo pela revolução, se pacificamente não fosse resolvido.

A voz auctorisada, o prudente conselho, a solemne promessa de Egas Moniz callaram no espirito de Affonso VII, que mais de uma vez, como nas contendas com o rei de Aragão, nos apparece propenso á paz; e desde o momento que lhe era assim garantido o que elle reputava o seu direito, não teve duvida em levantar o cerco e recolher-se á sua côrte. Este facto que não vem narrado em nenhum documento contemporaneo foi religiosamente conservado pela tradição, e encontra confirmação em monumentos coevos, que ainda hoje existem, no mosteiro de Paço de Sousa: — os sepulchros de Egas Moniz e de seus filhos[1].

A revolução de 1128.

Fez-se, realmente, no anno seguinte, 1128, a revolução para enthronisar o infante e lhe dar o governo do condado; a invasão gallega não tinha deixado de contribuir fortemente, apressando os factos. Parte dos territorios, os que ficavam ao norte do Douro, primeiramente, e depois o districto inteiro, o reconheceram como chefe; mas, com o poder, herdava Affonso Henriques aquella legitima ambição, aquella força genesica que levara seu pae e sua mãe a constituirem-se em campeadores das aspirações dos portucalenses á independencia e á autonomia; era elle agora, como o haviam sido o conde D. Henrique e a infanta-rainha D. The-

[1] Doc. IV.

reza, o pendão altivo em volta do qual se continuava a fazer a integração da alma portugueza.

Affonso Henriques não respeita o ajuste do seu aio.

Não esteve, portanto, Affonso Henriques pelos generosos ajustes do seu aio, e aproveitou o primeiro ensejo para manifestar que não acceitava a soberania do primo.

Mas não consente o peito
Do moço illustre a outrem ser sujeito [1].

D'ahi a resolução de Egas Moniz de ir á côrte de Leão, humildemente trajado, descalços os pés, onde mal iria já a espora de cavalleiro, e com um baraço ao pescoço, em attitude de réu confesso, em signal do castigo que merecia, e ao qual elle, com toda a sua familia, se ía expontaneamente offerecer e entregar, confessando de joelhos o seu erro, a sua fé traida, a sua esperança desfeita.

Vêl-o cá vae co'os filhos a entregar-se
A corda ao collo, nú de seda e panno [2].

E com seus filhos e mulher se parte
A alevantar com elles a fiança;
Descalços e despidos, de tal arte,
Que mais move a piedade que a vingança [3].

Era unicamente o appellar para as formalidades da epocha, a fim de realisar a honra da sua palavra e provar a lizura do seu acto e das suas intenções? Era uma imitação do que poucos annos antes se passara com o conde Pero Ansures na côrte de Aragão, nas guerras de Affonso I com D. Urraca sua mulher? [4] Fosse como fosse, acto era este de

[1] Camões. *Luziadas*. Cant. III.
[2] Idem. Cant. VIII.
[3] Idem. Cant. III.
[4] «E foy quando elRey Dom Affonso de Aragão fazia guerra em Castella contra sua mulher a Rainha Dona Urraca, o Conde D. Peransures, não obstãte que avia feyto omenagens a el Rey de algũas fortalezas, as entregou depoys á Raynha. E ainda que a acção parecia justificada, por ser aquella Princesa Rainha proprietaria, a que seus vassalos devião obediencia, cuydadoso depoys da fé que a

grande significação e alcance moral, que o proprio rei leonez foi o primeiro a respeitar e a acatar, e que fixou na historia e na tradição portugueza o nome de Egas Moniz como o symbolo da honradez antiga, da lealdade, e do respeito á fé jurada.

Opinião de Herculano.

Justificando o incluir este facto no periodo d'esta invasão, diz Herculano: «collocando a data do successo nos fins do anno seguinte, ou nos principios de 1129, como o fazem communmente os historiadores, seria necessario rejeital-o por fabuloso, como contrario a factos indisputaveis; suppondo-o, porém, realisado n'este anno, não só se torna possivel, mas tambem, concordando com documentos de outro modo inexplicaveis, reforça a nossa opinião sobre haverem apparecido já n'esse anno os primeiros symptomas da rebellião do infante Affonso Henriques contra D. Thereza.»

O partido do infante.

O odio ao predominio dos estrangeiros, representado por muitos fidalgos da Galliza que dispunham em Portugal de influencia e poder, dispensado pelo favor da rainha; as dissensões intestinas que faziam com que as rivalidades e malquerenças pessoaes se conjugassem com as rivalidades politicas; as ambições d'aquelles que procuravam ir preparando o terreno para o advento certo, embora mais ou menos breve, do reinado de Affonso Henriques, tudo isso reunido constituia em volta do infante um forte partido, que ía engrossando dia a dia, e ao qual elle se esforçava já pessoalmente em adquirir novos proselytos. Entre os nobres, com

elRey de Aragão tinha dado, se foy offerecer como reo com hua corda ao pescoço, para que lhe desse castigo merecido. Alterou-se elRey ao principio com aquella vista, e reportando-se depoys, e ainda advertido pelos seus, como aquelle Cavalleyro cumprira bem cõ o que devia a sua lealdade, o tratou bem e com palavras de louvor e honra lhe perdoou aquella offensa». Fr. Antonio Brandão. *Monarchia Luzitana,* part. III, liv, IX, cap. XIX.

prestigio e força real, estavam do lado de D. Thereza, alem do seu valido (que dispunha de muitas cidades e castellos, pois era consul ou conde em Portugal e em Coimbra, alcaide mór de Santa Eulalia e Soure, como tambem alcaide mór em Galliza do castello de Pharo), o seu irmão Bermudo Peres que governava em Vizeu, e que, começando, ao que parece, por ter relações amorosas com D. Thereza[1], acabara por lhe casar com a filha D. Urraca[2], e muitos outros fidalgos gallegos, e tambem portuguezes. O maior numero d'estes, porém, era partidario de D. Affonso, e entre elles apparecem como seus alliados, na carta de couto á diocese de Braga de maio de 1128, que é ao mesmo tempo uma especie de pacto, o poderoso arcebispo d'aquella cidade D. Paio Sueiro Mendes, o *gordo (grossus)*, seu irmão, Ermigio Moniz, senhor da terra de Feira, que já na revolução do anno anterior se manifestara contra D. Thereza e a favor do infante, sendo o personagem mais influente[3], Sancho Nunes, primeiro marido, ao que parece, de D. Sancha, filha de D. Thereza e do conde D. Henrique[4], e Garcia Soares. N'esse pacto se compromette Affonso Henriques a importantes doações e mercês ao prelado bracharense — quando, ajudado por

[1] Henri Schaeffer. *Hist. de Port.*, epoc. I, liv. I, cap. II.

[2] «La condesa Doña Eva Perez de Trava fue hermana del conde D. Fernan Perez de Trastamara de Galicia, segundo marido de la Reyna Doña Teresa de Portugal, (*sic*) del conde D. Bermudo Perez de Trava, que casó con Doña Urraca, Infanta de Portugal, hija de la misma Reyna Doña Teresa, y del conde Don Enrique de Borgoña». Salazar y Castro. *Hist. de la Casa de Lara*, liv. II, pag. 99.

[3] A. Herculano. *Hist. de Port.*, tom. I, nota XII.

[4] D. Sancha parece que casou duas vezes. De Sancho Nunes diz Herculano: «marido que era ou depois foi de D. Sancha, irmã do infante»; é provavel que fosse o primeiro marido, porque em 1145 fez D. Sancha e seu marido Fernão Mendes de Bragança, doação do seu castello de Langroiva á ordem do Templo. Vid. o doc. em Viterbo. *Elucidario*, tom. II, pag. 353.

elle, conseguisse o governo do estado —, «*quando habuere portugalensem terram adquisitam... ut tu sis adjutor meus*».

Pacto com o prelado de Braga.

Pactúa que todos os bens da igreja de Santa Maria sejam coutados, e seus habitantes, libertos ou não, que estavam sujeitos ao rei, fiquem com os privilegios de couto; concede o direito de moeda a D. Paio e seus successores; determina que nas igrejas reaes d'aquella diocese, que estivessem no dominio do pontifice, nenhum leigo tivesse poder; que os mosteiros do padroado real déssem ao arcebispo o que haviam dado aos seus antecessores; que na curia real a igreja de Braga tivesse tambem tudo o que respeita aos officios ecclesiasticos, isto é, capellanias, escrivanias e o mais que pertence á jurisdicção pontifical; que nas mãos do arcebispo e seus successores, que seguissem o seu partido, ficasse todo o governo da diocese, não havendo n'ella outra vontade nem outra intervenção que não fosse a do prelado, compromettendo-se D. Affonso a entregar ao arcebispo e seus successores a cidade e a respectiva sé, quando elle tivesse obtido o governo do condado; tudo isto, para que elle arcebispo fosse seu partidario e auxiliar [1].

O arcebispo teria de certo allegado para este acto de rebellião e felonia a sua reprovação ao concubinato publico de D. Thereza com um estrangeiro, com prejuizo dos interesses dos portuguezes, e no seu foro intimo teria a justifical-o a rasão do resentimento que guardara da infanta rainha, a qual como vimos lhe fora hostil; alem d'isso o pre-

[1] Vide o documento na nota do tom. I da *Historia de Portugal*, de Herculano, que o tirou do *Liber Fidei*, e com differenças sensiveis no *Elucidario* de Viterbo, tom. II, pag. 351, parecendo definitivo o primeiro.

lado era, como vimos tambem, da poderosa familia dos senhores da Maia, partidarios do infante.

Em outros documentos se encontram nomes de muitos partidarios decididos de Affonso Henriques, entre elles Egas Mendes, conde do districto de Neyva, cujo castello, como o de Feira, de que era senhor Ermigio Mendes, foi dos primeiros que se declarou pelo infante. Guimarães, capital do estado, seguira o mesmo partido.

Governo simultaneo.

Depois da revolução de 1127 apparece D. Thereza ora congraçada com o filho, assignando juntos os documentos officiaes, ora firmando-os simultaneamente, deixando ver que ella governava ao sul do Douro, nas terras da antiga Lusitania ou do condado de Coimbra, e Affonso Henriques sobretudo ao norte d'esse rio, no antigo condado portugalense onde eram as terras e dominios dos seus principaes partidarios, os senhores da Maia.

Effeitos da invasão.

Essa rebelião que já fortemente se manifestara nos principios de 1127, fora sustada pela invasão de Affonso VII de Castella, o que levou alguns escriptores a suppor que o castelhano viera em auxilio da tia, a oppor-se ás pretenções do sobrinho contra ella; mas, evidentemente, elle trabalhava em seu proprio interesse, porquanto se contentou com rehaver as terras da Galliza que sua mãe cedera a D. Thereza, com a sujeição d'esta á sua soberania, e com o acto de submissão de Egas Moniz, prendendo a acção futura de seu sobrinho. Nenhum documento prova que, ao par d'estes factos, se tivesse dado qualquer intervenção do rei nos negocios internos do condado a favor da tia; alem de que a pretenção de Affonso Henriques era identica á que Affonso VII sustentara contra sua mãe.

A rebellião recrudesce.

Levantado o cerco de Guimarães, livres os portuguezes da invasão que bem se podia já chamar estrangeira, porque o titulo de indignos forasteiros,

estranhos á nacionalidade, *indignos et exteres nacione,* que a chronica dos godos[1] dá aos gallegos (quando parte da antiga Galliza —Galecia bracharense—, era o territorio de Entre Douro e Minho), melhor se podia applicar aos leonezes e castelhanos, a revolução recrudesceu, e o pacto resultante dos termos das doações ao arcebispo D. Paio representa o ponto de partida de um impulso mais forte no caminho da rebellião. Sentindo-se agora mais poderoso, e aproveitando o ensejo das preoccupações em que andava o castelhano contra os aragonezes, e por causa do seu casamento, e valendo-se tambem da ausencia da mãe que se achava na côrte do sobrinho, talvez para o convencer a auxilial-a contra o filho, cuja sujeição ao leonez apresentaria como incerta, Affonso Henriques levantou o pendão da revolta, que já refervia de um a outro ponto do condado, ateando-se principalmente nas terras de Entre Douro e Minho, nas de Braga, no condado de Refoios de Lima, e no districto de Guimarães.

D. Theresa reune um exercito na Galliza.

Reune D. Thereza na Galliza um exercito dos parciaes do seu valido e outros seus parentes, que eram muitos, tanto n'aquelle reino como em Leão e Castella[2]; nada rezam as chronicas e os documentos sobre soccorros das tropas que Affonso VII lhe tivesse dado, nem isso é provavel, porque a querer actuar sobre os destinos de Portugal o teria feito por conta propria. Mas n'essa occasião era-lhe indifferente que dentro do condado

[1] «...convocatis amicis suis et nobilioribus de Portugal, qui eum multo maxime quam matrem ejus, vel indignos et *exteros natione,* volebant regnare superse». Era 1166. *Chron. Goth.*

[2] Fernando Peres estava relacionado com as mais nobres familias de Gallisa pelo seu nascimento, e de Leão e Castella pelo seu casamento com D. Sancha Salazar de Lara, da nobre casa das Laras. Vid. Salazar y Castro. *Hist. de la casa de Lara.*

vencesse a mãe ou o filho, ambos seus vassallos, porquanto não suspeitava que deixasse de ser satisfeito o compromisso solemne de Egas Moniz. Mesmo no seu foro intimo elle devia ser mais pelo herdeiro do senhorio de um districto, que pugnava pelos seus direitos, do que por quem lhes usurpava em proveito de estranhos.

Marcha sobre Guimarães.

Ás tropas que vinham com Thereza juntaram-se os que foram das terras portuguezas que lhe eram affectas, e marcharam sobre Guimarães; como se fez essa juncção, principalmente das tropas da região ao sul do Douro, —que era natural tomassem parte no conflicto e tambem na derrota, pois de outro modo não se explicava que permanecessem inertes,— não o dizem os documentos. Como quando seu marido combatia em Leão e ella surgia nos arraiaes bellicosos a insuflar-lhe novas energias, ou como quando dentro dos muros de Coimbra pessoalmente animava os que resistiam aos embates dos almorávidas, eil-a agora á frente das hostes colligadas de gallegos e portuguezes, que vinham luctar pelo que ella reputava ser o seu direito e o do seu amante.

Batalha de S. Mamede.

Saiu-lhe ao encontro Affonso Henriques com o seu exercito, e nas proximidades de Guimarães, nos campos de S. Mamede, se travou a memoravel batalha na qual se lançou a primeira pedra nos fundamentos da monarchia portugueza.

Tambem é imposivel, por falta de informações, dizer como teria sido esse encontro; devia, porém, ter o typo dos que se travavam n'essa epocha, entre besteiros, frecheiros e cavalleiros de armas, de um e do outro lado, em embates violentos de mesnadas ligeiras ou de pesados esquadrões, onde a tempera das armas e o vigor dos braços eram os factores principaes da victoria. De como seriam n'este periodo da Edade Media em Portugal a or-

ganisação militar, as armas e os processos de guerra veremos no proximo volume, onde será consagrado a esse assumpto um capitulo especial.

Derrota de D. Thereza.

D. Thereza foi vencida, e com ella D. Fernando Peres e mais condes, barões e ricos-homens, que seguiam a sua estrella; n'esta batalha em que D. Affonso arrancou definitivamente das mãos da mãe, ou antes das do conde de Trava, o poder, diz Herculano: «se a sorte das armas lhe houvera sido adversa, constituiriamos provavelmente hoje uma provincia de Hespanha»[1]. Embora esta asser-

Consequencias?

ção não venha propriamente n'um tratado ou estudo de caracter scientifico, é evidentemente arrojada, mas não inacceitavel; porquanto, vencedora D. Thereza, não eram propriamente os homens e a opinião que de ha muito vinham affirmando o individualismo da região portugueza que venciam, mas elementos estranhos, e do numero d'aquelles que n'outro districto, embora tambem com profundas e antigas raizes e tendencias regionalistas, não lograram affirmar a sua independencia. Mas poderia esse predominio dos senhores da Galliza em Portugal e a sua ligação posterior com os elementos propriamente portuguezes, ter vindo a constituir uma unidade politica que, desde os Pyrineus gallaicos, se filiasse na tradição historica e ethnica, unidade essa cujos destinos ninguem póde saber quaes viessem a ser? Fosse como fosse, tudo po-

Nacionalidade portugueza.

deria nascer da fortuna do partido gallego, menos a affirmação de uma individualidade tão caracteristica como aquella que, desde S. Mamede até Torres Vedras, no derimir das dissidencias internas, ou desde Val de Vez até Montes Claros ou até Bussaco, nas luctas contra o estrangeiro, conseguiu

[1] *O Bobo*, cap. I.

coroar do melhor exito as suas aspirações á justiça e á liberdade! Outra coisa seria.

Attitude de Affonso Henriques.

Arrojando do seu estado os estrangeiros, e encerrando no castello de Lanhoso sua mãe (segundo reza a tradição, que os documentos aliás não confirmam, havendo talvez equivoco com a prisão anterior da condessa por ordem da irmã), ou limitando-se a fazel-a acompanhar na expulsão a sorte d'aquelle por quem se inimisara com os seus e se perdera, depois de ser feita prisioneira e posta em liberdade pelo filho, D. Affonso deu-se por satisfeito; generoso passo que contrasta com a cruesa dos costumes n'esses tempos, mas que mostra quanto no animo do infante preponderava apenas a necessidade de affirmar o seu direito, pois se considerava o legitimo representante dos sentimentos e aspirações dos senhores que dominavam na região cujo senhorio elle herdara de seu pae.

Desapparece da scena D. Theresa.

Nunca mais se regista nos annaes da historia portugueza, a partir d'esta data, o nome da *formosissima infanta*, como em documentos officiaes a chamava seu marido, o conde D. Henrique; mas se pelo seu temperamento, pelos effeitos mesmos da sua formosura, pela influencia dos costumes licenciosos da epocha, a sua vida como mulher lhe acarretou a ella e ao seu estado desgostos e amarguras, ao par de muitos gosos intimos que o vicio e a licença tambem logram conceder, a verdade é que, como chefe d'esse estado, como representante das aspirações que n'elle buscavam a independencia e a autonomia, como fundadora dos primeiros alicerces do edificio de uma nacionalidade que se mantem de pé ha oito seculos, é D. Thereza credora da consideração e apreço dos portuguezes.

A sua obra.

Producto perfeito do seu meio, tendo crystalisado em si maior somma dos elementos em suspensão por ser maior a superficie em que, pela sua

posição, esse meio actuava; mixto de grandes qualidades e de grandes defeitos, mas entre os quaes, como politica, sobrelevavam as primeiras; dotada de uma grande energia de vontade e de um grande talento de intriga, ella soubera ser, conforme lhe convinha, um instrumento ora de cohesão ora de dissolução. O nascente Portugal deveu-lhe não só a affirmativa primeira da sua autonomia, mas o seu engrandecimento territorial para o norte e nascente, aspiração constante dos primeiros reis portuguezes, que parecia querer integrar no territorio do condado portugalense toda a região gallaica do antigo imperio romano, ou todo o reino fundado pelas armas suevas, e levar, por outro lado, até perto de Toledo o seu dominio; deveu-lhe alem d'isso o conter em respeito ao sul os mussulmanos irriquietos.

Era D. Thereza uma mulher corajosa e guerreira, que pessoalmente assistiu a mais de um conflicto armado, prova de que, nem só as mulheres germanas, nem só as mulheres arabes acompanhavam os homens aos combates para lhes incutir coragem e os fortalecer na lucta, mas tambem as portuguezas souberam inscrever, desde o começo da historia do paiz, o seu nome illustre nas laminas de oiro que perpetuam a dedicação e a coragem, como sendo dos esmaltes mais bellos da alma humana.

Ao par de muitos desgostos que lhe teriam acarretado as questões de ordem complexa em que se agitou a sua existencia, grandes consolos estariam reservados para o seu coração de mulher e de rainha. Como responsavel dos destinos de um nascente estado teve o orgulho de ver que fizera mais pela affirmação dos seus direitos do que o proprio seu marido, aliás campeão denodado do mesmo idéal; como mulher foi amada, deveras amada,

pelo menos pelos dois homens aos quaes ligara a sua existencia: o conde D. Henrique, que em instrumentos publicos se comprasia em manifestar o seu desvanecimento pela sua belleza, tendo sempre provado o poder que ella n'elle exercia, e o conde D. Fernando Peres, o qual, mesmo depois de ella morta, e em documentos publicos tambem, deixou affirmado o seu culto pela memoria de quem tanto o quizera engrandecer, e que por tanto o amar se perdera.

Mas esse mesmo seu erro, que o amor porque foi sincero absolve, bem serviu os destinos da nacionalidade portugueza, fazendo com que em volta do infante D. Henrique se congregassem os elementos que a haviam de revigorar, logo á nascença.

Opinião de Herculano.

Fallando de D. Thereza, diz com justiça Herculano: «a bastarda de Affonso VI era pela astucia e animo viril digna consorte do ousado e emprehendedor borgonhez. A leoa defendeu o antro onde não se ouvia já o rugido do seu fero senhor, com a mesma energia e esforço de que elle dera repetidos exemplos. Durante quinze annos luctou para conservar intacta a independencia da terra que lhe chamava rainha, e quando o filho lhe arrancou da mão a herança paterna, só havia um anno que a altiva dona curvara a cervís ante a fortuna de seu sobrinho Affonso Raimundes, o joven imperador de Leão e Castella. Era tarde. Portugal não devia tornar a ser uma provincia leoneza» [1].

Opinião de Schaeffer.

Nem todos os escriptores se collocam n'este ponto de vista de quem sabe destrinçar o bem do mal, e transportar-se, para apreciar os homens e os factos, ao meio a que elles pertencem; assim

[1] A. Herculano. *O Bobo*, I.

o notavel historiador Schaeffer com o criterio, com a moralidade, com a luz do seu tempo, que faz projectar cruamente sobre a figura da primeira infanta — e póde-se tambem dizer, da primeira rainha de Portugal, por que como tal foi tratada até pelo proprio Papa, — verbera as suas qualidades de mulher, que se deixou arrastar por uma paixão, e que reflectiu toda a dissolução da epoca; mas reconhece-lhe «coragem, animo resoluto e espirito emprehendedor» [1].

Opinião de Teixeira de Vasconcellos.

Um escriptor erudito em historia, espirito arguto e educado nos processos modernos da critica historica, Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos, n'um pequeno opusculo de propaganda, traça por esta fórma o perfil de D. Thereza, e o esboço da sua obra: «A nobre viuva de D. Henrique mostrou no cumprimento de tão delicada missão (a de continuar a obra do marido, de quem fora o conselheiro mais intimo) muita habilidade e grande pertinacia, qualidades contra as quaes não prevalecem nem o poder da monarchia de Leão, nem as correrias incessantes dos arabes no sul de Portugal. Ella soube dirigir astutamente as dissenções dos sempre mal avindos soberanos de Leão, de Castella e de Aragão, para acrescentar o territorio portuguez por meio de cessões effectivas ou de promessas solemnemente estipuladas, bem que ás vezes inuteis pelas reconciliações amiudadas e repentinas de D. Urraca com D. Affonso de Aragão. A auctoridade moral do governo não diminuiu nas mãos delicadas de D. Tareja. Cercada de barões portuguezes, identificada com o espirito que a animava, e decidida a seguir o systema do conde Henrique, a mãe de D. Affonso mostrou rara fir-

[1] H. Schaeffer. *Hist. de Port.*, I.

meza de caracter e astuciosa prudencia. No intento de desenvolver as forças do seu pequeno estado, e de o separar inteiramente da monarchia leoneza, foi invariavel; porém, nas manifestações exteriores d'este nobre pensamento, regulou-se cautelosamente pelas circumstancias accidentaes da peninsula»[1].

Opinião de Viceto.

No paiz vizinho um escriptor que se dedicou ao estudo da historia da Galliza e que não podia deixar de a relacionar n'esta epocha com a historia do Portugal nascente, diz de D. Thereza: «Teem dissertado largamente sobre o seu consorcio com Fernando Peres, que nada auctorisa a admittir visto que este era casado com Sancha Gonzalez de Lara; e emquanto ao valor historico do seu governo é completamente depreciado, quando aliás nos quatorze annos da sua viuvez, os seus actos demonstram bem a tenacidade e dextreza com que procurava desenvolver e realisar o pensamento da independencia de Portugal que o conde Henrique lhe ligara. Cedendo á força das circumstancias, não duvidava reconhecer a supremacia da corôa de Hespanha, para obter a paz, quando d'ella carecia, salvo o recusar-se á obediencia quando entendia poder resistir. Associando-se habilmente aos bandos politicos que despedaçavam a monarchia hespanhola, Thereza ía creando no meio d'ella, para ella e para os seus, uma patria. Apesar das invasões de christãos e de mouros, e das devastações e males causados por uns e outros nos territorios dos seus estados, estes cresciam em população, em riquezas e em força militar: *viris, armis, atque opibus potens*[2]. Pelas armas e pela politica augmen-

[1] *A Fundação da Monarchia Portugueza.* Narração anti-iberica, por A. A. Teixeira de Vasconcellos, pag. 73. Lisboa.
[2] *Hist. Cospost.*, liv. II. cap. LXXXV.

tou a extensão do seu senhorio de Portugal ao oriente e ao norte, conservando ao sul a linha de fronteiras que seu marido lhe deixara traçada»[1].

São palavras de justiça.

A historia deve estudar os homens como o resultado do seu meio; deve considerar os factos não como consequencia unicamente da vontade, do capricho dos homens, mas como productos do organismo individual actuado e modificado pelo organismo social, o qual, pela sua vez, recebe a acção modificadora do meio em que se desenvolve. «Somos obrigados a conceber o homem historico, diz Lacombe, como o homem geral, affectado por um conjuncto particular de circumstancias ou, se querem, por um meio especial...; os homens dos diversos tempos vém submetter um mesmo fundo de natureza ao imperio de meios diversos»[2].

Como se deve encarar a verdade historica.

O homem, com a irreductibilidade dos seus instinctos, embora mais ou menos modificados nos seus effeitos, e das suas paixões, embora mais ou menos attenuadas nos seus impulsos, conserva-se no fundo o mesmo atravez do tempo e do espaço; é uma *verdade historica* incontestavel, isto é, «uma realidade que se apresenta em diversos tempos e logares com uma connexão demonstrada pelas causas que a produziram». Evidentemente, nem no seu conteudo moral nem na sua parte formal o homem de hoje é o mesmo que o homem do seculo XII. No fundo, pouca differença se póde encontrar, por exemplo, quanto aos seus instinctos de ferocidade e cruesa, entre o homem antigo e o allemão, o russo, o francez, que na ultima intervenção das potencias na China, se distrahiam, segundo os proprios depoimentos, a atirar aos chinezes indefezos nos cam-

[1] Viceto. *Hist. de la Gallicia*, tom. V.
[2] P. Lacombe. *De l'Hist. considerée comme science*, cap. VII.

pos, com o mesmo prazer com que atiravam aos gansos e patos, ou a deitar-lhes abaixo as casas fazendo-lhes caír as paredes em cima, por brincadeira, ou a destruir-lhes os telhados para se arrojarem sobre a cabeça dos desgraçados, e que até aos pobres cypaios do exercito inglez faziam esperas, como a coelhos, para lhes atirar ás pernas, e os despojar de sapatos[1]. Entre estes *civilisados* de agora e o homem medievo que se comprasia em mutilar os seus semelhantes, em o maltratar e o opprimir, pelo mesmo principio da inferioridade social, é pequena realmente a differença. Mas, por sobre esse fundo irreductivel, que enorme transformação se tem produzido no modo de ser da humanidade culta, pela influencia das circumstancias que se vão modificando com o tempo?

Não se póde julgar uma individualidade da Edade Media com o criterio dos nossos dias, em que as idéas, os sentimentos, as relações sociaes, o conteudo moral, soffreram uma modificação profunda. As opiniões, os gostos, os actos dos homens dependem das condições do meio social em que se criam e desenvolvem. A historia não moralisa; narra e explica os phenomenos sociaes, tanto quanto a explicação cabe no conhecimento das causas, proximas ou remotas, que deram origem a esses phenomenos, e no criterio applicado para julgar dos effeitos.

Para o historiador não ha homens bons ou maus; ha epochas melhores ou peiores, effeitos sociaes nocivos ou beneficos que actuaram na marcha da civilisação, isto é, no encadeamento fatal dos sentimentos e das idéas atravez do tempo e do espaço. Os homens que n'esse meio preponderam, com-

[1] *Revue des Revues.*

quanto entrem em muito com o seu caracter pessoal, não são mais do que o producto d'esse meio, e ao mesmo tempo os instrumentos pelos quaes este actua, tendo começado por actuar n'esses homens e por os formar.

Synthese do papel de D. Thereza.

Para a historia do Portugal nascente D. Thereza representa uma grande energia moral onde convergiram, no sentido do progresso das idéas e dos sentimentos, os impulsos de liberdade, de independencia, de altivo orgulho regional que caracterisam desde o principio os homens nados e creados no torrão que já se podia chamar portuguez; na historia social do seu tempo é uma de tantas mulheres que pela sua posição e pelo seu temperamento representam a synthese da rudeza, da licença dos costumes e da violencia e energia dos sentimentos da sua epocha.

No altivo portico da nacionalidade portugueza a sua figura destaca-se n'um alto relevo.

DOCUMENTOS

Documento I

(Pag. 267)

Del Rey Ramiro domde desçendeo a geeraçom dos boos e nobres fidallgos de Castella e Portugall e dalguuns feitos que elle e os que delle desçenderam fezeram.

Ouue huum rrey em Leom de gramdes feitos a que chamarom rrey Ramiro o segundo, e o porque lhe chamarom segundo foy porque ouue hi outro rrey Ramiro que foy ant'elle: e outro ouue hi rrey Ramiro o terçeiro. Este rrey Ramiro o segumdo desçemdeo da linha dereita delrrey dom Affomsso o catollico que cobrou a terra a mouros depois que foy perdida por rrey Rodrigo como sse mostra no titullo III dos rreys gentiis de Persia e dos emperadores de Roma parrafo VII. Rey Ramiro o segumdo ouuyo fallar da fermusura e bomdades de huuma moura e em como era d'alto samgue e irmãa d'Alboazer Alboçadam, filhos de dom Çadam Çada bisneto de rrey Aboali, o que comquereo a terra no tempo de rrey Rodrigo. Este Alboazare Alboçadam era senhor de toda a terra dês Gaya atá a Samtarem, e ouue muitas batalhas com christãaos e estremadamente com este rrey *Ramiro*, e *rrey Ramiro* fez com elle gramdes amizades por cobrar aquella moura que elle muito amaua. E fez emfimta que o amaua muyto, e mamdoulhe dizer queo queria veer por se aver de conheçer com elle por as amisades seerem mais firmes: e Alboazer Alboçadam mandoulhe dizer que lhe prazia dello e

que fosse a Gaya e hi se veria com el. E rrey Ramiro foisse lá em tres gallees com fidalgos e pediolhe aquella moura que lha désse e fallaya christãa e casaria com ella: e Alboazer Alboçadam lhe rrespomdeo, «tu teens molher e filhos della e és christãao, como podes tu casar duas vezes?» e ell lhe disse que uerdade era, mais que elle era tanto seu parente da rrainha dona Aldora sa molher que a samta egreja os parteria. E Alboazer Alboçadam juroulhe por sa ley de Mafomede que lha nom daria por todo o rreyno que elle avia, ca a tiinha esposada com rrey de Marrocos. Este rrey Ramiro trazia huum grande astrollogo que auia nome Aaman, e per suas artes tiroua huuma noite donde estaua e leuoua aas galees que hi estauam aprestes: e emtrou rrey Ramiro com a moura em huuma galee, e a esto chegou Alboazer Alboçadam e alli foy a contemda gramde antre elles, e despereçerom hi dos de rrey Ramiro XXII dos boons que hi leuaua e da outra companha muyta. E el leuou a moura a Minhor, depois a Leom e bautizoua e pôslhe nome Artiga que queria tanto dizer naquell tempo castigada e emsinada e comprida de todollos beens. Alboazer Alboçadam têuesse por mal viltado desto e pemsou em como poderia vimgar tall desomrra: e ouuio fallar em como a rrainha dona Aldora molher de rrey Ramiro estaua em Minhor, postou sas náaos e outras vellas o melhor que pode e mais emcuberto, e foy aaquell logar de Minhor e emtrou a villa e filhou a rrainha dona Aldora e meteoa nas náaos com donas e domzellas que hi achou e da outra companha muita, e veosse ao castello de Gaya que era naquelle tempo de gramdes edifiçios e de nobres paaços. A elrrey Ramiro contarom este feito, e foy em tamanha tristeza que foi louco huuns doze dias: e como cobrou seu entendimento mamdou por seu filho o iffamte dom Hordonho e por alguuns de seus vassallos que emtemdeo que eram pera gram feito, e meteosse com elles em çimquo galees ca nom pode mais auer. El nom quis leuar galiotes senom aquelles que emtemdeo que poderiam rreger as galees, e mamdou aos fidallgos que rremassem em logar dos galliotes: esto fez el porque as galees eram poucas e porhirem mais dos fidallgos e as gallees hirem mais apuradas pera aquell mester por que hia. E el cubrio as galees de pano verde e emtrou com ellas por sam Johane de Furado que ora chamam sam Johane da Foz. Aquelle logar de huuma parte e da outra era a rribeira cuberta d'aruores, e as galees emcostouas sô os rramos

dellas, e porque eram cubertas de pano verde nom pareçiam. El deçeo de noite á terra com todollos seus e fallou com ho iffamte que sse deitassem a ssô as aruores o mais emcubertamente que o fazer podesse e per nenhuma guisa nom sse abalassem atáa que ouuissem a uoz do seu corno, e ouuindoo que lhe acorressem a gram pressa. El vistiosse em panos de tacanho e sua espada e seu lorigom e o corno ssô ssy, e foisse sóo deitar a huuma fonte que estaua sô o castello de Gaya: e esto fazia rrey Ramiro por veer a rrainha sa molher pera aver comsselho com ella em como poderia mais compridamente aver dereyto d'Alboazar Alboçadam e de seus filhos e de toda sa companha, ca tiinha que pelo consselho della cobraria todo ca cometemdo este feito em outra maneyra que poderia escapar Alboazer Alboçadam e seus filhos. E porque elle era de gram coraçam puinha em esta guisa seu feito em gram vemtuira: mas as cousas que som hordenadas de Deus veem aquello que a elle praz e nom assy como os homeens peemsam. Aconteçeo assy que Alboazar Alboçadam fora correr monte comtra Alafoões, e huuma sergente que avia nome Perona naturall de Françá que leuarom com a rainha seruia ant'ela leuamtousse pela manhãa assy como avia de custume de lhe hir pol'agua pera as mãaos aaquella fonte achou hi jazer rrey Ramiro e nom no conheçeo: e elle pediolhe per arauia da agua por Deus ca ese nom podia dalli leuamtar, e ella deulha per huum açeter, e elle meteo huum camafeo na boca, e aquell camafeu avia partido com sa molher a rrainha permeatade, e elle deusse a beuer e deytou o camafeu no açeter, e a sergente foisse e deu a agua aa rrainha. E ella vio o camafeo e conheçeo logo, e a rrainha preguntou quem achára no caminho, e ella rrespomdeo que nom achára nemguem, e ella lhe disse que mentia e que lho nom negasse e que lhe faria bem e mercêe: e a sergente lhe disse que achára hi huum mouro doemte e lazerado e lhe pedira da agua que beuesse por Deus e que lha déra: e a rrainha lhe disse que lhe fosse por elle e o trouuesse emcubertamente. E a sergente foy lá e disselhe «homem pobre a rrainha minha senhora vos mamda chamar, e esto he per vosso bem ca ella mamdará pensar de vós:» e rrey Ramiro rrespondeo sô ssy «assi o mande Deus». Foisse com ella e entraram pella porta da camara, e conheçeo a rrainha e disse «rrey Ramiro que te adusse aqui?» e elle lhe rrespomdeo «o vosso amor» e ella lhe disse «veeste morto:»

elle lhe disse «pequena marauilha pois o faço por vosso amor» e ella respomdeo «nom me as tu amor pois daqui leuaste Artiga que mais preças que mim, mais vayte ora pera essa trascamara e escusar meey destas donas e domzellas e hirmey logo pera ti». A camara era d'aboueda e como rrey Ramiro foy dentro fechou ella a porta com huum gram cadeado. E elle jazendo na camara chegou Alboazer Alboçadam e foysse pera a ssa camara, e a rrainha lhe disse «se tu aqui tiuesses rrey Ramiro que lhe farias?» o mouro respomdeo «o que elle faria a mym, matalo com gramdes tormentos:» e rrey Ramiro ouuia tudo: e a rrainha disse «pois senhor aprestes o teens ca aqui estáa em esta trascamara fechado, e ora te podes delle vimgar aa tua vontade.» E elrrey Ramiro emtemdeo que era emganado per sa molher e que já dalli nom podia escapar senon per arte alguuma: e maginou que era tempo de sse ajudar de seu saber, e disse a gram alta voz, «Alboazer Alboçadam sabe que eu te errey mall, mostrandote amizade leuey da ta casa ta irmãa que nom era da minha ley: eu me confessey este peccado a meu abade, e elle me deu em pemdemça que me veesse meter em teu poder o mais vilmente que podesse, e se me tu matar quisesses que te pedisse que como eu fezera tam gram peccado ante a ta pessoa e ante os teus em filhar ta irmãa mostrandote boo amor, que bem assy me désses morte em praça vergonhosa: e por quamto o peccado que eu fiz foy em gramdes terras soado que bem assy a minha morte fosse soada por huum corno e mostrada a todos os teus. E ora te peço, pois de morrer ei, que façás chamar teus filhos todos e filhas e teus parentes e as gentes desta villa e me façás hir a este curral que he de grande ouuida e me ponhas em logar alto e me leixes tanjer meu corno que trago pera esto a tanto atáa que saya a alma do corpo, e em esto filharás vimgança de mym, e teus filhos e parentes averam prazer e a minha alma será salua: esto me nom deues de negar por saluamento de minha alma, ca sabes que per ta ley deues saluar se poderes as almas de todas as leys.» Esto dizia el por fazer viir alli todos seus filhos e parentes por se vimgar delles, ca em outra guisa nom os poderia achar em huum, e porque o curral era alto de muros e nom avia mais que huuma porta per hu os seus aviam d'emtrar. Alboazer Alboçadam pemssou no que lhe pedia e filhou delle piedade e disse contra a rrainha, «este homem rrepemdido he de seu peccado, mais

cy eu errado a elle que elle a mym, gram torto faria em o matar pois se pooem em meu poder.» A rrainha rrespomdeolhe «Alboazer Almoçadam, fraco de coraçom! eu sey quem he rrey Ramiro, e sey de çerto se o saluas de morte que lhe nom podes escapar que a nom premdas delle, ca elle he arteyroso e vingador assy como tu sabes: e nom ouuiste tu dizer como elle tirou os olhos a dom Hordonho seu irmãao que era moor ca el de dias por o deserdar do rreyno? e nom te acordas quamtas lides ouueste com elle e te vemçeo e te matou e catiuou muitos boos? e já te esqueçeo a força que te fez a ta irmãa, e em como eu era sa molher me trouueste que he a moor desomrra que os christãaos podem aver? Nom és pera viuer nem pera nada se te nom vimgas: e sse o tu fazes por tua alma por aqui a saluas pois he homem d'outra ley e he em contrayro da tua, e tu dálhe a morte que te pede pois já vem consselhado de seu abade, ca gram peccado farias se lha partisses.» Alboazer Alboçadam olhou o dizer da rrainha e disse em seu coraçom «de máa ventura he ho homem que sse fia per nenhuuma molher: esta he sa molher lidima e tem iffantes e iffamtas delle e quer sa morte desomrrada! eu nom ei porque della fii, eu alomgalaey de mim.» E pemssou em no que lhe dizia a rrainha em como rrey Ramiro era arteyroso e vimgador e rreçeousse delle se o nom matasse e mandou chamar todollos que eram naquelle logar, e disse a rrey Ramiro «tu veeste aqui e fezeste gram loucura ca nos teus paaços poderás filhar esta peemdemça: e porque sei se me tu teuesses em teu poder que nom escaparia aa morte, eu querote comprir o que me pedes por saluamento de tua alma.» Mamdou tirar da camara e leuouo ao curral e poello sobre huum gram padrom que hi estaua, e mamdou que tamgesse seu corno a tanto atáa que lhe sahisse o folego. E elrrey Ramiro lhe pedio que fezesse hi estar a rrainha e as donas e domzellas e todos seus filhos e seus parentes e çidadaãos naquell currall: e Alboazer Alboçadam fezeo assy. E rrey Ramiro tangeo seu corno a todo seu poder pera o ouuirem os seus: e o iffamte dom Ordonho seu filho quamdo ouuio o corno acorreolhe com seus vassallos, e meteromsse pella porta do curral: e rrey Ramiro deçeosse do padram domde estaua e veo comtra o iffamte e disselhe, «meu filho vossa madre nom moyra nem as donas e domzellas que com ella veerom, e guardadea de cajom ca outra morte mereçe.» Alli tirou a

espada da baynha e deu com ella Alboazer Alboçadam per çima da cabeça que o femdeo atáa os peitos. Alli morreram quatro filhos e tres filhas d'Alboazer Alboçadam e todos os mouros e mouras que estauam no currall, e nom ficou em essa villa de Gaya pedra com pedra que todo nom fosse em terra: e filhou rrey Ramiro sa molher com sas donas e domzellas e quamto aver achou e meteo nas gallees. E depois que esto ouue acabado chamou o iffamte seu filho e os seus fidallgos e contoulhes todo como lhe aveera com a rrainha sa molher, e el que lhe dera a vida por fazer della mais crua justiça na sa terra. Esto ouuerom todos por estranho de tamanha maldade de molher, e ao iffamte dom Ordonho sayrom as lagremas pellos olhos e disse comtra seu padre, «senhor a mym nom cabe de fallar em esto porque he minha madre senam tanto que oulhees por vossa homrra.» Emtrarom emtom nas gallees e chegarom aa Foz d'Ancora e amarrarom sas gallees por folgarem porque aviam muito trabalhado aquelles dias. Alli foram dizer a elrrey que a rrainha siia chorando, e elrrey disse «vaamola veer:» foy lá e pregumtoulhe porque choraua, e ella rrespomdeo, «porque mataste aquelle mouro que era melhor que ti.» E o iffamte disse contra seu padre, «esto he demo, que querees delle que pode ser que vos fugirá?» e elrrey mandoua emtom amarrar a huuma móo e lamçalla no mar, e dês aquelle tempo lhe chamarom Foz d'Ancora. E por este peccado que disse o iffamte dom Ordonho comtra sa madre disserom despois as gentes que por esso fora deserdado dos poboos de Castella: este deserdamento se mostra mais compridamente no titullo III.º dos rreys gentiis e godos parrafo VII. Rey Ramiro foysse a Leom e fez sas cortes muy rricas e fallou com os seus de ssa terra e mostroulhes as maldades da rrainha Alda sa molher, e que elle avia por bem de casar com dona Artiga que era d'alto linhagem: e elles todos a huuma voz a louuarom e ho ouuerom por bem, porque dissera por ella o gramde estrollogo Aman que ela era pedra preçiosa antre as molheres que naquelle tempo avia: e ainda disse mais que tanto avia seer boa christãa que Deus per sua honrra lhe daria gceraçom de homeens boos e de gramdes feitos e avemturados em bem. E bem pareçe que Aman disse verdade ca ella foy de boa vida, e fez o moesteiro de sam Juliam e outros ospitaaes muitos: e os que della deçemderom forom muito compridos do que o gramde astrolego

disse que foy Aman. Este Aman por sa arte dezia muy compridamente as cousas que aviam de viir. Este rrey ouue huum filho em dona Artiga que chamarom iffamte dom Aboazer Ramirez: este chamarom por sobrenome çide Aboazar porque naquel tempo fez muitas lides com mouros, e tirouos de Sam Romãao e de Crasto d'Aueoso e de Crasto de Gomdomar e de Todea e de todo d'Amtre Doyro e Minho e d'Aalem dos Montes comtra Bragamça e passouos aalem Doyro a Lamego a Sam Martinho de Mouros e foyos tirar de comtra Coymbra: e fez outra filha que chamarom dona Artiga Ramirez.—Este Boazer Ramirez casou com dona Elena Godiiz filha de dom Godinho das Esturas. Ella com seu marido fumdarom o moesteiro de sam Nicoláao a que ora chamam samto Tisso de rriba d'Aue, e guardauomno nas fazendas dom Guter Tellez e dom Sauarigo Erit e dom Traicosem de Torquides: estes eram seus vassallos e senhores de boos caualeiros. Este Alboazer Ramirez fez huum filho em esta sa molher que chamarom Trastameyro Aboazer, e outro Ermeiro Aboazer: este Trastameiro Aboazer foi casado com dona Eomeldola Gomçalluez irmãa do conde dom Fernam Gonçalluez filhos do comde dom Gomçallo Nuniz que foy filho de dom Nuno Rosoyra assy como se mostra no titullo IIII.º dos juizes que fezerom os castellaãos donde veerom os rreys de Castella parrafo primo, e fez em ella dom Gomçallo Trastamirez da Maya, e dona Orlamda Trastamirez. Este dom Trastameiro Aboazar casou com dona Dordia Assorez irmãa de dom Sarrazinho Osorez, e fez em ella dom Fernam Trastamirez, e dona Ermesemda Trastamirez.—Este dom Gomçallo Trastamirez de Maya foi casado com dona Miçia Rodriguez filha de dom Ruuy Vermuiz, avôo de dom Diego Laimdez padre de dom Ruuy Diaz çide como se mostra no titullo VIII.º deste Ruuy Diaz parrafo IIII.º, e fez em ella dom Meem Gomçalluez da Maya: este dom Gomçallo Trastamirez foy outra vez casado com dona Husoo Soarez filha de dom Sesnam Diaz, e fez em ella huuma filha que chamarom dona Ermesemda Gonçalluez. Este dom Meem Gomçalluez da Maya foi casado com dona Leonguida Soarez que chamarom em sobrenome a Tainha, e foy filha de dom Soeiro Geeudez da Varzea como se mostra no titullo XLII de dom Goido Araldez parrafo primeiro, e fez em ella dom Soeiro Memdez o boo da Maya, e Gomçallo Meemdez o lidador, e dona Ousoana Meemdez. Estes

todos se chamarom da Maya porque se ganhou por os seus avóos e aviamna por sua: e a Maya chamauasse naquel tempo dês Doyro atáa Lima.»

Liv. de Linhagens do Conde D. Pedro, PORTUG. MONUM. SCRIPTORES.

Documento II

(Pag. 308)

Pacto entre os Condes D. Raymundo e D. Henrique

138. Raymundi Galletiae, et Henrici Portugalie Comitum Hugoni Abbati Cluniacensi Domino atque Reverendissimo Cluniacensi Abbati Hugoni, omnique beati Petri Congregationi Raymundus Comes, ejus que filius, et Henricus Comes, ejus familiaris, cum dilectione salutem in Christo. Sciatis, carisssime Pater, quod postquam vestrum vidimus Legatum, pro Dei omnipotentis, atque Beati Petri Apostoli timore, vestraque dignitatis reverentia, quod nobis mandastis, in manu Domini Dalmati Gevert fecimus.

In nomine Patris, et Filii, et Spiritus Sancti. Pignus integrae dilectionis, quo conjuncti sunt in amore Raymundus Comes, Comesque Henricus, et hoc juramento.

Ego quidem Henricus, absque ulla divortii falsitate, tibi Comiti Raymundo membrorum tuorum sanitatem, tuae vitae integram dilectionem, tuique carceris invitam mihi occursionem juro. Juro etiam, quod post obitum Regis Aldefonsi tibi omni modo contra omnem hominem atque mulierem hanc totam terram Regis Aldephonsi defendere fideliter, ut Domino singulari, atque adquirere praeparatus occurram. Juro etiam, si thesaurum Toleti prius te habuero, duas partes tibi dabo, et tertiam mihi retinebo. Amen. Et ego Comes Raymundus tibi Comiti Henrico tuorum membrorum sanitarem, tuaeque vitae integram dilectionem, tui que carceris invitam occursionem juro. Juro etiam, quod post mortem Regis Aldephonsi me tibi daturum Toletum, terram que totam subjacentem ei, totam

que terram, quam obtines modo a me concessam, habeas tali pacto; ut sis inde meus homo, et de me eam habeas Domino; et postquam illas, tibi dedero, demittas mihi omnes terras de Leon, et de Castella, et si aliquis mihi vel tibi obsistere voluerit, et injuriam nobis fecerit, guerram simul in eum vel unusquisque per se ineamus, usque quo terram illam mihi, vel tibi pacifice demittat, et postea tibi eam praebeam. Juro etiam si thesaurum Toleti prius te habuero, tertiam partem tibi dabo, et duas remanentes mihi servabo.

Fiducia quam Comes Raymundus facit in manu Domini Dalmatii Gevet.

Si ego Comes Raymundus non possum tibi Comiti Henrico dare Toletum, ut promisi, dabo tibi Gallaeciam tali pacto, ut tu adjuves mihi acquirere totam terram de Leon, et de Castella: es postquam inde Dominus pacifice fuero, dabo tibi Gallaeciam, ut postquam eam tibi dedero, demittas mihi terras de Leon, et de Castella. Igitur Deo jubente, sic quoque Sancta Dei Ecclesia piis orationibus interveniat. Amen.

Foi publicado pela primeira vez por D'Achery, *Spicilegium;* e depois por Aguirre, *Concilios de España,* t. V, em 1755; e por João Pedro Ribeiro, *Dissertações Chronologicas,* t. III, p. I, 1813.

Documento III

(Pag. 310)

CAPITULO XXI

De las cosas que sucedieron despues de la muerte del Rey D. Alonso entre el Conde Enrique, y el Rey de Aragon

Sobre todo es de saber, que el Rey D. Alonso de noble memoria, mientra que él viviese de una manceba, pero bien noble, habia habido una hija llamada Teresa, la qual él habia casado con un Conde, llamado Enrique, que venia de sangre Real de Francia; el qual en quanto el Rey D. Alonso vevia, noblemente domó á los Moros, guerreando contra ellos; por lo qual el dicho Rey le dió con su hija en casamiento á Coimbra, é á la Provincia de Portugal, que son fronteras de Moros, en las quales con el exercicio batalloso, muy noblemente engrandescia su Caballeria; pero pocos dias antes que el Rey ficiese fin de vivir, no se por qué saña, ó discordia se partió airado de él, é porque aquesto era ansi, no estuvo presente quando el Rey queria morir, é disponia de la sucesion del Reyno este Conde non era presente; por lo qual por zelo del Reyno movido, traspasó los Montes Perineos por haber ayuda de los Franceses, con los quales guarnecido, é escoltado, digo esforzado, por fuerza tuviese el Reyno de España. E como la flaqueza humanal sea sujeta á varios, é diversos acaecimientos, acaescióle una desdicha, que fué preso, é detenido en prision; pero Dios hubiéndole compasion, lo sacó. En el tiempo que el Rey de Aragon fuera desechado, é alanzado de la Reyna, retornábase, é porque

él pudiese sin peligro pasar por el Reyno de Aragon, dándole su fé, prometiéndole, que él en uno con él, con todas sus fuerzas contra la Reyna, guerrearía con esta condicion, que todo aquello, que del Reyno de la Reyna ganase, fuese partido por la metad entre ambos. E así allegada gran hueste, íbanse para Sepúlveda; lo qual como oyese el noble Conde, llamado Gomez, que en aquella sazon moraba en Burgos con la Reyna, con pocos en el campo de España fué contra ellos. E por quanto sin consejo con pocos acometió, grande, é dificile cosa, fuertemente peleando murió en la batalla, la qual vitoria acabada viniéronse para Sepúlveda. E asi como morasen los nobles, que eran con la Reyna, enviaron Embaxadores al Conde Enrique, que le dixesen, que injustamente él facia contra la Reyna, é los nobles suyos, apartándose de ellos, é llegándose al tirano su enemigo. Mas que le rogaron, que luego se partiesen del Rey de Aragon, é á ellos se traspasase, que ellos acabarian con la Reyna, que con él partiese del Reyno con suerte fraternal, y que esto habia de hacer de buena voluntad, recordándose de la amistad antigua, é compañia de ellos, é que él seria Capitan de ellos, y Principe del Exército. Las quales cosas oidas el Conde Enrique, habido consejo con los suyos, casi como quien va á ver sus heredades, partióse del Rey, y habiendo su fabla con el poderoso Fernan Garcia, vínose á un Castillo llamado Monzon, onde la Reyna entonces estaba, é el sobredicho pacto confirmó, lo qual como fuese manifestado al Rey, partióse de Sepúlveda, é fuese à mas andar al Castillo fuerte llamado Peñafiel, é los hombres, que moraban allende el rio de Duero, è son llamados Pardos, en aquel tiempo seguian al Rey de Aragon; pero la Reyna, é el Conde Enrique allegada mucha gente, hombres de pié, onde á caballo, cercaron el Castillo de Peñafiel. E por quanto la natura le fortificó, é de ligero no se podia tomar el exército de la gente de armas, toda la gente que estaba al redor á fierro, y á fuego destruyó, é toda la sustancia robó. El bien lo merecia, por quanto los moradores, despreciado el Señorio natural, allegáronse al tirano, é robador. En esto estando, Doña Teresa, muger del Conde Enrique, fija del Rey D. Alonso, que habia quedado en Coimbra, vinose para él, é despues de pocos dias comenzó á incitar al marido, diciéndole: primero habia de partir el Reyno, segun que habia quedado, é después debria echar al Rey. Decia aun mas: gran engaño parece por honor é

Reyno de otro trabajar vos con los vuestros, é sudar por alcanzar al destruidor; é entre estas cosas, como es costumbre de las lenguas lisonjeras, la muger del Conde era ya llamada de los suyos Reyna, lo qual oyendo la Reyna, mal lo sabia, mayormente como se viese desàmparada del solaz varonil, é á su hermana verla con el ayuntamiento de varon sobresalir. E como á la division del Reyno fuese apremiada, llamó ocultamente un consejero del Rey, que habia nombre Castano, fabló con él en puridad, é asi quitaron la cerca, é se despartieron, é á Palencia se vinieron; é dados aí de la una é de la otra parte nobles, é prudentes varones, comenzaron á partir el Reyno for igual suerte; en la qual division entre todas las otras cosas so la suerte del Conde cayó Zamora, que es Ciudad mucho abastada, é eso mismo el Castillo del nombre del rio llamado Ceya, el qual luego fué entregado en mano del Conde. E estas cosas acabadas, establecieron, é ordenaron que la Reyna con sua hermana Teresa se fuesen para Leon, é el Conde se fuese á tomar á Zamora con los Caballeros de la Reyna, á los quales ella mandó secretamente que no diesen la Ciudad al Conde; é la Reyna ya habia mandado á los de Palencia, que viniendo el Rey de Aragon, que le abriesen las puertas, ca ya habia enviado por él á Fernan Garcia; é todo aquesto se facia ocultamente, é la Reyna veniase á la Villa de Sant Fagun, é semejantemente mandó á los Burgeses, que abriesen al Rey las puertas; ca ya los Burgeses habian quitado el poderío del Abad, los Porteros, y puertas de la Villa, de manera, que si el Abad, ó algun Monge queria entrar, ó salir, por debaxo de la cadena habia de pasar, como un labrador. Otrosi cortaban madera del Monte para facer, y alzar las Torres, sin licencia del Abad, ni aunque no fuese sobre ello demandado, ni sin facérselo saber. E la Reyna fuese luego para Leon dexada su hermana en Sant Fagun. E catad, que un dia el Abad, y los Monges, no sabiendolo, el-Rey entró en la Villa, é mandó á los suyos, que persiguiesen á la muger de Enrique, la qual, oyendo su venida, habia ya fuido, y ansí no la pudieron comprehender.

Hist. del Real Monasterio de Sahagun, por el P. M. Fr. Romualdo Escalona. Madrid, MDCCLXXXII.

Documento IV

(Pag. 367)

Sepulchro de Egas Moniz

Este venerando monumento sepulchral existe ainda, muito deteriorado e maltratado, no mosteiro de Paço de Sousa; nelle estão representados, esculpidos em pedra, os episodios da celebre jornada de Egas Moniz á côrte de Toledo, a sua morte, o seu enterro. Em consequencia de varias deslocações do sitio onde primeiramente fôra collocado, as suas pedras acham-se fora do local que deviam occupar para a representação das scenas que figuram; uma d'ellas mesmo está invertida, e confundidas com ellas as pedras do monumento dos filhos do honrado rico-homem português. A figura que representa Egas Moniz a cavallo está mutilada, faltando-lhe a cabeça, acima da barba, existindo o relevo da corda ao pecoço.

O academico Antonio de Almeida publicou nas *Memorias da Academia Real das Sciencias,* tomo XI, a descripção dos monumentos que encontrou no *Diatario de Paço de Sousa,* de fr. Antonio da Soledade, cartorario do convento. Diz o seguinte: «Na testa do nascente estava esculpida de meio relego hum cavallo, e nelle montado hum homem com armas brancas, e a cabeça descoberta: Na primeira pedra da frente estava esculpido hum homem a pé com huma lança ou dardo ao hombro, em cabello, com armas brancas e sayote, e botins até ao meio da perna em postura de ir caminhando. Atraz deste homem estava esculpido na mesma pedra D. Egas Moniz, montado em hum cavallo, este com hum feitio de gualdrapa e bem ajaezado. D. Egas com as

pernas nuas, e vestido com uma roupa singella, que imita camiza: faltando-lhe ametade do corpo do peito para sima, que o quebrárão (e diz a Benedictina que estava com as cordas ao pescoço quando existia no corporal).

«Unida a esta pedra se seguia a terceira, na qual está tambem esculpido o seu enterro; dous homens pegando hum pelos pez e outro pela cabeça de D. Egas Moniz, e metendo-o em hum tumulo: pela parte de traz desta está huma mulher na perspectiva de quem se lamenta. Logo adiante do tumulo hum abbade em huma cadeira revestido com capa, mitra, e baculo, e hum livro na mão.

«Na testa do Poente está esculpida huma mulher com a mão direita sustentando o rosto, e com a esquerda pegando no cotobello da direita, em forma de admiração lastimoza; no braço esquerdo lhe está pegando a mão de huma pessoa; o corpo desta não apparece, e entende que o cortárão, ou quebrárão.

«Sobre estas pedras estava a tampa, ou cupula do monumento, fazendo-lhe tambem trez faces; ao pé das pedras tem duas faixas, huma mais abaixo, outra por sima, a tampa ou cupula acaba em feitio mais estreito, e bem lavrada. Na primeira faixa está o Epitaphio escripto de letra gótica occupando todo o comprimento da cupula. Na segunda faixa tem gravada a éra em que falesceo, escripta em letra destes nossos tempos e posta ás avessas.... vêm-se só os dous pontos ultimos ..., e quando mudárão a pedra quebrárão os ditos dous pontos».

O epitaphio diz:

HIC REQUIESCAT F(*amu*)LUS DEI EGAS MONIZ
VIR INCLITUS
ERA MILLESIMA CENTESIMA LXXXIIII

Corresponde ao anno de Christo 1146.

Publicaram desenhos deste venerando monumento o academico Antonio de Almeida na sua *Memoria Polemica* (1831), o *Panorama* (1837), os *Quadros Historicos,* de Castilho (1838), o *Archivo Pittoresco* (1859), a *Revista Archeologica* (1890).

INDICE

Introducção: Pag.
Influencia dos Arabes na milicia portugueza............ 9
I. — O que devemos aos arabes........................ 15
II. — Organisação militar............................ 77
O condado portuguez:
I. — Um episodio da Reconquista...................... 201
II. — O condado de Portugal.......................... 243
III. — O conde D. Henrique, seu governo.............. 281
IV. — O governo de D. Thereza........................ 333
Documentos.. 385

Illustrações

Estampas

I. — Iatagan moderno, 1218 da Hegira (Da collecção do Dr. Teixeira de Aragão)........................ 138
II. — Capacete arabe. (Da collecção de Sua Majestade El-Rei).. 142
III. — Almiger Regis (Da miniatura do *Livro dos Testamentos* ou *Privilegios* que se conserva na cathedral de Oviedo, e representa Affonso, o *Casto*, de Castella).. 249
IV. — Cintra, o Castello dos Mouros (Do *Livro das fortalezas* de Duarte das Armas)..................... 307

Figuras

1.ª — Alfange.. 136
2.ª — Cimitarra...................................... 137
3.ª — Espada e bainha................................ 138
4.ª — Lança com bandeirola........................... 139
5.ª — Lança para incendiar........................... 140
6.ª — Capsula de nafta............................... 141
7.ª — Gomia.. 141
8.ª — Azagaia.. 142
9.ª — Quebade (arco)................................. 143

Pag.
10.ª — Ceáme ou nivel (setta) 144
11.ª — Aljava 144
12.ª — Bésta 145
13.ª — Capacete 145
14.ª — Morrião 146
15.ª — Capacete 146
16.ª — Morrião 147
17.ª — Magfar 147
18.ª — Zardia 147
19.ª — Couraça 148
20.ª — Couraça 148
21.ª — Musca 148
22.ª — Botute 148
23.ª — Algalota 149
24.ª — Darga 149
25.ª — Darga 150
26.ª — Darga 150
27.ª — Soldado de infanteria 151
28.ª — Sella 152
29.ª — Acicate 152
30.ª — Estribo 153
31.ª — Cabeçada 153
32.ª — Estribo e acicate (seculo XII) 154
33.ª — Estribo 155
34.ª — Chirimia 155
35.ª — Chirimia 155
36.ª — Atambor 156
37.ª — Atabale 156
38.ª — Arabes lançando substancias incendiarias 156
39.ª — Flechas de fogo 157
40.ª — Maça de fogo 157
41.ª — Carcaz de settas de nafta 157
42.ª — Bandeira 158
43.ª — Bandeira 159
44.ª — Signa 160

Erratas

Onde se lê:	Leia se:	Pag.
Gassam..................	Gaçam..................	16
Iemen..................	Iemem..................	16
Cairum..................	Cairuám..................	25
de Espagne (nota)........	d'Espagne..............	29
Cairum..................	Cairuám..................	35
phanatismo..............	fanatismo..............	36
Bemsaide................	Bem Said................	39
dos nossos Algarves.......	do nosso Algarve.........	39-40
Almakari................	Almacari..	47
Bemalaki................	Benalaqui................	48
almoravidas..............	Almoravidas..............	52
Alotacem................	Almotacem................	52
Molamide................	Motamide................	54
Abul Valid..............	Abnlualide..............	54
Nosiri..................	Nociri..................	56
Sahibacalá..............	Sahibaçalá..............	57
Mokulam................	Mocatam................	62
Muçabem................	Muça Bem.	62
al-zagani...............	Al-Sagani...............	62
Cazwini......	Cazuini..................	66
Ben Batuta..............	Bem Batuta.....	67
Mahunad Abadalim.......	Mahunade Adallal........	70
Abul Caieme............	Abul Caceme............	.70
mustaçaf................	almotacé................	73
A arte de mudejar (cota)..	A arte mudejar...........	73
Abú Alaquim.............	Abú Alaquem.............	84
Bemadi..................	Benadi..................	96
Xemcadim...............	Xemçadim...............	102
Dhiffa..................	*diafa*..................	114
Bemazil.................	Benazil.................	119
Bemazil.................	Benazil.................	121
Bemazil.................	Benazil.................	126
Acirafe....	Açarafe.................	138
Massa (cota)............	Maça....................	157
Avincera................	Avicena.................	175
Allemamum (cota).........	Almamum................	223
Documento A (nota).......	Documento 1............	267
Bolonha................ .	Borgonha................	271